

**NÍDIA MARIA LIENERT LUBISCO**

**A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE  
“AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA” DOS  
CURSOS DE GRADUAÇÃO PELO MEC: O CASO DA UFBA**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciência da Informação, do Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Dora Leal Rosa

Salvador  
2001

---

L929

Lubisco, Nídia Maria Lienert.

A biblioteca universitária no processo de “avaliação das condições de oferta” dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA / Nídia Maria Lienert Lubisco. – Salvador, 2001.

279 f.; il.

Orientador: Profa. Dra. Dora Leal Rosa

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação, 2002.

1. Bibliotecas universitárias - Avaliação. 2. Avaliação de cursos. 3. Avaliação da graduação – Universidade Federal da Bahia. I. Universidade Federal da Bahia Instituto de Ciência da Informação. II. Rosa, Dora Leal. III. Título.

CDU: 027.7

CDD: 027.7

---

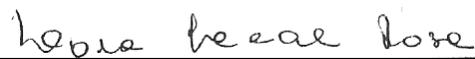
NÍDIA MARIA LIENERT LUBISCO

A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO PROCESSO DE “AVALIAÇÃO DAS  
CONDIÇÕES DE OFERTA” DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PELO MEC: O CASO  
DA UFBA

Dissertação aprovada com distinção e recomendação para publicar, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação, Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia.

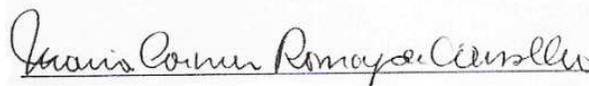
Banca examinadora:

**Dora Leal Rosa**



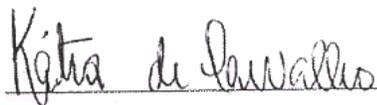
Doutora em Educação (Universidade Federal da Bahia)  
Universidade Federal da Bahia

**Maria Carmen Romcy de Carvalho**



Doutora em Ciência da Informação (Universidade de Brasília)  
Universidade Católica de Brasília

**Kátia de Carvalho**



Doutora em Comunicação (Universidade Federal do Rio de Janeiro)  
Universidade Federal da Bahia

Salvador, 27 de fevereiro de 2002.

À memória do primeiro mestre, meu Pai.

À minha Mãe, exemplo de otimismo, vibração e alegria de viver.

A Jorge, pelas horas de frutífera e incansável colaboração, pela paciência e doçura em todos os momentos.

A meus amados filhos - Nana, Dudu e Kika – pelo incentivo, confiança e orgulho que sempre demonstraram para com a minha vida profissional e acadêmica.

Aos meus queridos irmãos - Ney, Hedy, Graça, Carlos, Humberto e Henrique – pelo carinho acaalentado, apesar da distância.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a tantos, do passado, do presente e do futuro!

A Edson Nery da Fonseca, ícone da Biblioteconomia brasileira, cuja trajetória profissional acompanhei com entusiasmo desde os tempos de estudante, ainda em Porto Alegre.

Da mesma querida terra natal, a Lucília Minssen (*in memoriam*), mestra e madrinha, exemplo de competência e disciplina, quem por primeiro me conduziu aos bastidores de uma biblioteca.

À minha família, pelo incentivo recebido para trilhar os caminhos de minha escolha.

A tantos e tantas colegas de profissão e de trabalho, fonte de inspiração para buscar sempre mais e o melhor para as bibliotecas onde atuamos.

À amiga-irmã Vanda Angélica da Cunha, colega e parceira de muitas jornadas profissionais e dos primeiros passos no mestrado, pelo espaço permanente de diálogo que tanto fortalece nossos laços.

A Sônia Chagas Vieira, amiga feita por afinidade profissional, pelo permanente incentivo e pela colaboração incansável e despojada desde a escolha do tema e estratégia de busca das informações, até sua constante ação de *gate-keeper* e crítica.

A Milenna Marques e Santos, pela competência, leveza e entusiasmo com que me preparou para a seleção ao Mestrado e depois conduziu os primeiros passos no projeto de pesquisa.

A Othon Jambeiro, pelas orientações e críticas ao projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação.

A Guaracy Adeodato de Souza pela indicação da minha Orientadora.

A Dora Leal Rosa que, ao aceitar a tarefa de orientar esta dissertação, abriu um caminho de aprendizado “nunca dantes navegado”, que trilhei sob a luz de sua competência, experiência, simplicidade e permanente incentivo.

A Kátia de Carvalho, amiga de tantos anos, por sua aceitação em participar como membro da pré-banca e pela sua dedicação à Coordenação do Programa de Pós-Graduação do ICI.

Aos professores do Mestrado, cujo conhecimento e espírito científico motivaram a continuação desta caminhada.

Aos professores do ICI, colegas solidários, pela oferta espontânea de colaboração.

A Vera Lélia Abramo, colega e amiga, de cuja competência como Diretora da Biblioteca Central da UFBA pude me beneficiar, pelo sempre pronto atendimento às solicitações.

A Isnaia Veiga Santana, velha amiga, exemplo de conduta pessoal e profissional, pelos ensinamentos recebidos nesses quase trinta anos de convivência e, agora, pela acolhida para analisar e criticar esta dissertação.

Às colegas Urânia Araújo e Tayane Martire, da biblioteca do ICI, Leonor Halla, Eleonora Guimarães, Sônia Abreu e Maria da Graça Almeida, da Biblioteca Central da UFBA, pela solicitude com que responderam a tantos pedidos.

Às bibliotecárias das unidades de ensino ENG, MAT, MED, MEV, ODO, ADM, DIR, ECO, COM E LET, colegas cuja colaboração em responder a entrevista, aliada à dedicação ao trabalho nas bibliotecas da UFBA, asseguraram a obtenção do material necessário para esta pesquisa.

À bibliotecária Núbia Marília dos Santos Oliveira que, ainda estudante e por sua curiosidade intelectual, auxiliou no levantamento bibliográfico deste trabalho.

Aos Coordenadores de Colegiado dos Cursos selecionados como informantes desta pesquisa – Engenharias (Civil, Elétrica, Mecânica e Química), Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Administração, Economia, Jornalismo e Letras - pela disponibilização do seu precioso tempo não só para as entrevistas, mas principalmente para falar francamente de problemas que afligem nossa Universidade e de soluções possíveis para que ela cumpra seus objetivos.

A Luciana Fernandes Souza que, com sua juventude, extrema boa vontade e competência em informática, tornaram alegres e produtivas horas que seriam árduas.

A Cris Oliveira, pela boa vontade com que colocou sua competência no uso da língua inglesa à disposição deste trabalho.

A Jamile Chastinet, sobrinha prestimosa, que emprestou suas horas de lazer para preparar os *slides* usados na defesa desta dissertação.

Aos colegas da primeira turma do Mestrado em Informação Estratégica, pela sinergia que conquistamos na convivência propiciada pelo Curso.

A FAPEX, pelo incentivo dado ao selecionar esta pesquisa como beneficiária do prêmio FAP/99.

Aos alunos do ICI - que passaram, que estão cursando e que virão - cuja curiosidade e desejo de saber influenciam o desenvolvimento da pesquisa na área de Ciência da Informação.

Agradeço também aos futuros bibliotecários que acreditarem na educação e na biblioteca como forças capazes de melhorar o mundo.

Um dia veio uma peste e acabou com  
Toda a vida na face da Terra:  
Em compensação ficaram as Bibliotecas...  
E nelas estava meticulosamente escrito  
o nome de todas as coisas!

*Mário Quintana*

## RESUMO

Esta dissertação focaliza a função da biblioteca universitária junto às instituições de ensino superior, especificamente a partir da proposta da Secretaria da Educação Superior (SESu), do Ministério de Educação (MEC) de avaliar as condições de oferta dos cursos de graduação, submetidos ao Exame Nacional de Cursos (ENC). Os objetivos (1) de conhecer a base teórica usada pelo MEC para definir os indicadores atribuídos à biblioteca e (2) de averiguar a adequação desses instrumentos para mostrar o papel da biblioteca no desempenho do curso, foram estabelecidos sobre o pressuposto de que as Comissões de Especialistas de Ensino do MEC – responsáveis pela elaboração dos critérios e instrumentos de avaliação – não dispõem dessa fundamentação teórica, nem de metodologia específica para avaliar a biblioteca universitária como uma das variáveis do processo. Este fato vem se revelando como um fator de impedimento a que a biblioteca seja efetivamente representada no cumprimento dos objetivos da universidade. O campo de pesquisa escolhido para desenvolver o estudo de caso, de caráter exploratório, foram os 13 cursos da Universidade Federal da Bahia que, entre o ano de 1997 e fevereiro de 2000, submeteram-se ao Exame Nacional de Cursos e, conseqüentemente, receberam as visitas das Comissões de Verificação da SESu para terem as condições de oferta avaliadas. Os Coordenadores de Colegiado de Curso e os bibliotecários das respectivas unidades de ensino constituíram os grupos de informantes, de modo a obter-se sua visão sobre o processo e sobre os instrumentos avaliativos, bem como sobre a biblioteca no contexto acadêmico. A revisão de literatura resgata a biblioteca desde os primórdios da civilização até os dias atuais, buscando mostrar a contribuição que imprimiu ao desenvolvimento da humanidade. Enfoca também a gênese e as concepções sobre avaliação institucional no Brasil, como pano de fundo para situar a biblioteca universitária, suas funções, seus problemas, suas contribuições. Analisa ainda os atos legais e normativos referentes à avaliação acadêmica, bem como descreve os instrumentos e processos sobre a Avaliação das Condições de Oferta. As conclusões quanto à inadequação dos instrumentos avaliativos, face aos propósitos do Ministério, são fundamentadas tanto na análise dos critérios adotados, quanto nas entrevistas, sendo que a finalização do estudo aponta para a necessidade de desenvolvimento de um modelo próprio de avaliação, segundo metodologia que leve em conta as especificidades da biblioteca universitária e sua função na academia.

Palavras-chave:

Bibliotecas universitárias – Avaliação; Avaliação de cursos; Avaliação da graduação – Universidade Federal da Bahia.

## **ABSTRACT**

This dissertation focuses on the function of the university libraries in Higher Education institutions, specifically from the proposal of the *Secretaria de Educação Superior (SESu)* - which is part of the *Ministério de Educação (MEC)* - of assessing the conditions of availability in the graduation courses, which have been submitted to the *Exame Nacional de Cursos*. The objectives of knowing the theoretical base used by *MEC* to define the indicators attributed to the library and to investigate the appropriateness of these instruments to show the role of the library on the performance of course, have been established presuming that *MEC's* commissions of specialists in teaching – which were responsible for the preparation of the criteria and assessment instruments- are not fully provided neither with this theoretical ground nor with the specific methodology needed to evaluate the university library as one of the variables of the process. This fact is taken as a factor, which has been preventing the library from being effectively represented in the fulfillment on the universities' objectives. The research fields chosen to develop the case study as an exploratory character have been the thirteen courses offered by the *Universidade Federal da Bahia*, which have been submitted to the *Exame Nacional de Cursos* between 1997 and February 2000 and consequently have been visited by the verification commissions from *SESu* in order to have their conditions assessed. The coordinators of the courses collegiates and the librarians from each study unity have been the informing group in order to collect their points of view about the process and the evaluative instruments, as well as about the library in the academic context. The revision of the literature brings back the library since the first steps of the civilization until the present days; in an attempt to show it's contribution to the humanity development. Also focuses on the genesis and the conceptions about institutional evaluation in Brazil as a background to locate the university library, it's functions, it's problems, and it's contributions. Furthermore, it analyses the legal and normative acts related to the academic evaluation, as well as it describes the instruments and processes about the assessment of the availability conditions. The conclusions on the inadequacy of the instruments according to the objectives of the *Ministério* are fundamented by the analysis of the interviews. The ending of the study points to the need of developing an own model of assessment, in accordance to the methodology which takes into consideration the specific needs of a university library and it's function in the academy.

Key words:

University Libraries – Assessment/Evaluation; Courses evaluation or assessment; Graduation's assessment – Universidade Federal da Bahia

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 Leis da Biblioteconomia segundo Ranganathan e suas Distorções Segundo Line, 49
- Figura 2 Tipologia de Biblioteca, 51
- Figura 3 Recomendações do Seminário sobre o Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina e Soluções no Brasil, 74
- Figura 4 Sistema de Inteligência Competitiva, 102
- Figura 5 Critérios para Atribuição de Conceitos Finais por Curso: alguns exemplos, 136
- Figura 6 Comparativo dos Indicadores da Variável Biblioteca a partir do Decreto 2 026/96, 139
- Figura 7 Classificação dos Instrumentos de Avaliação por Função, 147
- Figura 8 Instrumentos de Avaliação por Curso, 160
- Figura 9 Indicador “Qualidade da Catalogação” por Instrumento e por Curso, 174

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	<i>Anglo American Cataloguing Rules</i>
AACR2	<i>Anglo American Cataloguing Rules, second edition</i>
ABBU	Associação Brasileira e Bibliotecas Universitárias
ABEBD	Associação Brasileira do Ensino de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação
Abecin	Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACO	Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação
ACRL	<i>Association of College and Research Libraries</i>
ADM	Escola de Administração da UFBA (também, curso de Administração)
ALA	<i>American Library Association</i>
Ancib	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia
ANDES	Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior
Andifes	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANSP	<i>Academic Network of São Paulo</i>
Bibliodata	Rede de Catalogação Cooperativa, Fundação Getúlio Vargas
Biblos	Programa de Financiamento de Livros para Cursos de Graduação
Bicenge	Central de Duplicatas da Biblioteca Central de Engenharia de Itajubá
Binagri	Biblioteca Nacional de Agricultura
Bireme	Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
BV	Biblioteca virtual
C&T	Ciência e Tecnologia

Calco	Catálogo Legível por Computador
CBBB	Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
CBBU	Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias
CBL	Câmara Brasileira do Livro
CBU	Controle Bibliográfico Universal
CCAA1	Código de Catalogação Anglo-americano, 1ª edição
CCAA2	Código de Catalogação Anglo-americano, 2ª edição
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CD-ROM	<i>Compact Disc – Readble Only Memory</i>
Cebies	Curso de Especialização para Bibliotecários das Instituições de Ensino Superior
CEE	Comissão(ões) de Especialistas de Ensino
CES	Câmara de Educação Superior, CNE
CFE	Conselho Federal de Educação
CIN/CNEN	Centro de Informações Nucleares/Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNBU	Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias
CNE	Conselho Nacional de Educação
Comut	Programa de Comutação Bibliográfica
CRAI	Centro de Recursos para Aprendizagem e de Informações
Crub	Conselho de Reitores das Universidade Brasileiras
CTA	Comitê Técnico Assessor, do PNB
DAES	Diretoria de Avaliação da Educação Superior, INEP
Dasp	Departamento Administrativo do Serviço Público
DIR	Faculdade de Direito da UFBA (também, o curso de Direito)

Doc.Pet	Documento do Programa de Estudos Técnicos, Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, do PNB
Doc.Plan.	Documentos de Planejamento, do PNB
ECO	Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA (também, o curso de Economia)
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENC	Exame Nacional de Cursos
ENG	Escola Politécnica da UFBA (também, os cursos de Engenharia)
Fapesp	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
Febab	Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FID	<i>Fédération Internationale de Documentation</i>
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação
I	Instalações
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBGE	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IC	Inteligência Competitiva (também, Sistema de Inteligência Competitiva)
ICOLC	<i>International Consortial of Libray Consortia</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IFLA	<i>International Federation of Library Associations</i>
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
INL	Instituto Nacional do Livro
ISBN	<i>International Standard Book Number</i>
ISI	<i>Institute for Scientific Information</i>

ISO	<i>International for Standardization Organization</i>
ISSN	<i>International Standard Serial Number</i>
JOR	Faculdade de Comunicação da UFBA (também, o curso de Jornalismo)
K-7	Fita audiomagnética, <i>cassette</i> (do francês, fita)
LC	<i>Library of Congress</i>
LCC	<i>Library of Congress Classification</i>
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LET	Instituto de Letras da UFBA (também, o curso de Letras)
Lilacs	Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
MARC21	<i>Machine Readable Cataloging</i> , relativo ao século XXI
MAT	Instituto de Matemática da UFBA (também, o curso de Matemática)
MEC	Ministério da Educação (também Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Educação e do Desporto)
MED	Faculdade de Medicina da UFBA (também, o curso de Medicina)
MEV	Escola de Medicina Veterinária da UFBA (também, o curso de Medicina Veterinária)
MP	Medida Provisória
Natis	<i>National Information Systems</i>
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODO	Faculdade de Odontologia da UFBA (também, o curso de Odontologia)
ODP	Organização Didático-Pedagógica
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMS	Organização Mundial de Saúde
OPS	Organização Pan-americana de Saúde
Paiub	Programa de Avaliação Institucional das Universidades

	Brasileiras
PAP	Programa de Aquisição Planificada de Periódicos
PET	Programa Especial de Treinamento, do CNPq [para graduandos]
PGI	Programa Geral de Informação, da UNESCO
PIB	Produto Interno Bruto
PNBU	Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias e Programa Nacional de Biblioteca Universitárias
ProBE	Programa Biblioteca Eletrônica, consórcio coordenado pela FAPESP
Probib	Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior
Prossiga	[Portal de informação e comunicação para pesquisa]
QCD	Qualificação do Corpo Docente
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
SCIB	Serviço Central de Informações Bibliográficas
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SDBib	Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior
SEDIAE	Secretaria de Informação e Avaliação Educacional
Senesu	Secretaria Nacional de Educação Superior, MEC
SESu	Secretaria da Educação Superior, MEC
SIC	Serviço de Intercâmbio de Catalogação
SNBU	Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias
Snel	Sindicato Nacional de Editores de Livros
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso [de graduação]
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UGC	<i>Union Grant Comision</i> , do Ministério de Educação da Inglaterra
Unesco	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural</i>

*Organization*

Unesp	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Unibibli	Catálogo Coletivo de Livros, Teses e Publicações Seriadas, das Universidades Estaduais Paulistas
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
Unifesp	Universidade Federal de São Paulo
Unisist	<i>Universal Information System for Science and Technology</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

### **1 INTRODUÇÃO, 20**

### **2 BIBLIOTECA: TRAJETOS E INTERPRETAÇÕES, 30**

2.1 GÊNESE E EVOLUÇÃO, 30

2.2 PROFISSIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS, 46

### **3 BIBLIOTECA NO CENÁRIO NACIONAL, 61**

3.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ORIGENS E CARACTERÍSTICAS, 61

3.2 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL, 69

3.3 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E O ENSINO, 88

### **4 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, 105**

4.1 DESEMPENHO ACADÊMICO: O FOCO NA INSTITUIÇÃO, 105

4.2 AVALIAÇÃO EM BIBLIOTECA, 109

4.3 PROBLEMAS EM BIBLIOTECA: DOENÇA CRÔNICA?, 124

4.4 A BIBLIOTECA E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, 130

### **5 METODOLOGIA, 142**

5.1 EM BUSCA DA MATURIDADE, 142

5.2 CONTEXTO E DEFINIÇÃO DO PERCURSO, 144

5.3 A POPULAÇÃO E O MÉTODO, 148

5.4 INSTRUMENTOS, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS, 150

## **6 AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: DISCURSO E PRÁTICA, 156**

- 6.1 ATOS LEGAIS E NORMATIVOS: DESCRIÇÃO E COMENTÁRIOS À ABRANGÊNCIA PROPOSTA, 156
- 6.2 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA: CARACTERÍSTICAS DOS INSTRUMENTOS, 164
- 6.3 LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS: DESCRIÇÃO E COMENTÁRIOS À ABRANGÊNCIA OBSERVADA, 174
- 6.4 CONCLUSÕES PARCIAIS, 201

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS, 205**

## **REFERÊNCIAS, 217**

## **APÊNDICES, 232**

- A PNBU: Macrofunções, Diretrizes, Ações e Resultados, 233
- B Avaliação dos Cursos e Instituições de Ensino Superior, segundo o Decreto 2 026/96, 238
- C Roteiro de Entrevista com Coordenadores de Colegiado de Curso, 241
- D Roteiro de Entrevista com Bibliotecários, 243
- E Conceitos Atribuídos aos Cursos de Graduação da UFBA Segundo o ENC e a Avaliação das Condições de Oferta, 246
- F Biblioteca como Requisito para Curso de Graduação: Indicadores, 247
- G Avaliação *in loco* Segundo os Bibliotecários: Mapeamento das Entrevistas, 252
- H Avaliação *In loco* Segundo os Coordenadores de Curso: Mapeamento das Entrevistas, 258
- I Peso da Variável Biblioteca no Resultado Final da Avaliação das Condições de Oferta face às Outras Dimensões Avaliadas por Curso: alguns exemplos, 263

## **ANEXOS, 277**

- A Roteiro Prévio [item Biblioteca]: Exemplo, 267
- B Questionário das Comissões de Visita [item Biblioteca]: Exemplos, 270
- C Pedido de Autorização [Campo 10 – Biblioteca]: Formulário, 276
- D Cronologia de Atos Legais e Normativos, 277

## 1 INTRODUÇÃO

A imagem da biblioteca universitária, despida de qualquer juízo de valor e considerando sua natureza e suas especificidades, ajusta-se harmoniosamente a uma das conclusões do Seminário Regional para o Desenvolvimento de Bibliotecas Universitárias na América Latina (1962), que estará presente implícita e explicitamente em todo o curso deste trabalho: “*universities will be as good as their libraries*”<sup>1</sup> (GELFAND, 1968, p. 19).

Investigar o papel desse tipo de biblioteca no contexto da avaliação dos cursos de graduação teve como objetivo, de uma lado, conhecer a base teórica que as Comissões de Especialistas de Ensino, do Ministério da Educação (MEC), utilizaram para estabelecer os indicadores referentes à variável biblioteca e, de outro, averiguar empiricamente a adequação desses indicadores para revelar o papel da biblioteca no desempenho dos referidos cursos.

Para tanto, foram levantadas e analisadas as proposições do MEC referentes à avaliação institucional, selecionando-se a “Avaliação das Condições de Oferta”, a partir do elenco de modalidades estabelecidas pela legislação federal e pelos atos normativos dela decorrentes, em atendimento ao que determina a Lei 9 394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Os objetivos desta pesquisa se alicerçam no pressuposto de que as referidas Comissões, ao elaborarem os critérios e instrumentos, não contaram com fundamentação teórica nem metodologia específicas para avaliar a biblioteca universitária, embora ela conste como uma das variáveis do processo avaliativo dos cursos de graduação. Essa lacuna, por seu turno, é apresentada também como um

---

<sup>1</sup> As universidades serão tão boas quanto forem suas bibliotecas.

elemento impeditivo à representação da efetiva participação da biblioteca no desempenho do curso e, conseqüentemente, no cumprimento dos objetivos institucionais.

O presente estudo encontra-se estruturado em sete capítulos, sendo este - introdutório - seguido da revisão de literatura que compreende os capítulos 2, 3 e 4. O capítulo 2 mostra a trajetória da biblioteca, seu papel e suas interfaces nas diferentes sociedades humanas, buscando as origens na Alta Antigüidade, a partir do Egito e da Mesopotâmia, e na Antigüidade greco-romana. Chegando à Idade Média, são destacadas as bibliotecas monacais, universitárias e particulares, contextualizadas no ambiente cultural que caracterizou o medievo e no novo mercado de trabalho em torno do livro, com ênfase no Renascimento, quando a biblioteca passa a incorporar funções não só de depositária e guardiã, mas de disseminadora do saber registrado e acumulado.

O século XVI, caracterizado como um período de grandes transformações na história da humanidade, traz uma nova ordem econômica, social e espiritual - marcada pela ruptura da unidade cristã, vigente a partir do século XVI - e como conseqüência, novos tempos para a biblioteca: sua laicização. Também a Revolução Francesa e a Revolução Industrial agregam à ela novas funções - de caráter educativo - em atendimento aos paradigmas da época de estender a educação para todos, de modo a legitimar a nova ordem, mesmo tendo o ensino superior permanecido como reservado às elites.

Seqüencialmente, do ambiente da Revolução Industrial mostra-se o nascimento das bibliotecas públicas (séculos XVIII e XIX), com a função de contribuir para o progresso das nações e a manutenção da democracia. Em paralelo, são feitos comentários sobre as principais bibliotecas nacionais - sua criação e suas coleções - pelo *status* que sempre desfrutaram nos meios político, profissional e acadêmico, iniciando-se pela da França (1595), seguida pela da Inglaterra e dos Estados Unidos, passando pela Vaticana, pela alemã e a russa, chegando-se à Argentina e à Biblioteca Nacional brasileira, cujo núcleo foi o acervo que substituiu a Real Biblioteca da Ajuda (incendiada em 1755), trazido para o Brasil com D. João VI em 1808.

Em complemento à instituição biblioteca, também é abordada a profissionalização dos serviços bibliotecários: não desconhecendo os ideais e as contribuições de Gottfried Leibniz (século XVII), dos enciclopedistas (século XVIII) e de Paul Otlet e Henri de la Fontaine (1895) – especialmente nas áreas de bibliografia e documentação - pode-se considerar que aquela profissionalização teve início nos fins do século XIX, mediante a atuação de Charles Ami Cutter e Seymour Lubetzki, nos Estados Unidos, e de Anthony Panizzi, na Inglaterra. Já com o século XX, vê-se o processo de consolidação das técnicas biblioteconômicas, através da atuação de organismos nacionais - como a *American Library Association* (ALA) e *Library of Congress* (LC), nos Estados Unidos - e internacionais – como Unesco, *Fédération Internationale de Documentation* (FID) e a *International Organization for Standardization* (ISO), na Europa, e sua repercussão no Brasil, através do nome-símbolo de Alice Príncipe Barbosa (MONTE-MOR; BOTELHO, 1987, p. 106; LUBISCO, 1999).

Este cenário de profissionalização traz como pano de fundo *As Cinco Leis de Ranganathan*, seus seguidores e intérpretes, com destaque para F. W. Lancaster – um dos autores suporte desta pesquisa – que considera aqueles princípios apropriados para indicar o que deve ser avaliado em biblioteca, expandindo-os para as demandas atuais e para os recursos eletrônicos. Isto significa, portanto, que o referido autor leva em conta as condições de acessibilidade e a disponibilidade do documento e da informação, a eficiência no atendimento correto e completo, a divulgação para atrair novos usuários, o tempo ideal a ser gasto pelo bibliotecário e pelo usuário, além da capacidade de inovação.

Classificando sumariamente os diferentes tipos de biblioteca segundo as variáveis função, acervo e público, é enfatizada a biblioteca universitária na sua peculiaridade de não dispor de autonomia administrativa face à condição de pertencer a uma organização – a universidade -, diferentemente do que ocorre com as bibliotecas nacionais e públicas que constituem cada qual uma organização. Com isto se quis evidenciar a relação de reciprocidade entre biblioteca e instituição, motivo pelo qual imagem e desempenho de uma se confundem com imagem e desempenho de outra.

A argumentação de Maria Carmen Romcy de Carvalho (1995, p. 117) referente à função da biblioteca universitária de “prover a infra-estrutura bibliográfica, documentária e informacional em apoio às atividades desempenhadas pela universidade”, é seguida de comentários sobre a conjuntura mundial do pós-guerra, quando ocorre a chamada “explosão documentária”. Os impactos deste fenômeno estão diretamente relacionados ao surgimento de tecnologias mais ágeis para armazenamento, processamento e comunicação de dados, mas também ao surgimento de novos problemas, caracterizados pelo crescimento acelerado do volume de informação estocada, pela dispersão da informação produzida, pela taxa crescente de obsolescência, pela variação da qualidade e confiabilidade da informação, pelo tempo indisponível para leitura e assimilação, pela especialização a um campo restrito de assunto x interdisciplinaridade das informações, e pelo difícil acesso ao documento original (LUBISCO, 1998).

A abordagem dos problemas supra citados é secundada pela ação dos organismos nacionais e internacionais da área, anteriormente referidos, responsáveis pela elaboração e disseminação de normas, padrões, controles, serviços e produtos, largamente empregados e pesquisados nos centros mais avançados. Mostra também a entrada dessas soluções na América Latina e no Brasil, coincidindo com o advento de maior demanda por conhecimento científico e tecnológico por parte do Governo e do setor produtivo em geral, na busca da autonomia econômica, iniciada nos anos 50/60.

Procura-se, assim, demonstrar de que modo o novo cenário socioeconômico promove o redesenho das bibliotecas universitárias, face à missão das universidades, qual seja a de qualificar quadros de alto nível e implementar pesquisa em ciência e tecnologia.

Ponto focal do capítulo 3, as reflexões sobre a biblioteca universitária no Brasil e o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) são antecedidas de informações sobre a formação do ensino superior no País, suas características, percalços e impactos, e a influência de Anísio Teixeira na formação da universidade brasileira. Levanta-se também o ambiente cultural do País desde os primórdios, caracterizado, pela herança do agrafismo colonial, como infértil para o florescimento

de uma cultura letrada, fator que vai repercutir nas políticas públicas de educação e, conseqüentemente, de biblioteca.

Em contra-partida, é mostrada a reação de alguns segmentos governamentais e de grupos profissionais que, inconformados com a não inclusão da biblioteca na Reforma Universitária de 1968, fazem gestões que irão culminar com a criação do PNB – marco referencial do pioneirismo em planejamento e ação sistemática para o desenvolvimento das bibliotecas universitárias brasileiras.

O modo de implementação do referido Plano é apresentado sob os enfoques dados por Maria Lúcia Andrade Garcia (1991), em trabalho encomendado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), onde a autora o analisa desde os princípios estabelecidos para a criação do PNB, problemas enfrentados, resultados alcançados, até seu fim, por ocasião do Governo Collor.

Ainda no capítulo 3 é tratada a relação biblioteca-ensino, a partir das visões do docentes Samuel Pfromm, Clemente Juliatto, Diaz Bordenave e Adair Pereira, drenadas para este estudo, na intenção de respaldar visão de sua autora de que os professores são os responsáveis diretos pela maior ou menor qualidade dos métodos de ensino e, conseqüentemente, pela maior ou menor demanda por serviços bibliotecários.

São focalizadas, também, as contribuições de bibliotecários - na qualidade de técnicos e/ou de docentes - para a formação de uma massa crítica brasileira na área - , através de nomes como os de Maria Luísa Monteiro da Cunha e Kira Tarapanoff, só para citar alguns. Esse contexto intelectual é encenado no ambiente tecnológico dos anos 70 em diante, principalmente na última década do século XX, midiaticizada pela telemática, fator que veio promover condições de otimização, não só dos métodos de ensino propriamente ditos, mas dos recursos de informação que podem e devem ser usados nas e pelas bibliotecas universitárias de forma cooperativa, visando ao atendimento dos objetivos da academia.

Ainda como revisão de literatura, mas inaugurando o objeto específico desta pesquisa - avaliação institucional e biblioteca universitária - o capítulo 4 se ocupa do tema, do ponto de vista teórico e da ocorrência no País, enfatizando a avaliação de biblioteca, em geral, e a inserção da biblioteca universitária no processo avaliativo dos cursos de graduação pelo MEC, em particular. São arroladas tentativas e

experiências brasileiras, precedidas de comentários e reflexões sobre os principais autores e suas respectivas obras, com destaque para as concepções e proposições da *American Library Association (ALA)* e F. W. Lancaster, na literatura estrangeira. Em âmbito nacional, são enfocadas as contribuições de Maria Carmen Romcy de Carvalho, do PNBu e dos Seminários Nacionais de Bibliotecas Universitárias (SNBU, especialmente o sétimo, realizado em 1991), além das experiências da USP, da UFRJ e da própria UFBA.

Após a revisão de literatura, desenvolvida nos capítulos 2, 3 e 4, a seção sobre Metodologia (capítulo 5) é introduzida por um panorama do incipiente *status* da pesquisa em Ciência da Informação no Brasil e é seguida pela justificativa dos procedimentos adotados no desenvolvimento da pesquisa. De caráter exploratório, o presente estudo de caso apoiou-se, do ponto de vista metodológico, em quatro ações: a) consulta à literatura nacional e estrangeira, correlacionando-se os temas biblioteca, biblioteca universitária, avaliação institucional, avaliação em biblioteca universitária (padrões e metodologias); b) levantamento e análise dos atos normativos e legais do Governo Federal sobre avaliação, desde 1901, especificamente a modalidade Avaliação das Condições de Oferta dos cursos graduação, com foco na biblioteca; c) mapeamento, classificação e análise dos instrumentos de avaliação produzidos pelas Comissões de especialistas de Ensino do MEC; d) pesquisa de campo, levada a termo mediante a aplicação de entrevistas à população selecionada para compor o estudo de caso: treze cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), submetidos ao Exame Nacional de Cursos (ENC, conhecido como Provão), no espaço temporal do ano de 1997 a fevereiro de 2000.

As referidas entrevistas, objetivando complementar a literatura e a análise documental, procuram elucidar conteúdo e processo da avaliação implementada *in loco*, por meio da visão de duas categorias de informantes: os Coordenadores de Colegiado dos cursos e os bibliotecários das respectivas unidade de ensino.

O produto das entrevistas, devidamente mapeado para análise, demonstra um ganho não previsto, auferido do diálogo estabelecido com o pesquisador: a opinião dos informantes sobre a biblioteca (ser e dever ser, sua inserção na

Instituição), problemas relacionados à capacitação dos bibliotecários, o envolvimento dos docentes no planejamento da biblioteca.

O capítulo 6 busca, num primeiro momento e de forma detalhada, descrever e comentar os atos legais e normativos do Governo Federal, visando a inferir a abrangência a que teoricamente eles se propõem. A seguir, traz a caracterização dos instrumentos empregados no processo de avaliação, indicando as limitações apresentadas quando de sua aplicação, no sentido de que não permitem evidenciar a participação – ou não – da biblioteca no desempenho dos cursos de graduação. A maior parte desse capítulo, no entanto, é dedicada à análise das treze questões formuladas aos Coordenadores de Colegiado e das nove formuladas aos bibliotecários, à luz dos autores selecionados na revisão de literatura e da própria experiência, observações e visão da autora deste estudo.

Assim, para a referida análise, procurou-se cercar cada questão das múltiplas faces que ela pode envolver, na perspectiva de demonstrar (a) condições mais amplas de representação da biblioteca, de forma sistêmica, no desempenho do curso, e (b) a dimensão de suas potencialidades no ambiente acadêmico.

Como conclusões preliminares e considerando também o fato positivo de a biblioteca constituir-se numa das variáveis de avaliação institucional, este capítulo aponta o êxito parcial do processo de Avaliação das Condições de Oferta quanto ao item biblioteca, em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- inexistência de parâmetros (padrões de desempenho) para respaldar os itens objeto de avaliação;
- descrição insuficiente dos indicadores aplicados no processo avaliativo;
- a posição de desprestígio que as bibliotecas geralmente desfrutam no meio acadêmico;
- pouco conhecimento dos docentes sobre as potencialidades da biblioteca universitária;
- a frágil qualidade dos serviços oferecidos, resultante da falta de investimentos regulares no setor e de melhor capacitação dos profissionais, só para citar os mais recorrentes.

O capítulo 7, dedicado às considerações finais, retoma o cenário de indigência cultural que, de modo geral, caracteriza o País. Mostra sua repercussão na situação das bibliotecas, em contraposição ao aparelhamento informacional dos centros mais avançados, mas também o esforço de soerguimento dos sistemas brasileiros de biblioteca e de informação, face às inovações introduzidas pela telemática e pela microeletrônica.

Neste esforço, são evidenciadas as iniciativas governamentais para recuperar e qualificar a educação superior no País e o impacto dessa situação nas bibliotecas, culminando com a introdução da modalidade Avaliação das Condições de Oferta, onde a biblioteca universitária integra o conjunto de variáveis do processo.

A questão da avaliação foi abordada tomando-se por embasamento as concepções de Isaura Belloni, Hélgio Trindade e Agenor Gasparetto, associadas a autores de literatura especializada em Biblioteconomia.

Isto posto, pode-se considerar que as reflexões propostas ao longo deste estudo remetem a conclusões e desdobramentos acordes com o pressuposto e os objetivos nele estabelecidos e podem ser assim sumarizadas:

- o MEC não dispõe de base teórica e metodologia específica para avaliar a variável biblioteca;
- os instrumentos de avaliação analisados não permitem retratar a contribuição da biblioteca universitária para o desempenho dos cursos;
- os docentes, quer das Comissões do MEC, quer Coordenadores de curso da UFBA, desconhecem especificidades biblioteconômicas, de modo que sua visão da biblioteca é segmentada e incompleta;
- os bibliotecários não participaram ativamente do processo de avaliação, sintoma da dissociação existente entre colegiado-biblioteca, biblioteca-planejamento institucional;
- as bibliotecas oferecem poucos serviços e produtos e as informações disponíveis sobre seu funcionamento e desempenho são inconsistentes;
- os bibliotecários apresentam baixo índice de capacitação, o que de certa forma explica a passividade e a defasagem das bibliotecas, em relação às demandas que teoricamente deveriam atender.

Ao encerrar-se, o último capítulo aponta possíveis caminhos para a reversão desse cenário, considerando que a biblioteca universitária conta hoje, no País, com uma massa crítica capaz de conduzi-la à extrapolação de suas funções tradicionais e, assim, de integrá-la a redes de informação voltadas, em sentido amplo, para a transmissão e a geração de conhecimentos.

*Biblion* se traduz como livros e *théke* como depósito [...]. Uma biblioteca é um lugar de conservar livros efetivamente, mas não um depósito. A etimologia crua tira o brilho da formação de toda a biblioteca [...]. Um depósito de emoções seria a verdadeira etimologia para biblioteca, ou melhor, um lugar de incontáveis emoções.

*Fernando da Rocha Peres*

## 2 BIBLIOTECA: TRAJETOS E INTERPRETAÇÕES

### 2.1 GÊNESE E EVOLUÇÃO

Os desenhos rupestres, legados do paleolítico, e o fenômeno da escrita, marcando o início da história, revelam o impulso natural da humanidade de se perpetuar. A palavra – oral ou escrita – além de caracterizar o homem, o distingue dos outros animais, na medida que, ao ingressar no mundo dos símbolos, ele ultrapassa os limites da vida animal.

Diz-se que os animais também têm linguagem, no entanto, a natureza da comunicação estabelecida nessas condições é incomparável ao papel que a linguagem humana desempenha na relação homem-mundo. Isto porque os primeiros não conhecem o “símbolo”, apenas o “índice”. E enquanto este se caracteriza por ser fixo, o símbolo é universal, convencional, flexível. E mais, enquanto a linguagem animal objetiva a adaptação a uma situação concreta, a linguagem humana intervém de forma abstrata, na medida que distancia o homem da sua experiência e ao mesmo tempo torna-o capaz de reorganizá-la e transformá-la (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 4-5).

Na pré-história, a linguagem, à exceção dos desenhos nas cavernas, é basicamente oral, representada pelos ritos, elementos facilitadores da memorização e garantia da preservação da tradição coletiva (DODEBEI e outros, 1998, [f.12]). Com a introdução da escrita, o conhecimento acumulado passa à condição de preservável, não mais e somente pela oralidade, mas através de registros grafados/gravados. Embora este fato traga em si uma relação de dependência e, conseqüentemente, uma relação de poder – a necessidade de alguém que saiba

registrar e interpretar – pode ser também considerado o nascimento potencial das bibliotecas.

O surgimento da biblioteca como instituição, apesar da etimologia da palavra e por mais estranho que pareça, antecede em muito não só o livro tipográfico, mas o manuscrito. Sua função de guardião do saber permaneceu praticamente inalterada desde o seu surgimento até a Idade Média, tendo variado apenas o tipo de suporte empregado para a gravação dos escritos (registros). Inicialmente, a base para gravação da escrita eram os tabletes de argila, seguidos dos rolos de papiro e de pergaminho<sup>2</sup>. Em torno de 1350, segundo Martins (1957, p.123), o manuscrito em pergaminho já fôra substituído pelo manuscrito em papel, material introduzido na Europa 200 anos antes pelos árabes<sup>3</sup>. Assim, as mudanças do suporte empregado como base para a escrita foram mais significativas do que as ocorridas em relação às funções e finalidades das bibliotecas, pois até o Renascimento elas se apresentam como “organismos mais ou menos sagrados [...] a que têm acesso apenas os que fazem parte de uma certa ‘ordem’, de um ‘corpo’ [...] religioso ou sagrado” (MARTINS, 1957, p.72), estando, como se depreende, reservadas aos iniciados.

A biblioteca, assim, desde os primórdios até o final do medievo, foi fiel à sua etimologia, isto é, um depósito de livros e, mais do que isto, um lugar onde os registros escritos eram escondidos. A própria arquitetura dos prédios é reveladora disso: na Antigüidade, a área de armazenagem da biblioteca criada por Assurbanipal, em Nínive, na Mesopotâmia, não dispunha de acesso direto para a rua, do mesmo modo que, na Idade Média, as bibliotecas monacais se situavam no interior dos conventos, portanto, longe do alcance dos cidadãos comuns. Tanto é assim que a noção de leitor, como se concebe hoje, é recente, pois nas sociedades antiga e medieval, mesmo entre a nobreza e as classes mais abastadas, poucos sabiam ler e escrever, o que explica o caráter sagrado da palavra escrita e o poder

---

<sup>2</sup> Num critério classificatório por tipo de suporte, o uso da argila leva a instituição incumbida da guarda dos tabletes a ser designada de ‘biblioteca mineral’; por analogia, o emprego do papiro e do pergaminho levará à designação, respectivamente, de ‘biblioteca vegetal’ e de ‘biblioteca animal’. A chamada ‘biblioteca vegetal’ contemporaneamente será designada ‘biblioteca física, biblioteca com parede, de papel ou impressa’ em antonímia às bibliotecas midiáticas pela eletrônica, chamadas virtuais, digitais ou mesmo eletrônicas.

<sup>3</sup> Seqüência dos suportes e formatos: primeiro, tabletes de argila, seguidos do papiro e do pergaminho em rolo, até cerca do ano 300, quando aparece o *codex* (códice). Somente a partir de 1470, tem-se a folha dobrada, em formato que lembra pequeno livro (MARTINS, 1957, p. 83).

de quem dominava a leitura. Mais uma vez, Martins (1957, p. 74-75) ilustra com propriedade o que ocorria na Idade Média feudal:

o clérigo foi, durante milênios, não somente o homem que pertencia à classe sacerdotal mas também o letrado, o homem que sabia ler e escrever: do ponto de vista intelectual, a humanidade se dividiu, por séculos e séculos, entre 'clérigos' e 'laicos', entre iniciados à palavra escrita e não-iniciados' [...] Isso era tanto mais exato ... que o sacerdote, monopolizador de fato e de direito de toda a língua escrita, era, ao mesmo tempo, o monopolizador de todos os conhecimentos religiosos, literários, científicos. A ciência empregou séculos para se distinguir da magia, do sobrenatural, e enquanto o astrônomo foi o mágico, enquanto o médico foi o feiticeiro, enquanto o químico foi o alquimista, nada mais natural que o 'texto' fosse igualmente o Texto, o Livro, como ainda hoje em nossos dias na língua inglesa, quando se fala absolutamente: 'The Book', todos compreendem 'A Bíblia'.

Tudo indica também, segundo afirma Samaran citado por Martins (1957, p.75), que os antigos povos do Oriente, como os assírios e egípcios, conheciam apenas bibliotecas religiosas e que o acesso aos documentos era reservado a oficiais. A evolução desse estado de coisas ocorreu com os gregos, cujas bibliotecas, principalmente a de Pérgamo - um dos centros da civilização helenística na Ásia Menor - e a de Alexandria, no Egito, dispunham de textos profanos e disseminavam o conhecimento em geral. No entanto, a biblioteca como instituição não foi a grande representação cultural dos gregos, como será visto mais adiante, e não se tem notícia se eram abertas ao grande público ou reservadas aos intelectuais.

A primeira biblioteca de que se tem notícia, originada na Alta Antigüidade, é a de Tebas, no Egito. Aí floresceram outras, igualmente importantes, como a de Mênfis, sob Ramsés II, localizada no templo de Vulcano, de onde Homero teria furtado, segundo a lenda, os manuscritos da *Ilíada* e da *Odisséia* e se apropriado da sua autoria. Mas nenhuma, em toda a Idade Antiga, gozou de celebridade como a de Alexandria, no Egito - iniciativa de Ptolomeu I, em 332 a.C. - cujo acervo chegou a reunir cerca de 700 mil volumes, entre suas duas sedes dos bairros Bruchium e Serapium. Celebrizaram-na também os incêndios que sofreu e suas causas: o

primeiro, acidental, se deu com César, quando de sua entrada em Alexandria<sup>4</sup>, em 47 a.C.; o segundo, em 642 da era cristã, com os muçulmanos de Omar (também chamado Umar I), por motivos religiosos. Há controvérsias entre historiadores quanto a esta autoria, sendo também o sinistro atribuído aos cristãos, por volta do ano 400, em decorrência de um édito de Teodósio que ordenava a eliminação de templos pagãos. De qualquer forma, 400 ou 600 d.C., o último incêndio foi definitivo por destruir seu rico acervo, tendo a humanidade ficado privada de manuscritos únicos e de originais de grande número de obras da Antigüidade: salvaram-se, por um acaso da história, obras de Ésquilo, de Sófocles e de Eurípides em forma de cópias, em decorrência de os originais terem sido tomados dos atenienses (como empréstimo) por Ptolomeu que, ao invés de devolvê-los, os depositou na Biblioteca que seria incendiada. Também ali foi elaborada tradução para o grego dos livros sagrados dos hebreus, propiciando a propagação do judaísmo e a instalação do cristianismo, fatos marcantes na história da humanidade (MARTINS, 1957, p.77).

Além das grandes bibliotecas do Egito e da Mesopotâmia, a história registra outras de menor porte, a exemplo das de Cesaréia e de Gaza, situadas nas sinagogas judaicas. Na mesma categoria, cita-se também a de Susa, cidade de Elam, país vizinho da Caldéia, que conheceu brilhante civilização ao tornar-se independente da Babilônia, nos séculos XIII e XII a.C., sendo destruída por Assurbanipal em 640 a.C.

A primeira biblioteca pública de que se tem notícia, localizada em Atenas, foi criada por Pisístrato em 571 a.C., que pretendeu reunir a obra de Homero e do que seriam hoje primeiras edições de outros rapsodos, chegando a colecionar grande número de obras literárias e científicas. Há poucas referências oficiais sobre outras bibliotecas na Grécia, o que leva à suposição de que pertenciam a particulares. Alie-se a este fato a transferência de um número ignorado de obras de escritores gregos para Alexandria; no entanto, é o caráter eminentemente oral da cultura grega que talvez explique a quase inexistência de bibliotecas no considerado berço da filosofia, das letras e das artes (MARTINS, 1957, p. 75-79).

---

<sup>4</sup> A coleção restante do bairro Serapium (cerca de 300 mil volumes) foi acrescida com os livros da biblioteca de Pérgamo (cerca de 200 mil volumes), saqueados por Antonio e ofertados a Cleópatra. A invenção do pergaminho está associada a seus fundadores, Átala e seu filho Eumênio.

Paradoxalmente, ao menos de forma aparente, é com os romanos e seu caráter político, guerreiro, comerciante e prático que, por concepção de Júlio César e execução de Asínio no ano 37 d.C., o ocidente conhecerá as melhores bibliotecas. Os documentos ali armazenados, precursores do livro, já não se restringem a conteúdos de caráter eminentemente religioso, passando a abordar temas profanos e de conhecimentos gerais, a serviço de todos. À primeira, instalada no templo da Liberdade, seguiram-se a de Ulpiana e a Palatina, as mais importantes dentre as 29 bibliotecas públicas de que Roma dispunha no século IV desta era. No entanto, segundo Martins (1957, p. 80), alguns autores consideram que as primeiras bibliotecas públicas européias datam do primeiro quartel de 1400 (a Marciana, de Florença, criada por um dos Médicis) ou de 1450 (a Vaticana, fundada pelo Papa Nicolau V) ou ainda de 1608 (a Ambrosiana, de Milão), mas Rizzini atribui aos Quinhentos a criação das bibliotecas públicas de Viena, Mogúncia, Lyon, Berna, Módena (MARTINS, 1957, p. 387-388).

Na Idade Média, coexistiram três tipos de biblioteca, do ponto de vista da entidade mantenedora: as monacais, as universitárias e as particulares. As primeiras, localizadas nos mosteiros, eram construídas praticamente de forma imanente a eles, como evidencia a própria arquitetura que projetava os armários já embutidos em suas grossas paredes; além deles para a guarda e consulta, havia estantes de tipos variados, concebidas para facilitar o manuseio dos fólhos, inclusive as portáteis, onde os livros eram acorrentados. Este ambiente e este aparato material, evocados por Umberto Eco em *O nome da rosa*, revelam, na verdade, mais do que uma preocupação em preservar acervos, o propósito de restringir-lhes o acesso. Deste modo, pode-se concluir que, se por um lado, a Igreja Católica teve uma ação efetiva na preservação de documentos para as gerações futuras – em decorrência do trabalho dos monges copistas – por outro, pode ser-lhe atribuída uma ação nefasta, pelo que destruiu de obras consideradas pagãs ou heréticas, segundo os princípios que a regiam, as quais, ao se tornarem públicas, foram tidas como de grande valor nos meios intelectuais. A proibição de leituras podia atingir até o bispado, a ponto de que o próprio ensino de gramática – correspondente ao ensino do latim – fôra em algum momento proibido por autoridades eclesiásticas. Ainda a respeito, Lalanne citado por Martins (1957, p. 84) acredita que se mais obras de

autores da Antigüidade não foram incineradas, isso se deve ao desprezo que a literatura profana despertava nos meios religiosos. Mesmo assim pode-se creditar aos mosteiros a guarda da produção intelectual da Idade Antiga para a posteridade, até porque “a própria impiedade conhecida de muitos clérigos ‘literatos’ contribuía para salvar, através de cópias sucessivas, muitas obras antigas que outros, mais zelosos, preferiam lançar à fogueira” (MARTINS, 1957, p. 84). Na verdade, essas bibliotecas monásticas, constituídas como coleções particulares, tiveram o mesmo papel das instituições públicas da Renascença, no sentido que, mesmo de forma restrita, eram elas o único meio de acesso às obras científicas, literárias e religiosas (MARTINS, 1957, p. 85). Dentre as bibliotecas monacais, merecem destaque tanto pela grandeza do acervo documental reunido, quanto pelo *scriptorium*<sup>5</sup> com que contavam, as das abadias italianas de Bobbio e de Monte Cassino; a de Monte Athos, na Turquia; a de Saint-Gall, na Suíça; as de Luxeuil, de Corbie, de Cluny e de Fleury-sur-Loire, na França; a de Fulda, na Prússia; e a Biblioteca Vaticana, criada no século V, instalada na basílica de São João de Latrão e transferida para a sede pontifícia somente no século XV.

Ainda no medievo e também mantidas por monges, as bibliotecas bizantinas foram mais vulneráveis à influência profana do que as ocidentais, o que assegurou a revelação das riquezas contidas tanto nas bibliotecas do Oriente Próximo, como nas do próprio Ocidente. A explicação para isto assenta-se em dois fatos principais: a) as Cruzadas, quando os cavaleiros – de vida rude e primitiva na sua origem – importam as civilizações bizantina e sarracena para a Europa; b) a fuga de monges e sábios do Bizâncio – atual Turquia – para o Ocidente (1453). Nessa ocasião, além dos manuscritos das suas bibliotecas, trouxeram o conhecimento da cultura helênica, base do movimento renascentista. Celebrizaram-se, no Oriente, o convento *Studion*, por sua biblioteca e sua oficina de copistas, e o de Santa Catarina, perto do Monte Sinai, onde foi encontrado o mais antigo dos manuscritos gregos, datado do século IV – parte do Antigo e todo o Novo Testamento (MARTINS, 1957, p. 89).

---

<sup>5</sup> Oficina de copistas, onde era desenvolvido todo o processo editorial, desde a preparação do pergaminho e a escrita, até a pintura e a encadernação.

Paralelamente a essas bibliotecas monacais bizantinas, algumas das maiores bibliotecas de Constantinopla foram as particulares, mantidas por nobres e aristocratas: a de Constantino, com cem mil volumes, quase toda incendiada e de onde teriam desaparecido, segundo registra a tradição, as obras de Homero escritas a ouro; a do sábio Photius (século IX), autor de importante bibliografia da literatura clássica – *Myriobiblon* – com duzentos e oitenta obras arroladas. No Ocidente, destacaram-se as de estudiosos, professores, bispos e a do palácio de Prusiane – às margens do rio Gardon, França – esta pela particularidade de ser dividida para o atendimento a mulheres, a literatos e a leitores comuns; e, ainda, a de Carlos V (1500-1558), da França, que chegou a reunir mil e duzentos volumes e cujos manuscritos formaram a coleção que deu origem à Biblioteca Nacional de Paris. O gosto pelas letras e artes, disseminado entre as classes abastadas a partir do refinamento dos costumes que ocorreu na corte européia em meados do século XIV, teve como uma de suas conseqüências a criação dessas bibliotecas particulares. Tratava-se de coleções pequenas, mas de tal modo integradas à vida dos senhores que eles as incluíam regularmente à sua bagagem de viagem ou de expedições militares (MARTINS, 1957, p.88-90).

O controvertido clima político e cultural da Idade Média assiste a um dos maiores feitos para a civilização: o nascimento das universidades – e, com elas, as bibliotecas universitárias. Suas origens repousam no final do primeiro milênio da era cristã, quando a Igreja se viu incapacitada para prover toda a demanda de ensino através do clero. Este motivo levou-a a conceder licenças àqueles por ela julgados aptos para a tarefa de ensinar. Neste cenário, a primeira tentativa de criação de uma universidade deu-se no século X, com o surgimento da Escola de Medicina de Salerno, mas historicamente a Universidade de Bolonha – ambas na Itália – é considerada a primeira (1088). Seguiu-se a de Paris, instalada entre 1150 e 1170, sendo que até o fim da Idade Média estariam fundadas as grandes universidades (ENCICLOPÉDIA Abril 1976, v. 12)<sup>6</sup>. Ali, por conta das ligações mantidas com a Igreja e com os nobres, o ensino de teologia gozava de privilégios em relação a

---

<sup>6</sup> Pádua (1222), Nápoles (1224), Siena (1242), Oxford (1249), Cambridge (1284), Coimbra (1308), Pisa (1343), Praga (1348), Cracóvia (1364), Viena (1365), Heidelberg (1385), Colônia (1388), Turim (1405), Aix e Leipzig (1409), Louvain (1425), Bordeaux (1441), Trier (1454), Freiburg (1455), Mains (1456), Basiléia (1459), Saragoça

outras áreas (LUBISCO, 1999, f. 4). Porém, nesse ambiente de produção e disseminação do conhecimento - fermento para novas idéias - não demorou o surgimento de divergências em relação à narrativa hegemônica da teologia cristã, as quais irão redundar nas contestações que abalarão profundamente não só a própria teologia, mas os cânones da filosofia e da ciência. A Europa começa a se transformar.

O clima cultural propiciado pela presença das universidades cria não só novos costumes e demandas, mas a ampliação do mercado de trabalho em torno do livro, com o surgimento dos escribas e dos miniaturistas leigos. Esta laicização das atividades, até então exercidas nos mosteiros, estende-se também às bibliotecas, destacando-se desde logo a de Oxford, cuja coleção tem início com a doação de livros do seu fundador, o mesmo ocorrendo com a biblioteca da Universidade de Paris. Esta, segundo seu regulamento *sacer et augustus locus*<sup>7</sup>, só permitia a entrada a quem portasse beca e boné e aconselhava refletir e meditar após a leitura, mediante passeios silenciosos por suas galerias. No entanto, o grande impulso das bibliotecas universitárias vai se dar no curso do século XV, quando a ampliação dos bens materiais das universidades permite que elas disponham de prédios próprios, abrigando as salas de aula e as bibliotecas, das quais se destacam a de Orléans (jurídica), a de Paris e de Avignon (médicas), a de Poitiers, Caen e Angers (já empregando bibliotecários), a de Nantes, todas estas na França, além das bibliotecas de Cambridge e de Oxford, na Inglaterra, em 1444 (MARTINS, 1957, p. 91, 93- 94).

Kátia de Carvalho, em sua *Travessia das Letras* (1999, p. 17), expõe sobre a mudança ocorrida dizendo que o

Iluminismo deu outro significado ao livro na sociedade. A divisão política da Europa em estados nacionais definiu os espaços urbanos, favorecendo o crescimento da população livreira. O aprimoramento do periódico contribuiu para redefinir novas funções e conceitos no campo informacional. O livro passou gradativamente a perder o *status* de objeto sagrado e a adquirir o sentido de objeto de consumo.

---

(1474), Tübingem, Barcelona e Upsala (1477), Copenhagen (1479), Aberdeen (1494), Alcalá (1499), Valença (1501), Sevilha (1505).

<sup>7</sup> Local sagrado e augustus.

Isto quer dizer que, com o anúncio do Renascimento, a biblioteca universitária começa a incorporar novas funções e a contar com a atuação de bibliotecários: da ação restrita de depositária e guardiã ferrenha de livros, ao modo medieval, passa a fazer parte da vida de outros segmentos da sociedade além do clero, dando início ao seu papel de disseminadora do conhecimento. Decorre certamente daí a afirmativa de Ortega y Gasset de que o bibliotecário é uma “invenção da Renascença”, o que pode também ser associado ao caráter social que o livro assume: ele perde sua função estrita de “revelação” ou de “código e passa ao nível da necessidade social, porquanto escrito por gente comum, cujo compromisso era simplesmente escrever e não prescrever (MARTINS, 1957, p. 374). Ademais, a tipografia data da Renascença e foi um fator determinante para a obtenção da multiplicação mecânica de uma obra em vários exemplares, o que antes era feito pelo trabalho artesanal dos copistas. Também o movimento luterano da Reforma, na sua missão de propiciar o acesso direto a Deus através da Bíblia, de certo modo fez parte do conjunto de variáveis que favoreceu o progresso da imprensa e das bibliotecas, bem como o início da democratização do acesso ao livro e ao conhecimento.

É esse clima de efervescência cultural do Renascimento, com seus ideais de valorização do humano e da vida terrena, que promoverá “a derrocada de um pensamento hegemônico que representava uma ordem espiritual, social e econômica havia séculos estabelecida na Europa” (LUBISCO, 1999, f. 6). Assim, do final do século XVI em diante, a trajetória das bibliotecas será de transformação permanente, iniciada com a laicização, já citada, passando pela democratização das suas condições de acesso e uso, até chegar à especialização por áreas do conhecimento e à socialização, através do serviços de extensão, desenvolvidos extra-muros. O caráter leigo que elas adquirem advém não só da mão-de-obra com que passam a contar, mas principalmente por terem se deslocado dos mosteiros para prédios próprios, como visto anteriormente. Sua instalação naqueles conventos constitui-se em causa e conseqüência do caráter religioso que tinham, embora fosse ele decorrente mais da natureza daquelas entidades do que propriamente do tipo de literatura que abrigavam.

A este processo de laicização das bibliotecas está associado o das mudanças sociais da Idade Moderna – e conseqüentemente, das suas instituições – e ele se

funda no novo pensar renascentista, originado com a ruptura da unidade entre os cristãos, provocada por Lutero (1517); é este rompimento que irá contribuir para a abertura de espaços a novas formas de pensamento e, em decorrência, para a consolidação do humanismo e de uma atitude diversa da medieval ante o advento da nova ciência (LUBISCO, 1999, f. 5). Neste ambiente, o livro passa de objeto “sacro” a ferramenta de trabalho, fator que fortalecerá o papel da biblioteca como instituição “leiga e civil, pública e aberta” (MARTINS, 1957, p. 365). E assim, na medida em que ela amplia o acesso a todos, democratizando-se, estará propiciando o surgimento da especialização.

A respeito dessa *détente* que a sociedade européia vivencia, merece atenção o que diz Martins (1957, p. 365):

Essa transformação implica, como é fácil de compreender, uma democratização cada vez maior. Antes que se instalassem nos diversos países os sistemas democráticos de govêrno, já a biblioteca era um organismo democrático. Foi o livro, ou seja, no fundo, a biblioteca, um dos instrumentos mais poderosos da abolição do “antigo regime”. Qualquer que tenha sido a influência efetiva da *Enciclopédia* e dos enciclopedistas na deflagração da Revolução Francesa, é inegável que eles aí tiveram um papel. Ora, a *Enciclopédia* não era um livro: era uma biblioteca em forma de livro, uma biblioteca manual, se assim me posso exprimir. A *enciclopédia* é um livro que contém uma biblioteca, assim como a biblioteca é uma enciclopédia que contém livros. Naquele instante crucial do século XVIII, há pois, uma presença indiscutível de um pensamento democrático que antecede a democracia, e êsse pensamento parte do gabinete de leitura, do livro e da biblioteca.

As grandes coleções de propriedade da Igreja e do Estado imprimiam às bibliotecas uma característica de museu e com acesso restrito, situação que se estenderá, genericamente, até o século XX; no entanto, pelo fato de o conhecimento não estar mais subordinado à fé e sim voltado para a razão – isto é, para a solução de problemas e domínio da natureza – tem-se

o início da especialização do homem moderno, do desenvolvimento de novas técnicas de produção, do aumento dos registros produzidos pela sociedade, da organização formal da educação, do aparecimento do livro didático, do comércio livreiro, do acúmulo de recursos financeiros gerados pelo comércio, da estabilidade política dos povos europeus (DODEBEI e outros, 1998, [f. 5]).

Esse ambiente sociopolíticocultural irá propiciar não só o aparecimento de bibliotecas públicas e especializadas, mas de laboratórios, de novas metodologias de ensino, ao lado de uma nova universidade, voltada para o desenvolvimento de técnicas e de pesquisas necessárias ao desenvolvimento da sociedade.

Além da Revolução Francesa, há mais dois momentos na história que devem ser lembrados: a Revolução Industrial (fins do século XVIII, início do XIX), quando a biblioteca passa à função de serviço, com um caráter educativo; e a Revolução Russa (início do século XX), quando Lenin estabelece políticas para o setor biblioteca (MILANESI, 1985, p. 21-22). Os paradigmas da Revolução Industrial, que irão determinar a introdução de novos valores, princípios e aspirações na sociedade européia, trazem em seu bojo o projeto de estender a educação para todos como meio de “legitimar uma nova ordem social” (DODEBEL e outros, 1998, [f. 5-6]). A educação superior permanece como privilégio da elite e o fato de as universidades se estruturarem de formas diferentes entre si determinou que as não alinhadas às pretensões da classe social emergente deixassem de absorver cursos de formação profissional, que foram canalizados para a esfera das sociedades particulares. Muitas destas, verdadeiros centros de excelência em pesquisa, aparelharam-se com bibliotecas e laboratórios, tendo-se destacado, entre outras, a *Royal Society*, na Inglaterra.

Assim, o desenvolvimento industrial e o processo de urbanização das cidades constituíram-se em elementos importantes para o surgimento das bibliotecas públicas nos séculos XVIII e XIX, em decorrência da expectativa de que elas poderiam contribuir “de maneira significativa para a ordem social e o progresso nacional [no caso da Inglaterra] e especialmente nos Estados Unidos, para a manutenção da democracia” (MUELLER, 1984, p. 9). Esta visão utilitarista levou Stanley Jevons a preconizar que a manutenção da biblioteca pública deveria ser feita através de impostos, na medida que, por um baixo custo e pelo acesso a boa literatura, seriam mantidos os “homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres inocentes”, o que poderia significar afastados da marginalidade (MUELLER, 1984, p. 9). Nos Estados Unidos, a concepção de biblioteca pública era acrescida de uma função educativa associada ao fortalecimento da democracia, conforme já assinalado. Melvil Dewey acreditava na educação além da escola e

indistintamente para todos, motivo porque atribui à biblioteca pública um “papel social bem definido, o de educar as classes mais baixas” (MUELLER, 1984, p. 13). Mas a biblioteca pública amplia também suas funções em consonância com as transformações ocorridas do século XIX para o XX, quando o foco da educação amplia-se para o cultural. Neste ambiente, revela-se uma mudança significativa de objetivos em relação à biblioteca erudita, restrita à classe dominante.

Por conta do adjetivo que a qualifica, a biblioteca pública pode levar o leigo no assunto a confundir sua função – atender o público em geral - com o seu mantenedor. Num recurso de ênfase, Edson Nery da Fonseca afirmou que ela deveria ser capaz de suprir a ausência de qualquer outra, afirmativa que guarda coincidência com o seguinte pensamento de Melvil Dewey a respeito do papel desse tipo de biblioteca: “educação superior para adultos [...] durante toda a vida” (MUELLER, 1984, p. 13). Ainda sobre o mesmo tema, Luís Málaga citado por Martins (1957, p. 367-368), assim descreveu sua missão:

[...] em lugar de ser um simples depósito de livros ou o refúgio dos escritores infelizes, a biblioteca pública deve colaborar na educação das massas ignorantes. Ela completará o ensino dispensado pela escola e ajudará a formar o público de amanhã. Ela desempenhará o papel de um centro de serviço social, onde as crianças, os adolescentes e os adultos que não puderam receber nas escolas uma instrução suficiente, encontrarão informações, conselhos, divertimentos, sem distinção de condição social, de nacionalidade, de crença, de língua ou de profissão. Enfim, ela servirá aos interesses da comunidade e aos mais nobres valores humanos; ela despertará a consciência social do indivíduo e do grupo, contribuirá para o desenvolvimento das atividades criadoras no povo e orientará as aspirações altruístas dos melhores elementos da sociedade.

Esse ideal certamente influenciou que ela ficasse caracterizada, na Conferência da Bibliotecários promovida pela Unesco em São Paulo, 1951, como uma “criação da democracia moderna”, capaz de “assegurar plenamente a educação popular” (MARTINS, 1954, p. 368); desdobrado ainda em objetivos, esse ideal se constituirá nos princípios conhecidos como Manifesto da Unesco sobre a Biblioteca Pública, aprovados na reunião da IFLA em Budapest, em 1972. Sua segunda versão data de 1994, sendo que no interregno – 1982 - foi lançada a Declaração de Caracas, reforçando aqueles princípios (LUBISCO, 1993).

Uma ação inovadora no campo das atividades da biblioteca pública teve início em Massachusetts (1890), quando ela passa a oferecer serviços para crianças, embora as bibliotecas infantis remontem ao último quartel do século XVIII (1778) em Hamburgo, na Alemanha - quando o pedagogo Joachin Heinrich Campe criou a “sociedade educativa” para contar histórias aos seus alunos - e ao início do século XIX (1803) em Salisbury, nos Estados Unidos - com as Escolas Dominicais, com a intenção de que as crianças se sentissem mais atraídas pela biblioteca do que pela rua (FREITAS, 2001, p. 136-137).

Além de contar com materiais e conteúdos diversificados e de estender seu atendimento do analfabeto e do pré-escolar ao pesquisador, da dona de casa ao operário, o acervo da biblioteca pública pode incluir coleções para estrangeiros. Sua presença na comunidade pode ocorrer através de atividades extra-muros (chamadas extensionistas), de serviços para deficientes visuais, e ainda contar com seção de música e de multimeios, promover palestras, cursos, exposições, enfim, tudo que se identifique com a comunidade onde ela estiver inserida (MARTINS, 1957, p. 369).

Os países europeus e os Estados Unidos – sempre tomados como referencial para a América Latina – já têm sua tradição consolidada também quanto às bibliotecas escolares. Na esfera latino-americana, no entanto, como ocorre com as bibliotecas públicas, há exemplos de sucesso, mas os problemas são enormes. Dentre os esforços regionais de maior impacto, merece destaque a experiência conjunta da Colômbia, Costa Rica, Peru e Venezuela na implementação de um projeto multinacional, com o apoio da OEA, ocorrido nos anos 80 (MODELO flexível..., 1985, p. 9). Da mesma forma como acontece com as bibliotecas públicas dos países em desenvolvimento e até pela interface que têm com elas, as bibliotecas escolares, conceitual e materialmente, têm recebido respaldo de organismos internacionais, com base na Declaração de Lima, datada de 1983, onde foram explicitadas suas funções, objetivos e abrangência, de forma integrada ao sistema de ensino (LUBISCO, 1993).

No Brasil, se as bibliotecas públicas enfrentam percalços históricos, pode-se considerar que não há sistemas de bibliotecas escolares. O que se tem são esforços isolados, tanto no setor público, quanto no setor privado, merecendo alusão, no entanto, os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, que gozam de

reputação no setor pelo fato de computarem o maior número de bibliotecas escolares do País, conforme registro do antigo INL nos idos de 1989. Esta situação se repete em relação às bibliotecas públicas, acrescida o Estado da Bahia (TARAPANOFF; SUAIDEN, 1995, p. 156-157) .

Já as bibliotecas nacionais, segundo Martins (1957, p. 388-412) sempre desfrutaram de *status*, tanto na sociedade em geral, quanto nos meios profissionais e acadêmicos – nestes, pelo que representam para a pesquisa, principalmente na área das Humanidades, das Letras e das Artes. Embora cada país conte com a sua, serão a seguir apresentadas informações sucintas sobre as de maior reconhecimento mundial, além de uma latino-americana e da brasileira.

A criação da Biblioteca Nacional de Paris, em 1595, inaugurou um processo que se generalizou nos séculos seguintes. Seu acervo, iniciado com a coleção de Carlos V, foi enriquecido com coleções oriundas de diversas casas reais, além de manuscritos gregos e da *Notre Dame*, da biblioteca dos jesuítas, de livros e documentos de origens diversas incorporados ao longo dos séculos e ampliados pelo sistema de depósito legal<sup>8</sup>, instituído por Francisco I (1537).

A Inglaterra tem no *British Museum* a sua biblioteca nacional, fundada em 1753, com o acervo formado a partir das coleções de história natural, antigüidades, livros e manuscritos de Sir Hans Sloane, posteriormente ampliado por coleções de nobres e da Biblioteca Real. Como na França, o depósito legal criado em 1709 representou um elemento favorável ao seu crescimento regular. Sua função inicial de museu foi mantida, mas certamente suplantada pela de biblioteca, inovadora em termos de organização, pela presença profissional de Sir Anthony Panizzi. Desde o século XIX, a instituição investe em literatura estrangeira, mas conta também com coleções valiosas com as do teatro inglês, edições *princeps*<sup>9</sup> vindas da França, coleção da Revolução Francesa, manuscritos e documentos orientais.

A biblioteca nacional dos Estados Unidos - *Library of Congress* - de início destinava-se ao uso de uma assembléia legislativa na Filadélfia até que, por ocasião da mudança da capital para Washington, em 1800, teve seu acervo foi levado e

---

<sup>8</sup> Mecanismo próprio das bibliotecas nacionais, tem como função assegurar a coleta e o controle bibliográfico de cada país que, por sua vez, alimenta o Controle Bibliográfico Universal, proposto pela IFLA à UNESCO em 1974 (MONTE-MÓR; BOTELHO, 1987, p. 106).

<sup>9</sup> A primeira edição de um livro.

ampliado com uma compra feita na Inglaterra. Durante cerca de um século não teve grande evidência, situação que se reverteu em decorrência do depósito legal, das compras regulares e principalmente da sua liderança internacional em serviços aos usuários e nos procedimentos técnicos relativos aos acervos.

Na Itália, diferentemente do que ocorre na maioria dos países – que concentram seus patrimônios documentais numa mesma biblioteca – os manuscritos e incunábulo<sup>10</sup>, que normalmente originam as coleções nacionais, encontram-se dispersos por bibliotecas públicas de diversas cidades. Ainda na mesma região, vale registrar que a Biblioteca do Vaticano que, embora não possa ser considerada a biblioteca nacional da Itália, desfruta do mesmo prestígio. Sua notabilidade decorre de dois fatores: a) o tesouro bibliográfico que abriga – praticamente inacessível pela desorganização e falta de conservação dos documentos até o papado de Pio X<sup>11</sup>; b) a publicação das Normas de Catalogação em 1920, cujo mérito foi suplantar as deficiências de todas as outras testadas até então, por sua inaplicabilidade às peculiaridades daquele acervo. Baseadas nas normas da *American Library Association* de 1908, elas foram traduzidas para várias línguas, inclusive o português, tendo sido adotadas no Brasil – com o codinome Vaticana - desde 1942 até o advento do *Anglo American Cataloging Rules* (AACR), traduzido para o português em 1969 (BARBOSA, 1978, p. 64-65).

Inicialmente Biblioteca Real do Imperador (1635), depois Biblioteca do Estado Prussiano e ainda Biblioteca da Universidade de Berlim até 1831, a Biblioteca de Berlim, mesmo com a perda de um terço de seu acervo durante a Segunda Guerra, ainda é considerada uma das maiores e mais ricas da Europa em acervo bibliográfico. Dentre suas coleções mais valiosas estão as impressões pertencentes ao Conde Méjan e a coleção de literatura alemã, também regularmente alimentadas pela lei de depósito legal, datado de 1699. A Alemanha é o país apontado como dos maiores do mundo em número de bibliotecas e milhões de volumes, entre suas bibliotecas universitárias, públicas, especializadas e particulares.

Na Rússia, o sistema de bibliotecas públicas mantidas pelo antigo Estado soviético – sistema esse considerado como dos mais eficientes em termos de

---

<sup>10</sup> Livros publicados até 1500.

organização - assegurava a implantação dessas unidades de informação em sindicatos, fazendas, escritórios, organizações profissionais por todo o território da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS). Dentro deste enfoque, a de Moscou se constituiria simplesmente em mais uma do conjunto, não fosse seu numeroso acervo, que a caracterizou como biblioteca nacional.

Sem a vida cultural pujante como a da Europa, a América Latina teve – e ainda tem – na Argentina e no Brasil os maiores produtores de livros e bibliotecas. A Biblioteca Nacional de Buenos Aires, criada como Pública de Buenos Aires pela Junta Revolucionária em 1810, formou sua coleção a partir dos livros fornecidos pelo Cabildo Eclesiástico, do Colégio de São Carlos e de particulares, e ainda pode ser considerada a mais importante da América de língua espanhola.

A Biblioteca Nacional brasileira, sediada no Rio de Janeiro, foi formada pela coleção trazida para o Brasil com D. João VI em 1808. A particularidade sobre a origem desse acervo é tratada em riqueza de detalhes por Kátia de Carvalho que, dentre outras informações, relata o terremoto que se abateu sobre Lisboa em 1755 e o conseqüente incêndio do Palácio da Ribeira,

[...] onde ficava a biblioteca privada da Família Real portuguesa, a Real Bibliotheca da Ajuda. Quase todo o precioso acervo da livraria que pertencera a d. João I, d. Duarte e d. Afonso V, fora perdido. A partir da tentativa de reconstituição da Real Bibliotheca da Ajuda, começou a ser formada aquela que viria ser, no século seguinte, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. D. José, rei de Portugal à época [...] mandou organizar uma nova biblioteca, chamada La Ajuda, por meio de compras e doações. Durante seu governo (1750-1777), o acervo se enriqueceu com a valiosa coleção de 4.301 obras reunidas em 5.764 volumes, doada pelo bibliófilo Diogo Barbosa Machado, abade de Santo Adrião de Server. A d. José I foram doadas, também, estampas raras e códices manuscritos do artista inglês Guglielmo Dugood, que residia em Portugal e trabalhava em ourivesaria para a Corte. Ao acervo real foram incorporados os livros do Colégio de Todos os Santos da Ilha de São Miguel, uma das nove ilhas no arquipélago português nos Açores, [...] pertencentes ao patrimônio da Companhia de Jesus [...]. (CARVALHO, 1999, p. 91).

---

<sup>11</sup> Teve a iniciativa de promover a organização da biblioteca, mediante o concurso de dez bibliotecários, entre americanos e italianos, que a reformaram de 1928 a 1930.

Foi paulatinamente enriquecida com coleções de particulares ilustres, de outras bibliotecas e por compra, embora tenha também, ao longo do tempo, sofrido perdas significativas, como foi o caso dos *Manuscritos da Coroa*, coleção de mais de seis mil códices<sup>12</sup>, dos quais ficaram no País cerca de mil. Sua inauguração ocorreu em 1810, no hospital da Ordem Terceira do Carmo, passando para o atual prédio da avenida Rio Branco cem anos depois. É rica em obras raras – manuscritos e impressos – e sua coleção de gravuras é das mais valiosas do mundo (MARTINS, 1957, p. 403-412).

O panorama descrito pretendeu demonstrar que no século XIX a Europa e a América do Norte já dispunham de bibliotecas importantes, entre nacionais, universitárias, especializadas e públicas. Não por acaso foi considerado o “século de ouro da catalogação”, pela atuação competente de Charles Ami Cutter e Seymour Lubetzki, nos Estados Unidos, e Sir Anthony Panizzi, na Inglaterra, considerados os três gênios da catalogação (BARBOSA, 1978, 25, 26, 28 e 38). Se o trabalho normatizador daqueles três catalogadores por uma lado revelou que já havia sistematização na catalogação naqueles dois países, por outro revela também que a biblioteca se constituía numa instituição consolidada e em expansão, “essencial na organização social”, embora este conceito venha a se concretizar só em fins de 1920, com a criação da escola de pós-graduação em Biblioteconomia, em Chicago (MUELLER, 1984, p. 19).

## 2.2 PROFSSIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS BIBLIOTECÁRIOS

A ação daqueles pioneiros irá promover – e muitas vezes protagonizar – em meados do século XX, a interlocução entre organismos nacionais, como a *American Library Association* e a *Library of Congress*, e internacionais como a UNESCO, a *Fédération Internationale de Documentation* (FID), a *International Federation of Library Associations* (IFLA), a *International Organization for Standardization* (ISO), como será visto mais adiante. A este ambiente pode ser atribuída a gestação de dois nomes-símbolo: Margareth Mann, nos Estados Unidos, e Alice Príncipe Barbosa, no Brasil, a segunda pelo “trabalho realmente notável” tanto como bibliotecária de

---

<sup>12</sup> Manuscrito em pergaminho, no formato semelhante ao do livro atual.

referência, como por “sua atuação na direção do SIC (Serviço de Intercâmbio de Catalogação) do antigo IBBD (atual IBICT)”, segundo historia Lydia de Queiroz Sambaquy (BARBOSA, 1978, p. 17).

O otimismo com que alguns historiadores cercam a evolução e a inserção do livro e da biblioteca na sociedade encontrará ressonância nos princípios de Shiyali Ramamritam Ranganathan (1931), estabelecidos após visitas que levou a efeito a mais de uma centena de bibliotecas inglesas, em diferentes estágios de desenvolvimento (FIGUEIREDO, 1992, p. 186). Esses princípios, chamados de *As Cinco Leis da Biblioteconomia*, marcam o início da profissionalização do trabalho em bibliotecas, e foram descritos conforme segue: 1-*Books are for use*; 2 – *Every reader his book*; 3 – *Every book its reader*; 4 – *Save the time of the reader*; 5 – *A library is a growing organism*<sup>13</sup>. Em sua análise, o bibliotecário indiano considerava que, até então, os serviços bibliotecários eram implementados de forma desintegrada e com regras empíricas, apesar dos esforços conhecidos desde o final do século XIX sobre as normas de descrição documental (catalogação).

A releitura do ideário Ranganathan, feita, dentre outros, por B. I. Palmer, nos anos 60, por P. B. Mangla, E. Garfield, F. W. Lancaster e pelo brasileiro Sebastião de Souza, nos 80 (FIGUEIREDO, 1992, p. 186-191), por Michael Gorman (co-editor da AACR2) em 1995, por Briquet de Lemos em 1998 (p. 348) e por Maria Luiza de Almeida Campos, em 2000, demonstram que os setenta anos de sua existência e sua aparente obriedade não foram suficientes para desatualizá-lo; ao contrário, além de encerrar questões cruciais da prática biblioteconômica, tem sido objeto de aplicação aos novos cânones da área, resultantes de estudos e pesquisas desenvolvidas tanto no Brasil, como em centros mais avançados como Inglaterra, Estados Unidos, só para citar os principais. A atualidade das Leis, então, pode ser atribuída à ação terapêutica que sua aplicação sugere: mais do que a necessidade de capacitação, elas propugnam por mudança na postura do bibliotecário, passando do tradicional guardião do patrimônio documental da humanidade, a promotor e mediador do processo de transferência da informação.

---

<sup>13</sup> 1 - Os livros são para serem usados; 2 - A cada leitor seu livro; 3 - A cada livro seu leitor; 4 - Economize o tempo do leitor; 5 - A biblioteca é um organismo em crescimento.

Também merecem destaque as opiniões de diversos pensadores, levantadas por Susana Mueller na literatura especializada e publicadas em artigo de 1984 (p. 7-54), sobre o papel da biblioteca, da Biblioteconomia e do bibliotecário, no período entre 1880-1975. A partir de tantos citados, como por exemplo o próprio Ranganathan, José de Ortega y Gasset, Jesse Shera, J. D. Foskett, a autora elabora suas conclusões considerando que, apesar das diferenças do *modus operandi* observado “de uma época para outra”, a visão sobre a biblioteca é a da mais íntima relação com o seu entorno e a da permanência das suas funções primordiais de coletar, preservar, organizar e disseminar informações<sup>14</sup>.

Foskett, em seu *O credo de bibliotecário – sem política, sem religião, sem moral*, escrito em 1962, defende o desenho de um perfil profissional para a Biblioteconomia, ou mesmo a definição de uma filosofia para a profissão, expressando-se da seguinte forma, segundo traduz Mueller (1984, p. 39):

Os pragmatistas podem dizer o que quiserem, estes sujeitos práticos que não tem tempo para coisas teóricas, mas filosofia é básica a qualquer tipo de visão sistemática da vida, e em particular à visão profissional.

Influenciado por Raymond Smith, ele concebe a biblioteca como parte de um todo – isto querendo significar que seus objetivos correspondem aos da sua entidade mantenedora – e a Biblioteconomia como uma ciência social voltada para o desenvolvimento da cultura e para a organização do conhecimento.

Demonstrando a influência que sofreu de Raymond Smith e de Ranganathan, Foskett ainda expõe sua crença em que os autores escrevem com o objetivo de comunicar e que a sociedade dispõe das condições de acesso aos produtos da comunicação: impressão, publicação, venda e rede de bibliotecas, à qual está associada a ação do bibliotecário, qual seja, organizar o “fluxo da informação do produtor ao usuário” (MUELLER, 1984, p. 41).

Nessa linha de pensamento, mas ampliando o espectro da aplicação das *Cinco Leis da Biblioteconomia* de Ranganathan, F. W. Lancaster (1996, p. 11) considera

---

<sup>14</sup> Um visão panorâmica e atualizada sobre o tema pode ser obtida no capítulo *Bibliotecas*, autoria de Briquet de Lemos, do livro organizado por Bernadete Santos Campelo et al., *Formas e expressões do conhecimento*, editado pela Escola de Biblioteconomia da UFMG, em 1998.

aqueles princípios adequados para “orientar as decisões sobre o que deve ser avaliado, segundo que critérios, e com quais métodos”, donde se pode depreender também sua propriedade para aplicação em planejamento e gestão de bibliotecas. Mas sua análise vai mais além: em seu livro *Avaliando serviços de bibliotecas* (LANCASTER, 1996, p. 11-14), o autor comenta cada uma daquelas leis, atualizando-as e adaptando-as às demandas do seu tempo e aos recursos eletrônicos disponíveis, exortando a biblioteca a sair da passividade histórica de preservar o acervo e de aguardar o leitor - que a caracterizou desde os primórdios, enraizando-se no comportamento dos bibliotecários - para uma atitude que leve em conta a missão da biblioteca e, conseqüentemente, as condições de acessibilidade, a disponibilidade do documento e da informação, a eficácia no atendimento correto e completo, a divulgação para atrair novos usuários, o tempo ideal a ser gasto por ela própria e pelo usuário e, finalmente, a sua capacidade de inovar. Além disso, relata a visão que Maurice Line apresenta em seu artigo *Review of use of library materials: the University of Pittsburgh study* (publicado em *College & Research Libraries*, 1970, v. 40, p. 557-558), especificamente sobre as bibliotecas universitárias, argumentando que elas aplicam as *Cinco Leis*, só que de forma oposta ao pensamento de Ranganathan, o que de certo modo denuncia o lado problemático, paralelamente ao lado mais nobre de sua missão. Como ilustração, demonstra-se a seguir o contraste da visão irônica de Line com a singeleza da visão do mestre indiano:

RANGANATHAN	LINE
Os livros são para usar	Os livros são para acumular
A cada leitor seu livro	Para alguns leitores seus livros
A cada livro seu leitor	Para alguns livros seus leitores
Poupe o tempo do leitor	Desperdice o tempo do leitor
A biblioteca é um organismo em crescimento	A biblioteca é um mausoléu em crescimento

Figura 1 - Leis da Biblioteconomia segundo Ranganathan e suas Distorções segundo Line

Fonte: Lancaster, 1996. p. 11-15.

Considerando, assim, o contexto do século XX e a diversidade de tipos de biblioteca existentes, para fins deste estudo será adotada a classificação que integra o programa da disciplina ICI-002 – Administração da Unidades de Informação, ministrada no Instituto de Ciência da Informação, da Universidade Federal da Bahia.

A caracterização de um determinado tipo de biblioteca se dá pela combinação de variáveis; dentre estas, uma rege as demais, no caso “função” que, relacionada a “acervo” e “público-alvo”, configura a existência de 5 tipos de biblioteca, aqui entendida como a instituição pública ou privada, cuja finalidade é a preservação, organização<sup>15</sup> e disseminação<sup>16</sup> da informação, geral ou especializada, documental ou referencial, material ou virtual, segundo interesses ou demandas de usuários reais e potenciais. Tomá-la do ponto de vista cultural como “memória coletiva” da humanidade, afirma Lemos (1998, p. 347), permite uma visão mais “adequada de sua função”. É o mesmo autor quem ainda indica as pré-condições para

se ter uma biblioteca, no sentido de instituição social [...]: a intencionalidade política e social, o acervo e os meios para sua permanente renovação, o imperativo de organização e sistematização, uma comunidade de usuários [...], o espaço físico onde se dará o encontro entre os usuários e os serviços da biblioteca. (LEMOS, 1998, p. 347).

O quadro a seguir sintetiza os tipos de biblioteca segundo as variáveis função, acervo, público e entidade mantenedora.

---

<sup>15</sup> Implica no processamento técnico e na disposição do acervo.

<sup>16</sup> Também chamada transferência da informação.

ESPECIFICAÇÃO	FUNÇÕES	ACERVO	PÚBLICO	ENT. MANTEN.
Nacional	Executar e promover o controle bibliográfico de determinado país Preservar a memória bibliográfica do país (Brasil: Depósito Legal, 1907)	Geral	Pesquisador População em geral <sup>17</sup>	Setor público
Pública <sup>18 19</sup> Modalidades: Fixa (sede em prédio); Ambulante (caixa-estante, carro e barco-biblioteca, entre outros)	Promover o desenvolvimento cultural da comunidade em geral, através de : <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fornecimento de informações gerais e utilitárias</li> <li>▪ Fomento do gosto pela leitura e da sua consolidação</li> <li>▪ Apoio à educação formal e informal</li> <li>▪ Divulgação do idioma nacional</li> <li>▪ Divulgação das publicações oficiais</li> <li>▪ Preservação da memória local/regional</li> <li>▪ Oferta de lazer cultural</li> <li>▪ Universalização do acesso à Internet.</li> </ul>	Geral	População em geral	Setor público , fundações, associações, comunidades
Escolar	Apoiar o desenvolvimento do currículo Atuar como laboratório de aprendizagem (inclui a desescolarização do livro didático)	Didático Paradidático Lazer	Comunidade escolar (professores e alunos)	Setor público, privado
Universitária	Apoiar o desenvolvimento da pesquisa científica, do ensino de graduação, de pós-graduação e da extensão universitária.	Especializado	Comunidade acadêmica (professores e alunos)	Setor público, privado
Especializada	Apoiar o atingimento dos objetivos de determinada organização.	Especializado	Técnicos, especialistas	Setor público, privado

Figura 2 – Tipologia de Biblioteca

Fonte: Lubisco, 2001.

<sup>17</sup> Este acesso varia de um país para outro, de uma coleção para outra.

<sup>18</sup> Também designada popular ou comunitária quando mantida por associações, comunidades.

<sup>19</sup> Associada à biblioteca infantil que, para alguns autores, constitui-se num tipo de biblioteca. O serviço à criança é uma das atividades regulares da biblioteca pública, sendo prestado através de um de seus setores. Há situações em que o serviço à criança é oferecido por meios de biblioteca pública específica, neste caso designada biblioteca infantil.

A literatura, a simples observação, a experiência de cada qual, os estudos e pesquisas existentes são pródigos em demonstrar a complexidade da instituição biblioteca e a diversidade de estágios em que se encontra, segundo as diferentes culturas e condições sócio-econômicas dos países, regiões e entidades que a mantêm. Registre-se, ainda, que além das características expostas no quadro anterior, há mais uma particularidade que deve ser mencionada: as bibliotecas universitárias, como as escolares e especializadas, não dispõem de autonomia administrativa e financeira por pertencerem organizacionalmente a uma instituição-mãe (TARAPANOFF, 1982. p. 73). Diferentemente ocorre com as nacionais e as públicas que, pela natureza, constituem-se elas próprias em instituições. Com isto se quer dizer, no caso das universitárias, que as imagens de uma e de outra – biblioteca e instituição – se confundem, levando à conclusão de que o desempenho de uma está atrelado ao desempenho da outra.

Como se pôde observar anteriormente, a biblioteca como instituição cultural - e repetindo a própria história da humanidade - tem uma trajetória sinuosa, porém ascendente: antes reservada a poucos, paulatinamente dá sinais de acolhimento a todos e, mais do que isto, sai em busca de novos leitores. Pode-se considerar, deste modo, que a biblioteca, como entendida hoje, é uma herança da Renascença e resultado do livro tipográfico, conforme lembra Martins (1957, p. 76), suporte este que atravessa seis séculos, permanecendo como ponto focal de toda a ação das bibliotecas, desde o século XV até o surgimento da telemática no século XX; a partir daí, seu foco de ação se desloca do suporte físico (documento) para o conteúdo (informação), independentemente de sua constituição ou natureza - material ou virtual - e do seu local de armazenamento. Convém lembrar, no entanto, que no caso das bibliotecas universitárias, se as tecnologias de informação e comunicação têm permitido uma significativa ampliação das suas possibilidades de acesso à informação e a documentos “não residentes”, por outro não excluem o acervo físico, “residente”, pois, como lembra Carvalho (1995, p. 117), a “função da biblioteca universitária é prover a infra-estrutura bibliográfica, documentária e informacional em apoio às atividades desempenhadas pela universidade”.

O panorama histórico traçado até aqui pode sugerir que a humanidade, a partir do momento em que desenvolveu os meios de registrar seus feitos, suas

crenças, suas fantasias, está preservando sua memória – ou o contrário, a partir do desejo de preservar sua memória, desenvolveu os meios para tal. Não importa, o que se observa na história é que o homem sempre buscou preservar seus registros com a intenção de assinalar sua presença, sua cultura, e embora em algumas circunstâncias o acesso a eles tenha sido generalizado, em outras foi impedido. Com isto, pode-se retornar à afirmativa inicial deste capítulo sobre o impulso natural do homem em perpetuar-se e aqui ampliá-lo, no sentido de que, desde a era paleolítica, passando pela Idade Antiga, Média, Moderna até os dias atuais, o homem é como que compelido pelo inconsciente coletivo a reunir os registros de sua experiência e do seu saber (coleccionar), a armazená-los segundo uma determinada lógica (organizar) e a promover medidas de segurança para sua manutenção (preservar).

As funções de coleccionar, organizar e preservar, se transpostas para os documentos, caracterizam as atribuições das bibliotecas em todos os tempos. A ampliação dessas funções, no entanto, introduzidas quando do processo de democratização das condições de acesso a elas, serão acrescidas das de disseminação e uso, por iniciativas marcantes na história das bibliotecas: no século XVII, com o filósofo e matemático alemão Leibniz que “defendeu a criação de uma organização bibliográfica com fins de disponibilizar aos estudiosos tudo que estivesse registrado sobre cada assunto”; no século XVIII, com os enciclopedistas, cujo esforço foi “reunir em uma obra os vários saberes existentes, o que redundou na *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers ...*, em 1746”, traduzida para o inglês por Diderot como *Cyclopaedia or Dictionary of Arts and Sciences*; em meados do século XIX, Charles Jewet concebe um catálogo coletivo para a *Smithsonian Institution* (Estados Unidos) que reuniria informações sobre as bibliotecas americanas<sup>20</sup> (BARBOSA, 1978, p. 28); e, no início do século XX, com Paul Otlet, que

concebeu um repertório mundial do conhecimento, a ser elaborado pelo Institut International de Bibliographie [...] formado por fichas catalográficas de documentos, cujos exemplares ou microcópias seriam depositados no *Mundaneum* (em 1914, o *Répertoire Bibliographique Universel* contava com onze milhões de fichas); concebeu também um cérebro mecânico e coletivo para realizar

---

<sup>20</sup> Embora não o tenha executado, ficou com o mérito da idéia.

diversas operações – classificação e recuperação de documentos, manipulação de dados para obter novas relações – mas ainda não havia tecnologia que permitisse a concretização de sua concepção (LUBISCO; BRANDÃO, 2000, p. 26-27).

Assim, na primeira metade do século XX, o clima de reconstrução instaurado após as duas Grandes Guerras, propicia a ampliação das funções originais tipicamente passivas da biblioteca, como se viu na análise de Lancaster, a partir das políticas nacionais para organização e controle da informação especializada. Pode-se dizer que esta ampliação foi motivada, de um lado, pela dependência que o progresso econômico das nações passa a ter, cada vez mais, do conhecimento científico e tecnológico produzido pelos programas de pesquisa e desenvolvimento que proliferavam; e, de outro e como conseqüência direta, pelo volume crescente de informação resultante daqueles programas, o que irá ocasionar a chamada “explosão documentária ou da informação”. Ela foi, nos países mais ricos, seguida pela implementação de vários sistemas de informação nas diferentes áreas do conhecimento, através do emprego de “tecnologias avançadas de armazenagem, de processamento e de comunicação de dados”. O resultado dessa diversidade de soluções foi “o surgimento de sistemas incompatíveis, a duplicação dos esforços e o desperdício do recursos [...]”, situação que tendia a agravar-se em todos os países (ROBREDO; CUNHA, 1994, p. 366). Ademais, esses fatores envolveram outras questões, como por exemplo os crescentes custos dos novos sistemas de gestão da informação, a falta de metodologias compatíveis e comuns de tratamento da informação, além do desnível tecnológico entre as nações mais e menos desenvolvidas, na procura de soluções para esses problemas. Tais fatores irão sensibilizar a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco<sup>21</sup>) - atenta às demandas dos diferentes países por informação científica organizada, isto é, analisada e indexada - para a busca de uma solução em escala mundial. Isto ocorre em 1967, quando são elaborados os estudos teóricos e estabelecidas as diretrizes políticas necessárias à criação do *Universal Information System for Science and Technology* (Unisist), sistema mundial de informação científica baseado na cooperação, e do *National Information Systema* (Natis),

---

<sup>21</sup> *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*

sistema voltado para o desenvolvimento de um formato único. Este último visando ao Controle Bibliográfico Universal (CBU), preconizado pela IFLA e pela Unesco desde 1954, foi lançado em 1974, na Conferência Intergovernamental sobre Planejamento das Infra-estruturas Nacionais de Documentação, Bibliotecas e Arquivos, realizada pelos dois organismos, em Paris (BARBOSA, 1978, p. 140-143).

A referida explosão da informação é caracterizada, por Robredo e Cunha (1994, p. 3), como “um fenômeno novo na história da humanidade: o homem [...] não consegue descobrir por si mesmo a existência dos documentos que lhe interessam e não dispõe de tempo para ler tudo aquilo que é publicado na sua área de interesse”. O avanço das telecomunicações e da microeletrônica, que vão culminar com a popularização da Internet a partir de 1990, agrava a situação, face às características que imprimem ao mundo da informação e com as quais os pesquisadores e as bibliotecas passam a lidar:

- crescimento acelerado do volume da informação
- dispersão da informação produzida
- taxa crescente de obsolescência
- variação da qualidade e confiabilidade da informação
- tempo indisponível para leitura e assimilação
- especialização a um campo restrito de assunto x interdisciplinaridade das informações
- difícil acesso ao documento original (LUBISCO, 1998, f. 3).

Embora caracterize um problema recente, a visão acima pode ser comparada à opinião de Harrison Brown – então presidente do Comitê Unisist/Unesco – quando explana sobre os problemas que afetavam o setor informacional nos anos 60:

- práticas defeituosas na distribuição da informação
- recursos escassos para a melhoria do acesso à informação
- pessoal em número reduzido nas bibliotecas
- emprego de diversos idiomas na documentação científica
- variação constante das necessidades de informação por parte da comunidade científica
- procedência diversificada de informação decorrente do caráter interdisciplinar dos problemas objeto de estudos e pesquisas

- surgimento de novas necessidades nas ciências, na tecnologia e nas técnicas e seus novos e respectivos problemas
- incapacidade de ajustamento às novas demandas, demonstrada pelos serviços tradicionais de informação, pelos periódicos científicos, pelos serviços de resumos analíticos e de indexação e pelas bibliotecas.

Pelo exposto, pode-se concluir que os problemas têm sido mais ou menos os mesmos e atravessado décadas, apesar dos esforços oficiais, profissionais e das facilidades anunciadas pelas novas tecnologias. Assim, torna-se uma decorrência natural concordar com a conclusão de Brown de que o cerne da questão encontrava-se na busca de formas novas e flexíveis para os serviços de informação, de modo que viessem a responder eficazmente às novas necessidades (Unesco, 1971, p. v), análise plenamente aplicável aos dias atuais onde, como resultado da explosão informacional, tem-se a explosão da demanda. Fenômeno observado nos centros de pesquisa científica e tecnológica dos países ricos, ocorreu também em áreas de excelência dos países em desenvolvimento, dentre eles o Brasil, levando o pesquisador desavisado – isto é, sem as habilidades necessárias à exploração dos recursos informacionais – ao que a literatura designa *overdose* de informação; este “caos documentário”, por isto mesmo, impõe cada vez mais refino no tratamento (indexação) e nas condições de acesso e uso dessa informação, pois faz supor uma demanda também cada vez mais refinada. No caso do Brasil em especial, pode-se afirmar que o fenômeno da explosão da demanda não ocorre linearmente: o que se tem de fato, segundo parecer verbal de Isnaia Veiga Santana a respeito desta pesquisa, pode ser caracterizado como “uma grande demanda potencial reprimida”, explicada pelo quadro nacional, aqui desenhado de forma recorrente: pouco hábito de leitura, ensino deficiente e sistemas de informação e bibliotecas ineficazes.

Diante desse cenário mundial, só um organismo com representatividade em escala planetária poderia propor diretrizes políticas globais para o tratamento de problemas relacionados aos sistemas de informação. Assim, coube então à Unesco, – numa iniciativa semelhante ao ideal de Paul Otlet - estabelecer “normas e padrões para diminuir o grau de babelização no âmbito dos sistemas de informação, criando as condições necessárias à cooperação e ao intercâmbio internacionais e, conseqüentemente, à criação dos grandes sistemas cooperativos e das redes de

bibliotecas” (ROBREDO; CUNHA, 1994, p. 366-367). Os sistemas desenvolvidos para tal fim foram os já citados Unisist, que começou a operar em 1971, envolvendo cerca de uma centena de países (posteriormente, distanciou-se da proposta original, passando a ocupar-se com a cooperação internacional), e o Natis, ambos coordenados pelo Programa Geral de Informação (PGI) da Unesco. Paralelamente a esses dois sistemas, organismos nacionais e internacionais ligados à área, preocupados com a mesma problemática e em permanente diálogo entre si, inclusive com a Unesco, implementaram outros recursos de padronização, organização, disseminação e controle informacional, encontrando ressonância e respaldo nos ambientes acadêmicos, empresariais e culturais, cujas bibliotecas - respectivamente universitárias, especializadas e nacionais - passam a desenvolver as condições necessárias para aplicar as novas técnicas, segundo cânones internacionais. Destacam-se além da Unesco na produção desses recursos, em âmbito internacional: a *Library of Congress*, biblioteca nacional dos Estados Unidos, a *International Organization for Standardization (ISO)*, a *Fédération Internationale de Documentation (FID)* e a *International Federation of Library Associations (IFLA)*. Estes organismos foram responsáveis pela elaboração e disseminação de normas, padrões, controles, serviços e produtos hoje largamente conhecidos e inter-relacionados, não só entre os principais produtores de informação e de conhecimento especializado – as universidades e os centros de pesquisa, cujas bibliotecas atuaram como sujeitos e verdadeiros laboratórios - mas entre as agências bibliográficas, a indústria e o comércio editorial, tais como:

- Controle Bibliográfico Universal (CBU)
- *Machine Readable Cataloging (MARC)*<sup>22</sup>
- catalogação cooperativa
- *Anglo American Cataloging Rules, 2<sup>nd</sup> edition (AACR2)*
- vocabulário controlado por área do conhecimento, designado *thesaurus*<sup>23</sup>  
(ROBREDO; CUNHA, 1994, p. 228)
- catálogos de autoridade de autor e de assunto (este último também

---

<sup>22</sup> No Brasil, o MARC foi adaptado – a exemplo do que ocorreu em outros países – pela Fundação Getúlio Vargas, levando o nome de CALCO (Catalogação Legível por Computador); hoje, integrada às novas tecnologias e demandas globalizadas, a Fundação aplica o MARC original atualizado (MARC 21), formato internacional de intercâmbio de registros bibliográficos, base da rede de catalogação cooperativa nacional denominada Bibliodata, ainda sob a responsabilidade da FGV ([www.fgv.org.br](http://www.fgv.org.br))

<sup>23</sup> “Instrumento de controle terminológico”.

designado lista de cabeçalho de assunto)

- sistemas universais de classificação, como a Classificação Decimal de Dewey (CDD); a *Library of Congress Classification* (LCC); a Classificação Decimal Universal (CDU); a *Broad System of Ordering* (BSO), em português Sistema Geral de Ordenação; Classificação Internacional de Patentes (ROBREDO; CUNHA, 1994, p. 205-216)
- ISBN (*International Standard Book Number*) e o ISSN (*International Standard Serial Number*)
- normas de documentação para apresentação e referenciação de trabalhos técnico-científicos
- catálogos (inclusive coletivos), bibliografias, índices, *abstracts*, hoje disponíveis também em formato eletrônico (CD-ROM e *on-line*).

Convém registrar que esses padrões, normas, produtos, serviços foram, segundo o caso, adaptados, elaborados, adotados e disseminados no Brasil graças aos esforços de organismos como os antigos Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) e Instituto Nacional do Livro (INL), como o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) desde quando Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD); como a Biblioteca Nacional, a Associação Brasileira de Escolas de Biblioteconomia e Documentação<sup>24</sup> (Abebd), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), os Conselhos Regionais de Biblioteconomia e as associações de bibliotecários e sua respectiva Federação<sup>25</sup>.

Como se pôde observar, a atuação da Unesco e de outros organismos internacionais, aliada à própria evolução da ciência e tecnologia, levaram também à evolução das demandas, das concepções técnicas e das ferramentas de comunicação e informação que vão culminar, nos anos 90, com a expansão do uso da Internet, causa e conseqüência de um ambiente internacional onde a economia, as telecomunicações e a eletrônica são elementos simbióticos, autores e espectadores de uma sociedade globalizada.

---

<sup>24</sup> Atual Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN, [www.abecin.org.br](http://www.abecin.org.br))

<sup>25</sup> Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB, [www.febab.org.br](http://www.febab.org.br))

O contexto iniciado nos anos 50/60, em que o progresso e a autonomia das nações passam a depender cada vez mais do conhecimento científico e tecnológico de que dispõem, determina, no caso latino-americano, novos investimentos e novas demandas com relação às bibliotecas universitárias. Tal fato implica uma mudança significativa de visão e atitude governamentais, na medida que o novo cenário redesenha o papel dessas bibliotecas na perspectiva de que se transformem em pólos dinâmicos das universidades, principalmente na disseminação e transferência de informação relevante, voltada para a missão da academia de qualificar quadros de alto nível e desenvolver pesquisa científica e tecnológica. As palavras de Marietta Daniels Shepard, Chefe do Programa de Fomento a Bibliotecas da União Panamericana (Washington), podem apoiar o que se disse acima:

La Conferencia de Punta del Este, que estableció la Alianza para el Progreso en 1961, puso un gran énfasis en las inversiones para la educación, la ciencia y la cultura como factores importantes en el desarrollo económico, e hizo hincapié en la necesidad de fomentar los servicios universitarios. Como consecuencia de ello, el Programa Interamericano de Fomento de las Bibliotecas y la Bibliografía ha prestado una especial atención a las bibliotecas universitarias [...] (MILCZEWSKI, 1967, p. i).

No Brasil, a partir dessa época, como conseqüência, foram concebidos e criados os sistemas de bibliotecas universitárias e as biblioteca centrais, assunto oficialmente tratado por Leila Mercadante no livro de sua autoria, *Análise de modelos organizacionais de bibliotecas universitárias nacionais*, publicado como documento técnico do PNB (Doc.Pet/90/07).

O que se quis demonstrar neste percurso da biblioteca, desde os primórdios até os dias atuais, é que principalmente a partir do ambiente cultural renascentista, do desenvolvimento da indústria e das lutas pelos ideais de igualdade social, a biblioteca e a universidade, de forma intimamente associada, convergem para o século XX, consolidando sua ação e expandindo sua relevância no processo de evolução da sociedade humana.

A biblioteca no contexto acadêmico se constitui não somente em sua mais importante infra-estrutura, como também em elemento integrador, uma vez que a comunidade universitária é, simultaneamente, geradora e transmissora de conhecimentos.

*Derblay Galvão*

### 3 BIBLIOTECA NO CENÁRIO NACIONAL

#### 3.1 O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: ORIGENS E CARACTERIZAÇÃO

O ensino superior brasileiro foi instituído com a transferência de D. João VI e a corte portuguesa para o Brasil em 1808, através de “aulas régias [...] cursos [...] academias, em resposta às necessidades militares da Colônia” (LUCKESI e outros, 2000, p. 34). Seguidos do curso da Escola de Cirurgia da Bahia (1808)<sup>26</sup>, dos de Direito em São Paulo e em Pernambuco (1854), esta nova realidade foi ampliada, em 1874, quando a separação dos cursos civis e militares promoveu o surgimento da Escola Militar e da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, além da Escola de Engenharia de Ouro Preto.

Até então os brasileiros interessados em se graduar viam-se obrigados a ir para a Europa, especialmente Coimbra, pois, diferentemente do que sucedera com os países de colonização espanhola (LUCKESI, 2000, p. 34)<sup>27</sup>, onde o ensino superior já era uma realidade desde o século XVI, a Coroa Portuguesa não permitia a instalação de universidade na Colônia, apesar do empenho dos jesuítas em prol da causa. Registrem-se, no entanto, conforme refere Schroeder (1969, p. 179), notícias de 1572 e 1592 sobre iniciativas ocorridas na Bahia, sendo a primeira descrita por Anchieta e a segunda pelo também jesuíta Marçal Beliarde. Essas tentativas feitas no século XVI ecoaram no século de Gregório de Mattos e no XVIII, período em que as lutas pela liberdade, representadas no Brasil pela Inconfidência

---

<sup>26</sup> Instalada no Hospital Real Militar que ocupava o prédio do Colégio dos Jesuítas (1553), em 1813 transformase em Academia Medico-Cirurgica; muda-se para o Hospital da Santa Casa e em 1832 sofre nova transformação, desta vez para Faculdade de Medicina, voltando para as antigas instalações, onde permaneceu até 1969 (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1983).

Mineira, suscitavam um clima propício ao livre debate de idéias, portanto à verdadeira universidade, como sonharia Anísio Teixeira nos anos 30 do século XX (SCHROEDER, 1969, p. 176).

Aqueles esforços, no entanto, não foram suficientes para evitar que, nas Américas, o Brasil fosse “o último país civilizado a instituir a universidade” (SCHROEDER, 1969, p. 176), tanto que, até as primeiras décadas do século passado, o ensino superior era praticado por meio de faculdades ou escolas superiores isoladas.

Assim, somente na primeira metade do século XX os esforços de reunir faculdades para formar universidades concretizaram-se, originando “a primeira instituição de ensino superior do Brasil que vingou com o nome de universidade” – Universidade do Rio de Janeiro – criada em 1920, depois de inúmeras tentativas (CUNHA, 1980, p. 189); seguiram-se a de Minas Gerais, em 1927, e de São Paulo, na década de 30, período em que Anísio Teixeira concebe “uma universidade brasileira como centro de debates livres de idéias”, sonho abortado com o Estado Novo, em 1937 (LUCKESI, 2000, p. 34).

Desta época até 1960, processaram-se a criação e a reunião de instituições isoladas, quando Darcy Ribeiro, como discípulo de Anísio e buscando implementar os ideais de ambos, lidera a constituição da Universidade de Brasília. Como no primeiro Governo Vargas, a nova universidade sofrerá em 1964 os efeitos de um sistema ditatorial, com o agravante de presenciar o exílio de boa parte dos seus melhores cientistas. Embora a esse tempo a maioria das universidades públicas federais estivessem criadas, ainda se mantinham internamente desintegradas, como que presas à cultura da autonomia acadêmica sim, mas muito mais do que esta, à total independência administrativa e técnica, típica das faculdades isoladas.

Outro aspecto a ser acrescido à desintegração que caracterizou sua formação, refere-se à imaturidade – ou à pouca idade da universidade brasileira – que de certo modo contribuiu para que fosse mantida em seu meio a cultura de país colonizado, facilitando a “importação” de modelos, técnicas e recursos culturais. Este

---

<sup>27</sup> San Domingo, em 1538; Lima, em 1551; México, em 1553; Córdoba, em 1613; Bogotá, em 1622; Cuzco, em 1692; Havana, em 1728; Santiago, em 1783, só para citar as primeiras.

fato levará Anísio Teixeira (citado por LUCKESI e outros, 2000, p. 35) a pronunciar-se conforme segue:

[...] ressaltando o aspecto habilitação profissional, a universidade brasileira não logrou constituir-se verdadeiramente como uma instituição de pesquisa e transmissora de uma cultura comum nacional, nem logrou se tornar um centro de consciência crítica e de pensamento criador.

Especificamente sobre o caso brasileiro, Dodebei e outros (1998, f. 6) afirmam que “com algumas exceções [...] as universidades já nasceram em crise [...] principalmente de identidade”. Sua análise se assenta no crescimento abrupto que a instituição sofreu, motivado pela implantação de um modelo tecnicista trazido pela Reforma de 68, em detrimento de um desenvolvimento processual, postulado por alguns segmentos acadêmicos, resultante de uma postura crítica que vinha se formando no ambiente universitário. Há que se convir, no entanto, que este não foi um fator determinante para decretar nem um estado de falência generalizado à universidade brasileira, nem o oposto. Menos radical em seu comunicado ao 3º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Andrade (1984, p. 93) propõe que “duas questões fundamentais orientaram os destinos da universidade brasileira e, conseqüentemente, de suas bibliotecas: a política de ciência e tecnologia posta em prática a partir da década de 50 e a Reforma Universitária de 68”. Se isto representou uma certa lentidão nas condições de desenvolvimento da pesquisa na universidade – porquanto era desenvolvida em centros fora dela – significa que a biblioteca universitária, por estar a ela atrelada sofreu os mesmos impactos. Por outro lado, se o apoio governamental assegurou a evidência do setor ciência e tecnologia pela infra-estrutura com que o proveu e pelos resultados alcançados com a produção intelectual, também é certo que o aporte de recursos para as bibliotecas desse setor foi proporcional. Na prática, esses recursos se traduziram em

redes de informação, centros de documentação, serviços especializados e toda uma infra-estrutura condizente com o progresso dessas ciências, como EMBRAPA, BIREME, BICENGE, etc (ANDRADE, 1984, p. 96),

os quais repercutiram diretamente no ambiente acadêmico, em decorrência principalmente do intercâmbio estabelecido nos foros nacionais de bibliotecários.

Embora a política de ciência e tecnologia dos anos 50/60 e a Reforma Universitária de 68 tenham sido marcos relevantes na evolução da biblioteca universitária brasileira, já em 1901 o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior, em seu artigo 258 (PESSOA, 1957) – equivalente da lei de diretrizes e bases da educação de hoje - estabeleceu que haveria “em cada estabelecimento uma biblioteca, destinada especialmente ao uso do corpo docente e dos alunos mas que será também franqueada a tôdas as pessoas decentes que ali se apresentarem” (PESSOA, 1959, p. 580). Segundo Lemos e Macedo (1975, p. 41), o detalhamento referente à biblioteca, constante do capítulo 19 do referido Código, decorre de uma precaução visando ao seu bom funcionamento, uma vez que ainda não havia profissionais formados<sup>28</sup>.

Em contraposição ao detalhamento do Código de 1901, a Lei 5 540/68<sup>29</sup> – que “fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior [...]”- não faz alusão ao tema biblioteca, apesar de sua promulgação refletir três aspectos que merecem relevo:

- a) o foco na missão da universidade, qual seja a de constituir-se em polo de produção de ciência e a expressão da cultura de um país (LIMA, 1978, p. 7), concepção esta certamente influenciada por Anísio Teixeira;
- b) o alinhamento do Governo Federal às preocupações da Aliança para o Progresso, que propugnava e propiciava aportes de recursos para investimento nas universidades e no aparelhamento das suas bibliotecas, o que significa dizer, nas condições de formar pessoal qualificado necessário ao desenvolvimento científico e tecnológico do País (MILCZEWSKI, 1967, p. i);
- c) o anseio já existente no interior da universidade brasileira, decorrente da consciência de muitos sobre a necessidade de atualização e revisão dos objetivos dessa instituição, face às mudanças que vinham ocorrendo desde os anos 50.

Dentro dessa perspectiva e considerando informação e conhecimento como matéria-prima de uma universidade, pode-se inferir que toda a sua dinâmica começa

---

<sup>28</sup> O primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil terá início somente em 1915, especialmente para formar profissionais para a Biblioteca Nacional, sendo que só a partir de 1940, em São Paulo, será criado um curso aberto aos interessados em geral (FONSECA, 1957; DIAS e outros, 1991).

<sup>29</sup> Altera dispositivos da Lei no. 4 024/61 (LDB).

e termina na biblioteca (DODEBEI e outros, 1998, [f. 10]). Por conta dessa concepção contemporânea do seu papel, houve estranheza quanto à omissão do setor biblioteca no texto da referida lei, porquanto o próprio grupo de trabalho da Reforma compreendeu que ela, além dos aspectos políticos e sociais, implicava questões jurídicas, administrativas, estruturais, a organização do ensino de graduação, de pós-graduação e da pesquisa, articulações com a sociedade e a carreira docente, entre outros, conforme observa Etelvina Lima (1978, p. 8). Assim, pelos aspectos anteriormente assinalados, pelas funções da biblioteca na academia, pelo seu caráter sistêmico, e principalmente por permear toda a universidade, o tema biblioteca não poderia estar ausente daquela Lei. Citado por Etelvina Lima (1978, p. 9), o pensamento de Lauro de Oliveira Lima, no início dos anos 70, de certa forma explica tal omissão:

[...] o professorado brasileiro não atingiu sequer a “galáxia de Gutemberg”: utilização do livro. [...] a biblioteca ainda não é fonte de informação [...] Transmite suas mensagens oralmente como os povos pré-históricos sem tradição escrita.

Esta forma quase caricata de expressão, no entanto, encontrará eco tanto na observação empírica do dia-a-dia das bibliotecas, quanto no depoimento de outros autores, a exemplo de Smit, de Milanesi e de Ezequiel Theodoro da Silva. A primeira, Johanna Smit, ao apresentar o livro de Pasquarelli, é contundente ao contextualizar o estudante universitário quando, no labor do ensino-aprendizagem, se defronta com a pesquisa acadêmica:

salvo honrosas exceções [...] não adquire no ensino de 1º e 2º graus a necessária habilidade no uso de recursos informacionais presentes nas bibliotecas. Chega, desta forma, ao 3º grau desprovido de uma bússola para enfrentar o desafio navegacional, expondo-se a naufrágios estrondosos que só não são mais espetaculares porque o ensino universitário de certa forma adaptou-se a esta triste realidade, e passou a adotar a “apostila” ou o “livro-texto” num contexto no qual deveria estar trabalhando com bibliografias e o embate de idéias e posições (PASQUARELLI, 1996, p. 9).

Já Luís Milanese traz à tona uma questão de fundo, ao abordar a problemática das bibliotecas brasileiras:

Não será uma nação desenvolvida que aprimorará o seu sistema educacional, mas a prioridade ao ensino, à circulação de informações, à pesquisa é que propiciará alcançar novos estágios de desenvolvimento (MILANESI, 1985, p. 13).

Esta parece uma afirmativa óbvia e tácita para os ambientes dos altos escalões sociais, governamentais e intelectuais, onde a cultura letrada é familiar; no entanto, também é certo que num país de contrastes como o Brasil os locais subdesenvolvidos apresentam a escola e a biblioteca em versões piores que a da própria miséria reinante.

À primeira vista, esta verdade – associada principalmente às bibliotecas públicas e escolares – poderia parecer deslocada do contexto deste estudo; mas não, ela se encontra na sua base: “nenhum empreendimento científico poderá se sustentar sobre uma escola frágil”, diz Milanese ao fazer uma retrospectiva da função da biblioteca em geral, e dela no Brasil, em particular. Estas questões (pertencentes também à ordem de preocupações da OEA e comungadas por Smit, Milanese e Silva) integram-se, como se viu, à problemática geral do ensino, da leitura e da biblioteca: a escassez de bibliotecas públicas e escolares não só sobrecarrega as bibliotecas universitárias, como principalmente evidencia a falta de políticas públicas para o setor, o pouco número de bibliotecários, o seu despreparo e o dos estudantes no uso dos recursos informacionais – problema presente no País até os dias atuais.

Tal qual Oliveira Lima, é nas origens da formação da sociedade brasileira que Milanese busca explicações para a falta de tradição no uso de biblioteca. Nos três primeiros séculos de colonização portuguesa no Brasil, juntamente com a censura da Metrópole e da Igreja – que se confundiam – e por causa dela, os livros estavam relacionados à evangelização e à colonização. Assim sendo, sua circulação era extremamente limitada e sua seleção para as bibliotecas cercada de grande rigor. Os conventos, como grandes repositórios das obras, suprimiam eles mesmos as consideradas obscenas, admitiam com reservas as heréticas (para poder combatê-las) e a literatura, principalmente a poesia, era vista sob suspeição, tal qual ocorreu

na Europa medieval. Os livros proibidos, representativos do pensamento leigo, estavam em bibliotecas particulares – seguramente clandestinas – muitas das quais sofreram devassas, como as dos inconfidentes de Minas Gerais, por exemplo. O clima de cerceamento ao livro e à biblioteca repercutiu negativamente na produção editorial, que se viu sempre às voltas com as proibições e punições impostas pela legislação portuguesa, a ponto de - além das tentativas frustradas de uma tipografia local no século XVIII - quando a Imprensa Régia chegou no Brasil, a censura já se consolidara. É este fato que leva Milanese (1985, p. 29) a afirmar que “a imprensa nasceu no Brasil depois da censura”.

Entenda-se o quadro acima, a partir do próprio conceito negativo de que desfrutava a “arte de imprimir”: tal como a alquimia, era tida como maldita, em razão de favorecer a circulação do pensamento; também à Coroa portuguesa não agradava a disseminação de livros em suas colônias, pelos mesmos motivos expostos acima; e o agrafismo reinante em Portugal – apesar do evoluído estágio de conhecimentos no setor navegação – estendeu-se ao Brasil Colônia, facilitado pelas características reinantes: grande extensão territorial, população dispersa e em boa parte primitiva ou ocupada com agricultura rudimentar, atividades ocupacionais que não demandavam serviços tipográficos (CARVALHO, K. de, 1999, p.31, 45, 58, 59).

Alguma mudança em relação a essa situação foi propiciada pela transferência da sede do governo português para o Brasil no começo do século XIX, quando o País passa a contar com uma grande coleção que, segundo Kátia de Carvalho (1999, p. 91), substituiu a Real Biblioteca da Ajuda (coleção privada da família real portuguesa, sucumbida no terremoto que abateu Lisboa em 1755), constituída, dentre outras, pela “valiosa coleção de 4.301 obras reunidas em 5.764 volumes, doada pelo bibliófilo Diogo Barbosa Machado” a D. José I, durante seu reinado (1750-1777). Essa coleção, vinda para o Brasil com D. João VI em 1808, foi aberta ao público em 1811 e deu origem à Biblioteca Nacional. Neste mesmo ano é fundada em Salvador a primeira biblioteca pública brasileira (hoje Biblioteca Pública do Estado da Bahia, sediada no bairro dos Barris).

As novas idéias trazidas com os ventos da Independência, em 1822, incluem a fundação de jornais, de tipografias, de escolas e de bibliotecas. Além da Biblioteca Real e da Biblioteca Pública da Bahia, seguiram-se a da Faculdade de Direito de

São Paulo, em 1828; a Pública do Maranhão, em 1829; a da Faculdade de Direito de Pernambuco, em 1830; o Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro em 1837; assim, sucessivamente, o País viu surgirem bibliotecas públicas e universitárias (MILANESI, 1985, p. 31).

Esse novo ânimo, no entanto, foi revelador da precariedade reinante até então: 80% de analfabetos (excluindo índios e negros), situação que vai além da República e se estende até o início do século XX, quando menos de 30% da população era alfabetizada. Nesse tempo, apesar da produção literária crescente, poucos podiam ler. A leitura era uma prática limitada aos próprios autores, ao clero, bacharéis, profissionais liberais, estudantes. Já com vinte milhões de habitantes, uma edição nacional não alcançava dois mil exemplares, quadro de certa forma revertido por Monteiro Lobato, em 1920, tanto pela magnitude de sua obra, quanto pelo espírito empreendedor com que a divulgou e distribuiu. É o mesmo Milanesi (1985, p. 34) que desenha o cenário cultural do período, para apresentar o quadro revelador do baixo índice de cultura escrita:

A partir da década de 20 surge o rádio, criando uma nova situação. Já antes disso existia o cinema, mas ele não tinha o alcance da radiofonia, que, progressivamente se popularizava. Na década de 50, surge a televisão e reforça a característica básica do rádio: a simultaneidade da recepção coletiva. Notadamente depois da década de 40, o rádio tornou-se popular, difundindo as suas mensagens sobre uma população com alto índice de analfabetismo. E logo depois a TV continuou o mesmo caminho, ampliando-o. O que isso quer dizer? Sem maiores desdobramentos, que a população brasileira passou direto da oralidade aos meios de comunicação que a reforçaram, sem que existisse a possibilidade da cultura letrada – como aconteceu em quatrocentos anos pós-Gutenberg na Europa. [...] em quatro séculos, a população brasileira teve uma precária experiência com a cultura letrada.

Ainda a respeito da cultura de (não) uso da biblioteca no País, Ezequiel Theodoro da Silva (1991, p. 12), citado anteriormente, tem reiteradas vezes assim se pronunciado:

A [...] crise da leitura não é uma doença destas últimas décadas e nem deste século: ela vem sendo reproduzida desde o período colonial, juntamente com a reprodução do analfabetismo, com a falta de bibliotecas e com a inexistência de políticas concretas para a popularização do livro.

E ainda acrescenta que “À pobreza dos acervos literários soma-se o baixo repertório de leitura de grande parcela de professores e bibliotecários”, realidade demonstrada através das pesquisas de Marisa Lajolo, junto aos professores dos estados de São Paulo e de Pernambuco, e de Lilian Lopes Martin Silva, junto às escolas de Campinas-SP (SILVA, 1991, p. 28).

### 3.2 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A consciência do poder auferido pela custódia do conhecimento estocado é que tem levado o homem, em diferentes espaços, tempos e *status* na hierarquia social, a ocultar a informação - restringindo-a a seletos segmentos da sociedade, os iniciados - ou a disponibilizá-la a largas camadas da população - através das bibliotecas públicas e universitárias. Isto pode levar à crença de que o homem, pelo menos em situação de liderança, sempre soube o significado da informação e de sua posse e, por oposição, das restrições e impedimentos ao seu acesso e uso. A história é farta em mostrar incêndios a bibliotecas, censura a obras e perseguições a autores, em diferentes momentos e sociedades. No entanto, não se pode esquecer que o acesso às bibliotecas está associado ao domínio da leitura e da escrita; e que o processo de educação formal foi lento na história da humanidade, sendo reduzido o número de alfabetizados nas sociedades antiga, medieval e mesmo moderna, embora a instituição do ensino público e gratuito para todos os cidadãos tenha se dado no Iluminismo - século XVIII – com base nos ideais da educação popular e “nacional como mola mestra do novo regime político e social” da Revolução Francesa (ARANHA, 1989, p. 153). Mesmo assim, o fenômeno do analfabetismo se estende até os dias atuais. Conforme o *Statistical Yearbook* da Unesco (2000), 20,6% da população mundial de 15 anos e mais é analfabeta, o que equivale a 876 milhões de pessoas. Embora hoje o acesso às bibliotecas, ou mais apropriadamente aos registros escritos - quer das bibliotecas físicas, quer das virtuais - seja teoricamente irrestrito, em função do tipo de tecnologia disponível para sua armazenagem, acesso e uso, na prática ele esbarra no pré-requisito de saber ler, habilidade intimamente associada à condição social do indivíduo.

A respeito, Ottaviano De Fiore (2001, p. 28) reafirma um ponto repetidas vezes tratado neste trabalho:

[...] em todas as nações desenvolvidas do planeta cerca de metade da população é razoavelmente letrada – e esse tem sido um dos fatores fundamentais do seu desenvolvimento.

Para ilustrar suas afirmativas, o autor apresenta dados da situação dos “analfabetos funcionais de grau 1”<sup>30</sup> de alguns países ricos: Alemanha, 14%; Estados Unidos, 21%; e Inglaterra, 22% (DE FIORE, 2001, p. 28). Quanto ao Brasil, embora o *Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento* (PNUD, 2000) registre um contingente de 16% de analfabetos entre a população adulta e o censo do IBGE de 1999 aponte para uma taxa de 13%, o analfabetismo funcional de nível 1<sup>31</sup>, segundo pesquisa feita pelo Instituto Paulo Montenegro, em parceria com a organização não governamental Ação Educativa, atinge 31% dos alfabetizados (INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2001).

Por oportuno, alguns dados sobre a produção científica mundial podem ser associados aos anteriores: Europa – 40%; Estados Unidos – 40%; Ásia, 18%; e América Latina, 2% (KRIEGER, 2001).

E quando De Fiore adiciona à questão da leitura o ingrediente “eletrônico”, fica claro que se está diante de mais um problema. Usando ainda o exemplo dos países desenvolvidos – cuja alavancagem para a categoria de primeiro mundo se deu pela difusão entre o povo dos “instrumentos da informação escrita (o livro, a revista, o jornal e, hoje em dia, o computador)” - ele enfatiza que, mais do que dinheiro, o que falta em sociedades como a brasileira, “é o cidadão altamente capacitado, o cidadão que se auto-educa, o trabalho bem informado”.

Mesmo o País contando atualmente com uma indústria editorial consolidada e em expansão e com nichos de consumo regular de leitura, fatores como o analfabetismo, a fragilidade do sistema de ensino e as tênues políticas públicas para o setor biblioteca, evidenciam o distanciamento cultural do Brasil em relação aos grandes centros. As universidades e as bibliotecas universitárias constituem, sem

---

<sup>30</sup> Pessoas alfabetizadas, mas incapazes de interpretar um jornal.

<sup>31</sup> Pessoa que localiza informações explícitas em textos curtos (ex.: cartaz sobre vacinação).

dúvida, alguns desses nichos de leitura aludidos anteriormente, o que não as livra das limitações que têm acometido o setor, conforme poderá ser constatado a seguir.

O quadro traçado por Etelvina Lima, ao abordar a biblioteca universitária no âmbito da Reforma de 68, pode ser resumido conforme segue: a Lei 5 540/68 se deparou com uma universidade conservadora – pela sua forma de construir o conhecimento –, e fragmentada – pela forma como se originou –, além de distanciada das mudanças extra-muros que vinham ocorrendo, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Considerando o caráter sistêmico das organizações, não é de estranhar que as bibliotecas apresentassem a mesma síndrome observada nas instituições: apesar de esforços isolados e do aporte de recursos financeiros, principalmente para os programas de pós-graduação, elas “não mereceram um tratamento sistemático, continuam crescendo desordenadamente, sem objetivos próprios e sem visar, como deveriam, a integração com os objetivos das universidades” (LIMA, 1978, p. 10).

De maneira semelhante a Miranda, Lima (1978, p. 10) atribui essa fragilidade a duas causas principais: a) desintegração da biblioteca em relação ao planejamento institucional; b) recursos humanos, em número e em capacitação insuficientes, para desenvolver um uso dinâmico dos recursos bibliográficos, isto é, explorá-los como fontes úteis de informação para os fins acadêmicos.

Se àquela época o planejamento da universidade brasileira estava desvinculado do contexto e o ensino universitário caracterizava-se pela pobreza de metodologias, isto “provocou [...] idêntica indefinição dos objetivos de suas bibliotecas” (LIMA, 1978, p. 12). Este fato parece constituir-se em paráfrase a uma das conclusões do Seminário de Mendoza ocorrido em 1962, expressa por Gelfand (1968, p. 19), a qual vincula o futuro das universidades à situação presente nas suas bibliotecas. Por isso mesmo, se o planejamento global da universidade for reduzido apenas à ótica do ensino, será fácil depreender também sua desatualização em relação às demandas: a pobreza das metodologias adotadas limitavam-no ao professor, à sala de aula, à apostila e ao livro-texto. Diante disso, pode-se chegar a uma segunda conclusão lógica: a biblioteca era inútil. Assim, sob esse ponto de vista, não chega a causar surpresa a omissão do tema biblioteca no texto da Lei da Reforma.

Em contrapartida, houve grupos de docentes e de bibliotecários cuja visão sistêmica da universidade enquadrava a biblioteca como parte relevante do todo, isto é, reconhecia seu papel de suporte informacional indispensável ao ensino e à pesquisa. Isto promove, mais do que uma reação a esse estado de coisas, uma busca de solução. Essa visão, em 1998, é reforçada por Dodebei e outros (1998, [f. 13-14]) ao propor que

uma nova postura para a administração das nossas bibliotecas deve considerar três pontos fundamentais: 1. O caráter disciplinar/interdisciplinar da academia; 2. As condições da estrutura e da cultura organizacional da instituição e 3. As novas ofertas tecnológicas para o processamento e disseminação da informação.

Com esta mesma visão, Maria Luísa Monteiro da Cunha (1977), apresentadora do tema Bibliotecas Universitárias durante o 7º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação realizado em 1973, expôs de forma panorâmica o assunto, a partir da biblioteconomia avançada encontrada principalmente nos Estados Unidos, resultante da mudança de enfoque que levou a universidade americana, em um século e por influência da universidade alemã de Humboldt, a priorizar a formação do cientista em relação à formação do professor.

Nessa realidade – universidade de pesquisa – “os novos programas implicavam obrigação à consulta às bibliotecas, à organização de seminários e de estudos em grupo”, o que também provocou mudanças no ensino, onde

o professor passou a ser um orientador que incentiva o trabalho individual, promove ‘estudos de casos’ e faz com que o estudante se aperfeiçoe na investigação bibliográfica segundo seu campo de interesse” (CUNHA, 1977, p. 230-231).

Não por acaso – pois que tidas como elementos-chave para dar suporte à pesquisa e ao ensino - recaem sobre as bibliotecas novas demandas que impulsionam a realização de estudos e que resultam na criação de técnicas, padrões e normas por parte de organismos internacionais – Unesco, FID, IFLA – e nacionais - como ALA e *Library of Congress*, todos envolvidos na busca de soluções para os problemas que afetavam a biblioteconomia.

Ciente dos problemas brasileiros e no exercício de sua liderança na Biblioteconomia do País, Maria Luísa Monteiro da Cunha visita diversas bibliotecas nacionais e universitárias<sup>32</sup> no ano de 1961, levantando e trazendo para a reflexão dos colegas brasileiros as características que considerou comuns a todas: a) presença de laboratórios para a produção de microfimes, *slides*, cópias de documentos etc; b) serviços de referência em livre acesso; c) publicação de boletins bibliográficos; d) processos técnicos centralizados; e) algumas bibliotecas centrais desempenhando a função de públicas; f) instalações e equipamentos atualizados; g) catálogos coletivos em expansão, por serem considerados imprescindíveis à pesquisa técnica e científica.

Maria Luísa Monteiro da Cunha, ao lado de bibliotecários brasileiros aqui citados – como Abner Lellis Vicentini, Edson Nery da Fonseca, Caetano Dias, Etelvina Lima – e de intelectuais do porte de Rubens Borba de Moraes e de Anísio Teixeira, formam o corpo de pioneiros da Biblioteconomia brasileira, responsável pela formação de uma massa crítica no País sobre questões biblioteconômicas, a partir dos anos 40/50. O *know-how* que desenvolveram através de estudos, atualizações e titulação, como também por meio de visitas e estágios que realizaram em centros mais avançados, certamente contribuiu de forma decisiva para que o Governo Federal apoiasse o movimento de redefinição da biblioteca universitária brasileira, que culminou com a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), como será visto mais adiante. A ação desses precursores, no entanto, não se limitou à teoria. Incansavelmente, envidaram esforços para implantar no País uma cultura e uma prática em documentação, orientada para o tratamento e controle da informação, segundo padrões internacionais.

Ao relatar a situação de quase vinte anos da Biblioteconomia brasileira – 1954 a 1973 – aquela autora identifica não só problemas e resistências, mas os avanços ocorridos no País, trazendo as recomendações do Seminário Regional sobre o Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina (promovido pela Unesco, em Mendoza, Argentina, 1962) e comparando-as às soluções alcançadas no Brasil, conforme apresentado no quadro que segue (Figura 3):

---

<sup>32</sup> Londres, Haia, Amsterdã, Paris, Colônia, Frankfurt, Munique, Berna e Zurique.

RECOMENDAÇÕES	SOLUÇÕES
“1. Que se reconozca a la biblioteca como parte de estructura total de la universidad y como elemento fundamental de la docencia y de la investigación.	Alcançada em parte, pois ainda era marcante a autonomia das faculdades na universidades e o apoio à biblioteca era associado ao prestígio do bibliotecário.
2. Que cada universidad establezca una biblioteca central o organismo centralizador equivalente encargado de: a) planeamiento y administración; b) control de las actividades de las restantes bibliotecas; c) la centralización de los procesos técnicos; d) el mantenimiento y la utilización del fondo bibliográfico y documental, y e) la extensión bibliotecária.	Alcançada nas universidades federais que instituíram bibliotecas centrais.
3. Que cada biblioteca universitária tenga su próprio reglamento en el que se fijen los derechos y deberes de los bibliotecarios, así como tambien la índole de sus relaciones com las autoridades universitarias. Dicho reglamento deberá establecer la estructura interna de la biblioteca y sus funciones administrativas, técnicas y de servicio.	Alcançada totalmente
4. Que el director de la biblioteca forme parte del organismo de gobierno de la universidad o de la facultad.	Considerada utópica no Brasil, face ao tratamento diferenciado atribuído ao professor
5. Que la dirección de la biblioteca conte com una comisión consultiva asesora, a la cual el director pueda someter aquellos asuntos cuya consulta juzgue oportuna. La coordinación de las tareas de este organismo corresponderá al director de la biblioteca.	Alcançada em algumas (ex.: Minas Gerais, Pernambuco e na USP)
6. Que la biblioteca reciba por lo menos un 5% del total presupuesto universitario destinado a fines educativos”	Algumas recebem mais, outras menos do que a recomendação.

Figura 3 – Recomendações do Seminário sobre o Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina e Soluções no Brasil.

Fonte: Cunha, 1977, p. 238-239

Numa atitude propositiva e refletindo o anseio de outros profissionais, em 1973 Cunha recomenda urgência na tomada das seguintes providências em relação aos bibliotecários e às bibliotecas:

- currículo da graduação compatível com o desenvolvimento científico e tecnológico do País;

- implantação de cursos de pós-graduação nas principais escolas de Biblioteconomia;
- criação de oportunidades de bolsas de estudo e de estágios no exterior;
- determinação de 5% do orçamento total da instituição para a biblioteca universitária;
- autonomia técnica e administrativa para a biblioteca universitária, na condição de órgão suplementar;
- existência de um sistema nacional de bibliotecas universitárias, vinculado ao Governo, de modo a assegurar apoio ao seu funcionamento, tendo em vista:
  - a) integração das suas atividades;
  - b) racionalização do trabalho;
  - c) intercâmbio de experiências;
  - d) transferência de tecnologia;
  - e) planejamento nos níveis local, regional e nacional (CUNHA, 1977, p. 240-241).

Completando o coro das principais vozes que perseguiram mudanças orientadas para o reconhecimento da biblioteca universitária brasileira como elemento vital da academia, tem-se Antonio Miranda, responsável pelo documento-base do I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, ocorrido em 1978. Em seu enfoque inicial, apresenta a inter-relação dos aspectos técnicos, da visão política e do contexto – inclusive histórico – que envolve a biblioteca universitária, na perspectiva de um planejamento conseqüente, abordando, em seguida, a universidade brasileira nos fins dos anos 70, com destaque para as seguintes características: mais de oitocentos cursos de pós-graduação; novos métodos de ensino em oposição à apostila e ao *magister dixit*<sup>33</sup>; ampliação do número de professores titulados; expansão da pesquisa e, a biblioteca vista não só pelo aspecto da “notoriedade”, mas principalmente como um problema a ser resolvido, em função das ineficiências detectadas para dar suporte às novas demandas. Essas falhas Miranda reúne em quatro grupos, com a seguinte abrangência: a) estrutura administrativa, envolvendo os critérios de centralização e descentralização e suas implicações; b) processos técnicos, referindo-se à qualidade dos catálogos, à racionalização dos serviços, à formação das coleções e à outra ponta deste item – na verdade, sua razão de ser – o serviço ao usuário (serviço de referência); c)

pessoal, reiterando outros depoimentos sobre a quantidade insuficiente e a capacitação deficiente, principalmente face à demanda mais qualificada do corpo docente e à necessidade de introduzir o planejamento como um meio de melhorar a escassez de recursos e de racionalizar e modernizar procedimentos; d) outras dificuldades, resumidas no que ele designa “mudança de mentalidade”, voltada para a busca de soluções e de modelos de serviços próprios e eficientes – em oposição aos importados, recursos suficientes e infra-estrutura condizente com os objetivos da biblioteca e da universidade. Conclui, dizendo que

uma biblioteca tem que definir as suas metas e para isso necessita de um estudo de sua própria realidade antes de aventurar-se a qualquer transformação qualitativa. Esta capacidade de julgamento da situação e a formulação de novas opções [...] é que garante o planejamento de sistemas de bibliotecas, [pois] na prática, os empecilhos são grandes, mas a ausência de critérios e planos é pior” (MIRANDA, 1978, p. 19-26).

Esta visão de Miranda (1978, p. 26-28) induz à necessidade de conhecer a realidade como subsídio a uma verdadeira reforma da biblioteca, incluindo a criação de um Sistema Brasileiro de Bibliotecas Universitárias - visto por ele como “um extraordinário [...] desafio à imaginação dos bibliotecários acadêmicos”. Assim, o autor lança idéias que irão se alinhar a um conjunto de iniciativas, denúncias, estudos, propostas e depoimentos que vinham circulando nos meios acadêmico e governamental, constituindo certamente as bases do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU), criado em 1986, para dar suporte ao Plano do mesmo nome.

Ao lado de todo o espírito empreendedor e ações pró-ativas que marcaram o período, não se pode dizer que esse foi um processo isento de resistências: cada faculdade isolada e cada biblioteca prezava sua autonomia original. A primeira resistência foi com relação à criação de bibliotecas centrais, na medida que, pela falta de compreensão sobre a que realmente se propunham, isso constituía uma ameaça à plena autonomia da cada unidade de ensino. No entanto, passagem mais drástica e representativa do grau de resistência reinante ocorreu em São Paulo,

---

<sup>33</sup> O mestre disse.

quando foram propostas para sede dos catálogos coletivos estaduais as bibliotecas centrais das universidades ou serviços equivalentes: a autora da idéia e o funcionamento da própria biblioteca central da respectiva universidade de origem foram ameaçadas por possíveis medidas de cerceamento. Já na Bahia (1953) e no Rio Grande do Sul, a resistência foi mais sutil: ao invés de biblioteca central, foi criado o Serviço Central de Informações Bibliográficas (SCIB); em Pernambuco e Minas Gerais, foi implantado o Serviço Central de Bibliotecas (CUNHA, 1977, p. 237). No caso da Bahia esse quadro concorreu para que, somente quinze anos depois, por ocasião da reestruturação da Universidade Federal (Decreto 62 241/68), fosse institucionalizada a Biblioteca Central como órgão suplementar da Reitoria, sendo que sua instalação em prédio próprio ocorreu em 1983, quando passou a chamar-se Biblioteca Central Reitor Macedo Costa.

De qualquer modo, as idiossincrasias daquele momento não impediram avanços do setor e, mais do que isto, oportunizaram visões flexíveis - e conseqüentemente soluções mais exequíveis - conforme pode ser observado no exposto por Mercadante (1990, p. 15), em livro que compõe o conjunto dos publicados como documentos técnicos do PNBu:

nenhum modelo único de estrutura poderá servir a todas as bibliotecas acadêmicas; para cada instituição deverá ser determinado qual o seu escopo, seus objetivos, seus pontos fortes e fracos, para onde se dirigem suas linhas de ensino, pesquisa e extensão. É preciso que se respeite a 'cultura' da instituição, incluindo seu tipo, tamanho, missão, a força de sua autoridade central, seus fundos financeiros [...] e que estejam bem determinadas as relações entre a biblioteca e as outras unidades do campus e os 'links' entre ela e a comunidade acadêmica, sejam professores ou alunos.

Merecendo uma abordagem especial pelo pioneirismo, pelos benefícios e sementes deixadas, o PNBu será comentado a seguir, com base na análise elaborada por Maria Lúcia Andrade Garcia, visando avaliar o referido Plano, num trabalho financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). Reportando-se à década de 60 para situar a reforma Universitária e as reuniões de dirigentes de bibliotecas universitárias, a autora considera estar ali a origem da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias (CNBU) e, em

conseqüência, a criação da Associação Brasileira de Bibliotecas Universitárias (ABBU<sup>34</sup>) em 1973, ano em que Maria Luisa Monteiro da Cunha, dirigente de bibliotecas da USP, apresenta a problemática da biblioteca universitária, como um dos documentos-base do CBBB de Belém (1973). Antecedido e seguido de tantas iniciativas e proposições, sem dúvida este conjunto sinérgico constitui-se numa das forças propulsoras para a criação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) em 1986. Esta data, na opinião de Garcia (1991, f. 4), reflete uma ação retardatária do Governo, face às demandas do cenário sócio-econômico já encetadas desde os anos 60 e objeto do planejamento governamental na década de 70. De qualquer forma, àquela ocasião (1986) já era corriqueiro no ambiente governamental associar a

elevação dos padrões de qualidade de ensino e pesquisa [...] a um conjunto de condições que enformam o processo educativo. Nesse sentido, todos os estudos [...] levam invariavelmente à conclusão de que a deficiência das bibliotecas se inclui entre as principais causas das dificuldades enfrentadas nessa área de ensino e pesquisa. A biblioteca no contexto acadêmico se constitui não somente em sua mais importante infra-estrutura, como também em elemento integrador, uma vez que a comunidade universitária é, simultaneamente, geradora e transmissora de conhecimentos (GALVÃO, 1987, v. 2, p. 8).

O que se pode inferir desse discurso de Derblay Galvão, na qualidade de representante da SESu na abertura no 5<sup>o</sup> Seminário de Bibliotecas Universitárias (SNBU), é que o PNBU, como propõe Garcia, decorreu de movimentos de bibliotecários universitários e de funcionários da administração federal ligados a “programas [...] de desenvolvimento das universidades, dos cursos de pós-graduação, dos grupos e instituições de pesquisa e dos sistemas e serviços de informação científica e tecnológica” (GARCIA, 1991, f. 4); tanto isto pode ser verdadeiro que em 1978 e 1981, por iniciativa das universidades, ocorreram respectivamente o 1<sup>o</sup> e o 2<sup>o</sup> Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, transformados em foro permanente do setor e já em sua décima primeira edição

---

<sup>34</sup> Transformou-se em Comissão Permanente da FEBAB, com o nome de CBBU, após tentativa frustrada de se filiar ao Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), tendo sido desativada; atualmente, em pleno funcionamento, congrega as bibliotecas universitárias, numa tentativa de suprir a inexistência de um órgão governamental específico para tal fim.

(abril/2000, SC). Na verdade, eles têm assegurado, juntamente com o movimento associativo – especificamente pela ação da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias (CBBU)<sup>35</sup> – se não uma coordenação nacional, pelo menos uma articulação e um intercâmbio, a cada dois anos, entre os dirigentes e os profissionais da área sobre questões que envolvem a biblioteca universitária: planejamento e gestão; técnicas e tecnologias relacionadas à coleta, indexação, organização, disseminação e uso da informação; serviços, produtos e cooperação; desenvolvimento de recursos humanos, enfim, todas as variáveis que envolvem a atuação das bibliotecas no contexto acadêmico. Esses eventos têm ensejado, ao longo do tempo, a instauração de uma cultura própria e de uma certa visibilidade do setor. Especialmente os dois primeiros tiveram o mérito de provocar a formação de um grupo de estudos, com vistas à implantação de um Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias – conforme desafio lançado por Miranda, em 1978.

Se, como afirmou Andrade (1984, p. 93), a política governamental de ciência e tecnologia praticada em 50 e a Reforma de 68 “orientaram os destinos da universidade brasileira” nos avanços que ela experimentou, bem como nas dificuldades em se adaptar a novos sistemas administrativos, técnicos e acadêmicos, a crise econômica dos anos 80 - representada pelo “processo inflacionário, o controle das importações e a diminuição dos orçamentos no setor público” - fez com que a academia passasse “a conviver com restrições orçamentárias crescentes aliada (*sic*) à desvalorização acelerada da moeda e à burocracia das importações”. Os efeitos da combinação desses fatores dificultaram “enormemente a implantação, manutenção e desenvolvimento de seus laboratórios e bibliotecas”, concorrendo para que vivessem praticamente em estado vegetativo. As bibliotecas “tiveram em alguns casos recursos reduzidos a níveis de estrita manutenção e pagamento de pessoal, com grave prejuízo para seus acervos, incluídas aí as coleções especializadas estrangeiras e serviços” (GARCIA, 1991, f. 4).

O processo de maturação em torno das idéias de um sistema ou plano nacional de bibliotecas universitárias, gestado nos três primeiros SNBUs, foi

---

<sup>35</sup> Uma das Comissões Permanentes da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB).

determinante para lançar a pedra fundamental do futuro Plano. Coube ao IBICT a responsabilidade de arrolar e consolidar as recomendações daqueles eventos anteriores e apresentá-las no IV SNBU realizado em Campinas, em 1985, dando origem ao documento-base do PNBU. Finalmente criado em 24 de abril de 1986, o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias foi acompanhado da instituição do Programa do mesmo nome, visando garantir sua implantação (Portarias 287 e 288/86). Sua macro concepção centrava-se num sistema nacional, a exemplo do que preconizava o Natis, a quem incumbiria “assegurar condições para a definição de padrões de organização e desenvolvimento de sistemas e serviços bibliográficos nas universidades – bem como dos meios de comunicação e de interligação dos sistemas – e a determinação de diretrizes para aplicação de recursos humanos, bibliográficos, financeiros, tecnológicos que garantissem a consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias” (GARCIA, 1991, f. 5).

A proposta inicial revestiu-se, na visão de hoje, de extrema ambição e nenhuma possibilidade de viabilização, não pelas condições tecnológicas – que já existiam – mas pela grandeza que seria montar uma “rede nacional de informação e documentação nas diferentes áreas do conhecimento”, considerando dois fatores a serem enfrentados: os elevados custos da tecnologia computacional à época e, segundo Garcia, a “defasagem cultural dominante ao nível das mentalidades (administradores, bibliotecários e usuários)” (1991, f. 6). Certamente que estes se constituíram em fatores influentes, mas não seria impropriedade considerar que a decisão política participou com um peso maior. Esta inferência se calca na analogia que se pode fazer com os dias atuais, onde a tecnologia *web* está, independentemente de qualquer esforço governamental, interligando os sistemas acadêmicos de informação, segundo a capacidade de cada qual e, ainda assim, o País não dispõe de uma instância própria para estabelecer as políticas para o setor biblioteca.

Merecem também destaque na criação do PNBU outros aspectos e pressupostos que o envolveram:

- a) a concepção de informação como valor de mercado;
- b) a intenção de que o documento-base do PNBU se constituísse numa expressão da política governamental para o setor, sintonizada com as

- políticas de ciência e tecnologia;
- c) que dispusesse de condições objetivas de operacionalização (diretrizes e ações);
  - d) e que fosse resultado de uma participação coletiva (CHASTINET, 1989).

O que ficou evidenciado, no entanto - principalmente no item referente à participação coletiva – foi a sua inviabilidade devido às dimensões continentais do País. Com problemas de comunicação, aquela intenção foi frustrada porquanto não conduziu “à iniciativa, ao compromisso e à participação verdadeiramente democrática, condição fundamental para a sustentação [...] de qualquer plano (GARCIA, 1991, f.10); ademais, algumas decisões técnicas foram tomadas sem considerar pré-condições e as condições de cada universidade. Sobrepondo-se a estes fatores, outra fragilidade emerge no âmbito do Plano, qual seja a de não “dispor de uma equipe permanente qualificada que possa realizar de modo rotineiro avaliações, prestar assistência especializada e efetuar acompanhamentos *in loco*”. (GARCIA, 1991, f. 10).

Sua implementação ocorreu através de duas instâncias, criadas como estrutura para lhe dar suporte: uma Secretaria Executiva, responsável pela coordenação e execução de atividades, e um Comitê Técnico Assessor (CTA), incumbido do planejamento, acompanhamento e avaliação do Plano (CHASTINET, 1989). O CTA exerceu suas atribuições mediante o concurso de Grupos de Trabalho por função, mas enfrentando sempre o problema da comunicação, das dificuldades de realizar encontros presenciais mais amiúde e da posição desfavorável na hierarquia do MEC. Mesmo assim, esta estrutura e o empenho da equipe envolvida ainda propiciaram, de 1986 – ano de sua criação – a 1990, a geração de dezesseis documentos técnicos, dezessete de planejamento e nove resultantes e voltados para a pesquisa no setor. Produção profícua e de grande aplicabilidade nas bibliotecas, careceu somente de continuidade – problema decorrente da não-consecução do segundo objetivo do PNB, indicado na folha anterior (letra b) -, de modo que seu amadurecimento, sua eficácia e efetividade fossem assegurados.

Não resta dúvida – e aí estão os relatórios, os documentos produzidos e a realidade para comprovar – que as bibliotecas universitárias auferiram imensos benefícios, tanto no que diz respeito a recursos de diversas ordens que lhes foram

alocados, quanto à capacitação de pessoal e, principalmente, à possibilidade de desenvolver uma visão da biblioteca universitária não só integrada à vida acadêmica, mas à vida do País. Exemplos desses benefícios – apesar das críticas feitas já na ocasião sobre critérios de inclusão nos programas<sup>36</sup> - foram o Programa de Aquisição Planificada de Periódicos (PAP), o Programa de Financiamento de Livros para os Cursos de Graduação (Biblos), o Programa de Estudos Técnicos, Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos, a interação com a rede Bibliodata da FGV e com a Central de Duplicatas da Biblioteca Central de Engenharia de Itajubá, Minas Gerais (Bicenge), a realização do Curso de Especialização para Bibliotecários das Instituições de Ensino Superior (CEBIES); e a publicação das séries “Documentos Técnicos”, “Documentos de Planejamento” e “Documentos do Programa de Estudos Técnicos. Pesquisas e Desenvolvimento de Recursos Humanos” (Doc.Pet). Aqueles programas tiveram o mérito de se integrar a iniciativas nacionais como a comutação bibliográfica, a catalogação cooperativa e envolver organismos como o IBICT, a Fundação Getúlio Vargas, a Biblioteca Nacional, o CNPq, a FINEP, entre outros.

De fato, o PNBu pretendeu desenvolver diretrizes e ações abrangentes no País, envolvendo todos os tipos de IES, para evitar, segundo Chastinet, “a necessidade de revisões muito constantes”; mas na visão de Garcia (1991, f. 15), se houve um ganho em poder

propor, capturar, acolher e estimular programas e projetos dentro de um amplo espectro de interesses [...] por outro lado, criou expectativas para uma clientela potencial que efetivamente não foram atendidas.

Tudo leva a crer que essa pretensão parecia refletir a própria ambigüidade do MEC em relação ao tratamento dispensado aos sistemas público e privado de ensino.

Segundo o Relatório I PNBu 1986-89 (GARCIA, 1991, f. 16), os recursos orçamentários se originaram do MEC, através da SESu, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e Fundo Nacional de

---

<sup>36</sup> Apesar da abrangência pretendida pelo PNBu, na prática seus benefícios se estenderam principalmente a bibliotecas das instituições federais de ensino superior.

Educação (FNDE), do Coordenação Nacional de Pesquisa (CNPq) e da FINEP, na seguinte proporção: 84,14% do Ministério, 3,80% do CNPq e 12,05% da Finep, de um total de US\$ 7,533.254.00 para o período 86/89. Aliada à oscilação da alocação e distribuição de recursos durante os três anos enfocados, foi considerado ainda como mais um problema a falta de dotação orçamentária específica para o Plano, segundo analisa Chastinet (citada por GARCIA, 1991, f. 18).

Acresça-se a este ponto nevrálgico do Plano, a questão da sua liderança. Antes porém convém lembrar que o Plano, pela envergadura proposta, supunha que os níveis administrativo, político e técnico estivessem harmonicamente articulados e coordenados. Apesar da articulação no nível conceitual (com a participação da SESu, CNPq, Finep, Capes) e no nível estratégico (com a participação dos especialistas/consultores), a realidade enfrentada no nível operacional não se mostrava favorável, em decorrência, entre outros, dos seguintes fatores: a) diferença de dinamismo encontrada de uma instituição para outra; b) falta de visão compartilhada do Plano, por parte do conjunto dos seus integrantes; c) prioridade de investir em interesses próprios de forma corporativista por parte de algumas IES.

Face a esse quadro e retomando a questão da liderança, Garcia em suas reflexões a respeito não hesitou em identificá-la associada mais ao prestígio de sua líder maior – Yone Chastinet – do que à convicção do Governo quanto à real necessidade do País de contar com políticas e recursos específicos para o setor biblioteca, o que de certa forma explica sua solução de continuidade.

E para encerrar o ciclo de questões que envolveram os avanços e os problemas do PNBU, Garcia ainda levanta o fato de que “a institucionalização dos serviços bibliotecários e de informação não encontram matriz cultural favorável sobre a qual deitar suas raízes”, afirmativa que pode ser relacionada principalmente ao pensamento de Luís Milanesi, de Ezequiel Theodoro da Silva e de Lauro de Oliveira Lima, porquanto a referida matriz está cunhada sob os cânones das culturas colonialista, católica e escravocrata, traduzidas pela repressão ao ensino e à informação.

Saindo do campo conceitual e estratégico, para a atuação tópica, o Plano se desenvolveu através de seis áreas – Planejamento Organizacional, Financeiro, Recursos Humanos e Físicos; Formação e Desenvolvimento de Coleções;

Processamento Técnico dos Documentos; Automação de Bibliotecas; Usuários e Serviços; Atividades Cooperativas. A cada uma das seis áreas corresponderam diretrizes, num total de 12, e ações, num total de 46, todas estabelecidas de modo a atender aos objetivos do Programa, a saber:

- a) harmonizar e estimular as atividades desenvolvidas pelas Instituições de Ensino Superior nas áreas de informação e documentação, otimizando a prestação de serviços aos usuários;
- b) integrar ações dos órgãos e setores do MEC incumbidos de atividades ligadas às bibliotecas universitárias;
- c) assessorar o Ministro de Estado da Educação, através da SESu, em matéria referente às bibliotecas universitárias. (GARCIA, 1991, f. 8-9).

Embora a criação do Plano e do Programa Nacional de Biblioteca Universitária tenha se dado em 1986 – por meio das Portarias MEC 287 e 288, de 24/4/86 - sua institucionalização através de decreto federal ocorreu quase quatro anos depois (Decreto no. 98 964, de 16/2/90), com o nome de Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior (Probib).

Com suas metas estabelecidas pelo Ministro, a coordenação e o orçamento do Probib ficaram afetos à SESu. Comparativamente ao PNBU, o novo Programa passou de 12 a 16 diretrizes, pela inclusão de itens referentes a serviços e a recursos humanos. Este acréscimo, na avaliação de Garcia (1991, f. 24-25), representa uma evolução, na medida que situa “a biblioteca como base para o desenvolvimento de serviços e sistemas de informação e documentação modernos nas universidades”. Mas os esforços de legalizá-lo e ampliá-lo não asseguraram sua permanência, pois que sua vulnerabilidade anterior – decorrente da transição que sofrera o Governo Federal do período militar para a Nova República – não resistiu à ação abrupta da Secretaria de Administração do Governo Collor. Desativando-o da estrutura da então SENESU (atual SESu), transformou-o no Serviço de Desenvolvimento de Bibliotecas das Instituições Federais de Ensino Superior (SDBib), alocado no quinto escalão do Ministério, o que significa dizer sem nenhum poder de coordenação, condição vital para a implementação do PNBU/Probib e imanente à sua natureza (GARCIA, 1991, f. 25-26).

Quanto aos resultados do Plano, do total de 46 ações, 9 foram totalmente realizadas, 22 parcialmente e 15 tiveram resultado nulo, conforme pode ser visualizado no Apêndice A. Próximo portanto dos 70% de ações realizadas, este resultado revela a convergência de esforços do Governo Federal, das instituições envolvidas no PNBU (na maioria, IFES) e dos bibliotecários. Esse êxito alcançado pelas bibliotecas universitárias prenuncia as conclusões de Garcia (1991) na direção da necessidade e da propriedade de o setor biblioteca contar com uma instância forte de coordenação e de promoção de estudos para subsidiar e garantir o bom funcionamento das bibliotecas.

Merecem destaque, para complementar os resultados apresentados no Apêndice A, os seis pontos que teriam sido desenvolvidos, segundo Chastinet (citada por GARCIA, 1991, f. 26), caso o PNBU não tivesse sido desativado:

a) consolidação do entendimento da “questão biblioteca” no cenário nacional; b) visibilidade da ação coordenadora do MEC na promoção do desenvolvimento das bibliotecas universitárias; c) necessidade de estabelecer mecanismos formais e regulares de atuação junto à direção das universidades; d) abertura de espaço para a ação conjunta de pesquisadores/docentes da área de Biblioteconomia/Ciência da Informação e profissionais responsáveis pela gerência das bibliotecas universitárias; e) demonstração de que o desenvolvimento das bibliotecas universitárias repousa no trabalho cooperativo e mecanismos de intercâmbio; f) possibilidade de configuração de um Sistema Nacional de Bibliotecas de Ensino Superior.

Dentre as conclusões do seu trabalho de avaliação do PNBU, realizado a partir de sessenta e sete entrevistas aplicadas a dirigentes de bibliotecas, docentes, técnicos da Capes, CNPq, FGV, Garcia levanta alguns pontos que merecem registro para o escopo do presente estudo:

a necessidade de prosseguimento do programa [...] ter junto a SENESU uma instância que enxergue as bibliotecas como um todo e traduza suas necessidades [...] o programa fortaleceu as bibliotecas junto à administração das universidades [...] formar algum tipo de fórum de diretores de bibliotecas [...] que obrigaria a discussão do pessoal mais operacional [...] diferentemente do SNBU que é mais “acadêmico” [...] constituição de um órgão de coordenação semelhante ao University Grant Comision/UGC, do Ministério de Educação da Inglaterra ou de uma associação como a

ACRL americana [Association College and Research Libraries, da ALA] que, além de funções de lobby junto ao Congresso, faz estudos, avaliações, estatísticas e estabelece padrões e normas para as bibliotecas universitárias (GARCIA, 1991, f. 31-32).

À semelhança de um ideário, esse conjunto de intenções e recomendações foi encerrado quase que com um apelo por um dos entrevistados: “uma ação cooperativa permanente entre as bibliotecas universitárias não pode estar fora do MEC” (GARCIA, 1991, f. 32).

Ainda é relevante incluir aqui as considerações de Maria Lúcia Andrade Garcia (1991, f. 32-33) sobre a continuidade do planejamento governamental junto às bibliotecas universitárias, por abrirem novas perspectivas ao setor:

- a) o PNBUI foi uma experiência pioneira de planejamento e atuação sistemática no desenvolvimento das bibliotecas universitárias federais, que teve como resultado principal estender a problematização da biblioteca universitária à administração das universidades, às agências de C&T, e, de um certa forma, ao próprio MEC, que depois do PNBUI, incorporou alguns procedimentos de atendimento às demandas orçamentárias das bibliotecas;
- b) as atividades de planejamento junto às bibliotecas universitárias devem ser retomadas na esteira do PNBUI, não apenas porque há necessidade de colocá-las em condições modernas de prestação de serviços à comunidade acadêmica e ao setor de C&T, como também permanece uma sensibilização grande criada pelo programa em áreas estratégicas de suporte ao planejamento no setor;
- c) o modelo de planejamento a ser adotado deve se orientar no sentido da democratização do processo de planejamento, através da descentralização da sua proposição e da sua execução e conseqüente regionalização dos programas e projetos;
- d) os programas e projetos deverão ser separados com relação ao seu alcance ou benefício: se local, regional ou nacional, através de diferentes tipos de apoio e mecanismos de suporte;
- e) deverão ser incentivados empreendimentos que, a partir dos recursos e condições diferenciadas das bibliotecas, possam suplementar, complementar ou atender a outras regionalmente ou nacionalmente e à sociedade em geral;
- f) o conceito nacional deve ser referido à extensão do acesso a todo território nacional de sistemas e serviços de bibliotecas universitárias e o conceito de regional deve ser considerado no sentido de aglutinação territorial de bibliotecas, para fins de representação e de cooperação dentro de condições de interação e de comunicação possíveis e por elas definidas, abandonando-se o critério geográfico de grandes regiões do IBGE;
- g) é indispensável a instituição de uma unidade de coordenação permanente, com infraestrutura (*sic*) adequada, pessoal qualificado e recursos necessários e próprios, para realizar a coordenação nacional

de setor de bibliotecas universitárias, cuja localização e fontes de recursos teriam que ser definidos pelo MEC/SENESU, em conjunto com as principais bibliotecas universitárias e os órgãos de fomento de C&T, nos moldes do que está sendo constituído no IBICT para a Rede de Informação Tecnológica.

Por oportuno, comenta-se aqui o pensamento do economista Rômulo Almeida – em parte já referenciado quando se abordou a questão das bibliotecas públicas e escolares – na medida que encontra eco nas proposições de Garcia, e também as respalda. Especificamente se quer associar seu pensamento ao ponto tratado no item “e” anterior - *incentivo a empreendimentos cujos recursos e condições diferenciados das bibliotecas possam suplementar, complementar ou atender regionalmente outras bibliotecas e mesmo a sociedade em geral*. Isto porque, para o economista, “Uma das justificativas para [a existência d]o Ministro da Cultura é dar validade à rede nacional de bibliotecas públicas” (ALMEIDA, 1986, p. 13), visão que pode ser associada a de Garcia – sem excluir outras funções do MEC - substituindo-se Ministro da Cultura por Ministro da Educação e bibliotecas públicas por bibliotecas universitárias. Mas ambos vão mais além, quando se referem a forma da fazê-lo: ela fala que “recursos e condições diferenciadas das bibliotecas, possam suplementar, complementar ou atender a outras regionalmente ou nacionalmente e à sociedade em geral” e ele sobre “a cabeça de um sistema nacional descentralizado [...] que se caracteriza pela complementação de funções e pelo apoio compensatório da União face às dificuldades financeiras e técnicas dos Estados e Municípios” [...] de modo “que em toda parte do país se tenha acesso ao que é representativo da cultura brasileira e universal, das artes como da ciência” (ALMEIDA, 1986, p. 13). *Mutatis mutandis*, as “dificuldades financeiras e técnicas dos Estados e Municípios”, referidas por Almeida, seriam “as dificuldades financeiras e técnicas” das diferentes instituições do País, aludidas por Garcia, ao falar em “recursos e condições diferenciadas das bibliotecas”.

Enfim, no contexto nacional acima sumarizado, tentou-se ambientar a biblioteca no período da Reforma de 68, no que o antecedeu e sucedeu, sob o ponto de vista de sua função na academia, suas características, problemas e possibilidades. A seguir, ela será apresentada a partir da sua relação com o contexto acadêmico, especificamente com o processo ensino-aprendizagem.

### 3.3 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA E O ENSINO

Do ponto de vista teórico, a literatura é praticamente consensual ao considerar a biblioteca universitária como elemento integrante, fundamental ou mesmo imanente aos programas de ensino. Pfromm Netto, em 1975, e Juliatto, em 1988, ambos professores não bibliotecários<sup>37</sup>, referem-se ao ‘dever ser’ da biblioteca universitária respectivamente como centro ou sistema de informações e como um centro de recursos para aprendizagem e de informações (CRAI). Para fundamentar sua proposição, Pfromm Netto (1975, p. 24) se apoia em S. Gorn<sup>38</sup> por considerar que “a informação pertence, juntamente com a matéria e a energia, à trilogia dos fenômenos básicos que constituem os fundamentos de todas as atividades humanas”. Pelo mesmo motivo – de que os livros não se constituem nas únicas fontes de informação – Juliatto, citando Dahnke e Merrill, e Drob, acena para o êxito de uma nova concepção a ser posta em nível nacional – o CRAI – que deve congrega instalações e materiais que venham a contribuir para o trabalho de investigação do pesquisador e para o processo de ensino-aprendizagem para o aluno (JULIATTO, 1988, p. 106)<sup>39</sup>.

É bem verdade que os artigos analisados tiveram propósito diferentes: o primeiro pretendeu apontar a aplicação da biblioteca como um instrumento de tecnologia educacional, através da mudança de sua feição tradicional de depósito para a de um centro provedor de informação através de diversas mídias. Registre-se que escrito em 75, o artigo arrola como tecnologias do momento as microformas e o *videotape* – este apontado então como a maior revolução após o surgimento do livro - *status* apropriado pelo CD-ROM nos anos 80, segundo Drucker (2000, p. 118); inclui ainda a reprodução por copiadoras como um procedimento comum, bem como exemplos do emprego de computador para fins administrativos, de pesquisa e de ensino em centros mais avançados, como nos Estados Unidos; e também anuncia

---

<sup>37</sup> O primeiro, professor do Instituto de Psicologia e membro da Comissão de Tecnologia Educacional da USP; o segundo, doutor em Administração e Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da PUC-PR em 1988.

<sup>38</sup> Ver artigo de sua autoria *The computer and information science and the community of disciplines*, publicado em *Behavioral Sciences*, n. 12, p. 432-452, 1967.

<sup>39</sup> Ver, de autoria de H.L. Dahnke e outros, *Higher education facilities planning and management [...]*, de 1971; e de I.R. Merrill e Drob, *Criteria for planning the college and university learning resources center*, de 1977.

as inúmeras aplicações do raio *laser*” descoberto em torno de 1960, na projeção de imagens fixas e em movimento, na impressão de livros, nos computadores, além da sua condição de “principal meio de transmissão de sinais de rádio e televisão em todo o mundo” (PFROMM NETTO, 1975, p. 31).

Juliatto, o segundo autor citado, quis deixar registrada, como subsídio a outras universidades, a experiência da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e o produto de suas leituras preparatórias quando da elaboração do projeto da biblioteca central para aquela Universidade. Sua preocupação em levantar elementos na literatura estrangeira - face às limitações da produção nacional - demonstra também uma visão sobre a biblioteca universitária que vinha se processando fora do ambiente biblioteconômico brasileiro: “uma enciclopédia viva do mundo moderno [...] um centro de armazenamento e classificação do saber acumulado da humanidade e de irradiação de informação e de variadas formas de cultura” (JULIATTO, 1988, p. 105). Ao lado disso, demonstra a complexidade que envolve o planejamento de uma biblioteca central, em função da quantidade de variáveis a considerar, citando a visão desde Thomas Jefferson, em 1782, até a do autor contemporâneo Dobber (1965)<sup>40</sup> sobre a importância de ser “o prédio focal do *campus*”. Sua grande contribuição ocorre no campo dos padrões e critérios que indica como norteadores de um empreendimento dessa natureza, mas sem dúvida, mais do que subsídios para a adoção de medidas e princípios, a relevância de sua contribuição repousa no significado da participação direta de um docente na definição do presente e do futuro de uma biblioteca universitária que deverá ser capaz de atender, a plena capacidade, 15 mil alunos.

Merecedora ainda de registro é a visão de Pfromm Netto (1975, p. 26) sobre leitura e uso da biblioteca, em observações que lembram as de Smit e Silva:

A experiência docente revela que boa parte dos estudantes brasileiros não desenvolve, no lar e nas escolas de primeiro e segundo grau, o hábito de ler. Quando universitários, lêem pouco, lêem mal, lêem demasiado lentamente [...] Ler é uma experiência penosa e desencorajadora para esses jovens. A situação se agrava quando encontram professores que, em lugar de levá-los gradualmente a desenvolver seus padrões de leitura, adotam o

---

<sup>40</sup> Ver de R. P. Dobber, *The new campus in Britain [...]*, publicado em 1965.

método expositivo e se limitam a apresentar oralmente as informações acumuladas nos materiais impressos.

A respeito, o que se observa na literatura – e que Diaz Bordenave e Pereira irão usar como argumento – é que o aluno, normalmente, é apontado como responsável por esse *status quo*. Em seu artigo, os dois autores comentam as respostas obtidas nos cursos de metodologia de ensino para docentes universitários, referentes à pergunta ‘por que os alunos lêem pouco’:

- Eles egressam do ensino secundário sem o hábito de ler e, sobretudo, de freqüentar a biblioteca.
- As apostilas condicionam o aluno a não procurar outras fontes.
- A carga horária excessiva não deixa tempo para que os alunos freqüentem a biblioteca.
- A biblioteca tem poucos livros, facilidades precárias, mau atendimento.
- Os alunos não sabem como utilizar a biblioteca
- Muitas obras de consulta indispensável estão em idiomas que os alunos não compreendem.
- Os professores não estimulam o uso da biblioteca; em geral os alunos não precisam freqüentar a biblioteca para serem aprovados”. (DIAZ BORDENAVE; PEREIRA, 1991, p. 255).

E completam: das sete respostas, somente uma diz respeito diretamente ao professor. Mas os próprios autores questionam: “não seria o professor o responsável principal pelo fato de os alunos não usarem a biblioteca?” (DIAZ BORDENAVE; PEREIRA, 1991, p. 255).

Fazendo uma retrospectiva a partir deste último questionamento de Diaz Bordenave e Pereira, seria demasiado severo lembrar a possibilidade de que o professor de hoje é o estudante de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> grau de ontem, sem livro, sem biblioteca e cujos professores também vivenciaram as mesmas limitações? Além de abordar a questão do papel do professor no uso e no incentivo da biblioteca, Diaz Bordenave e Pereira têm uma preocupação singular: a de que a biblioteca seja apresentada aos alunos, desde as instalações físicas, organização dos materiais e sua identificação, até as fontes especializadas e um glossário de termos biblioteconômicos. Mas a contribuição principal é encontrada no item “Aplicações” (DIAZ BORDENAVE; PEREIRA, 1991, p. 261-264), onde os dois autores propõem 11 atividades e providências envolvendo os alunos, os materiais, o bibliotecário e o professor.

Pioneira no Brasil, pelo menos registrada em área que não a Biblioteconomia, esta contribuição é concluída com a comparação do método pedagógico tradicional – onde o docente é a principal fonte de informação - com aquele onde o professor estimula o aluno a desenvolver o gosto de buscar soluções de forma cada vez mais autônoma. Suas reflexões, oriundas de proposta desenvolvida na Universidade Federal de Viçosa, sugerem a associação do uso da biblioteca universitária como efetivo instrumento de ensino-aprendizagem, podendo levar a uma outra reflexão: quanto mais qualificada a demanda, mais qualificada será a oferta, podendo-se subentender daí ser fundamental a participação ativa do docente em dois níveis: - no conhecimento dos recursos da biblioteca, suas potencialidades e fraquezas; - no planejamento, na avaliação, no estabelecimento e acompanhamento das políticas que a norteiam, conforme será abordado no capítulo 4.

Em comunicado ao X Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, onde são revisadas as recomendações de nove SNBUs, Tarapanoff e outros (1998) contextualizam a biblioteca universitária face aos novos paradigmas introduzidos pelas tecnologias de informação e comunicação “numa perspectiva sistêmica e do planejamento estratégico” . Esta relação decorre da própria característica da biblioteca universitária – de não ter autonomia e estar jungida à instituição que a contém – e remete, invariavelmente, ao terreno organizacional, hoje afetado por duas questões básicas para o funcionamento da academia: a) autonomia, que supõe nova forma de planejar e gerir a universidade; b) as restrições orçamentárias por parte do Governo Federal, até então o maior provedor dos seus recursos. Se por um lado o conhecimento dessas questões denota a assunção de que a universidade e a sua biblioteca experimentam uma transição, por outro podem anunciar que se encontra em gestação a busca de um novo modelo. A metodologia empregada pelas três autoras para desenvolver o tema teve como pano de fundo a realidade das bibliotecas universitárias brasileiras, registrada e observada em quase trinta anos, período onde “os bibliotecários se reúnem, discutem problemas, propõem recomendações para solucionar problemas identificados, entretanto, na maioria das vezes, tais recomendações não têm sido implementadas e problemas se repetem cumulativamente” (TARAPANOFF e outros, 1998). E mais, os problemas praticamente insolúveis estão, no mesmo cenário, relacionados a

falta de visão sistêmica da biblioteca universitária, considerando sua interação com o meio ambiente organizacional (a universidade e seus usuários), o meio ambiente específico (o subsistema educacional e de Ciência & Tecnologia) e o meio ambiente geral (a sociedade e a conjuntura sócio-político-econômico-cultural) [...] (TARAPANOFF e outros, 1998).

Detalhando o quadro, a análise das três autoras não difere da realidade levantada por Cunha quando, em 1973, fez uma retrospectiva de quase vinte anos da biblioteca universitária no País (CUNHA, 1977, p. 229-250). Aquelas autoras consideram faltar uma ação sistêmica articulada – em nível local e nacional – que promova a superação do descompasso e mesmo da defasagem das bibliotecas universitárias, mediante o aproveitamento da experiência acumulada e pela adoção de “diretrizes consensuais”, face aos problemas genericamente indicados a seguir:

- distanciamento, por parte dos bibliotecários, dos programas globais da universidade;
- falta de apoio dos diversos escalões hierárquicos da universidade para a tomada de decisão dos bibliotecários;
- pouco entrosamento dos bibliotecários no processo acadêmico e dificuldades em entender esse processo
- falta de definição de objetivos e metas;
- dificuldades de avaliação de desempenho devido à ausência de padrões;
- falta de planejamento integrado;
- ausência de regulamentos que definam a estrutura e a competência das bibliotecas universitárias;
- carência de recursos humanos, materiais e financeiros;
- despreparo do bibliotecário frente às tecnologias, à necessidade de planejar e de dominar técnicas orçamentárias;
- desconhecimento, por parte dos bibliotecários, das novas necessidades informacionais da sociedade, da universidade e do usuário;
- falta de visão estratégica;
- desconhecimento dos bibliotecários sobre as mudanças e desenvolvimento na própria área” (TARAPANOFF e outros, 1998, f. [6])

De fato, os problemas acima se inserem em três categorias de questões – planejamento, administração e recursos humanos; infra-estrutura; usuários e serviços – e são tratados verticalmente pelas autoras a partir das análises e recomendações dos SNBUs, conforme dito anteriormente, onde se destaca a

biblioteca universitária: a) como atividade-meio; b) como elemento ausente das instâncias colegiadas das universidades e, conseqüentemente, do corpo docente e dos programas de ensino, pesquisa e extensão; c) como organismo desprovido de estudos de desempenho (de serviços e coleções) e de padrões para planejamento e implementação de suas atividades e serviços. Tal situação, observada tanto em nível local como nacional, está relacionada à ausência de um organismo coordenador a quem incumbiria a formulação das políticas para o desenvolvimento da biblioteca universitária, conforme anunciaram Etelvina Lima e Antonio Miranda, nos anos 70; e também pelo despreparo da maioria dos bibliotecários nas questões de planejamento e gestão, assim sumarizadas:

- gerenciar uma biblioteca universitária;
- interagir com o usuário;
- trabalhar com materiais informacionais diversificados;
- planejar e administrar sistemas de informação;
- identificar problemas e apresentar soluções com rapidez; [...]
- envolvimento demasiado com tarefas do cotidiano da biblioteca;
- ausência de programas de treinamento e atualização;
- falta de participação em eventos de outras áreas por falta de estabelecimento de objetivos e finalidades para tanto;
- resistência à mudança;
- resistência à cooperação; [...]
- inexistência de planejamento e/ou padronização e indicadores relativos ao quadro de pessoal em bibliotecas universitárias;
- falta de pessoal especializado;
- reduzido número de funcionários;
- ausência de processo seletivo de pessoal para atuar na biblioteca universitária;
- baixa remuneração;
- inexistência de um plano de carreira com incentivos financeiros por titulação e produção científica.” (TARAPANOFF e outros, 1998, [f. 8-9]).

Considerando que os itens “Infra-estrutura” (recursos financeiros, informacionais e físicos) e “Usuários e Serviços”, da forma como foram abordados pelas autoras e por sua própria natureza, são intimamente ligados e dependentes do anterior - “Planejamento, Administração e Recursos Humanos” – não serão aqui comentados; seria óbvio concluir que seus êxitos e insucessos dependem da visão sistêmica que a biblioteca e a própria universidade têm dos serviços informacionais e de como os planejam para que atinjam seus usuários, isto é, sua razão de existir.

A partir do quadro apresentado pela biblioteca universitária brasileira no período estudado – suas proposições, avanços, fragilidades, potencialidades – as três autoras acenam para um novo modelo – governamental e/ou associativo – a ser discutido num âmbito similar ao da atual CBBU e ao sugerido por Garcia (1991, p. 31-32), em direção aos seguintes aspectos:

- a) considerar a biblioteca universitária como uma prestadora de serviços informacionais que visa aprimorar seus corpos docente e discente nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, ampliando suas buscas para fora dos limites organizacionais, uma vez que o foco no desenvolvimento de coleções passa a equilibrar-se com aquele voltado para o acesso à informação (por oportuno, esta visão remete à concepção do CRAI, tratada por Juliatto);
- b) estabelecer pontos de comparação com sistemas similares e relevantes no setor, conforme preconiza a *Association of College and Research Libraries* (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2000), visando definir competências necessárias para o aperfeiçoamento contínuo;
- c) vislumbrar que a biblioteca do futuro - segundo concepção de Hawkins, citado por Tarapanoff, Klaes e Cormier (1998, [f. 5]) – terá a característica de portal para acesso a recursos informacionais disponíveis em todo o mundo, embora, concluem elas, “evidentemente, as coleções deverão existir em determinadas bibliotecas-base”. Assim, preservar as coleções nacionais tanto assegura a consulta local, quanto a contribuição às redes internacionais, o que supõe “cooperar e integrar-se” (1996, [f. 5]).
- d) investir em infra-estrutura eletrônica e em qualificar o pessoal, de modo que ele agregue valor aos serviços e produtos oferecidos. (TARAPANOFF e outros, 1998 [f. 5]).

Pela importância do tema, merece ainda destaque a questão relativa ao acervo, no que se refere a sua formação e desenvolvimento, uma vez que a necessidade de avaliação do seu uso já foi referida anteriormente. Na visão de Tarapanoff, Klaes e Cormier, mesmo considerando as novas possibilidades de acesso face aos novos paradigmas das tecnologias de informação e comunicação, a solução para os problemas relativos a coleções no Brasil não pode mais ser negligenciada. Sua

gravidade – agudizada no final dos anos 80 - vai desde a incompleta das coleções de periódicos especializados e de referência, à falta de bibliografias básicas para o ensino de graduação e de pós-graduação, e à ociosidade das coleções, só para citar os problemas maiores.

Esta prospecção das três autoras, principalmente pela liderança que exercem na literatura contemporânea do setor, além de descortinar avanços que podem ocorrer na prática, coloca a biblioteca universitária direcionada para os seguintes propósitos: a) promover um atendimento local mais personalizado; b) contar com estrutura flexível, voltada para processos e adaptável a mudanças; c) gerenciar com base nos princípios de qualidade e produtividade, de forma participativa e segundo visão sistêmica. Assim, segundo as autoras, uma atuação lastreada nesses propósitos propiciará a inclusão da biblioteca universitária como parte de um “sistema informacional universal” (TARAPANOFF e outros, 1998, [f.5]).

As concepções de biblioteca universitária aqui expostas - contextualizadas na Sociedade da Informação<sup>41</sup> ou do Conhecimento – implementáveis e, em alguns casos, já implementadas em universidades brasileiras cujas funções de ensino e pesquisa encontram-se em estágio mais avançado de desenvolvimento – podem, ao que parece, ser compartilhadas com a visão de Rosaly Krzyzanowski a partir do seu pressuposto de que “há na área acadêmica um incitamento pelo uso dos meios tecnológicos como aceleradores do processo de obtenção da informação cada vez mais atualizada o que, por sua vez, agiliza a criação de novos conhecimentos” (KRZYZANOWSKI, 1996, [f. 1]). Baseada na afirmação de Solla Price de que cada avanço da ciência produz novos avanços e indagando a si própria sobre a forma de controlar esta “informação aberta, abundante e acelerada”, considera como estratégia mais adequada a seleção, comparação, avaliação e sintetização das informações substantivas demandadas no ambiente acadêmico. Isto pode levar à conclusão de que seja este o papel atualmente esperado e reservado para as bibliotecas e os bibliotecários.

---

<sup>41</sup> Sociedade da informação aqui não se refere ao Programa do mesmo nome do Governo Federal ([www.socinfo.org.br](http://www.socinfo.org.br)) e sim ao fenômeno da globalização da informação e seus paradigmas. O referido Programa, para surpresa de muitos, em seu início não contemplava programas e sistemas de bibliotecas. A respeito, ver *Telecomunidades/Biblioteca* (<http://www.socinfo.org.br/bibfust.htm>).

Deste modo, esse ambiente propício ao trabalho bibliotecário encontra respaldo em dois níveis: a) nas próprias características da universidade, que proporcionam, apesar das dificuldades, um *locus* mais fértil ao desenvolvimento da pesquisa - e de certa forma invulnerável às mudanças administrativas - criando vínculos cada vez maiores com a necessidade de informação; b) na observação da bibliotecária Lucília Lima Vieira (atual Diretora da Biblioteca Central da Universidade do Estado da Bahia) de que provavelmente o fenômeno atual de fechamento de empresas não é proporcional à abertura de cursos superiores, mas a proliferação desses cursos certamente constitui um fator de expansão do mercado de trabalho para o bibliotecário. No entanto, considera-se necessário que a referida visão seja arrematada por dois argumentos levantados por Krzyzanowski (1996, [f. 2-3]): a) perspectiva promissora de manutenção das atividades para o profissional sim, mas por outro lado, b) a expectativa e a exigência que se têm hoje em relação a ele sobre um “reposicionamento [...] perante as novas tecnologias [...] novas posturas para melhor interagir com a comunidade acadêmica [...] demonstrando capacidade e domínio frente às novas formas de gerenciamento da informação”.

Ainda sobre possibilidades do presente e perspectivas abertas com o advento das tecnologias eletrônicas de informação e comunicação, convém citar Sandra Lúcia Rebel Gomes que, em 1998, discorre sobre a biblioteca virtual (BV) como um “poderoso instrumento de apoio ao ensino e à pesquisa” a ser implementado pela biblioteca universitária; portanto, mais do que uma nova atribuição, a BV é uma oportunidade de a biblioteca universitária expandir seus serviços e se inserir de forma útil e adequada no ambiente informacional da academia. Outra modalidade de viabilização do acesso a grandes estoques de informação especializada, com redução de custos, é o estabelecimento de consórcios, a exemplo do Programa Biblioteca Eletrônica (ProBE) que vem sendo viabilizado desde 1999 em São Paulo, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) junto à Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (Unesp), Universidade Federal da São Carlos (UFSCar), Universidade Federal da São Paulo (Unifesp) e Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme), além de quatorze institutos de pesquisa ingressados em agosto de 2000. O objetivo deste

consórcio – iniciado com o projeto SciELO<sup>42</sup> em parceria com a Bireme e com o acesso ao *Web of Science*<sup>43</sup>, é assegurar “a consulta ágil e atualizada, por meio eletrônico, a textos completos de revistas internacionais através da *Academic Network of São Paulo* (ANSP) (ProBE, 2000).

Tema relativamente novo no Brasil e objeto de recente tese de doutorado (CARVALHO, M.C.R. de, 1999), cumpre lembrar, no entanto, que os consórcios pertencem a um elenco de iniciativas, tradicionalmente incorporadas à prática biblioteconômica e abrigadas sob a denominação de ação ou serviços cooperativos. Há cerca de 40 anos, as bibliotecas americanas, como as européias, vêm se utilizando dos consórcios para compartilhar material impresso, através de catálogos coletivos, empréstimo entre-bibliotecas e serviços ultra-rápidos de correio. Isto significa que compartilhar e cooperar não são procedimentos bibliotecários novos nos centros mais avançados; simplesmente, as tecnologias atuais de comunicação e de informação permitem que aqueles serviços, outrora executados mecanicamente, hoje ocorram em muito menor tempo e com melhor controle, por via eletrônica. De 20 anos para cá, a evolução dos consórcios americanos cresceu de tal forma que já é comum a reunião deles, sendo exemplo disto o *International Consortial of Library Consortia* (ICOLC). Facilitada assim atualmente pelas soluções eletrônicas, a motivação principal para adoção desta modalidade de trabalho tem sido de ordem financeira, de modo que tem servido tanto a instituições que, historicamente, apresentam problemas de limitações orçamentárias, quanto as que pretendem racionalizar gastos e otimizar recursos.

No Brasil, as primeiras iniciativas de trabalho cooperativo remontam aos anos 40, quando a USP, por demanda do Instituto Butantan, criou o primeiro serviço de fornecimento de cópias de documentos, a partir do Catálogo Coletivo de Revistas de Biologia. Em 1957, o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) – que deu origem ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) – em continuidade e para concretização de discussões que já vinham

---

<sup>42</sup> Base de dados eletrônica de periódicos científicos brasileiros, desde 1997 ([www.scielo.br](http://www.scielo.br))

ocorrendo, assume a coordenação do que hoje é conhecido como Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Seriadas (CCN) e base do serviço de comutação bibliográfica nacional.

Nos anos 60, foram lançadas em São Paulo as bases da Bireme (sigla originária da Biblioteca Regional de Medicina, hoje Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde/OPS/OMS), que representa, desde a sua origem, um forma de trabalho cooperativo dos mais conhecidos nacional e internacionalmente, entre pesquisadores e bibliotecas especializadas em saúde. Nessa mesma década, bibliotecas universitárias e nacionais européias (Londres, Haia, Amsterdã, Paris, Colônia, Frankfurt, Munique, Berna, Zurique) já demonstravam grande interesse na organização e ampliação de catálogos coletivos, modalidade de cooperação considerada imprescindível à pesquisa técnica e científica (CUNHA, 1977, p. 246).

Nos anos 70, a Embrapa implementa seu serviço de comutação bibliográfica, paralelamente a outras iniciativas de cooperação da Biblioteca Nacional de Agricultura (Binagri), da Biblioteca Complementar de Engenharia (Bicenge), do Centro de Informações Nucleares da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CIN/CNEN).

A crise econômica dos anos 80 leva o Governo Federal a buscar alternativas para a área de informação, criando programas como o de comutação bibliográfica (Comut), pela Capes (hoje coordenado pelo IBICT), e os de aquisição bibliográfica planejada (PAP e Biblos), pelo MEC. Nessa mesma década, nasce também a Rede Bibliodata de Catalogação Cooperativa, por iniciativa da Fundação Getúlio Vargas, e a base de dados Lilacs (Literatura Latino-americana em Ciências da Saúde) em CD-ROM, alimentada pelo serviço de cooperação da Bireme (SCHLÖGEL; ANJOS, 1998).

Os anos 90 favorecem, em escala nunca observada até então, o desenvolvimento do trabalho cooperativo, em vista da ampliação dos recursos eletrônicos e da telemática, representada principalmente da Internet. Nesse período, só para citar os principais serviços, entre gratuitos e pagos, caracterizados

---

<sup>43</sup> Base de dados do ISI (*Institute for Scientific Information*), contendo resumos, referências e citações de artigos publicados em cerca de 8400 periódicos científicos internacionais, desde 1974 ([www.webofscience.com](http://www.webofscience.com)).

tipicamente de cooperação (SCHLÖGEL; ANJOS, 1998), colocam-se: a implantação da Rede Nacional de Pesquisa (RNP); a Rede Antares, no âmbito do IBICT/CNPq; a Sub-rede Nacional de Informação em Ciências da Saúde Oral, no âmbito da USP; o Catálogo Coletivo das Universidades Estaduais Paulistas em CD-ROM (Unibibli); o *Prossiga*, site de informação e comunicação para pesquisa; o acesso ao banco de dados de periódicos especializados *Web of Science*, iniciativa Capes e Fapesp; e o Portal de Periódicos coordenado pela Capes, que disponibiliza bases referenciais e revistas eletrônicas estrangeiras.

Também a respeito, alertam Heemann e outros (1996, [f. 3]), em comunicado ao IX SNBU:

Apesar de a Rede Nacional de Pesquisa RNP estar baseada essencialmente nas universidades e centros de pesquisa, constata-se que vários setores da universidade, entre eles a biblioteca, estão à margem do processo de integração e de implementação do trabalho cooperativo através destas tecnologias.

Focalizando a biblioteca universitária e o contexto acadêmico, especificamente na sua relação com o processo ensino-aprendizagem, Isnaia Santana se reporta às metodologias defasadas de ensino para explicar o mau uso da biblioteca, do mesmo modo que Diaz Bordenave e Pereira; mas acrescenta que

o valor atribuído à Biblioteca numa comunidade universitária está estreitamente ligado à qualidade do ensino e à produtividade científica da Instituição: quanto melhor o ensino e maior a produtividade acadêmica, maior será o reconhecimento desse valor (SANTANA, 1993, f. 1).

Sua preocupação é objetivada ao instar os dirigentes universitários a proverem as bibliotecas dos “recursos necessários para um bom desempenho”, associando-os a quatro pontos básicos: a) formação do acervo, de modo a que dê suporte efetivo aos programas de ensino e pesquisa, destacando a seleção e a avaliação bibliográficas com o concurso dos docentes; b) processamento técnico, esclarecendo seu significado de modo que os materiais adquiridos e a serem incorporados ao acervo estejam “à disposição do usuário no mais breve espaço de tempo”, mediante condições de precisa identificação e localização da informação

demandada; c) serviço de referência, caracterizando as atividades e produtos que o compõem, orientados para “prestar assistência direta ao usuário”; d) recursos humanos, principal fator de resposta aos investimentos e demandas, desde que qualificados e adequadamente dimensionados. Paralelamente às proposições, Santana ainda comenta alguns resultados de pesquisa por ela elaborada junto às bibliotecas universitárias do Nordeste, cujos dados revelam algumas das fragilidades regionais: a) baixos padrões de produtividade dos bibliotecários e auxiliares nas atividades de processamento; b) oferta de serviços limitada a consulta e empréstimo (SANTANA, 1993, f. 1-4). Conclui suas considerações lembrando que se as bibliotecas universitárias estiverem dentre as prioridades institucionais e, portanto, associadas à qualidade do ensino e à produção acadêmica, certamente seu desempenho será viabilizado de forma satisfatória.

Digno também de registro é o comunicado de Vianna e outros (1998, [f. 2]) ao X SNBU, onde as autoras relatam a situação que sua instituição de origem vivenciou em 1975, quando a biblioteca “figurava como a grande vilã, embargando o aval definitivo” do Ministério, em processo de reconhecimento de curso. Essa situação negativa promoveu um alerta para que a instituição assumisse e se empenhasse em relacionar a biblioteca “com as necessidades acadêmicas, estudá-las e apresentar soluções técnicas, acadêmicas, sociais e culturais, tornando-se o coração vivo da universidade”. Referindo, a seguir, à época mais recente, as autoras extrapolam suas reflexões para o papel a ser desempenhado pelos departamentos, no sentido de atuarem como estimuladores da integração pesquisa e graduação e, conseqüentemente, aproximando-se da biblioteca e esta da vida dos departamentos. Elas também aludem, à semelhança do que pensa Dodebei e outros, a biblioteca e a universidade como um todo único, por ambas encerrarem o saber da humanidade e, em decorrência, terem a mesma responsabilidade social. Trazendo ainda à tona problemas sobejamente tratados por outros autores – em resumo, situação sócio-econômica do País, avanço do desenvolvimento científico e tecnológico, carência de recursos financeiros, despreparo dos bibliotecários, coleções formadas às pressas – as autoras descortinam novos tempos, não só propiciados pelas tecnologias, mas pela compreensão que adquiriram com o resultado da pesquisa que levaram a efeito em sua Instituição. Essa pesquisa esteve voltada para identificar o uso e o desuso

das coleções, com base na convicção de que eles representam um ponto e sintoma-chave do desempenho da biblioteca universitária. A partir da citada compreensão, aqueles resultados ensejaram ações objetivas relativas a:

- redirecionar o uso da coleção, mediante a oferta de outras opções;
- iniciar o usuário na pesquisa bibliográfica;
- estimular o estudante a conhecer os recursos da biblioteca;
- divulgar ampla e intensivamente os sumários das publicações junto a professores e alunos;
- estipular critérios de modo a orçar anualmente os ingresso mensais de livros e de outras publicações; e
- estabelecer uma política de *marketing* para divulgação de serviços e produtos, integrando a biblioteca no ambiente acadêmico e enfatizando, para tanto, o uso de redes internas e externas (VIANNA e outros, 1998, [f. 2 a 11]).

Considerando que as missões gerais da universidade se baseiam no conhecimento – sua produção, transmissão, aplicação – é possível que ela e a biblioteca sejam consideradas como um único elemento do ciclo documentário; e mais, que o rompimento deste ciclo seja atribuído à disfunção de qualquer uma, fenômeno que pode ser associado a uma das convicções expressa no Seminário da Unesco, realizado em Mendoza em 1962, já citada, que declara: *universities will be as good as their libraries*<sup>44</sup> (GELFAND, 1968, p. 19).

A esta máxima, Dodebei e outros (1998, f. 10) parece que acrescentam, de forma enfática:

se a matéria prima da universidade é a informação e o órgão responsável pelo gerenciamento dessa informação é a biblioteca, pode-se dizer, como numa analogia ao “Ciclo da Informação”, que tudo começa e termina na biblioteca. A transferência da informação pode ser representada por um modelo que divide o universo informacional em dois segmentos: o universo sócio-cultural, representado pela produção, editoração, assimilação e nova produção de conhecimento, e o universo documental, representado pelo papel que as instituições de memória documental exercem como garantia dessa transferência e que dizem respeito às etapas de seleção e aquisição, organização da memória documentária e disseminação da informação.

---

<sup>44</sup>As universidades serão tão boas quanto suas bibliotecas.

O referido ciclo, também designado documentário ou informacional, recentemente foi apropriado pelo Sistema de Inteligência Competitiva (IC) para compor seus cânones. Tomando como base o processo que se inicia na coleta de dados e, posteriormente, na sua organização, tem-se a geração da *informação* que, devidamente “analisada e contextualizada”, transforma-se em *inteligência* – aqui significando conhecimento -, cuja aplicabilidade aos processos decisórios representa o ponto culminante do ciclo da informação, na medida que dá origem a vantagens competitivas para a organização. O processo de transformação da informação em inteligência ocorre num ciclo de quatro etapas – planejamento, coleta, análise e disseminação – cujas inter-relações constituem o citado Sistema de Inteligência Competitiva, representado pela Figura 4 a seguir (MILANI JÚNIOR, 1998, p. 45-46 e 64).

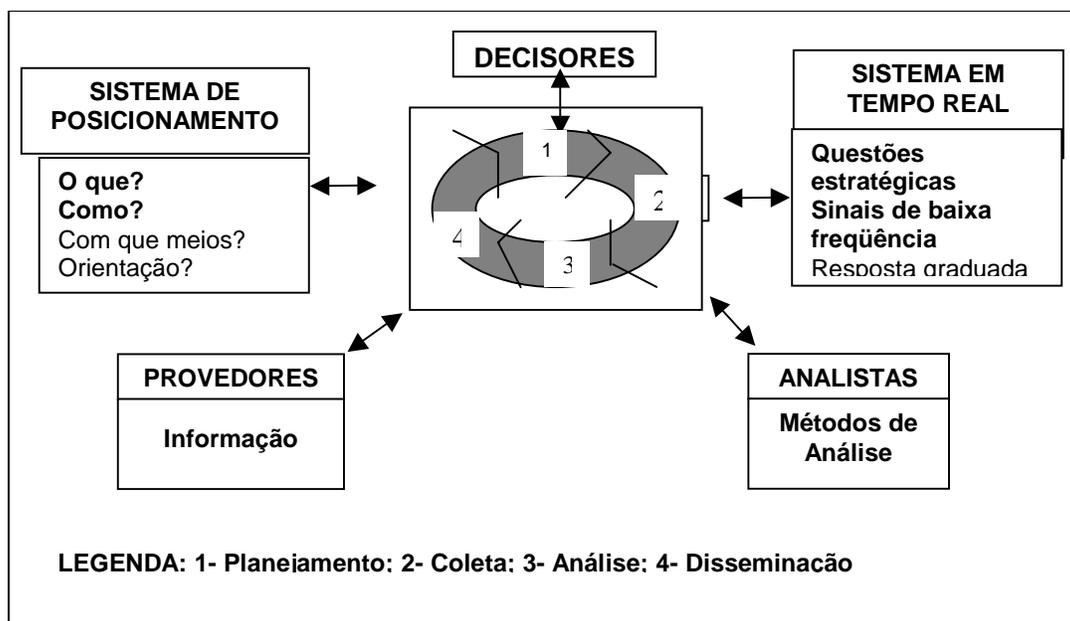


Figura 4 - Sistema de Inteligência Competitiva  
Fonte: Milani Júnior, 1998, f. 64

Comparativamente ao que preconiza o sistema IC, apresenta-se a seguir o ciclo documentário inter-relacionado por cinco fases, segundo a concepção de Robredo e Cunha (1994, p. 4, 11-15), baseado nas “etapas compreendidas na

definição de documentação aprovada pela Federação Internacional de Documentação (FID)”:

- produção dos registros do conhecimento
- processo de armazenagem dos documentos
- processo, organização, armazenagem e difusão da representação condensada dos documentos
- busca e recuperação da informação
- utilização dos documentos selecionados.

A análise e interpretação cuidadosa dessas etapas possibilita sua associação à universidade, a partir da proposição inicial de que universidade e biblioteca constituem-se num único elemento para efeito do ciclo documentário.

Este capítulo pretendeu evidenciar o papel da biblioteca em geral e da biblioteca universitária em particular, tanto na evolução da humanidade, quanto na contemporânea sociedade da informação, preferentemente designada sociedade do conhecimento por alguns autores.

No caso específico do Brasil, o panorama traçado expôs as adversidades culturais, políticas e econômicas que têm revestido o palco onde atuam as bibliotecas - sejam elas públicas, escolares ou universitárias – embora, contraditoriamente, também revele os avanços experimentados e muitas vezes protagonizados pelo setor, principalmente no ambiente acadêmico.

Dentro desta perspectiva também tem sido inegável – e a própria mídia informativa tem noticiado – a parcela de contribuição das universidades públicas no *ranking* nacional de produção científica, ultrapassando o índice de 80% em relação às particulares, fato já comentado por Isnaia Santana, em artigo datado de 1989 (p. 38) .

Este quadro de resultados leva à compreensão de que, em termos da infraestrutura informacional necessária à produção e à transmissão de conhecimentos – portanto, necessária à pesquisa e ao ensino - os centros mais produtivos são os que dispõem dos mais adequados e aparelhados sistemas de biblioteca, além de se constituírem nas universidades mais fortes no cumprimento de sua missão.

Avaliação é um elemento essencial da administração bem sucedida de qualquer empreendimento.

*F.W. Lancaster*

## **4 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA**

### **4.1 DESEMPENHO ACADÊMICO: O FOCO NA INSTITUIÇÃO**

A consagração do princípio da autonomia universitária, através da Constituição de 1988, trouxe consigo a necessidade da avaliação como meio de recuperar o ensino superior no País, cuja evolução, segundo o próprio MEC, revela o descaso de que sempre foi alvo. Instituída para atender as elites econômica e cultural na primeira metade do século XX, a universidade se manteve dissociada das transformações pelas quais passava a sociedade. Tanto assim, que o acesso em grande escala começou a se dar no final da década de 50 e já nos anos 60 havia movimentos organizados de professores e estudantes em prol do aumento de vagas e da reforma universitária; no entanto, esta só se deu em 1968 sob a égide dos governos militares, sem corresponder aos anseios alinhados às reformas de base – dentre elas, a do ensino superior - propostas pelos segmentos mais progressistas da sociedade. Aquela reforma, afirma hoje o MEC,

apesar de adotar na legislação o modelo universitário centrado na pesquisa e na pós-graduação, foi seguida de uma grande expansão do ensino privado, sobretudo na forma de instituições isoladas de ensino. O regime militar atendeu à pressão social por mais vagas, mas os prejuízos em relação à qualidade do ensino foram enormes” (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior, 2000, p. 7).

Assim, o crescimento desordenado do ensino nos anos 70 resultou numa grande proliferação de escolas e faculdades, cuja autorização para funcionamento limitava-se a trâmites burocráticos. Este estado de coisas redundou num

crescimento das matrículas da ordem de 1.340%, no período de 1961-80, preponderantemente alocadas na rede privada. Nos vinte anos que se seguiram, o número de matrículas cresceu 51%, sendo que na década de 80 essa expansão não chegou a acompanhar o crescimento populacional, tendo tomado novo fôlego a partir de 1995, segundo o MEC “já subordinada a severos critérios de avaliação e submetida a mecanismos de supervisão, acompanhamento e controle, em todas as etapas do processo” (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior, 2000 p. 7-8).

Como tema de discussão, a avaliação perpassa o ambiente universitário desde 1985, na mesma perspectiva do que a CAPES vem realizando, desde 1975, em relação à pós-graduação, isto é, dispor de um sistema permanente de avaliação de desempenho (DURHAM; SHWARTZMAN, 1992, p. 9-11).

Via de regra, a literatura tem apresentado a avaliação institucional em duas dimensões – embora não de forma excludente – sendo uma caracterizada pelo seu aspecto exógeno – representada pelo poder constituído (o Estado), por organismos internacionais, como o Banco Mundial, por exemplo – e orientada para o mercado; outra, pelo seu aspecto endógeno – representada pela comunidade acadêmica – orientada para a auto-avaliação e resultante dos princípios do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Originado de proposta da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), pode-se considerar que o PAIUB “como proposta construída consensualmente entre o MEC e as Universidades é um exemplo claro de que o Estado não pode ser reduzido às dimensões de controle e regulação, nem confundido com um Governo” (GASPARETTO, 2000, p. 104).

Convém acrescentar àquelas duas dimensões da avaliação – de um lado, o Estado, de outro, a comunidade acadêmica – a concepção de Isaura Belloni que diferencia avaliação como forma de controle do Estado daquela considerada como estratégia para identificar fragilidades e potencialidades, visando melhoria e mudança (o que supõe auto-conhecimento e tomada de decisão), a partir da sua crença no “compromisso tanto político quanto científico-técnico da universidade com a transformação da sociedade brasileira” (BELLONI, 1998, p. 37). Nesta perspectiva, o princípio que a citada autora defende

é o de que é possível desenvolver uma sistemática de avaliação que vise o aperfeiçoamento da qualidade da educação – isto é, do ensino, da aprendizagem, da pesquisa e da gestão institucional – com a finalidade de transformar a escola atual em uma instituição voltada para e comprometida com a democratização do conhecimento e da educação, assim como com a transformação da sociedade” (BELLONI, 1998, p. 39).

Em suma, a partir do entendimento do papel transformador da educação, a referida autora considera a “avaliação institucional como um processo sistemático de busca de subsídios para melhoria e aperfeiçoamento da qualidade da instituição em face de sua missão científica e social” concepção que se sobrepõe à visão da avaliação “apenas como um debate técnico ou metodológico, ou um conjunto de critérios para credenciamento ou ranqueamento das IES” (BELLONI, 1998, p. 39-40), uma vez que “ela implica um empreendimento ético e político”, segundo José Dias Sobrinho, citado por Belloni (1998, p. 39).

Além do Estado (como Governo) e Universidade (como Comunidade Acadêmica), Agenor Gasparetto inclui um terceiro elemento a ser considerado para efeito de melhor compreensão do tema, qual seja, o mercado, alertando no entanto que “a perspectiva do Estado não necessariamente coincide com a do Mercado, como tende a ser assumido no discurso sobre avaliação”; exorta ainda que devem ser definidas as particularidades de cada qual e seus pontos comuns “dado que a Universidade não pode ser confundida nem com ‘torre de marfim’, nem com ‘balcão de negócios’, nem com chicote”, precisando sua avaliação “levar em conta todas as perspectivas, discernindo-as e contextualizando-as [...]” (GASPARETTO, 2000, p. 104).

As propostas mais amplas sobre avaliação institucional, isto é, as que descortinam os impactos sociais, são alicerçadas na educação como bem público (o que significa dizer que seus resultados atingem a sociedade) e seu processo deve considerar, segundo Héglio Trindade, três exigências, quais sejam: constituir “a) um processo contínuo de aperfeiçoamento; b) uma ferramenta para o planejamento e a gestão universitária; c) um processo sistemático de prestação de contas à sociedade” (TRINDADE, 1994, p. 7).

Sobre os propósitos da avaliação – e concordando com o mesmo autor – pode-se considerar que se trata de um processo que busca “rever e aperfeiçoar o projeto acadêmico e sócio-político da instituição, promovendo a permanente melhoria da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas”; assim, continua Trindade (1994, p. 9),

a utilização eficiente, ética e relevante dos recursos humanos e materiais da universidade traduzida em compromissos científicos e sociais, assegura a qualidade e a importância dos seus produtos e a sua legitimação junto à sociedade.

O referido autor ainda apresenta como características da avaliação, primeiramente o fato de ‘ser institucional’, na medida que considerar indissociáveis as atividades finalísticas e meio; em segundo lugar, a participação dos membros da comunidade acadêmica, “tanto nos procedimentos e implementação, como na utilização dos resultados [...] voltados para o aperfeiçoamento da instituição”; como terceira característica, aponta o aproveitamento de esforços e experiências existentes; e como quarta, “ser processual”, fato que assegura à instituição a possibilidade de “permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição de objetivos e prioridades científicas e sociais [...]” (TRINDADE, 1994, p. 10).

Diante do que até aqui foi exposto e considerando tanto o caráter sistêmico das organizações, como as características da biblioteca universitária enquanto organização, pode-se depreender que avaliá-la, por princípio e tendo em vista sua natureza, deve constituir-se numa ação, mais do que alinhada, totalmente inserida na avaliação da instituição como um todo e na avaliação do ensino em particular. Dentro deste critério, a inclusão da biblioteca como uma variável para a Avaliação das Condições de Oferta, deve ser reconhecida como uma decisão relevante do MEC, embora na prática, analogamente ao que diz Belloni a respeito da universidade, isto não a tenha livrado de uma

certa fluidez conceitual e metodológica, grande dose de amadorismo e empirismo, além de pouca clareza sobre sua relevância ou utilidade, assim como freqüente escassez de critérios (BELLONI, 1998, p. 39).

## 4.2 AVALIAÇÃO EM BIBLIOTECA

Em entrevista dada à televisão em 1º de maio do ano 2000, o antropólogo e ex-Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Eduardo Soares, atribuía à falta de informações, dentre outros fatores, as dificuldades de executar intervenções eficazes na complexa área de sua pasta, assim se expressando: “Para se ter políticas é preciso ter diagnósticos e para se ter diagnósticos, é preciso ter informações qualificadas e consistentes”.

*Mutatis mutandis*, a afirmação pode ser aplicada para o setor biblioteca no Brasil. Nos idos de 70, Lusimar Ferreira já denunciava a falta de dados e informações oficiais nas instâncias governamentais competentes:

Algumas tentativas isoladas têm sido feitas para levantamento da situação das bibliotecas universitárias, mas os obstáculos são inúmeros, não tendo permitido até o momento a execução de um trabalho sistemático e completo sobre o assunto (FERREIRA, 1980, p. xix)

A autora ainda arrola as tentativas ocorridas em 1972, pelo Grupo de Implantação da Comissão Nacional de Diretores de Bibliotecas Centrais Universitárias (CNBU); em 1973, pela Comissão Especial para Execução do Plano de Melhoria e Expansão do Ensino/MEC; em 1975, pelo Serviço de Estatística de Educação e Cultura, também do MEC; mas conclui dizendo que

o fato é que não se possui os dados necessários para um diagnóstico da situação real das bibliotecas universitárias brasileiras. Desconhece-se, até mesmo, o número de bibliotecas [...] existente [...] (FERREIRA, 1980, p. xx).

Etelvina Lima (1978, P. 10), por sua vez, ao referir-se à Reforma Universitária, associa a verdadeira transformação da universidade à

redefinição de conceito de suas bibliotecas, de maneira a transformá-las em um instrumento dinâmico de transferência de conhecimentos, muito diferente da instituição passiva de nossos dias [...].

Mas vai mais além, quando acrescenta que “esta redefinição, certamente, só poderia ser encontrada em um diagnóstico dos serviços bibliotecários em estabelecimentos de ensino superior” (LIMA, 1978, p. 10).

É sabido que, numa atividade de planejamento, o diagnóstico e a avaliação talvez se constituam nas fases mais importantes e interdependentes do processo, de modo que a preocupação de Lima, anteriormente citada, pode ser acrescida da de Cunha (1977, p. 229) – diversa, mas complementar – por ocasião do 7º CBBD em 1973, ao repetir Louis Shores: “nós, bibliotecários, não escapamos do mal que tem afetado a humanidade: a falta de comparações significativas”. Em sua visão, são os estudos e padrões comparativos aplicados no planejamento e avaliação que propiciarão, em lugar de uma biblioteca tão “pragmática” – isto é, excessivamente preocupada com técnicas e elementos tangíveis – o uso de modelos qualitativos.

Mesmo que de forma difusa, pode se considerar que nos anos 70 já havia um foco sobre a necessidade de se dispor de dados consistentes para avaliar, diagnosticar e planejar o futuro, bem como para desenvolver estudos comparativos, evitando o encapsulamento dos relatórios quantitativos. Etelvina Lima (1978, p. 17) chega a explicitar sua crença na necessidade de se contar com “padrões e medidas generalizadas como meio de assegurar o desenvolvimento de bibliotecas e de outros setores do trabalho intelectual de uma universidade”. Já Maria Luísa Monteiro da Cunha (1977, p. 230), propõe, inspirada em Wilkinson, o “estabelecimento da relação entre necessidade e atendimento, assim como uma avaliação das atitudes mentais que sublinham os padrões de serviços comuns em nossas bibliotecas” .

De qualquer forma, ambos os casos supõem a existência de modelos. O que pode ser acrescentado é que a possível rigidez oriunda de “padrões e medidas generalizadas” – propostos por Lima e temidos por Cunha – caso ocorra, poderá ser

atenuada pelo concurso permanente das comissões de biblioteca (instâncias colegiadas de assessoramento ao planejamento e à gestão da biblioteca universitária, constituídas por bibliotecários, por docentes e pelo administrador). Por outro lado, esses “padrões e modelos generalizados” poderão ser combinados com modelos comparativos de caráter qualitativo, refletindo de forma mais completa, como quer Cunha, a relação entre demanda e sua satisfação.

As visões acima ofereceram, certamente, elementos para a formação de uma mentalidade de planejamento, diagnóstico, avaliação que se esboçava nos anos 70. Essas primeiras vozes – precursoras do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU) – encontrarão eco em alguns trabalhos que merecem relevo:

- *University libraries for developing countries*, de M. A. Gelfand, editado pela Unesco em 1968;
- *Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias*, de Maria Carmen Romcy de Carvalho, 1981;
- a própria proposta do PNBU, 1986;
- *Standards for university libraries*, da IFLA – *International Federation of Libraries Associations*, publicado em 1987 ;
- *Biblioteca universitária: um modelo de avaliação de desempenho*, tese de doutorado de Graça Maria Simões Luz, 1989;
- *Anais do 7º SNBU*, realizado em 1991 e que teve como tema central “Padrões Nacionais para Planejamento e Avaliação em Bibliotecas Universitárias”;
- *Padrões para pessoal nas bibliotecas universitárias brasileiras*, de Eduardo José Wense Dias, texto-base do 7º SNBU, em 1991, e revisto em 1994, quando é publicado como artigo;
- *Avaliação de serviços de bibliotecas*, de Lancaster, 1996, cuja edição original data de 1993;
- *Biblioteca universitária; protótipo e experimento para caracterização e avaliação*, dissertação de mestrado de Maria Matilde Kronka Dias, 1994;
- *Estatísticas e padrões para o planejamento e avaliação de bibliotecas universitárias*, também de Maria Carmen Romcy de Carvalho, 1995;
- *Standards for college libraries*, da ALA - *American Library Association/ACRL - Association of College and Research Libraries/Section Standards Committee*,

iniciado em 1959, cuja versão final foi aprovada em janeiro do ano 2000 ([www.ala.org/acrl/guides/college.htm](http://www.ala.org/acrl/guides/college.htm));

- *Planejamento de bibliotecas e serviços de informação*, de Maria Christina Brabosa de Almeida, datado de 2000;
- *Definição de indicadores de qualidade; a visão dos administradores e clientes das bibliotecas universitárias*, de Waldomiro Vergueiro e Telma de Carvalho, 2001.

O primeiro, Gelfand (1968, p. 146), no capítulo 13 (*Evaluating and interpreting library services*<sup>45</sup>) do seu livro ***University libraries for developing countries***, coloca como ponto central da avaliação a pergunta ‘para que a biblioteca?’<sup>46</sup>, relacionando-a às suas finalidades gerais e específicas em relação à universidade; no entanto, associa a dificuldade de responder aquela questão ao fato de ela subentender uma outra pergunta sobre quão boa é a biblioteca<sup>47</sup>; e mais, afirma que esta última questão “*has been reflected by implication in the suggestions that have been made for carrying out these purposes*”<sup>48</sup>.

Em sua proposta, inicia alertando para o fato de que a avaliação é parte integrante do processo administrativo, sendo a responsabilidade de sua condução atribuída ao bibliotecário universitário. Quanto aos itens balizadores da avaliação, o autor arrola a coleção de livros, os serviços técnicos, serviços ao usuário (de referência e bibliográficos), pessoal, uso da biblioteca, programas acadêmicos e métodos de ensino, prédio e equipamentos, organização administrativa, suporte e administração financeira, atividades cooperativas, obstáculos para o desenvolvimento da biblioteca, serviços especiais. Cada qual é descrito de modo que sua abrangência objetive a coleta de dados e informações, além de constarem do texto orientações sobre a organização e condução da avaliação e sobre a interpretação de serviços (GELFAND, 1968, 146-153).

Se as duas questões levantadas por Gelfand - *para que a biblioteca?* e *quão boa é a biblioteca?* - não chegam, hoje, a constituir uma grande inovação nos processos avaliativos de biblioteca, há outro aspecto que se destaca como

<sup>45</sup> Avaliando e interpretando serviços de biblioteca.

<sup>46</sup> *What is the library for?*

<sup>47</sup> *How good is this library?*

<sup>48</sup> reflete o quanto as sugestões influenciam na realização das propostas.

primordial: a responsabilidade imputada à comunidade universitária, cujo trabalho depende da biblioteca e de quem a oferta dos serviços depende: o reitor, o bibliotecário-chefe, o governo, todos presumidamente interessados *“in the quality of the library and, consequently, in the continuous evaluation and interpretation of its resources and services”*<sup>49</sup> (GELFAND, 1968, p. 146). Dirigida a países em desenvolvimento – esta foi a incumbência dada pela UNESCO ao autor – sua concepção, no entanto, demonstra claramente a realidade de países onde a presença das bibliotecas é consagrada como fundamental. Segundo Milanesi (1985), este não é o caso do Brasil, como referenciado no item 3.1, no entanto, como contraponto à situação generalizada do País – e em consonância com os contrastes que o caracterizam - vale citar o depoimento do Presidente da Fundação Getúlio Vargas em 1966, Luís Lopes Simões, citado por Antonio Caetano Dias e por ele considerado como um dos esforços isolados do País: “a Fundação Getúlio Vargas é uma biblioteca em torno da qual se trabalha” (DIAS, 1967, p. 52).

No Brasil, Maria Carmen Romcy de Carvalho lança, em 1981, **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias** onde, pela primeira vez, são analisados os dados coletados pela Assessoria de Planejamento Bibliotecário da Capes e formulados parâmetros para avaliação das bibliotecas universitárias brasileiras. Antonio Miranda, na Apresentação do trabalho de Maria Carmen, considera-o revelador de uma realidade já observada: “a pobreza de nossas bibliotecas”. E mais, considera também que é através do conhecimento da “nossa indigência cultural”, bem como da “identificação de valores e potencialidades e virtualidade do próprio processo universitário que se poderá reorientar o [...] planejamento bibliotecário” (CARVALHO, 1981).

O objetivo do seu livro é instrumentalizar o planejamento bibliotecário das universidades brasileiras, mediante o levantamento de um perfil da situação vigente à época, baseado nos indicadores acervo, serviços ao usuário, pessoal, área física, acomodações e orçamento. Desde logo, a autora esclarece que os padrões propostos constituem-se em ‘sugestões’, resultantes da “análise objetiva” levada a efeito e não em elementos “rígidos ou ideais”.

---

<sup>49</sup> na qualidade da biblioteca e, conseqüentemente, na avaliação e interpretação contínua de seus recursos e serviços.

Observe-se que este cuidado se funda na crença de Carvalho de que cabe a cada instituição e sua(s) biblioteca(s) "desenvolver os próprios mecanismos de crescimento", como também "formular com realismo os objetivos a serem atingidos" (CARVALHO, 1981, p. 13). Com estas justificativas, ela aborda duas questões inter-relacionadas: a) a necessidade de planejamento dos serviços bibliotecários na universidade brasileira, principalmente para sanar o problema original (histórico) de estarem dissociados da instituição e, por isto mesmo, dos objetivos da instituição; b) a avaliação dos serviços oferecidos pelas bibliotecas universitárias, visando integrá-los aos objetivos institucionais.

O que quer a autora, portanto, é destacar a importância da avaliação para o planejamento, sua complexidade e seus pré-requisitos, sendo estes: objetivos bem definidos e medidas de avaliação adequadas a cada realidade. Com isto Carvalho não pretende que essas medidas sejam criadas para cada caso, podendo ser adotados padrões já existentes, adaptados, quando necessário. Diante dessa perspectiva, indica os critérios de John Knightly para avaliação dos serviços bibliotecários: opinião do usuário, opinião do especialista, padrões ideais, comparação com outras instituições, produtos quantificáveis, processos quantificáveis, custos ou unidades de custo combinados com outros critérios referentes a custo-efetividade e a custo-benefício (CARVALHO, 1981, p. 17-18).

Sua intenção, ao abordar aquele autor, é fundamentar sua crença na aplicabilidade de padrões, razão de ser do seu livro. Nele ela explana sobre padrões, mediante revisão de literatura, abordando (a) as questões conceituais que os envolvem – considerando mais completa a definição encontrada nos *Standards for South African Public Libraries*, qual seja "critério pelo qual [...] serviços bibliotecários podem ser medidos e avaliados" (CARVALHO, 1981, p. 19); (b) as aplicações que têm – orçamento, pessoal, área, acervo, processamento técnico, referências, listas-padrão; (c) os pré-requisitos necessários – objetivos, metas, mensurabilidade, adequação, representatividade, clara definição, pesquisa e compilação de estatísticas, isto é, séries históricas para servir de base ao estudo e formulação de padrões; (d) metodologias, destacando as opiniões de Helen Tuttle e M. Gopinath, Maurice B. Line e Elizabeth Norris; e, finalmente, faz referência (e) a algumas críticas encontradas na literatura em torno do assunto, por ela considerado

“controvertido” e que desde 1917, nos Estados Unidos, tem sua validade discutida (CARVALHO 1981, p. 19-25). Estas críticas a autora classifica em dois grupos, sendo o primeiro referente “aos padrões em si, como instrumentos para avaliação e planejamento; o segundo, aos métodos com que são formulados. Revisando as opiniões de James Wallace, Robert Downs e John Heussmann, Rose M. Magril e Mona East, F. W. Lancaster, E. Williams, Felix Hirsch e Etelvina Lima, Maria Carmen busca o equilíbrio na opinião de Tuttle e Gopinath, traduzida por ela conforme segue:

[...] a maioria dos padrões usados atualmente foi estabelecida através de consenso de opiniões de bibliotecários experientes e em estimativas, não tendo sido formulados a partir de dados objetivos (CARVALHO, 1981, p.26).

Em seguimento, a autora citada traz opiniões e exemplos sobre emprego de padrões no Brasil e em países como Canadá, França, México, Estados Unidos, Índia, Nova Zelândia e Grã-Bretanha, destacando os indicadores adotados. Nos capítulos III e IV, respectivamente, trata de *Material e Métodos* e dos *Resultados*, sendo o V dedicado a *Discussões e Conclusões*.

A justificativa que fundamenta a criação do **PNBU - Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias** (Portaria MEC 287, de 24 de abril de 1986), no contexto da formação de uma mentalidade de planejamento – e conseqüentemente de avaliação – refere a biblioteca universitária como

um dos alicerces vitais da vida acadêmica e para que seus objetivos básicos sejam alcançados exige-se a renovação contínua dos seus acervos e prestação de serviços de informação fundamentais às atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior, 1986, f. 1).

Paralelamente, o documento destaca o papel da SESu e da comunidade universitária no sentido de garantir o estabelecimento a) de padrões de organização e desenvolvimento de sistemas e serviços bibliográficos, b) da conexão dos diferentes sistemas e c) das diretrizes relativas aos recursos (humanos, bibliográficos, financeiros e tecnológicos) necessários à implementação do Sistema Nacional de Bibliotecas Universitárias (SNBU). Esses princípios e proposições constituíram-se na base dos programas de trabalhos do PNBU os quais foram

inicialmente concebidos através de seis áreas (ou macro funções), contendo cada qual diretrizes e respectivas ações para implementação e futura consolidação do Sistema Nacional de Biblioteca Universitária (ver Apêndice A).

Os **Padrões para bibliotecas universitárias** (*Standards for university libraries*), publicados no *IFLA Journal* em 1987, tiveram sua origem na Reunião de Leipzig em 1981 e se voltaram particularmente para os países em desenvolvimento. Foram divulgados a partir de 1985, constituindo-se não num conjunto de medidas quantitativas, mas num elenco de princípios genéricos, visando:

- a) servir de instrumento de avaliação da qualidade dos serviços prestados pela biblioteca universitária;
- b) oferecer uma diretriz para a melhoria da biblioteca;
- c) sugerir um quadro de referência para que os países ou regiões possam desenvolver seus próprios padrões (CARVALHO, 1995, p. 142).

Assim, o documento da IFLA abrange dez padrões, a serem considerados para a determinação de indicadores de desempenho, a saber:

**Padrão 1 – Propósito:** significando a definição clara dos objetivos da biblioteca e a incorporação da missão da instituição; implicando aprovação por colegiados superiores; dispondo dos recursos (humanos, financeiros, instalações, coleções, serviços) adequados e necessários aos seus objetivos e, conseqüentemente, da instituição.

**Padrão 2 – Organização e Administração:** significando a integração e coordenação de todos os recursos; implicando a definição tanto da posição da biblioteca na estrutura decisória da instituição, quanto das políticas; dispondo de um comitê de biblioteca constituído por representantes dos corpos docente e técnico-administrativo para assuntos de orçamento e desenvolvimento de coleções.

**Padrão 3 – Serviços:** significando as facilidades de acesso e uso da informação, segundo os objetivos da instituição; implicando serviços de referência e informação adequadamente aparelhados e localizados; dispondo de coleção organizada para empréstimo e consulta, segundo padrões internacionais.

**Padrão 4 – Acervo:** significando tamanho e abrangência da coleção, segundo necessidades do ensino e dos programas de pesquisa; implicando a existência de

política de desenvolvimento de coleções, estabelecida junto aos corpos docente e técnico-administrativo da instituição, e na participação em programas cooperativos; dispendo de formas variadas de registro da informação e de mecanismos regulares de revisão.

Padrão 5 – Pessoal: significando quantidade e qualificação do pessoal, segundo tamanho da coleção, número de bibliotecas setoriais, serviços, horário de funcionamento, média de aquisição, média de circulação, tipo de processamento e demanda de serviços; implicando, no caso dos bibliotecários, educação acadêmica e profissional adequada e a relação bibliotecário-auxiliar segundo serviços e horário; dispendo de programas de desenvolvimento de recursos humanos e de avaliação de desempenho.

Padrão 6 – Instalações: significando prédio que abrigue acervo, serviços, usuários e funcionários; implicando em condições físicas atraentes e adequadas – *lay-out*, iluminação, ventilação, temperatura/umidade, espaços específicos; dispendo de equipamentos que estimulem o uso da biblioteca.

Padrão 7 – Orçamento e Finanças: significando recursos financeiros, segundo os objetivos da instituição - programas acadêmicos e número de alunos – para acervo, serviços e rotinas; implicando destaque no orçamento global da instituição; dispendo de condições de elaboração e gerenciamento pelo dirigente da biblioteca.

Padrão 8 – Tecnologia: significando os recursos eletrônicos relevantes disponíveis; implicando a sua aplicação para processamento, acesso e uso da informação; dispendo de conhecimentos para inovar na prestação de serviços.

Padrão 9 – Preservação e Conservação: significando o desenvolvimento de política e programa pertinente; implicando a preservação do acervo e a recuperação de materiais danificados, de modo a não prejudicar a transferência da informação; dispendo tanto de recursos específicos, como da parceria de outros setores e unidades da instituição.

Padrão 10 – Cooperação: significando atividades de compartilhamento de recursos, voltadas para o desenvolvimento de coleções, de catálogos, preservação e conservação, entre outros; implicando a ampliação de recursos e da capacidade de prestar serviços, na redução de despesas e a compatibilização para intercâmbio de

dados e informações; dispondo de acordos e convênios para formalizar compromissos (CARVALHO, 1995, p. 143-152).

Graça Luz, na tese de doutorado **Bibliotecas universitárias: um modelo de avaliação de desempenho** (1989), traça como objetivo do seu trabalho “desenvolver, propor e testar um modelo de avaliação de desempenho para bibliotecas universitárias brasileiras”, a partir de três pressupostos: a) as funções de ensino, pesquisa e extensão da universidade requerem a busca permanente de conhecimentos; b) a biblioteca universitária atua como interface entre os usuários e os recursos bibliográficos; c) a biblioteca universitária deve prover as informações necessárias para que a universidade desempenhe suas funções.

Para cumprimento do papel assim delineado, Luz considera fundamental que suas ações sejam planejadas, avaliadas, implementadas e gerenciadas, visando a otimização do uso da informação.

Assim, o modelo proposto considera três dimensões a serem avaliadas, a saber:

- os usuários, através da sua opinião sobre o desempenho da biblioteca;
- o uso da biblioteca universitária, segundo os assuntos abrangidos;
- a disponibilidade dos documentos, a partir da organização;

e se alicerça na convicção da autora de que “avaliar o alcance dos serviços bibliotecários é o meio de contribuir para a sua melhoria” (LUZ, 1989).

O referido modelo foi desenvolvido mediante estudo exploratório na Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina (UEL), sendo que a primeira dimensão avaliada – opinião do usuário – coincide com as visões de Lancaster (grau de satisfação do usuário e proporção de demandas atendidas), de Romcy de Carvalho em acordo com John Knightly (opinião do usuário) e da ALA (avaliação de impacto), na medida que todos partem do princípio de que o papel da biblioteca é contribuir para que a universidade cumpra suas finalidades. No entanto, mesmo considerando as duas outras dimensões propostas por Luz, o elenco de indicadores é restrito, se comparado à profundidade e à amplitude propostas por Lancaster.

Lancaster, em seu livro **Avaliação de serviços de bibliotecas** (1996, p. 10 e 13), ao considerar que “a avaliação é um elemento essencial da administração bem sucedida de qualquer empreendimento”, particulariza que ela terá utilidade se for

“analítica e diagnóstica”. Isto leva à compreensão de que sua prática supõe sempre a existência e a coleta de informações e dados, visando a solução de problemas ou a tomada de decisão. No caso da biblioteca, se ela for considerada uma *interface* entre os recursos informacionais existentes e os usuários demandantes, a avaliação deverá ser direcionada para “determinar em que medida ela desempenha com êxito essa função de interface” (LANCASTER, 1996, p. 1-2).

Por exemplo, considerando-se que a biblioteca pode avaliar seu desempenho através de “insumos”, “produtos” e “resultados” - segundo concepção de Lancaster e coincidente classificação da ALA - sua coleção (insumo) deve ser avaliada em função da satisfação da demanda (produto). Como os produtos nas mais das vezes são menos tangíveis que os insumos, eles poderiam ser avaliados através de indicadores relativos ao grau de satisfação dos usuários (atendimento às solicitações), aos resultados alcançados (melhoria de determinadas *performances* dos usuários), nível de eficácia (proporção de demandas atendidas), entre outros (LANCASTER, 1996, p. 3-4).

Em 1994, Maria Matilde Kronka Dias centra sua pesquisa de mestrado - **Biblioteca universitária: protótipo e experimento para caracterização e avaliação** – na elaboração de um modelo organizacional para a biblioteca universitária, que pudesse ser utilizado como um “instrumento para avaliação diagnóstica”, motivo pelo qual inclui um “roteiro de pesquisa exploratória” (DIAS, M.M.K., 1994, f. 5 [e] 3). Para conceber esse modelo, capaz de subsidiar as ações de planejamento e avaliação, a autora estabeleceu como pré-requisito básico a obtenção de um perfil (caracterização) da biblioteca universitária, em virtude de que seu estudo teve como pressuposto a ausência de metodologias específicas para avaliá-la. A caracterização proposta para a biblioteca universitária seria obtida mediante os seguintes indicadores:

- identificação do ambiente interno e externo
- objetivos do público ao utilizar a biblioteca
- comparação com congêneres, mas não na extensão proposta por Carvalho (1981), baseada em Knightly, e principalmente pela ALA (2000)
- excelência dos serviços oferecidos
- tipos de coleções disponíveis

- recursos humanos e seus manuais de serviço
- atualização dos equipamentos.

As variáveis para elaboração do protótipo foram estabelecidas com base nas metas organizacionais e nas relações produto/usuário e foram representadas graficamente pela autora, como subsídio à caracterização do serviço de referência. Embora orientado somente para este tipo de serviço, o referido protótipo poderá se constituir em subsídio para a formulação de uma metodologia para avaliação da biblioteca universitária, uma vez que se assenta em dois segmentos onde “estão representados desde a tipologia e os propósitos da comunidade acadêmica, como os diversos componentes da biblioteca” (DIAS, M.M.K., 1994, f. 51), elementos que podem ser cotejados e compatibilizados com o elenco de indicadores propostos pela ALA (2000), por Lancaster (1996) e por Carvalho a partir de Knightly (1981).

Maria Carmen Romcy de Carvalho, já em livro datado de 1995 – **Estatísticas e padrões para o planejamento e avaliação de bibliotecas universitárias** – faz uma abordagem de ordem pragmática, segundo as demandas do PNBU, configurando um documento técnico da série Doc.Pet. (de número 13/95) em formato de manual, voltado para orientar tanto a coleta e compilação de dados, como seu uso nos processos de planejamento e avaliação.

A ALA, com seus **Standards for college libraries** elaborados pela ACRL, propõe padrões com abordagem quantitativa e qualitativa, visando assegurar a atuação efetiva da biblioteca e o trabalho eficaz dos seus bibliotecários, mas inova ao encorajar que os resultados obtidos quanto a insumos, produtos e resultados (medidas qualitativas)<sup>50</sup> sejam comparados com bibliotecas semelhantes, selecionadas a partir de identificação de afinidades quanto aos seguintes parâmetros: missão, reputação, seletividade para a admissão, receita e despesa, gastos com apoio bibliotecário, tamanho da coleção. Em seguida, o trabalho ainda propõe pontos de comparação, a partir de medidas aplicadas aos itens insumos (por exemplo, volumes pelo total de estudantes, volumes adicionados ao ano pelo total de estudantes); aos produtos (por exemplo, circulação por estudante, empréstimo

---

<sup>50</sup> Insumos (*inputs*) – matéria prima da biblioteca: recursos financeiros, acervo, espaço, equipamentos, equipe; produtos (*outputs*) – quantificam o trabalho: no. de livros em circulação, no. de questões de referência atendidas; resultados, impactos ou medidas qualitativas (*outcomes*) – mostram a mudança sofrida pelos usuários em decorrência do seu contato com recursos e serviços da biblioteca.

interbibliotecário requisitado por estudante etc); e ao planejamento, à avaliação e à avaliação de impacto (sendo que as medidas para avaliação de impacto – *outcomes assessment* – cobrem: serviços, instrução, recursos informacionais, acesso à informação, pessoal, instalações, comunicação e cooperação, administração, orçamento). A cada item e respectivos subitens correspondem quesitos cujas respostas deverão balizar a análise dos resultados.

Além desse documento, caracterizado mais como um conjunto de indicadores de desempenho a serem utilizados como base para a formulação de padrões, do que como um conjunto de padrões propriamente dito, a ALA dispõe de outro, também elaborado pela ACRL, em 1992. Intitulado ***Padrões para o status acadêmico dos bibliotecários de universidade*** (*Standards for faculty status for college and university librarians*), baseou-se na concepção de que “o bibliotecário universitário faz contribuições únicas à comunidade universitária e ao ensino superior em si” e com o intuito de “reconhecer formalmente a importância do *status* acadêmico dos bibliotecários das universidades [...]” (CARVALHO, 1995, p. 153).

A formulação desses padrões, em número de nove, é acompanhada de descrição cuja abrangência fornece os subsídios necessários à análise e avaliação dos resultados obtidos, conforme pode ser observado a seguir:

- Responsabilidades profissionais – a serem apuradas por avaliação sistemática e rigorosa do desempenho por grupo de pares;
- Administração da biblioteca – o estilo de administração adotado deve ser o mesmo adotado pelos docentes;
- Administração da universidade – os bibliotecários devem ser elegíveis como e ter o mesmo grau de representatividade dos docentes;
- Remuneração – os salários e os benefícios devem estar na mesma faixa daqueles auferidos pelos docentes;
- Contrato – deve ser equivalente aos efetuados com o corpo docente;
- Promoção – deve ocorrer a partir da proficiência acadêmica e efetividade profissional;
- Afastamento – ligado ao aprimoramento e à pesquisa, deve ocorrer nas mesmas bases exigidas para os docentes;
- Fundos para pesquisa e desenvolvimento – os bibliotecários devem ter

acesso a financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento profissional como os docentes;

- Liberdade acadêmica – igualmente como ocorre com os docentes.

(CARVALHO, 1995, p. 153-155).

Maria Christina Almeida, em seu recente trabalho – **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação** - vem reforçar os pontos de vista de Lancaster e da ACRL, quando aponta a freqüência com que as unidades de informação adotam critérios preferentemente quantitativos para avaliar seu desempenho, concluindo que eles podem, a bem da verdade, demonstrar sua eficiência, mas certamente em detrimento de critérios que revelariam sua eficácia. Deste modo, à constatação inicial sobre a preferência por critérios quantitativos, a autora adiciona novos elementos – embora mais genéricos - quais sejam os de eficiência e eficácia, sendo que, a respeito do último, sugere sua averiguação através das seguintes questões:

- estamos oferecendo serviços e atividades que deveriam ser oferecidos?
- estamos atingindo metas e objetivos?
- como estamos assegurando serviços de qualidade?” (ALMEIDA, 2000, p. 18).

Ao refletir ainda sobre indicadores qualitativos e quantitativos e a relação entre eles, a autora exemplifica a questão através das medidas de qualidade adotadas por Tom Whitehall, referentes ao serviço de atendimento à consulta, quais sejam, acessibilidade, tempo de resposta, cobertura e relevância do acervo, contra os dados tradicionais de “quantidade de usuários ou de tipo de material”. Os primeiros (qualitativos), argumenta a autora, não chegam a informar o que está errado no serviço, mas sinalizam que algo não está bem; já os últimos (quantitativos) são mais vulneráveis à má interpretação – ou mesmo à inutilidade de sua coleta - pois há várias razões que levam a baixos índices de freqüência de usuários e de uso de material por tipo e que não são reveladas pelos números (ALMEIDA, 2000, p. 54).

Ainda percorrendo sobre os autores-suporte deste estudo, merece destaque o trabalho de Waldomiro Vergueiro e Telma Carvalho – **Definição de indicadores de qualidade: a visão dos administradores e clientes de bibliotecas universitárias,**

publicado em 2001, que traz a público resultado de pesquisa sobre indicadores de qualidade para serviços de informação, tendo como população-alvo administradores e usuários de biblioteca universitária, na área de Odontologia. A seleção deste artigo funda-se na abordagem dada pelos autores, não especificamente sobre seu objeto de interesse – qualidade em serviços – mas pela relação que fazem do tema com avaliação. Sua premissa é que “no campo da biblioteconomia, não existe uma base teórica sólida para a compreensão e uso do conceito de qualidade no gerenciamento de serviços de informação” (VERGUEIRO; CARVALHO, 2001, p. 28) – inexistência coincidente com a identificada neste estudo com relação à avaliação da biblioteca universitária por parte do MEC - embora reconheçam seja ultimamente um tema em expansão na literatura especializada. Assim, os autores destacam, de pronto, a ação primeira da ALA que, em 1967, publicou *Padrões mínimos para sistemas de bibliotecas públicas*, cuja concepção estava voltada mais para o controle das ações, de cunho taylorista, do que para a otimização de recursos e atendimento eficaz de demanda. A evolução imprimida àquela visão dos anos 60 é traduzida por eles, através de indicadores apontados por Whitehall (citado por VERGUEIRO; CARVALHO, 2001, p. 29) como representativos da satisfação dos clientes:

- adequação das fontes de informação à área de interesse dos usuários;
- a informação fornecida deve conter itens relevantes para o usuário;
- rapidez no acesso e fornecimento da informação;
- avaliação do usuário sobre o serviço;
- facilidade de uso dos serviços e produtos oferecidos.

Sem desconsiderar a pesquisa como um todo, mas buscando extrair contribuições objetivas para o escopo do presente estudo, apresentam-se a seguir os quatorze indicadores que Vergueiro e Carvalho identificaram na literatura, entre 1966 e 1997, como “aplicáveis às bibliotecas universitárias”: comunicação, acesso, confiança, cortesia, efetividade/eficiência, qualidade, resposta, tangíveis [equipamentos, conservação dos materiais], credibilidade, segurança [das pessoas, do patrimônio], extensividade [obtenção e localização do material], garantia, satisfação do cliente, custo-benefício (VERGUEIRO; CARVALHO, 2001, p. 31-38).

#### 4.3 PROBLEMAS EM BIBLIOTECA: DOENÇA CRÔNICA?

Trinta anos se passaram e mesmo considerando significativos os avanços nos serviços prestados pelas bibliotecas universitárias brasileiras, há situações já caracterizadas como crônicas, pois que atravessaram décadas sem solução. Nesta situação, encontram-se:

- A falta de planejamento para o setor, do ponto de vista local, institucional e governamental
- Dissociação em relação ao planejamento institucional
- Recursos humanos em número reduzido e carentes de melhor capacitação
- Verbas escassas e dependência de uma única fonte de recursos
- Passividade em relação ao usuário
- Pouca exploração e pouca divulgação dos recursos informacionais
- Desconhecimento das fontes de informação especializada e/ou do seu manuseio
- Conhecimento superficial dos usuários (suas demandas)
- Isolacionismo do corpo docente em relação ao planejamento e gestão da biblioteca.

Ciente da presença desses problemas na realidade brasileira, Alba Costa Maciel expõe as mudanças ocorridas nas bibliotecas dos países ricos – caracterizadas pelo deslocamento do foco ‘organização e acervo’ para ‘serviço e informação’, baseado no uso da informática – para evidenciar os contrastes encontrados no País:

convivemos com bibliotecas nitidamente medievais [...] como também com bibliotecas dinamizadas por profissionais que se esmeram em oferecer os mais eficientes e atuais serviços de informação a seus clientes (MACIEL, 1995, p. 1).

O aspecto positivo, encontrado nas grandes universidades brasileiras e nas grandes bibliotecas especializadas, a autora atribui à “explosão da demanda”, fenômeno associado à “explosão da informação”, que leva os pesquisadores a buscar incessantemente informações cada vez mais refinadas, numa clara confirmação de que a demanda qualificada é um dos fatores de promoção da oferta

qualificada. Antonio Caetano Dias (1967, p. 48), há mais de trinta anos, já anunciava sua preocupação a respeito ao inserir a biblioteca universitária no processo de desenvolvimento nacional:

A rapidez do progresso científico e tecnológico e a conseqüente explosão bibliográfica são os fatores principais que determinam a necessidade crescente de uma rigorosa metodologia na organização dos serviços de informação.

Sua conclusão, no entanto, pressupõe a lacuna já detectada nas bibliotecas universitárias quanto à dinâmica dos serviços oferecidos, fato que se estende aos dias atuais. No entanto, Isnaia Santana discorda da visão de Alba Maciel assim se expressando:

[...] não há ‘explosão de demanda’ nas nossas bibliotecas (pelo menos, nas da UFBA) [...] Só conheceremos uma ‘explosão da demanda’ quando os usuários potenciais dessas bibliotecas obtiverem ensino de qualidade, no qual a biblioteca passe a ser elemento-chave [...] Mas para que a demanda se amplie será necessário que a instituição e o Governo reconheçam que ela precisa ser satisfeita e, assim, passem a conferir ao setor a importância que ele deve ter numa universidade (SANTANA, 2001, [f. 3]).

Essa busca qualificada de informação, quando ampliada, pode atuar como força de pressão sobre a biblioteca, interferindo diretamente no papel que ela passará a desempenhar “como intermediadora desse processo [...] instrumentalizadora e mesmo nutriz do processo de geração do conhecimento” (MACIEL, 1995, p. 1). Na argumentação que desenvolve na parte introdutória do seu livro, a autora se mostra otimista com o nível de resposta dado pelo setor biblioteca face a essa demanda qualificada, qual seja, a proliferação de estudos de usuários, de avaliação de coleções e de seu uso, de estudos sobre temas gerenciais, inclusive voltados para a coleta de dados e informações, dentre os mais recorrentes na literatura brasileira; mas vai mais além, quando reforça a necessidade da adoção de instrumentos para avaliação sistemática da biblioteca – formulários estatísticos e relatórios de período – visando ao seu planejamento e gestão. Pode-se considerar, ainda, que Maciel faz como que uma síntese das propostas de Etelvina Lima e Maria Luísa Monteiro da Cunha, ao defender que os formulários quantitativos “transmutam-

se em qualitativos [...], indicando padrões, delineando perfis, apontando falhas e deficiências, revelando elevação e queda de produção nos diferentes setores da biblioteca”, desde que contextualizados e analisados habilmente em cotejo com os relatórios (MACIEL, 1995, p. 4).

A respeito, a segunda diretriz do PNB (Apêndice A) também é clara ao propor que seja estimulada

a definição de padrões de desempenho da biblioteca universitária adequados à realidade brasileira, de modo a orientar o seu planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação e garantir a qualidade das atividades realizadas em nível institucional e nacional.

Sobre o mesmo tema, pode ainda ser citada a iniciativa da USP que não só desenvolveu padrões próprios, como elaborou dois estudos: no primeiro, compara padrões internacionais aos aplicados às suas bibliotecas em relação à estrutura organizacional (PASQUARELLI; KRZYZANOWSKI, 1989); no segundo, de Krzyzanowski (1993), como um desdobramento do anterior, a autora também compara padrões internacionais com aqueles adotados pelo SIBi (Sistema Integrado de Bibliotecas), em relação ao item pessoal, tudo indica que pelo fato de a atuação dos recursos humanos perpassar todas as funções e atividades das bibliotecas. Como base de comparação, a autora toma as variáveis serviços, número de alunos, relação bibliotecário/usuário, relação pessoal de apoio/bibliotecário, acervo por aluno, oferecendo diversas abordagens. Os dois estudos - de caráter comparativo, como se pôde observar - promovem o cotejo dos padrões USP com os praticados no Canadá, México, Estados Unidos, Índia, Grã-Bretanha, República Federal Alemã e República Democrática Alemã. A iniciativa de promover estudos comparativos está respaldada no pensamento de F. N. Withers (citado por KRZYZANOWSKI, 1993, f. 2) sobre a elaboração de modelos de normas para países em desenvolvimento:

tem sido possível estabelecer algumas bases – que em grande parte são comuns a todas as bibliotecas – para dar uma orientação geral. Mas as bases não incluem normas quantitativas, já que estas devem variar em função das circunstâncias locais e devem ser formuladas país por país ou dentro de uma perspectiva regional.

É ele ainda quem preconiza a necessidade de estabelecer padrões visando o planejamento, a avaliação e a ampliação dos serviços bibliotecários, mas numa perspectiva em que haja aceitação dos objetivos institucionais e recursos disponíveis (Whiters citado por KRZYZANOWSKI, 1993, f. 2).

Também a IFLA, ao introduzir seus *Padrões para Bibliotecas Universitárias* em 1981, afirma que uma

declaração internacional sobre padrões para bibliotecas universitárias, pela sua natureza, deve ser genérica o suficiente para permitir as variações locais, regionais e nacionais. Eles atuam como diretrizes para o desenvolvimento das bibliotecas em nível nacional. [...] são padrões de princípios gerais (CARVALHO, 1995, p. 143).

Eduardo José Wense Dias, em 1994, sintetiza essas concepções sobre padrões para pessoal em artigo onde atualiza o trabalho apresentado ao 7º SNBU, em 1991, conforme dito anteriormente Abordando inicialmente a dificuldade das bibliotecas em se definirem pela adoção de padrões quantitativos ou qualitativos – embora haja uma tendência pelos últimos – apresenta sucintamente as propostas da ALA e da IFLA sobre pessoal e conclui pela sua inutilidade face ao caráter excessivamente genérico que apresentam, a exemplo do Padrão da ALA:

a biblioteca universitária deve ter um número suficiente e variado de pessoal encarregado de desenvolver, organizar e manter as coleções e prover serviços de informação e referência necessários à comunidade universitária (DIAS, E.J.W., 1994, p. 336).

Quanto à experiência brasileira, lembra que as primeiras recomendações remontam a 1974 (Seminário para Estudos dos Problemas de Administração e Funcionamento das Bibliotecas Universitárias), sendo seguidas pelas do SNBU e do PNB. A seguir, Wense Dias (1994, p. 336) concorda com Rejane Klaes que, embora o País não conte com nenhum documento similar ao da ALA e da IFLA, “os dos PNBUs têm características semelhantes aos padrões dessas duas entidades no que diz respeito à área de desenvolvimento de coleções”, e conclui esclarecendo que sobre pessoal os PNBUs também foram genéricos.

Merecem destaque, no entanto, na literatura nacional, experiências isoladas como a da USP, anteriormente citada, a da UFBA e da UFRJ, a seguir comentadas,

só para citar das poucas existentes, mas cujo conteúdo e metodologia certamente contribuíram e contribuirão para ações e futuros estudos.

Em 1991, a direção da Biblioteca Central da UFBA promoveu o *Estudo sobre a situação dos recursos humanos do Sistema de Bibliotecas [...]: proposta de dimensionamento* (SANTANA e outros, 1991), a partir da necessidade de prover as bibliotecas de equipes quantitativamente condizentes com os diferentes portes existentes. Foi desenvolvido a partir das variáveis “usuários potenciais”, “usuários inscritos”, “acervo de livros”, “movimento da consulta e do empréstimo” e “frequência”, cuja combinação levaria ao dimensionamento de diferentes equipes, contando ainda com metodologia própria para categorizar as bibliotecas por porte (pequena, média e grande). A cada porte de biblioteca, então, corresponderia uma equipe, com especificação das funções do pessoal por categoria funcional. Este estudo não foi testado, nem implementado, pelas dificuldades decorrentes da quantidade insuficiente de bibliotecários e de auxiliares à época, o que não possibilitava a concretização dos necessários remanejamentos; e ainda pelo fato de que o pessoal das bibliotecas, lotado nas respectivas unidades de ensino, mantinha – e ainda mantém - com a Biblioteca Central uma vinculação apenas para assuntos de caráter técnico (SANTANA e outros, 1991). Cabe ressaltar que, por não ter sido aplicada até então, a metodologia proposta deverá ser testada para que seja avaliada sua adequação às necessidades da UFBA.

Movido, de certo, pelas mesmas preocupações e motivado pela temática do 7º SNBU (1991), o SIBI/UFRRJ (Sistema de Bibliotecas e Informação) também se fez representar no mesmo conclave, com uma metodologia desenvolvida para caracterizar as bibliotecas da Instituição. Com o intuito de atender demandas específicas da administração central daquela Universidade, referente à distribuição de funções gratificadas e cargos de direção, na prática o referido estudo constituiu-se em insumo para outros fins, devido ao volume de informações gerenciais que continha. Neste sentido, pôde ser empregado como base para a proposição de padrões, uma vez que foi desenvolvido a partir das variáveis “dimensionamento, complexidade e diferenciação de serviços e produtos” (PEREZ e outros, 1991, p. 454).

Reconhecidos internacionalmente como instrumentos de grande utilidade para o planejamento e a administração, os padrões carecem, no entanto, de condições adequadas para que ofereçam os resultados esperados e necessários. Estas condições Wense Dias (1994, p. 337) agrupa conforme segue: a) estamento gerencial das bibliotecas; b) peculiaridades organizacionais e culturais do país/universidade/biblioteca; c) atualização, por parte dos bibliotecários, em novos conceitos a serem transformados em tecnologias e procedimentos. Diante do exposto e focando seu objeto de interesse – padrões para pessoal – propõe o desenvolvimento de dois instrumentos para subsidiar os administradores:

- princípios e diretrizes a serem estabelecidos a partir do documento da IFLA, porém de forma mais detalhada e sendo consensualmente aprovados;
- sistema de informação com dados quantitativos, como um banco nacional de informações gerenciais, que induziria o administrador a uniformizar suas rotinas e sua coleta de dados.

Para assegurar que esses instrumentos sejam viabilizados, o autor ainda fornece, em anexo ao seu artigo, um modelo para o primeiro instrumento proposto (princípios e diretrizes para pessoal de biblioteca universitária), mas conclui, alinhando às questões de pessoal, mais outros dados a serem considerados: satisfação do usuário; resultados das avaliações dos cursos de graduação e pós-graduação para atuarem como ‘indicadores indiretos’; características funcionais dos bibliotecários e nível de atualização.

Finalizando, sugere o aproveitamento das vantagens dos padrões quantitativos e dos qualitativos, combinando-os a exemplo da sua proposta: lista de princípios e diretrizes, compondo padrões qualitativos, e as informações gerenciais, constituindo os padrões quantitativos (DIAS, E.J.W., 1994, p. 336-337).

Foi possível perceber nas leituras citadas, tanto a constatação de problemas - alguns dos quais considerados crônicos - como concepções propositivas por parte de diversos autores; no entanto, coube à Alba Maciel e a Wense Dias objetivar sobre um dos pré-requisitos fundamentais para o planejamento e, conseqüentemente, para a avaliação: a necessidade de se dispor de informações gerenciais, isto é, dados e informações coletados de modo consistente e analisados conseqüente e sistematicamente, prática incomum nas bibliotecas brasileiras.

#### 4.4 A BIBLIOTECA E O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

O embrião da avaliação institucional no Brasil, no âmbito da educação, pode ser encontrado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei 4 024, de 20 de dezembro), que em seu art. 9º estabelece as competências do Conselho Federal de Educação (CFE), encabeçando-as pelos verbos e expressões ‘pronunciar-se’, ‘opinar’, ‘promover sindicâncias’, ações que pressupõem um conhecimento prévio de determinadas situações, por meio da análise de documentos, de estudos, de visitas. Embora esses verbos e expressões possam sugerir procedimentos de um processo de avaliação, não se constituíram em medidas regulamentadas e ações sistemáticas, como vai ocorrer após a Constituição de 1988, especialmente através da Lei 9 131/95 que, no seu artigo 3º, define que

o Ministério da Educação e do Desporto fará realizar avaliações periódicas das instituições e dos cursos de nível superior, fazendo uso de procedimentos e critérios abrangentes dos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

e do Decreto 2 306/97 que, no seu artigo 14, estabelece que

A autorização e o reconhecimento de cursos e respectivas habilitações e o credenciamento das instituições de ensino superior do Sistema Federal de ensino, organizadas sob quaisquer das formas previstas neste Decreto, serão concedidos por tempo limitado, e renovados periodicamente após processo regular de avaliação.

Complementarmente à LDB de 61, a Lei 5 540/68, através dos artigos 5º, 6º e 7º, sugere algum tipo de avaliação ao estabelecer que os estatutos e regimentos das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior “serão submetidos à aprovação do Conselho de Educação competente” e estarão sujeitos a “autorização e reconhecimento”. Já o art. 47 da mesma Lei alude algum tipo de

avaliação preliminar quando aponta a necessidade de “prévio parecer favorável do Conselho Federal de Educação” para a “autorização ou o reconhecimento de universidade ou estabelecimento isolado de ensino superior”.

Em resposta à indagação *por que avaliar*, Isaura Belloni em 1986 (1998, p. 37) expõe suas reflexões sobre a função da avaliação, partindo da premissa de que “a educação deve ser avaliada em termos da eficácia social das suas atividades e concebendo a avaliação como uma necessidade tanto conjuntural quanto estrutural. Abordando o mesmo tema em 1998, a autora enfoca a avaliação institucional num prisma da sua função social, sob a mesma premissa da “ ‘educação como espaço social’ de mediação entre [...] ‘os aprendentes’ [...] a sociedade e o desenvolvimento científico” (BELLONI, 1998, p. 37-38).

Apesar das várias iniciativas visando ao estabelecimento de processos avaliativos na educação, é somente em 1995 que o art. 1º da Lei 9 131 - alterando o art. 6º da LDB/61 - atribui ao então Ministério da Educação e do Desporto “formular e avaliar a política nacional de educação”. Mas é o Decreto 2 026/96, ao estabelecer “os procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e das instituições do ensino superior”, que se constituirá num marco a partir do qual os cursos passam a ser sistematicamente avaliados pelo MEC. Neste processo, a biblioteca universitária passa a integrar o conjunto de variáveis cuja avaliação permitirá a autorização de novos e o reconhecimento de cursos e IES já existentes, na medida que “Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições do ensino superior”, com a característica de se constituírem em elementos complementares, mas ao mesmo tempo independentes entre si (inclusive quanto ao prazo de realização), compreendendo as seguintes **ações**:

1. Análise dos Indicadores de Desempenho Global;
2. Avaliação do Desempenho Individual das IES;
3. Avaliação do Ensino de Graduação;
4. Avaliação dos Programas de Mestrado e Doutorado.

Os **Indicadores de Desempenho Global** do sistema nacional de ensino, estabelecidos pela Secretaria de Informação e Avaliação Educacional (SEDIAE), são analisados através dos onze itens que seguem:

I – taxas de escolarização bruta e líquida

- II – taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso
- III – taxas de evasão e de produtividade
- IV – tempo médio para conclusão dos cursos
- V – índices de qualificação do corpo docente
- VI – relação média alunos por docente
- VII – tamanho médio das turmas
- VIII – participação da despesa com ensino superior nas despesas públicas com educação
- IX - despesas públicas por aluno no ensino superior público
- X – despesa por aluno em relação do Produto Interno Bruto (PIB) por habitante nos sistemas público e privado
- XI – proporção da despesa pública com a remuneração dos professores.

Já a **Avaliação do Desempenho Individual** das instituições de ensino superior (IES) é executada por comissão externa à instituição, designada pela Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu) e abrange todas as modalidades de ensino, pesquisa e extensão quanto aos seguintes aspectos:

- I – administração geral (funcionamento dos órgãos colegiados, relações entre a entidade mantenedora e a instituição de ensino, atividades-meio em relação aos objetivos finalísticos)
- II – administração acadêmica (currículos dos cursos de graduação e sua execução, atendimento das exigências regimentais quanto ao currículo, avaliação do rendimento escolar)
- III – integração social (grau de inserção da instituição na comunidade, por meio de extensão e prestação de serviços)
- IV – produção científica, cultural e tecnológica (relativa a docentes qualificados e regime de trabalho).

A **Avaliação do Ensino de Graduação**, por sua vez, compreende três procedimentos, quais sejam:

- I – realização do Exame Nacional de Cursos (ENC) ou Provão, pelo INEP;
- II – Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação submetidos ao Provão, pela SESu;
- III – Avaliação dos Cursos de Graduação, pelas comissões de ensino da SESu.

Considerando que o espectro desta pesquisa é a avaliação do ensino de graduação, com foco na biblioteca universitária e sua inserção na avaliação das condições de oferta dos cursos, a seguir serão detalhados os três procedimentos acima referidos adotadas pelo MEC para tal fim, com ênfase no subitem II, isto é, Avaliação das Condições de Oferta:

A introdução do Exame Nacional de Cursos - primeiro procedimento citado – como um dos elementos da prática avaliativa do MEC, por isto mesmo não se esgota no seu resultado, participando complementarmente do total das outras modalidades mais abrangentes de avaliação, tanto das IES quanto dos cursos. Esta participação se caracteriza, segundo o INEP, pelo provimento de “dados informativos que reflitam [...] a realidade do ensino”, potencialmente capazes de subsidiar a elaboração de orientações de estímulo à melhoria do ensino (BRASIL. Instituto Nacional de Estudos ..., 2000).

Já o segundo procedimento - Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação - aplicada aos cursos existentes submetidos ao Provão, tem como suporte:

- a análise de indicadores elaborados pelas Comissões de Especialistas de cada curso;
- os resultados do Exame Nacional de Cursos (Provão);
- os indicadores de desempenho global.

O papel dessas Comissões – constituídas por área – é assessorar a SESu/MEC e se refere às seguintes ações, segundo o que estabelece a Portaria MEC 879 de 1997:

- analisar o mérito acadêmico das propostas de abertura de novos cursos;
- verificar as condições das IES para fins de credenciamento e reconhecimento; de autorização e reconhecimento de cursos; e de renovações periódicas do reconhecimento;
- avaliar as condições de oferta dos cursos de graduação, quando solicitado pela SESu; atualizar os critérios de qualidade e os indicadores de oferta e demanda para cursos da respectiva área;
- atualizar os critérios de qualidade e indicadores de oferta e demanda para o cursos da área;

- propor a organização curricular das respectivas áreas;
- opinar em assuntos de sua especialidade.

Em sua constituição, cada Comissão de Especialistas congrega de três a cinco membros, incumbidos de elaborar os padrões de qualidade que embasam a formulação dos instrumentos necessários à análise de projeto (no caso de cursos ou instituições novos) e à avaliação das condições de oferta (no caso de cursos e IES em funcionamento). O processo de avaliação das condições de oferta, segundo o Ministério, “está sendo desenvolvido obedecendo a uma metodologia comum a todas as áreas. Os procedimentos e instrumentos de avaliação, no entanto, respeitam a diversidade e as especificidades das áreas dos cursos abrangidos”<sup>51</sup> (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior, 1999). Os instrumentos específicos para verificação das condições de oferta, segundo a *website* citada, compreendem:

- orientação às IES e aos cursos para a coleta de informações, através de Roteiro Prévio enviado pela SESu antes da visita da Comissão de Avaliação *in loco* (Anexo A);
- questionário estruturado com quesitos e respectivos conceitos e ponderações, englobando três dimensões de análise: Qualificação do Corpo Docente (QCD), Organização Didático-Pedagógica (ODP) e Instalações (I), para uso da Comissão de Avaliação (Anexo B).

O referido Questionário, devidamente preenchido, dá origem ao Relatório Técnico da visita que é encaminhado à respectiva Comissão de Especialistas, que o analisa e consolida, elaborando as recomendações finais a serem enviadas a cada curso com os conceitos obtidos.

O conceito final de cada uma das três dimensões avaliadas (Qualificação do Corpo Docente, Organização Didático-Pedagógica e Instalações) resulta da “combinação da pontuação e ponderação diferenciada de diversos indicadores, que refletem a combinação de variáveis qualitativas e quantitativas”.

A esses indicadores (ou quesitos) são atribuídas as seguintes classificações: A = Ótimo; B = Bom; C = Regular; D = Insuficiente; E = Péssimo. Já aos resultados finais de cada uma das três dimensões avaliadas são atribuídos conceitos que vão

de CMB (Condições Muito Boas); CB (Condições Boas); CR (Condições Regulares); CI (Condições Insuficientes); até SC (Sem Conceito).

Assim, o resultado final de cada dimensão avaliada é obtido, grosso modo, com base nos seguintes critérios:

- CMB = quando cerca de 70% dos indicadores pontuados atingem o conceito máximo (isto é, A)
- CB = quando cerca de 40 a 60% dos indicadores pontuados atingem o conceito máximo
- CR = quando cerca de 20 a 40% atingem o conceito máximo
- CI = quando menos de 20% dos indicadores atingem o conceito máximo

Diz-se “grosso modo”, com base nas informações extraídas do *Relatório-síntese 1999* (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior, 1999, p. 18-19) de que os conceitos CMB, CB, CR e CI correspondem às médias dos critérios estabelecidos pelas diferentes Comissões de Especialistas para pontuarem, mediante as notas A, B, C, D e E, os indicadores de cada dimensão avaliada.

A Figura 5 compara alguns dos cursos da UFBA já avaliados quanto aos critérios adotados para a constituição dos conceitos, a partir da pontuação dos indicadores, podendo ser observadas as diferenças de concepção de uma Comissão de Especialistas para outra. Esclareça-se que não foram incluídos todos os cursos avaliados – como Matemática, Medicina Veterinária e Letras - por não contarem com essas informações nos respectivos instrumentos para Avaliação das Condições de Oferta, e/ou pela complexidade com que os instrumentos se apresentam; no entanto, convém informar, esta exclusão não foi considerada prejudicial para este estudo, face aos outros exemplos aqui expressos, bastante elucidativos para o que se pretende demonstrar. Convém também esclarecer que há instrumentos – de Autorização e de Reconhecimento – que trazem critérios para atribuição de conceito, não tendo sido aqui aproveitados por terem finalidades diferentes da Avaliação das Condições de Oferta.

---

<sup>51</sup> Esta afirmação é contestada pelo Parecer 1 070/99.

CONCEITO FINAL	ENG	MED	ADM			DIR	EC O		JOR	
	(8 itens)	(8 itens)				(11 itens)	Acervo (4 itens)	cond. func.(9 itens)	(11 itens)	
CMB	Mínimo de 85% de 32 pontos	> de 80% de conceito A	70% de Conceitos A			70% de conceitos A	70% de conceitos A	70% de conceitos A	70% de conceitos A	
CB	Entre 85 e 65% de 32	80% de conceitos A e B	70% de Conceitos A e B			70% de conceitos A e B	70% de conceitos A e B	70% de conceitos A e B	70% de conceitos A e B	
CR	Entre 85 e 65% de 32	60% de conceitos A e B	70% de Conceitos A, B e C			70% de conceitos A, B e C	70% de conceitos A, B e C	70% de conceito A, B e C	70% de conceitos A, B e C	
CI	< 45% de 32	< de 60% de conceitos A e B	< de 70% de Conceito A, B e C			< de 70% de conceitos A, B e C	< de 70% de conceitos A, B e C	< de 70% de conceitos A, B e C	< de 70% de conceitos A, B e C	
Significado dos conceitos atribuídos A aos quesitos	A = 4 B = 3 C = 2 D = 0	A - atende satisfatoriamente todos itens	A	LIVROS > 1600 ed. 1990→	PERIÓDICOS 30 tit.	VÍDEOS 200	A - atende a mais de 8 itens	A - atende todos os itens	A - atende mínimo de 8 itens	A - atende todos os itens
		B - existem todos e atende satisfatoriamente mínimo 7	B	1300 a 1600 ed. 1990→	20 a 29 tit.	150 a 199	B - atende a 8 itens	B - atende a 3 itens, inclusive 1 e 2	A - atende mínimo de 6 itens	B - atende no mínimo 7 itens
		C - existem todos e atende satisfatoriamente 6	C	100 a 1300 e 50 % ed. 1990→	10 a 19 tit.	100 a 149	C - atende a 7 itens	C - atende somente aos itens 1 e 2	A - atende mínimo de 4 itens	C - atende a 6 itens
		D - atende satisfatoriamente menos de 6	D	< 1000 e 50% ed. 1990→	< 9 tit.	< 99	D - atende a menos de 7 itens	D - outras hipóteses	D - atende a menos de 4 itens	D - atende a menos de 6 itens

Figura 5 – Critérios para Atribuição dos Conceitos Finais por Curso: alguns exemplos Legenda: CMB = Condições Muito Boas; CB = Condições Boas; CR = Condições Regulares; CI = Condições Insuficientes. Fonte: [www.mec.sesu.gov.br/avaliacaodascondicoesdeoferta](http://www.mec.sesu.gov.br/avaliacaodascondicoesdeoferta)

Deve ser destacado ainda o fato de que a aplicação dos resultados finais varia segundo a finalidade que terão. Por exemplo, para fins de Autorização de funcionamento, um novo curso deve obter no mínimo CMB; já para Reconhecimento, o curso pode ser avaliado em CB. Quanto à Avaliação das Condições de Oferta, os conceitos teoricamente definem as recomendações a serem dadas, que vão desde a indicação de ajustes ou correções, até soluções mais drásticas, como a de fechamento do curso. Sobre esta modalidade de avaliação, a SESu tem se mostrado cautelosa em esclarecer que o seu processo se atém

à verificação de condições que não são expressas em um único conceito ou nota final. Grande parte dos indicadores verificados é de natureza qualitativa e seria inadequado apresentá-la ou consolidá-la por meio de escalas numéricas ou simbólicas qualitativas” (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior, 1999, p. 19).

O terceiro e último procedimento - Avaliação dos Cursos de Graduação – é executado pela análise dos indicadores estabelecidos pelas Comissões de Especialistas, levando em consideração os resultados dos exames nacionais de curso e os indicadores de desempenho global. Este item, no entanto, não será comentado uma vez que não constitui matéria de interesse para este estudo.

E, finalmente, a última ação para avaliação de cursos e de IES, é a **Avaliação dos Programas de Mestrado e Doutorado**, levada a efeito pela Fundação Centro de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes), segundo “critérios e metodologias próprios” (art. 7º, Decreto 2 026/96). Também esta modalidade não será analisada pelo mesmo motivo imputado ao item anterior.

O processo de avaliação de cursos e instituições, segundo o que dispõe o Decreto 2 026/96, poderá ser visualizado de forma sintética no Apêndice B, com destaque para o item 3 – *Avaliação do ensino de graduação*, onde está inserida a variável biblioteca.

Os procedimentos e os indicadores referem-se, como está apresentado no Apêndice B, às três dimensões de avaliação já referidas: 1. Qualificação do Corpo Docente; 2. Organização Didático-Pedagógica; 3. Instalações, compreendendo as

gerais, as especiais e a biblioteca (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior, 1998).

A biblioteca universitária no contexto dos cursos de graduação constitui o foco de interesse deste estudo e por isto mesmo é destacada como uma das variáveis do processo de Avaliação das Condições e Oferta, na expectativa que os diferentes instrumentos do MEC possam demonstrar sua influência para o desempenho dos cursos.

Para tanto, buscou-se de início a base teórica que levou o Ministério a estabelecer os indicadores aplicados à variável biblioteca, tendo em vista a explicitação de uma determinada situação (no caso, seu papel no desempenho do curso). Na ausência de uma fundamentação teórica – conforme explicitado no capítulo 6 -, a expectativa era de que a formulação de cada indicador fosse suficientemente clara, de modo a evidenciar uma abrangência compatível com seus objetivos. No entanto, o que se encontrou a partir do Decreto 2 026/96 foi: tratamento diferenciado de um ato legal e/ou normativo para outro e sem rigor na correspondência entre si. Estes fatores irão comprometer a análise e a aplicação dos instrumentos de avaliação, tanto por parte dos membros das Comissões de Visita, quanto dos Coordenadores de Curso e dos próprios bibliotecários, conforme será visto no capítulo 6. Para ilustrar esta afirmação, elaborou-se um comparativo dos quatro indicadores estabelecidos pelo Decreto 2 026 com os supostos correspondentes estabelecidos nas Portarias 640, 641 e 877/97 e no formulário Roteiro Prévio (Anexo A), constando da Figura 6 a seguir.

	DECRETO 2.026/96	PORTARIAS 640 <sup>52</sup> , 641 <sup>53</sup> E 877 <sup>54</sup> /97	ROTEIROS PRÉVIOS À VISITA
INDICADORES	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acervo bibliográfico (livros e periódicos)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Acervo de livros e periódicos especializados</li> <li>Assinaturas correntes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Política de atualização do acervo, videoteca</li> <li>Títulos de livros e número de exemplares</li> <li>Periódicos especializados</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Regime de funcionamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Organização</li> <li>Formas de utilização</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Horário de funcionamento</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Modernização dos serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Recursos e meios informatizados</li> <li>Plano de expansão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Informatização do acervo e dos sistemas de consulta e empréstimo</li> <li>Participação em redes</li> <li>Equipamentos</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Adequação ambiental</li> </ul>		<ul style="list-style-type: none"> <li>Salas especiais</li> </ul>

Figura 6 – Comparativo dos Indicadores da Variável Biblioteca a partir do Decreto 2 026/96

Fonte: Decreto 2 026/96; Portarias MEC 640, 641, 877/97; <[www.mec.sesu.gov.br/avaliacaodascondicoesdeoferta](http://www.mec.sesu.gov.br/avaliacaodascondicoesdeoferta)>

<sup>52</sup> Credenciamento de faculdades ou escolas superiores

<sup>53</sup> Autorização de novos cursos

<sup>54</sup> Reconhecimento e renovação de cursos

Assim, pretendeu-se demonstrar que os atos legais e normativos descritos anteriormente, de um lado demonstram o empenho do Governo Federal em imprimir abrangência ao processo avaliativo como um todo. Exemplos como o detalhamento das dimensões Qualificação do Corpo Docente e Organização Didático-Pedagógica confirmam o esforço governamental. No entanto, a dimensão Instalações, compreendendo as gerais e as especiais – como laboratórios e bibliotecas - em que pese as minúcias dos padrões de qualidade relativos principalmente aos laboratórios de cursos como Medicina e Odontologia, apresenta-se inadequada e insuficiente, no que diz respeito à biblioteca, conforme será revelado no capítulo 6, referente à análise dos dados da pesquisa.

Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação.

*Lévy-Strauss*

## 5 METODOLOGIA

### 5.1 EM BUSCA DA MATURIDADE

O desenvolvimento experimentado pela Biblioteconomia no Brasil até os anos 70 contabilizava-se pelo reconhecimento legal da profissão de bibliotecário (1962), a existência de vinte escolas, dezesseis associações de classe, o Conselho Federal e dez regionais, uma federação de associações, uma associação de escolas, diversos grupos de trabalho por áreas específicas e o primeiro mestrado, de iniciativa do IBBD (atual IBICT, entidade nacional sempre presente na pesquisa em ciência e tecnologia do País).

Este quadro, no entanto, não incluía a pesquisa científica e constituiu-se no elemento motivador para que Abner Vicentini, na condição de revisor e editor, promovesse a tradução do livro instrumental *Pesquisa científica em biblioteconomia e documentação*<sup>55</sup>, de Herbert Goldhor, primeiro sobre o tema no Brasil. Sua expectativa era subsidiar a formação de pesquisadores e, assim, reverter, nacional e internacionalmente, o conceito vigente sobre a Biblioteconomia brasileira.

Considerada como uma área de domínio prático (FONSECA, 1988)<sup>56</sup>, a Biblioteconomia do século XX acumulara larga experiência no desenvolvimento de técnicas, sendo os programas de ensino e os registros existentes testemunhos das características e do avanço nesse setor. Os conhecimentos adquiridos, em sua

---

<sup>55</sup> Essa obra foi dedicada a Célia Ribeiro Zaher que, junto com Hagar Espanha Gomes, impulsionou a pesquisa científica em Biblioteconomia e Documentação na Brasil.

<sup>56</sup> Edson Nery da Fonseca faz uma formulação mais ampla sobre o assunto em *A biblioteconomia incompreendida*, artigo publicado no Correio Braziliense, em 1970 (FONSECA, 1988, p. 41-44).

grande maioria, resultavam de processos de tentativa e erro, pois que inexistia uma “sistematização traduzida em leis e teorias” (GOLDHOR, 1973, p. 22-23).

No cenário nacional não foi diferente: a distinção pode ser atribuída às décadas que separam os países avançados daqueles como o Brasil, no que diz respeito à implementação da pesquisa.

Este ambiente de transição promoveu o surgimento do termo Ciência da Informação “para denominar e representar uma tentativa teórica e prática de superação da biblioteconomia e documentação”, campo cuja construção conceitual ainda é objeto de reflexão e investigação<sup>57</sup> (GALVÃO, M.C.B.,1998, p. 46).

Já em 1995, Aldo Barreto (p. 7-8) trazia à reflexão discussões sobre o “objeto da ciência da informação”, representando-o pelo percurso entre a “guarda do saber acumulado”, de sabor medieval, e a produção intencional de conhecimento, acrescentando ainda que “criar conhecimento modificador e inovador do indivíduo e do seu contexto” [...] é o destino final do fenômeno da informação” .

Num rápido resgate da evolução dos mestrados e doutorados existentes no País, o mesmo autor sintetiza as tendências por períodos, sendo a primeira fase (1970-1983) marcada pelo foco nos procedimentos técnicos de armazenamento e recuperação da informação; a segunda (1983-1992), caracterizada por maior flexibilidade, decorrente da visão interdisciplinar vigente, quando o pós-graduando e seu orientador estabeleciam o programa de estudo e, seguramente, a pesquisa; e a terceira (1992 em diante) voltada para “uma reflexão teórica ... que indica estar havendo uma maior e melhor observação e contestação dos paradigmas dominantes da área” (BARRETO, 1995, p. 8-9).

Atualmente, segundo dados da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (1999), a área dispõe de doze cursos de mestrado e quatro de doutorado, sendo observada uma tendência de sua expansão .

O quadro acima referido, revelador de um estágio de maturação da pesquisa científica em Biblioteconomia e Ciência da Informação, explica – e justifica – o fato

---

<sup>57</sup> A respeito, ler BARRETO, Aldo de A. Perspectivas da ciência da informação. **Rev. Bibliotecon. Brasília**, Brasília, v. 21, n. 9, 1997; PINHEIRO, L.V. R.; LOUREIRO, J.M.M. Traçados e limites da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 42-53, jan./abr. 1995; SARACEVICK, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspec. Ci. Inf.**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

de esta “nova” área apropriar-se das metodologias de pesquisa adotadas nas Ciências Sociais. Neste trabalho não foi diferente.

## 5.2 CONTEXTO E DEFINIÇÃO DO PERCURSO

Investigar o papel da biblioteca universitária no contexto da avaliação dos cursos de graduação, segundo a legislação federal e as normas do Ministério da Educação, supõe compreender esse processo avaliativo quanto às suas origens, suas finalidades, critérios, formas de aplicação e impactos. Em diferentes momentos deste trabalho, foram apresentados e analisados os textos que vêm balizando o desenvolvimento da avaliação institucional na universidade brasileira, em particular os que orientam a avaliação do ensino de graduação, destacando-se aí a biblioteca universitária, definida como uma das variáveis que integram o conjunto de elementos a serem avaliados.

No entanto, a análise dos textos legais e normativos, bem como dos relatórios produzidos pelas Comissões de Avaliação *in loco*, designadas para levantar os dados necessários à avaliação dos cursos de graduação selecionados pelo MEC, revelou claros indícios da inadequação, ou mesmo da limitação, dos indicadores definidos para a variável biblioteca. Esta inadequação fica patente quando se busca articular essa variável com as demais variáveis consideradas nesse processo e apreender sua efetiva contribuição para elevar ou baixar o conceito do curso no que diz respeito às condições de oferta.

A partir desse cenário, foram levantados dois objetivos para este estudo, quais sejam, conhecer a base teórica que as Comissões de Especialistas utilizaram para estabelecer os indicadores para a variável biblioteca e averiguar empiricamente a adequação desses indicadores para revelar o papel da biblioteca no desempenho do curso, através de estudo de caso de caráter exploratório.

A busca desses resultados se alicerça no pressuposto de que o MEC – em que pese a experiência acumulada com avaliação, o instrumental de que dispõe e a sistematização de procedimentos implementada a partir de 1995 – não conta com uma base teórica que sustente metodologias específicas para avaliar a biblioteca universitária, principalmente na sua relação com o desempenho dos cursos de

graduação. De fato, a consulta à literatura revelou, principalmente através das opiniões da ALA (2000), de Lancaster (1996) e de CARVALHO (1981) – favoráveis ao desenvolvimento de metodologias para elaborar e aplicar padrões em planejamento e avaliação - que nos meios biblioteconômicos tem prevalecido soluções resultantes de consenso de opiniões advindas de bibliotecários experientes e inspiradas em exemplos de bibliotecas bem sucedidas no desempenho de suas funções.

Assim, nesta pesquisa, os procedimentos adotados para a consecução dos objetivos indicados compreenderam os seguintes passos:

1. levantamento, seleção e consulta à literatura especializada, correlacionando três temas, a saber: a) biblioteca e biblioteca universitária; b) avaliação institucional; c) avaliação em biblioteca universitária: padrões e metodologias;
2. levantamento dos atos legais e normativos do Governo Federal referentes ao objeto de investigação – a biblioteca universitária no contexto da Avaliação das Condições de Oferta dos cursos de graduação – e contatos com setores da SESu para complementar informações constantes da documentação oficial ou inferidas a partir de sua leitura;
3. mapeamento e análise dos atos legais e normativos disponíveis e/ou indicados no *site* do MEC (<[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>), página “Educação Superior” – leis, decretos, portarias, resoluções – bem como dos instrumentos de avaliação elaborados pelas diferentes Comissões de Especialistas de Ensino – padrões, roteiros, manuais;
4. pesquisa de campo complementar à revisão bibliográfica e à análise documental, através de entrevistas .

Com a revisão de literatura (capítulos 2 a 4), foram buscados os elementos teóricos, primeiramente, para demonstrar o papel que a biblioteca desempenhou no desenvolvimento da humanidade, desde o seu surgimento, destacando-se a biblioteca universitária e as questões que a envolvem, sobretudo no Brasil; em segundo lugar, para conhecer e compreender o processo de avaliação institucional, desde as questões conceituais, até as implicações de ordem jurídica, política, acadêmica; e, finalmente, para respaldar a análise dos resultados da pesquisa de campo realizada com os cursos da UFBA. Os referidos cursos, selecionados

segundo a cobertura dada pelo Exame Nacional de Cursos e pela Avaliação das Condições de Oferta, no ano de 1997 até fevereiro de 2000, constituíram como que um laboratório de análise do processo avaliativo do MEC (Apêndice E).

Já a análise dos atos legais e normativos (capítulo 6) visou identificar os objetivos governamentais, a abrangência de sua proposta, os instrumentos e as orientações para avaliação, as condições de realização, bem como as implicações que envolvem o processo, além de buscar a base teórica utilizada pelas Comissões de Especialistas para o estabelecimento dos indicadores relativos à variável biblioteca. Considerando que a simples letra da lei, desde as primeiras leituras, se mostrou não só insuficiente para uma clara compreensão do processo, mas principalmente incompleta, no sentido de não responder a questões de interesse desta pesquisa quanto à base teórica procurada, foram feitas tentativas junto à SESu, para a obtenção de documentos que resgatassem as origens da avaliação e, assim, os fundamentos e as metodologias estabelecidas para a área de biblioteca. Esta busca – que pode ser considerada malograda quando se compara o número de tentativas feitas e o número de respostas obtidas - resultou em contato com dois assessores *ad-hoc* do Ministério, cuja contribuição se deu, num caso, por telefone e, em outro, por *e-mail*. Mesmo assim, não chegou a haver prejuízo nos resultados, pois a análise mais acurada dos instrumentos de avaliação, associada às entrevistas e ao suporte dado pela literatura, foram capazes de conduzir a um ente de razão sobre o *status* da biblioteca universitária e a (in)adequação dos seus indicadores no processo de avaliação do ensino de graduação pelo MEC.

De posse dessa documentação, procederam-se a sua organização e ao mapeamento, visando obter uma melhor visualização da cronologia, das relações entre os diferentes atos (pontos divergentes, convergentes, omissos, obscuros) e de sua abrangência, bem como dos critérios e indicadores que cada Comissão elegeu para compor seus instrumentos de avaliação. Estes instrumentos de avaliação, por seu turno, mostraram-se úteis para demonstrar os critérios empregados pelas diferentes Comissões de Especialistas, na determinação dos indicadores, dos conceitos e pontuações utilizados para aferir o papel da biblioteca no desempenho dos cursos investigados, merecendo comentário o procedimento adotado para estudo e comparação da documentação referente a cada curso, produzida pelas

respectivas Comissões de Avaliação e que deram origem às Figuras 5 e 6 do capítulo 4, Figura 8 do capítulo 6 e aos Apêndices B, F e I.

Ao conjunto dos instrumentos da Avaliação das Condições de Oferta, elaborados pelas Comissões de Especialistas de Ensino, decidiu-se atribuir uma designação unificada e uma classificação por função, conforme segue:

- Instrumentos Orientadores, compreendendo os Manuais e Roteiros para Autorização de novos cursos, para Reconhecimento de cursos existentes e para Avaliação das Condições de Oferta; os Padrões de Qualidade e/ou Indicadores; a Biblioteca ou Bibliografia Básica (Figura 8 – Instrumentos de Avaliação por Curso, capítulo 6));
- Instrumentos Operacionais, englobando o que aqui se convencionou chamar Roteiro Prévio para a verificação *in loco* – ou Modelo de Relatório de IES (designado pelo MEC “Informações e Requisitos para a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de [...]”); o Modelo de Relatório da Comissão de Avaliação, que aqui se convencionou chamar Questionário (designado pelo MEC “Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos da Área de [...] – [ano]”) – contendo as três dimensões a serem avaliadas e os quesitos, conceitos e ponderações a serem aplicados (Anexos A e B);
- Instrumentos Conclusivos – sendo um o Relatório Técnico da Comissão de Avaliação, originado do Questionário; e o Relatório Final, originado do Relatório Técnico, enviado aos Colegiados de Curso pela respectiva Comissão de Especialistas, contendo os conceitos finais e as recomendações.

A Figura a seguir sintetiza as informações sobre os referidos instrumentos.

INSTRUMENTOS		
ORIENTADORES	OPERACIONAIS	CONCLUSIVOS
-Manual e/ou Roteiro p/ Autorização -Manual e/ou Roteiro p/ Reconhecimento -Manuais e/ou Roteiros p/ Avaliação das Condições de Oferta -Padrões e/ou Indicadores -Biblioteca ou Bibliografia Básica	-Roteiro Prévio ou Modelo de Relatório de IES -Questionário ou Modelo de Relatório da Comissão de Avaliação	-Relatório Técnico -Relatório Final

Figura 7 – Classificação dos Instrumentos de Avaliação por Função

### 5.3 A POPULAÇÃO E O MÉTODO

A avaliação em caráter sistemático, levada a efeito pelo MEC em relação aos cursos e às IES, teve início a partir do Decreto 2 026/96 (substituído pelo Decreto 3 860/01), que estabeleceu os procedimentos a serem adotados para aquele fim.

No caso específico do ensino de graduação, sua avaliação pelo MEC ocorre mediante duas modalidades - Exame Nacional de Cursos e Avaliação das Condições de Oferta - que mantêm um vínculo de dependência entre si, na medida que somente os cursos submetidos ao ENC recebem a visita para Avaliação das Condições de Oferta. Por demanda espontânea das próprias instituições, pode também haver avaliação de cursos de graduação, mediante o uso dos mesmos instrumentos, porém de forma desvinculada do MEC, o que significa dizer, na dimensão da auto-avaliação institucional.

Considerando que os cursos de graduação avaliados atingem, em todo Brasil, um total de 811, segundo o *Relatório síntese - 1998*<sup>58</sup> da SESu/MEC, e que no Estado da Bahia, até o ano 2000, das 92 instituições de superior e dos 348 cursos de formação existentes, já tiveram suas condições de oferta avaliadas os de Engenharia (Civil, Elétrica, Mecânica e Química), Matemática, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Administração, Direito, Economia, Jornalismo e Letras ([www.mec.gov.br/Sesu/ofertas.shtm#cursos%20avaliados](http://www.mec.gov.br/Sesu/ofertas.shtm#cursos%20avaliados)), optou-se por um estudo de caso, tendo como campo de investigação a UFBA, pela liderança que exerce, nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, como única instituição federal no Estado.

Os resultados veiculados pelo *site* do MEC, quanto aos cursos-alvo de avaliação das condições de oferta, ofereceram os elementos necessários para a seleção dos doze cursos da UFBA, cujos processos avaliativos estivessem completos, isto é, submetidos ao ENC e visitados pelas respectivas Comissões Verificadoras, entre 1997 e 1999. No primeiro semestre de 2000, esse elenco foi acrescido de mais um curso da área II, resultando num total de treze cursos, a saber:

---

<sup>58</sup> O *Relatório-síntese - 1999* não traz o total de cursos avaliados; informa em dados percentuais que, no período 97/99, os cursos visitados abrangem 26% de alunos matriculados e 35% de concluintes (p. 16).

- Engenharias Civil, Elétrica, Mecânica e Química, além de Matemática (Área I);
- Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia (Área II);
- Administração, Economia, Direito e Jornalismo (Área III);
- Letras (Área IV).

A totalidade desses cursos selecionados para o estudo de caso compuseram um mapa, onde estão apresentados os resultados do Exame Nacional de Cursos por ano e da Avaliação das Condições de Oferta por ano e por dimensão avaliada (Apêndice E).

De início, a população seria formada mediante escolha aleatória de dois cursos por área, à exceção dos cursos de Administração, Direito e daqueles ministrados pela Escola Politécnica, que obedeceriam ao critério de intencionalidade, pelos motivos que seguem: Administração e Direito, por apresentarem situações vigentes praticamente opostas, em termos de condições gerais de funcionamento do ensino e da respectiva biblioteca, *status* retratado nos resultados da Avaliação das Condições de Oferta (Apêndice E) e também amplamente conhecido no âmbito da Universidade; e das Engenharias - Civil, Elétrica, Mecânica e Química – por encontrarem-se fisicamente concentrados numa mesma unidade de ensino, contando com uma biblioteca comum a todos, o que permitiria conhecer a opinião de quatro diferentes Comissões e quatro diferentes Colegiados sobre a mesma biblioteca. No entanto, decidiu-se incluir todos os avaliados no período já indicado (de 1997 a fevereiro de 2000) considerando os três seguintes fatores: a) este estudo de caso tem também um caráter exploratório porquanto foi buscada maior aproximação com o processo avaliativo, até então não pesquisado no País; b) agregar informações sobre diferentes cursos ajudaria a compreender melhor o processo de avaliação; c) a variável biblioteca foi avaliada em cada um deles.

Também inicialmente a quantidade de cursos a ser incluída para compor a população-alvo de pesquisa não resultara de um critério isolado, pois previa o cumprimento de um pré-requisito: o Colegiado já deveria dispor do Relatório Final da SESu, contendo os conceitos e recomendações referentes às três dimensões avaliadas, como resultado do trabalho das Comissões de Visita. Mas a demora daquela Secretaria em enviá-los (como foi o caso dos cursos de Medicina e de Letras), aliada às dificuldades operacionais dos Colegiados em localizar documentos

em seus arquivos, em decorrência da greve deflagrada em maio de 2000 e finalizada em agosto do mesmo ano, obrigaram mudança de procedimento metodológico, deixando a posse do Relatório Final de constituir uma exigência prévia. Acresça-se a isto o fato de que, no decorrer da pesquisa, foi detectado que, mais do que os resultados finais e recomendações das Comissões de Visita, as opiniões dos docentes e bibliotecários da UFBA, envolvidos no processo, ofereceriam os subsídios necessários (a) para se conhecer o processo de avaliação, em conteúdo e forma; (b) para inferir sobre a função da biblioteca universitária, segundo concepção dos docentes, dos bibliotecários e dos membros das Comissões de Visita; (c) para saber qual o entendimento dos Coordenadores de Colegiado sobre o significado dos itens avaliados.

#### 5.4 INSTRUMENTOS, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O levantamento dos dados empíricos teve como instrumento de coleta a entrevista e, como intuito, esclarecer pontos obscuros e/ou omissos contidos nos documentos; além disso, procurou-se conhecer conteúdo e forma da Avaliação das Condições de Oferta, segundo o entendimento dos docentes e a opinião dos bibliotecários, tendo como pano de fundo a função precípua da biblioteca universitária, qual seja, a de prover a comunidade acadêmica de recursos bibliográficos e informacionais para que ela possa cumprir os objetivos da instituição, no campo do ensino e da pesquisa. Convém acrescentar que o provimento desses recursos deve ocorrer mediante a intermediação usuário-informação, levando em conta a organização desses recursos e os mecanismos de acessá-los, usá-los e disseminá-los com eficiência, eficácia e efetividade.

Assim, os depoimentos advieram de duas categorias de informantes: Coordenadores de Colegiado dos cursos avaliados e Chefes (ou substituto) de Biblioteca das unidades, cujos cursos tenham sido avaliados. A escolha do primeiro grupo está associada à participação direta que os Coordenadores tiveram no processo avaliativo, já que a unidade a ser visitada havia participado do ENC e sido notificada pelo MEC, com trinta dias de antecedência, sobre a visita da Comissão de Avaliação, ocasião em que recebera o roteiro das informações a serem coletadas

(Anexo A), visando a facilitar o trabalho da citada Comissão durante a verificação da situação *in loco*. Quanto ao segundo grupo – bibliotecários - sua escolha recaiu no fato de que seus membros, teoricamente, são os responsáveis diretos pela gestão das bibliotecas, o que significa dizer, das unidades de informação que integram uma das três dimensões avaliadas – Instalações – e constituem uma de suas variáveis.

Por oportuno, esclareça-se a não inclusão dos Membros das Comissões de Especialistas como uma das categorias de informantes na pesquisa empírica: a) os objetivos deste estudo estão orientados menos para conhecer a opinião dos membros daquelas Comissões – renováveis periodicamente – do que para a aplicação dos instrumentos avaliativos, de forma a revelar o verdadeiro *status* da biblioteca no curso; b) a opinião e o relato dos docentes e bibliotecários sobre a visita permitiu conhecer tanto suas respectivas visões sobre a biblioteca, quanto a que inferiram ser a dos membros das referidas Comissões (a partir das atitudes demonstradas em comparação às outras dimensões avaliadas e pelo interesse – ou não – demonstrado durante a visita propriamente dita); c) ademais, a concepção das Comissões de Especialistas já se encontra expressa nos instrumentos de avaliação.

As entrevistas foram concebidas e elaboradas de forma estruturada, não tendo sido testadas previamente, considerando-se que dúvidas explicitadas pelos informantes, ou percebidas pelo entrevistador, poderiam ser esclarecidas à medida que surgissem. O modelo destinado aos Coordenadores de Colegiado (Apêndice C) compreendeu treze questões, sendo antecedidas de uma breve contextualização e dos objetivos da pesquisa; as duas primeiras tiveram um caráter meramente aproximativo, conforme registrado no item 6.3, uma vez que suas respostas poderiam ser obtidas através de consulta à SESu. As quatro perguntas seguintes objetivaram conhecer:

- a) o envolvimento dos Coordenadores de Colegiado de curso com os membros das Comissões do MEC;
- b) a forma de atuar dessas Comissões em relação à biblioteca, quanto a interesses demonstrados e omissões ocorridas;
- c) o entendimento dos Coordenadores de Colegiado sobre os treze itens avaliados.

Os referidos itens, por sua vez, foram extraídos do Roteiro Prévio (Anexo A), exceto um (qualidade da catalogação), constante de outros instrumentos de algumas

Comissões, conforme mostra a Figura 8 (capítulo 6). As sete últimas questões visaram conhecer a opinião dos Coordenadores sobre a função e a importância da biblioteca no curso e sobre como ela é avaliada pelo MEC.

No caso dos bibliotecários, a entrevista contou com nove itens (Apêndice D), sendo também antecedida de esclarecimentos sobre o contexto e objetivos da pesquisa. A primeira questão pretendeu averiguar o conhecimento desses técnicos a respeito dos instrumentos de avaliação disponibilizados no *site* do MEC. Com as cinco questões seguintes, buscou-se obter sua opinião sobre o entendimento e interesses demonstrados pelos membros das Comissões a respeito dos treze itens avaliados. Embora este conjunto de perguntas não tivesse a finalidade de levantar a opinião dos bibliotecários, foi possível inferi-la pois que, em sua maioria, eles não se limitaram a responder o que propunha a pergunta, emitindo seu parecer a respeito dos assuntos tratados. As três últimas, como ocorreu em relação aos docentes, tiveram a intenção de obter a visão do bibliotecário a respeito da função e da importância da biblioteca no curso.

Acreditando-se que os dois grupos de informantes, quantitativa e qualitativamente, representam uma amostra expressiva dos segmentos da UFBA constituídos de docentes e bibliotecários, e visando evitar qualquer tipo de constrangimento funcional, foram omitidos seus respectivos nomes pessoais, decisão comunicada previamente a cada qual. Quanto à identificação das unidades de ensino, também foi omitida, a exceção de casos esporádicos, onde identificá-las não acarretaria nenhum problema de ordem ética ou funcional.

As informações coletadas através das entrevistas, das gravações de voz e das anotações complementares do entrevistador foram organizadas e mapeadas visando, primeiramente, à elaboração de quadros-síntese, consubstanciados nos Apêndices G e H, e, em segundo lugar, à análise, que as transformaram nos resultados desta pesquisa, consubstanciados no capítulo 6.

O tempo médio dedicado às entrevistas com os Coordenadores de Curso foi de 45 minutos e com os bibliotecários, de 30 minutos, sendo que em alguns casos foi retomado o contato para esclarecer pontos mal anotados pelo entrevistador ou cuja explanação no gravador não estivesse suficientemente clara para o fim aqui proposto. Terminada a aplicação, as repostas foram categorizadas, tabuladas e

analisadas (Apêndices G e H), constituindo o capítulo 6 da dissertação. Sua finalidade inicial foi obter dos informantes as impressões e a visão sobre o conteúdo do Roteiro e o processo de visita, no sentido de saber se foram suficientes e adequadas para retratar a situação da biblioteca dentro do curso.

No que tange ainda à realização das entrevistas, devem ser registradas as inúmeras alterações no respectivo calendário e, conseqüentemente, o atraso na coleta, tratamento e análise dos dados, em decorrência da greve anteriormente citada. Deste modo pode-se afirmar que, no elenco das dificuldades encontradas, todas disseram respeito a problemas operacionais, devidamente sanados; quanto aos elementos facilitadores, credite-se o mérito aos dois grupos de informantes, que se mostraram altamente colaboradores e interessados em opinar, a exceção de um dos Coordenadores de Colegiado que, por seis meses, adiou as datas marcadas para entrevista, até o ponto de ser excluído da população. Esta é a razão pela qual as entrevistas aplicadas a 13 Coordenadores de cursos contam com doze respostas para cada questão, pelo lado dos docentes; quanto aos bibliotecários, em número de dez, o quantitativo é explicável em relação ao número de cursos: os diferentes cursos de Engenharia contam com uma única biblioteca, conforme antes registrado.

A aplicação das entrevistas foi antecedida pelo levantamento dos nomes dos docentes, na função de Coordenadores de Colegiado, e dos bibliotecários, na função de Chefes de Biblioteca dos cursos selecionados, visando o envio de correspondência. Assim, o primeiro contato ocorreu através de carta impressa, onde foram explicitados os objetivos da pesquisa, sendo os seguintes feitos por *e-mail* e telefone, tanto para alterar o agendamento dos encontros, quanto para complementar alguma informação necessária à análise dos resultados.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de maio e setembro de 2000 – portanto, cinco meses – embora até novembro o mapa totalizador das respostas permanecesse em aberto, pelo motivo acima registrado dos inúmeros adiamentos da entrevista solicitados por um dos Coordenadores de Colegiado. Este fato levou à exclusão do referido Coordenador como informante, tendo sido registradas, no entanto, as informações fornecidas pelo bibliotecário da respectiva unidade.

Por fim, merece registro o fato de que o diálogo estabelecido com os informantes, na maioria das vezes, extrapolou o roteiro previamente definido,

resultando em informações adicionais que enriquecerem em muito a análise dos resultados, tratados no capítulo que segue.

[...] parece que ela [a biblioteca universitária] não foi criada para servir de base ao aperfeiçoamento do sistema educacional mas, ao contrário, apenas para o cumprimento, em condições mínimas e sem efetiva continuidade, das exigências impostas pela legislação que regulamenta o funcionamento dos cursos acadêmicos.

*Antonio Miranda*

## 6. AVALIAÇÃO DA BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA: DISCURSO E PRÁTICA

Este capítulo comenta os atos legais e normativos do Governo Federal, exarados visando à Avaliação das Condições de Oferta dos cursos de graduação; descreve e caracteriza os instrumentos avaliativos adotados pelo MEC, expondo as limitações reveladas quando de sua aplicação. A partir da literatura especializada e à luz dos dois objetivos estabelecidos para este estudo, analisa os dados e informações levantados na pesquisa de campo, trazendo conclusões preliminares que apontam para duas direções: a) a pouca consistência dos critérios de avaliação das bibliotecas para a avaliação do desempenho dos cursos; b) a inadequação dos instrumentos de medida adotados pelo MEC, mais pela falta de uma metodologia própria e de uma base teórica, do que pelas fragilidades estruturais e conjunturais que as bibliotecas da UFBA apresentam e enfrentam.

### 6.1 ATOS LEGAIS E NORMATIVOS: DESCRIÇÃO E COMENTÁRIOS À ABRANGÊNCIA PROPOSTA

O Sistema de Avaliação da Graduação, segundo o *Relatório-síntese 1999*, conta hoje com seus “processos e procedimentos regularmente implementados” (BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria da Educação Superior, 1999, p. 16) e engloba o Exame Nacional de Cursos, seguido da Avaliação das Condições de Oferta. Além dessas duas modalidades, há avaliações “continuamente realizadas”, quais sejam, as de Autorização e de Reconhecimento de cursos e as de Credenciamento e Recredenciamento de IES. Todas elas foram alicerçadas na Lei

9 131/95, no Decreto 2 026/96, na Lei 9 394/96 (LDB) e no Decreto 2 306/97, cujos conteúdos, resumidamente, dizem respeito a:

- reformulação do CNE, redefinição dos critérios para criação de novas instituições, os quais passam a incorporar a avaliação do desempenho dos cursos e da própria IES, e a inclusão da obrigatoriedade do credenciamento periódico das instituições, donde surgem tanto o ENC quanto a Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação (Lei 9 131/95);
- estabelecimento do processo de avaliação dos cursos e das instituições (Decreto 2 026/96);
- diversificação e expansão do sistema de ensino superior pela criação de novas figuras jurídicas, como centros universitários e faculdades integradas, a possibilidade de criação de cursos seqüenciais e a definição de diretrizes para os currículos de graduação (Lei 9 394/96);
- regulamentação, entre outros, de artigos da Lei 9 394, com destaque para os referentes à obrigatoriedade de avaliação periódica para habilitações, cursos e IES, visando, segundo o caso, autorização, reconhecimento, credenciamento e credenciamento (Decreto 2 306/97).

Cumprindo acrescentar que, concluída esta pesquisa, os Decretos 2 026/96 e 2 306/97, acima referidos, foram substituídos pelo Decreto 3 860, de 9 de julho de 2001, sendo que, mais do que alterações, este novo ato consolidou os artigos dos dois anteriores. A mudança substancial refere-se à reestruturação em capítulos e ao maior detalhamento da organização e da execução da avaliação, que saem da SESu e passam à responsabilidade do INEP, através da sua Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES)<sup>59</sup>. Outro fato que merece relevo foi a iniciativa da CBBU, no segundo semestre de 2001, nas pessoas de Norma Helena P. de Almeida e Moema Pontes Malheiros, de colocar em discussão o documento intitulado *Padronização dos Instrumentos para avaliação das condições de ensino: versão preliminar* (BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. DAES, 2001). Visando a sua apreciação e a obtenção de sugestões, o referido documento foi repassado a quatro bibliotecárias, chegando também à autora deste trabalho. Cumprindo registrar, no entanto, que nos chamados *Itens de avaliação* (4.4, f. 19 do

citado documento) a descrição da variável Biblioteca é a mesma dos instrumentos analisados nesta pesquisa. Já no item *Dimensão: Instalações*, verifica-se uma melhor descrição dos elementos a serem avaliados para a categoria *Biblioteca* (f. 25-26 do referido documento), porém com as mesmas características observadas nos instrumentos analisados neste estudo, isto é, pouca abrangência e ausência de correlação entre si. Vale ressaltar, ainda, que o referido documento passou a circular após o encerramento desta pesquisa e não lhe acrescenta nenhuma contribuição substantiva.

Retomando o primeiro parágrafo deste subitem 6.1, registre-se que aquele elenco de iniciativas, segundo o Ministério, baseia-se no princípio de “apostar seriamente na avaliação como garantia de uma expansão com elevado padrão de qualidade” (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior, 2000, p. 8). A implementação desse processo implicou a produção de instrumentos próprios, elaborados por Comissões de Especialistas de Ensino por área (CEE) e a serem aplicados por Comissões de Avaliação *in loco*, também designadas de Visita, de Verificação ou Verificadoras. As Comissões de Especialistas tiveram sua constituição e suas atribuições estabelecidas pela Portaria MEC 879/97 e as Comissões de Avaliação, pela Portaria SESu 2 297/99. Convém lembrar que, anteriormente à publicação da Portaria MEC 879/97, outros atos normativos já faziam referência às Comissões de Especialistas: as Portarias MEC 180/96, 640, 641 e 877/97. Assim, o que se pode observar é que no espaço de quatro anos – entre 1996 e 1999 - seis atos normativos foram publicados visando a constituição das comissões de avaliação e a definição de diretrizes e procedimentos de avaliação; e mais, embora a constituição das Comissões de Especialistas tenha sido formalizada pela Portaria 879/97, somente em 1999, a partir da Portaria 2 297<sup>60</sup>, é que foi explicitado o objetivo de ajustar diretrizes e procedimentos, conforme pode ser comprovado através da seguinte justificativa que encabeça a referida Portaria: “[...] considerando ainda a necessidade de estabelecer diretrizes gerais para a orientação de procedimentos de verificação e constituição de comissões de especialistas de ensino [...]”.

---

<sup>59</sup> O Diretor da DAES, em janeiro de 2002, solicitou acesso ao presente estudo.

<sup>60</sup> Revogada pela Portaria 1 647/00.

Os poucos anos de experiência com a implementação de processos avaliativos regulares por parte do MEC junto às IES, tal como se apresentam atualmente e na modalidade Avaliação das Condições de Oferta, por um lado podem ser caracterizados como prolíficos em termos de produção de atos legais e normativos, instrumentos, estudos e impactos na sociedade. Por outro, têm trazido algumas dificuldades, tanto para as instituições e cursos, como para as próprias Comissões de Especialistas e de Avaliação. Veja-se a respeito o Parecer do Conselho Nacional de Educação CES 1 070, aprovado em 23 de novembro de 1999, ao expressar sua

preocupação em relação aos critérios que vem sendo utilizados pelas Comissões de Especialistas e de Verificação por ocasião da análise dos processos de autorização e de reconhecimento de cursos

e que são os mesmos aplicados na Avaliação das Condições de Oferta. Alegam os relatores que aqueles critérios “são extremamente heterogêneos [...] embora alguma heterogeneidade [...] seja natural, considerando a diversidade e as especificidades das diferentes áreas do conhecimento”. No entanto, a Câmara de Educação Superior (CES) “julga que deve haver alguma uniformidade e concordância em termos de exigências básicas comuns às diferentes comissões.”

A Figura 8 ilustra o que foi dito acima, através da visualização que oferece dos instrumentos de avaliação disponíveis por curso, isto é, segundo critérios das respectivas Comissões de Especialistas.

CURSOS	ENG	MAT	MED	MEV	ODO	ADM	DIR	ECO	JOR	LET
	INSTRUMENTOS									
Padrões	X	X	X	-	-	X	X	X	X	-
Padrões + lista de periódicos + Roteiro de Autorização	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-
Biblioteca Básica	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-
Cadastro de Consultores	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
Manual e/ou Roteiro/Formulário p/ Autorização de Habilitações e/ou Cursos	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X
Manual e/ou Roteiro/Formulários p/ Reconhecimento de Curso	X	X	-	X	-	X	-	-	-	X
Apresentação de Pedido de Reconhecimento (modelo único p/ todos os cursos)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Roteiro Prévio (modelo de relatório de IES/ACO, único p/ todos os cursos) (Anexo A)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Questionário (modelo de questionário de Comissão de Avaliação/ACO, variável de um curso p/ outro) (Anexo B)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Figura 8 – Instrumentos de Avaliação por Curso

Legenda: X = indica existência de instrumento; - = indica inexistência de instrumento. Fonte: [www.mec.gov.br/sesu/cursos/default.shtm](http://www.mec.gov.br/sesu/cursos/default.shtm); [www.mec.gov.br/sesu/avaliacao/instrumental.shtm](http://www.mec.gov.br/sesu/avaliacao/instrumental.shtm); [www.mec.gov.br/sesu/reconhe.shtm#solicitacao](http://www.mec.gov.br/sesu/reconhe.shtm#solicitacao)

O que se pretende com as informações e comentários anteriores é demonstrar que, embora os atos legais e normativos do Governo expressem uma intenção de largo alcance – avaliar sistematicamente o sistema de ensino superior, de modo a assegurar sua qualidade e eficácia – na prática ainda apresentam limitações na sua implementação, especificamente para a biblioteca universitária, com referência aos seguintes aspectos:

- a) falta de uniformidade em termos de exigências básicas e comuns às diversas áreas, conforme argumenta o Parecer 1 070/99 citado;
- b) carência de definições sobre a abrangência dos indicadores empregados para avaliar a variável biblioteca;
- c) inexistência de indicadores de desempenho e de padrões que permitam respostas reveladoras do verdadeiro *status quo* da biblioteca para o desempenho do curso.

A literatura especializada e a prática têm demonstrado que a maior precisão de um processo avaliativo depende, entre outros elementos, dos que seguem:

- comparação com congêneres
- aplicação de padrões
- análise relacional entre os indicadores

Sobre o elemento comparação, Vergueiro e Belluzzo propõem em seu projeto sobre qualidade para bibliotecas universitárias a “identificação de indicadores de desempenho avaliados pelos usuários em seu grau de importância”, com base nos princípios de Brophy e Caulling e de Crawford, visando comparar o serviço desejado e o serviço encontrado nas bibliotecas (RAMOS; BERTHOLINO; BELLUZZO, 1998, f. 3). A proposta de Vergueiro e Belluzzo encontra respaldo também na literatura nacional, através de Romcy de Carvalho, em cuja obra pioneira sobre o assunto afirma que “como critério para avaliação, os padrões servem como base para a análise e comparação de um caso (biblioteca) em particular com outros da mesma natureza e considerados como executores de serviços de alta qualidade” (CARVALHO, 1981, p. 18). A ALA, ao publicar seus *Standards for college libraries*, é enfática na recomendação de “comparação com bibliotecas semelhantes”, objetivamente selecionadas mediante a coincidência de afinidades em pontos como missão, reputação, receita e despesa, tamanho da coleção, só para citar alguns.

Sobre o elemento padrões de avaliação, em 1991, Chastinet alerta que seu uso conduz à “melhoria da qualidade e da produtividade” de serviços e produtos oferecidos. Já Watkins, segundo Carvalho, ampliando a questão afirma que “quanto maior o suporte governamental dado no campo da educação, maior a necessidade de padrões”, idéia esta completada por Tuttle e Gopinath, também citados por Carvalho, que indicam dez aplicações [de padrões] como requisito do planejamento e, conseqüentemente, da avaliação:

- 1) fornecem uma base objetiva para o processo decisório;
- 2) auxiliam a distribuição equitativa de trabalho quando da delegação de responsabilidade;
- 3) fornecem um teste objetivo para a medição de efetividade de diferentes métodos de trabalho ou da solução de um problema;
- 4) fornecem uma diretriz básica para o planejamento de recursos humanos;
- 5) fornecem uma unidade de medida para a análise tempo/custo;
- 6) fornecem meios para a simplificação de trabalho e conseqüente aumento de produtividade;
- 7) promovem comunicação de idéias de modo rápido e preciso entre bibliotecários e planejadores;
- 8) fornecem base para o balanceamento de atividades relacionadas, por exemplo, aquisição e catalogação;
- 9) auxiliam a previsão de futuras necessidades orçamentárias;
- 10) oferecem base para a determinação de custo do projeto a ser proposto” (Tuttle; Gopinath citados por CARVALHO, 1981, p. 18).

Ainda sobre padrões para biblioteca, Watkins, citado por Krzyzanowski (1993, f. 1-2), já em 1972 alertava para a necessidade de estabelecê-los, considerando a) que os programas acadêmicos não raro fazem pouca ou nenhuma referência ao material bibliográfico, b) que a manutenção das bibliotecas universitárias é onerosa para as instituições e, comparativamente a outros itens, nem sempre constituem prioridade, e c) que há um desconhecimento sobre a natureza do trabalho bibliográfico, fator que leva os administradores a considerarem-no de somenos importância.

Já o terceiro elemento indicado como necessário para conferir maior precisão ao processo avaliativo - análise relacional de indicadores – objetiva a obtenção de uma visão sistêmica da biblioteca, uma vez que os indicadores vistos de per si, isto é, dissociados uns dos outros, não oferecem condições globais de análise e

diagnóstico, defendidas por Lancaster, podendo ademais interferir de forma distorcida na visão de conjunto do objeto avaliado, no caso, a biblioteca.

A título de ilustração das dificuldades de implementação da Avaliação das Condições de Oferta, em função das limitações dos instrumentos disponíveis, pode-se recorrer ao indicador *Infra-estrutura de apoio aos usuários*<sup>61</sup> e à abrangência que sua descrição pretende:

considerar satisfatório se o espaço físico está compatível com o número de usuários; se há disponibilidade de salas para estudo individual e em grupo e se existem funcionários qualificados para o atendimento ao usuário.”

Aprioristicamente, percebe-se que o campo de análise fica à mercê da subjetividade do avaliador, uma vez que ele não dispõe de parâmetros objetivos para proceder a essa avaliação. A rigor, avaliar o item “espaço físico” requereria que fossem mensuradas algumas relações, como por exemplo alunos/assento (capacidade de ocupação simultânea) e m<sup>2</sup>/aluno, com o propósito de verificar a adequação da área a padrões regularmente aceitos. Tal procedimento poderia impor a necessidade de se adaptar padrões internacionais ao caso brasileiro – uma vez que não existem padrões nacionais para este tipo de cálculo – além de implicar a combinação de elementos, como peculiaridades do curso, métodos de ensino, área disponível, horário de funcionamento da biblioteca, número de alunos matriculados, regime de empréstimo e consulta. Assim procedendo, certamente a análise relacional desse conjunto de elementos responderia melhor sobre a compatibilidade do espaço físico em relação ao número de usuários, do que o preenchimento dos campos “satisfatório” ou “insatisfatório”, segundo a observação do avaliador.

Da mesma forma, para o caso de “salas para estudo individual e em grupo”, os elementos a serem considerados deveriam ser os mesmos aplicados para o item anterior - peculiaridades do curso, área existente disponível, horário de funcionamento da biblioteca e regime de empréstimo e consulta - acrescidos do volume de pesquisadores, dos métodos de ensino adotados, entre outros. O mesmo procedimento deveria também ser adotado para o item “funcionários qualificados para o atendimento ao usuário”: além do número de alunos matriculados, média de

frequência diária, dados como a escolaridade e a capacitação específica do pessoal, o dimensionamento da equipe, a gama de serviços oferecidos, seriam elementos a serem descritos quanto à sua abrangência e a serem relacionados entre si para se obter uma resposta mais próxima da realidade.

## 6.2 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA: CARACTERÍSTICAS DOS INSTRUMENTOS

A Avaliação das Condições de Oferta, segundo a legislação pertinente, tem como propósito avaliar *in loco* os cursos de graduação submetidos ao Exame Nacional de Cursos, a partir das dimensões Qualificação do Corpo Docente (QCD), Organização Didático-Pedagógica (ODP) e Instalações (I), que abrangem tanto a área física em geral, quanto as consideradas especiais, como laboratórios, equipamentos e bibliotecas.

Após os resultados do Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado periodicamente segundo calendário proposto pelo MEC, a ACO foi implementada sob a coordenação da SESu até a publicação do Decreto 3 860/01, utilizando-se de “procedimentos e critérios abrangentes com relação aos diversos fatores que determinam a qualidade e a eficiência das atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior, 199-). Esses procedimentos e critérios estão traduzidos em instrumentos, elaborados pelas Comissões de Especialistas por área e aplicados pelas Comissões de Avaliação *in loco*, segundo determinações previstas em atos normativos do Ministério, pautados, por sua vez, em atos legais, todos citados no início deste capítulo.

Cabe ressaltar que os cursos submetidos ao Exame Nacional de Cursos e, conseqüentemente, à Avaliação das Condições de Oferta, são de livre escolha do Ministro, segundo estabelece a Lei 9 131/95, art. 3<sup>o</sup>, parágrafo 7<sup>o</sup> e, segundo o MEC, embora sejam avaliados por “uma metodologia comum a todas as áreas”, os instrumentos e procedimentos avaliativos se adaptam às particularidades das diferentes áreas e cursos .

---

<sup>61</sup> Extraído do instrumento “Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos da Área de Matemática – 1999”, item c do quadro Biblioteca (p. 15) (<[www.mec.gov.br/sesu.ofertas.shtm](http://www.mec.gov.br/sesu.ofertas.shtm)>), aqui designado Questionário ou Modelo de Relatório da Comissão de Avaliação (Anexo B).

No caso da Universidade Federal da Bahia, o processo de Avaliação das Condições de Oferta dos cursos de graduação - objeto de interesse do presente estudo – foi implementado mediante o envolvimento direto dos Coordenadores de Colegiado dos Cursos selecionados para a visita da SESu/MEC, a partir do resultado do Provão, a saber: da área I, Engenharias Civil, Elétrica, Mecânica e Química, e Matemática; da área II, Medicina, Medicina Veterinária e Odontologia; da área III, Administração, Direito, Economia e Jornalismo; da área IV, Letras (Apêndice E).

A título de preparação dessa verificação *in loco*, os Coordenadores de Curso podem ter acesso ao instrumental de avaliação elaborado pelo MEC de dois modos:

- a) pelo Roteiro Prévio (ou Modelo de Relatório de IES), que é enviado pela SESu, ou capturado na página “Educação Superior no *“site do MEC*, e a partir do qual são coletados e preparados os dados e informações para a futura visita da Comissão de Avaliação (Anexo A);
- b) por outros instrumentos – também encontráveis nas páginas do *site do MEC* por tema e órgão responsável - úteis não só para questões episódicas, como a citada visita, e para outras modalidades de avaliação, mas para questões processuais, permanentes, como o planejamento dos cursos e das bibliotecas (mais detalhes na Figura 8 – Instrumentos de Avaliação por Curso).

Entretanto, conforme sugere a Figura 8, tudo leva a crer que as diferentes interpretações sobre o processo avaliativo por parte dos informantes não se limitam ao fato de que as Comissões não dispõem dos mesmos instrumentos necessários ao Sistema de Avaliação da Graduação. As referidas interpretações também não estão associadas à falta de uniformidade que os instrumentos guardam entre si (Parecer CNE/CES 1070/99), nem tampouco à falta de definição da sua abrangência e de indicadores de desempenho, como dito no item 6.1 (f. 172, alíneas *a, b e c*). As diferentes interpretações relacionam-se, sim, ao desconhecimento da própria existência e/ou aplicabilidade desses instrumentos para o planejamento da gestão das bibliotecas, por parte dos dirigentes universitários.

O estágio de defasagem em que a maioria dessas unidades de informação da UFBA se encontra (quanto a acervo, serviços, instalações, equipamentos eletrônicos), conforme poderá ser depreendido dos depoimentos dos informantes (item 6.3), sugere que aqueles instrumentos ou são desconhecidos ou nunca foram empregados para a implementação de processos administrativos e técnicos das

bibliotecas. Há que se considerar, a bem da verdade, que os referidos instrumentos não são completos – como vem se tentando demonstrar - no sentido de retratar as condições de funcionamento e dos serviços e produtos oferecidos, mas certamente fornecem subsídios para planejar e gerir as bibliotecas universitárias, tanto do ponto de vista institucional, quanto da unidade de ensino.

Essa defasagem – observada e sentida na prática - poderá ser comprovada a partir das respostas muitas vezes vagas ou incompletas dos Coordenadores de Colegiado e dos bibliotecários, apesar dos conceitos relativamente altos que a maioria das bibliotecas obteve na dimensão “Instalações”, no processo de Avaliação das Condições de Oferta (Apêndice E – Conceitos Atribuídos aos Cursos de Graduação da UFBA [...]). Isto parece ratificar a impressão de que o resultado da Avaliação é incongruente com as demandas e exigências de alguns grupos – normalmente ligados à pesquisa - e à realidade conhecida e vivida pela comunidade da UFBA. Dos treze cursos avaliados, apenas três obtiveram conceito CI (Condições Insuficientes) na dimensão Instalações – Engenharia Mecânica, Direito e Jornalismo. No primeiro curso citado, certamente a média do conceito foi obtida mediante baixa pontuação atribuída a laboratórios e equipamentos, pois a biblioteca que lhe dá suporte é a mesma para todas as Engenharias, e nos outros três cursos - Civil, Elétrica e Química – o conceito das Instalações foi CB (Condições Boas). Já quanto às bibliotecas de Direito e Jornalismo, o conceito não surpreendeu (a precariedade de ambas as instalações e das condições de funcionamento era sobejamente conhecida) e redundou nas seguintes providências: o curso de Direito acaba de inaugurar sua biblioteca em novo espaço e com melhores condições de atendimento, e o de Jornalismo teve seu acervo incorporado ao da Biblioteca Central, ganhando em adequação e dimensão de espaço, em serviços e na expansão temática e quantitativa de sua coleção.

No que se refere aos instrumentos propriamente ditos, cumpre destacar que as diferentes modalidades de avaliação – Avaliação das Condições de Oferta, Reconhecimento e Credenciamento – não dispõem de instrumentos próprios para implementar seus respectivos processos avaliativos, utilizando-se do instrumental da modalidade Autorização. Essa situação, no caso específico da ACO e segundo um dos assessores *ad-hoc* do MEC, foi confirmada: as Comissões aplicam aqueles instrumentos [de Autorização] e os adaptam segundo as necessidades indicadas

pela prática. Isto significa que as Comissões de Especialistas recorrem aos instrumentos de Autorização para implementar a Avaliação das Condições de Oferta, donde se conclui que o instrumental de Autorização pode ser considerado básico, pois serve também às modalidades Reconhecimento e Credenciamento.

Reiterando a afirmação anterior, um segundo assessor informa que “a base teórica que originou esses questionários [instrumentos] realmente foram os padrões de qualidade dos cursos para fins de Autorização e Reconhecimento, adaptados para os objetivos da Avaliação das Condições de Oferta” (XIMENES, 2000).

As afirmações dos dois assessores, em suma, são convergentes, e *a priori* suscitam uma questão: - houve uma base teórica para estabelecer aqueles “padrões de qualidade” referentes a Autorização e Reconhecimento? Tudo leva a crer que a resposta seja negativa e possa confirmar o pressuposto desta pesquisa de que não há uma metodologia própria e específica para a variável biblioteca, onde cada indicador a ser avaliado esteja devidamente descrito. Esta suposição foi levantada – em universo similar, porém mais reduzido - por Maria Matilde Kronka Dias em 1994, que alia a “falta de sustentações teóricas próprias para a área biblioteconômica” ao fato de ainda não haver conhecimento consistente sobre avaliação como “um poderoso instrumento administrativo decisório” (DIAS, M.M.K., 1994, f. 4). Vergueiro e Carvalho (2001, p. 28), conforme abordado anteriormente, de certa forma reiteram a existência dessa fragilidade, quando apresentam como premissa de seu estudo o fato de que “no campo da biblioteconomia, não existe uma base teórica sólida para a compreensão e uso do conceito de qualidade no gerenciamento de serviços de informação”.

Por outro lado, a experiência do MEC com a análise de situações referentes a Autorização e a Reconhecimento de cursos remete a um período (1970-1985) em que não há registro, dentre os atos legais e normativos, de nenhuma inovação no sistema de avaliação do ensino superior. Este fato pode levar a supor que estavam em plena vigência as Resoluções de números 16 a 19/77<sup>62</sup>, do então Conselho Federal da Educação, cujos textos citam vagamente a biblioteca, com exceção da de número 18, mais detalhada, mas nem por isto sugerindo a existência de uma base

---

<sup>62</sup> Originadas do Parecer CFE 3 292/77, centrado em dois pontos principais: a) o ordenamento da expansão do ensino com base em necessidades sociais; b) a previsão e provisão das condições de eficiência interna e externa do sistema.

teórica. Deste modo, pode-se afirmar que a atualização e adequação desses instrumentos avaliativos ocorreram pela experiência acumulada.

Entretanto, no que se refere à biblioteca, parece que não se confirma o mesmo procedimento, pois além de os referidos instrumentos não incluírem padrões específicos – isto é, medidas de avaliação ou parâmetros – os indicadores utilizados para sua avaliação se mostram inadequados, insuficientes e passíveis de interpretação subjetiva. Essa atuação do Ministério em relação ao processo de avaliação da biblioteca universitária pode muito bem remeter a hipóteses formuladas por diversos autores nacionais e estrangeiros - dentre os primeiros Briquet de Lemos e Etelvina Lima - aqui representados pelo pensamento de Antonio Miranda:

parece que ela não foi criada para servir de base ao aperfeiçoamento do sistema educacional mas, ao contrário, apenas para o cumprimento, em condições mínimas e sem efetiva continuidade, das exigências impostas pela legislação que regulamenta o funcionamento de cursos acadêmicos (CARVALHO, 1981, p. 11).

Por outro lado, mesmo a ausência de uma base teórica ou metodologia específica sendo aqui apontada como um fator prejudicial à avaliação da biblioteca universitária, há que ser lembrados autores já citados como Tuttle, Gopinath e Watkins que, embora preconizem o uso de padrões e metodologias para realizá-la, reconhecem que a maioria deles resulta de consenso de opiniões e de observação de bons exemplos de desempenho (citado por CARVALHO, 1981, p. 25). E mais do que isto, atentando-se para o fato de que os padrões devem balizar ações nacionais, torna-se recomendável que sua elaboração seja o mais abrangente possível, facilitando a adaptação e a aplicabilidade, considerando não só as peculiaridades regionais, como também as encontradas em determinadas instituições ou grupo de instituições similares. Esta reflexão encontra respaldo no pensamento de Whitters (citado por KRZYZANOWSKI, 1993), como será visto a seguir. A própria ALA em seus *Standards for college libraries* (2000), conforme mencionado no item 4.2, oferece não uma metodologia mas um conjunto de princípios, desenvolvido a partir de três elementos:

- a) a matéria-prima da biblioteca (*inputs*), isto é, seus recursos financeiros, espaço, coleção, equipamentos, equipe;

- b) os produtos que quantificam o trabalho executado nas bibliotecas (*outputs*), isto é, número de livros em circulação, questões de referência respondidas e não respondidas etc;
- c) os resultados ou impactos ou ainda as medidas qualitativas (*outcomes*), que mostram a mudança sofrida pelos usuários em decorrência do seu contato com recursos e serviços da biblioteca.

Fica claro que se trata de medidas quantitativas e qualitativas, mas o que se pretende evidenciar é que, apesar do título, da qualidade e relevância do trabalho, aquele documento não oferece um elenco de padrões (medidas) a serem aplicados e sim indicadores de desempenho (objetos de avaliação) a serem considerados para a elaboração de padrões. Isto porque – em consonância parcial com o pensamento de Withers - embora as normas e orientações gerais sejam comuns a qualquer tipo de biblioteca, é plausível e desejável que as bases quantitativas tenham um caráter local, tendo em vista as diferentes realidades de cada região ou país (e não só quando se trata de um país de terceiro mundo, como propôs o autor, mas porque as diferenças de uma universidade para outra não se limitam apenas aos aspectos orçamentário-financeiros, mas a questões estruturais, conjunturais e culturais) (WHITERS citado por KRZYZANOWSKI, 1993).

Outros dois aspectos que ainda merecem relevo na proposição da ALA referem-se à prática da comparação com congêneres bem sucedidas e à participação de todas as categorias de usuários no processo avaliativo. Então, o que se percebe no documento da ALA é que ele não traz padrões quantitativos por indicador: ele aponta os indicadores (o que avaliar) que devem ser levantados e comparados com instituições congêneres. Essa recomendação parece mostrar, portanto, que seja este o caminho para se chegar a padrões (como avaliar) quantitativos locais, ideais ou pelo menos possíveis ou adequados dentro de cada realidade.

No Brasil, a biblioteca universitária dispôs de instrumentos com menor nível de abrangência e detalhamento: a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, fundada nos princípios da não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão (MENEZES, 1979, p. 149); a Lei 5 540/68, que estabelece a organização e o funcionamento do ensino superior, e suas respectivas regulamentações e alterações; e ainda as Resoluções do CFE de

números 16 a 19 (já citadas). Estas se constituíam nos instrumentos orientadores nos processos de Autorização e de Reconhecimento de cursos, no entanto, registre-se que só a de número 18 trazia em seu artigo 9º detalhamento sobre a biblioteca como “requisito essencial para a autorização do curso”. Úteis como baliza e meritorias por quebrar um silêncio de 76 anos, na prática essas Resoluções não conseguiram que as bibliotecas universitárias brasileiras primassem pela qualidade e adequação ao seu papel. Denuncia Maria Carmen Romcy de Carvalho que, no País, as bibliotecas universitárias - dos primórdios aos 80, pelo menos - “se constituíram [...] de iniciativas particulares isoladas o que propiciou uma verdadeira proliferação de bibliotecas setoriais, pequenas, que mantinham seus acervos fechados, inertes, organizadas de forma artesanal e intuitiva” (CARVALHO, 1981, p. 17).

A Resolução CFE nº 1/93 - oriunda do Parecer 518, aprovado em 9 de novembro de 1992, referente à autorização para funcionamento de IES isoladas e criação de novos cursos, embora não traga novidades quanto ao item biblioteca, inclui inovação que merece destaque: o parágrafo 3º do seu artigo 20 estabelece que a Comissão Verificadora poderá solicitar à SESu/MEC “o auxílio de especialistas, para análise das instalações físicas da biblioteca [...]”. Esta inovação, apesar de restrita a “instalações físicas”, opõe-se ao que reza a Resolução CFE 16/77, quanto à verificação das instalações: “será sempre levada a efeito por professores da mesma área de ensino”. Mesmo contando com a prerrogativa aberta pela Resolução 1/93, nenhuma das Comissões de Visita incluiu um bibliotecário em sua equipe, sendo todos seus membros titulados na área específica do curso visitado. Este fato pode levar à suposição de que se a avaliação da variável biblioteca contasse com a presença de um profissional bibliotecário, além de um elenco de padrões de qualidade e indicadores de desempenho específicos, certamente ofereceria maior visibilidade de sua função e de sua contribuição para o desempenho do curso.

O ato de 1901 (PESSOA, 1957), em sua riqueza de detalhes, bem como os subseqüentes que tratam a biblioteca como requisito para Autorização e para Reconhecimento de cursos de graduação, encontram-se sinteticamente apresentados no Apêndice F. Nele é possível observar como têm sido tratados a biblioteca e os elementos que a compõem: proposições vagas, sem descrição de abrangência, sem padrões de qualidade, sem indicadores de desempenho, dando margem a interpretações diversas – e a interpretação alguma – como ocorreu no

passado e como ocorre ainda hoje com os instrumentos elaborados pelas diferentes Comissões de Especialistas do MEC.

Para efeito deste estudo, a documentação analisada sobre cada curso, conforme consta da Figura 7 (capítulo 5), foi agrupada e classificada pela pesquisadora, em três categorias com as seguintes designações:

- Instrumentos Orientadores - referentes aos processos de Autorização de novos cursos e de Reconhecimento dos existentes, de Credenciamento e Recredenciamento de IES (divulgados através do *site* do MEC, em páginas específicas); ainda que não se reportem especificamente à Avaliação das Condições de Oferta, constituem, segundo o *Relatório síntese – 1999* da SESu/MEC (p. 16), os alicerces para a elaboração dos instrumentos aplicados na referida modalidade (manuais, roteiros, padrões) (Figura 8);
- Instrumentos Operacionais - modelo de roteiro para coleta de dados e informações enviado pela SESu, em preparação à visita da Comissão de Avaliação *in loco*, aqui designado 'Roteiro Prévio' (Anexo A); e o modelo de relatório a ser preenchido pela Comissão de Avaliação *in loco* e encaminhado à Comissão de Especialistas, aqui designado 'Questionário' (Anexo B);
- Instrumentos Conclusivos - o Relatório Técnico e o Relatório Final, este consolidado pela SESu, trazendo as recomendações e o conceito obtido pelo curso.

Reitera-se aqui, por oportuno, que ausência de descrição dos itens que compõem os instrumentos operacionais Roteiro Prévio (comum a todos os cursos) e Questionário (diferente de um curso para outro) compromete a consistência das informações fornecidas.

No primeiro instrumento citado – Roteiro Prévio (Anexo A) – as informações a serem providenciadas pela IES estão sumarizadas em dois grupos, conforme segue: 1) descrição da infra-estrutura administrativa e técnica da biblioteca (horário de funcionamento, informatização do acervo e dos sistemas de consulta e empréstimo, política de atualização do acervo, participação em redes, equipamentos, pessoal técnico, salas especiais, videoteca etc); 2) relação de títulos e indicação do número de exemplares dos livros e periódicos disponíveis no acervo. Esclareça-se que os doze itens dos dois grupos constaram das entrevistas, com o propósito de averiguar,

no caso dos Coordenadores de Curso, seu entendimento a respeito; e, no caso dos Bibliotecários, conhecer, através do seu ponto de vista, como as diferentes

Comissões de Avaliação se posicionaram sobre cada qual: interesse demonstrado (ver e conhecer), indagações e questionamento feitos.

O segundo instrumento – Questionário – no que se refere à biblioteca, bem como aos outros aspectos abordados, tem o tratamento distinto de uma CEE para outra, conforme exemplos constantes no Anexo B (Questionário das Comissões de Visita [item Biblioteca]: Exemplos).

Convém acrescentar que, além dos instrumentos não apresentarem seus itens devidamente descritos, não incluem o indicador “Qualidade da Catalogação”, embora este seja um elemento presente nos Padrões de alguns cursos e exigido nos instrumentos de Autorização e de Reconhecimento. Esta exigência deve-se ao que representa a catalogação num processo avaliativo: retrata a forma como são descritos os documentos e, conseqüentemente, como poderá ser recuperada a informação neles contida. Assim, pelo seu grau de importância, foi acrescentado aos doze itens do Roteiro Prévio, resultando num total de treze indicadores a serem averiguados. No entanto, malgrado o destaque dado a este indicador por sete das dez Comissões de Especialistas de Ensino (vide Figura 9), assim mesmo ele não foi alvo de indagação por nenhum membro das Comissões Verificadoras, chegando a apresentar-se como um aspecto irrelevante para os Coordenadores de Colegiado, como poderá ser observado mais adiante, no item específico sobre o assunto.

Instrumentos Cursos	Condições de Oferta		Padrões	Autorização	Reconhecimento
	Roteiro Prévio	Questionário			
ENG	-	1	-	-	-
MAT	-	-	-	-	-
MED	-	-	2	-	-
MEV	-	-	-	1	-
ODO	-	-	-	-	-
ADM	-	-	-	2	2
DIR	-	-	-	-	-
ECO	-	-	2	-	-
JOR	-	-	2	-	-
LET	-	-	-	1	1

Figura 9 – Indicador “Qualidade da Catalogação” por Instrumento e por Curso.

Legenda: 1 - Catalogação do acervo nas normas dos serviços bibliográficos;

2 - Qualidade da catalogação.

O que fica evidente – e esta é uma questão que se quer destacar aqui – é que a ausência da devida descrição dos indicadores suscita diferentes interpretações por parte dos Coordenadores de Colegiado e dos próprios membros da Comissão de Avaliação, conforme já citado anteriormente. Isto porque ambos os grupos são constituídos de docentes especializados em suas áreas específicas – portanto, plenamente aptos a avaliar as dimensões Qualificação do Corpo Docente (QCD) e Organização Didático-Pedagógica (ODP), mas certamente com dificuldades para avaliar a dimensão Instalações, item Biblioteca, porque leigos na linguagem biblioteconômica. Este fato vem prejudicando não só o entendimento sobre o significado do quesito avaliado, mas a abrangência que o item possa ter, conforme argumentação feita sobre o indicador “Qualidade da Catalogação”, ilustrado na Figura 9, por exemplo.

A respeito e digno de nota foi o depoimento de um dos bibliotecários da UFBA, chamando atenção para a dificuldade de proceder-se a uma avaliação falando “línguas diferentes”, numa alusão ao diálogo – ou a falta de – com o professor avaliador. Nesta mesma linha de pensamento, outra observação recorrente entre os bibliotecários referiu-se às poucas perguntas formuladas pelos avaliadores. Isoladamente, este fato poderia significar satisfação com as informações previamente recebidas, mas a impressão deixada é de que eles dispunham de poucos elementos para questionar ou fazer indagações sobre serviços oferecidos, política de atualização do acervo, percentual de acervo não cadastrado, tempo gasto entre a aquisição bibliográfica e a disponibilização do material, só para citar alguns.

Quanto aos bibliotecários, de modo geral o problema ocorreu em menor escala uma vez que a linguagem dos instrumentos lhes é familiar, embora em alguns casos tenha lhes faltado dar maior significado aos itens avaliados e estabelecer maiores relações entre eles. Observe-se que, desde os estudos de Maria Luísa

Monteiro da Cunha (1977), passando pelo PNBU e chegando até os dias atuais, a necessidade de capacitação dos profissionais bibliotecários tem sido um ponto tratado com frequência na literatura.

### 6.3 LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS: DESCRIÇÃO E COMENTÁRIOS À ABRANGÊNCIA OBSERVADA

A análise dos atos legais e normativos do Governo Federal e do instrumental de avaliação da SESu/MEC foi seguida de entrevistas com 12 Coordenadores de Colegiado (Apêndice C) e 10 bibliotecários dos 13 cursos da UFBA selecionados pelo MEC para Avaliação das Condições de Oferta (Apêndice D), com o objetivo de cotejar as visões dos dois grupos de informantes, com relação as seguintes aspectos:

- a) entendimento dos Coordenadores de Colegiado sobre os itens objeto de avaliação;
- b) percepção dos bibliotecários sobre a visão das Comissões acerca de cada um desses itens, inferida pela sua conduta;
- c) visão dos Coordenadores e dos bibliotecários sobre a biblioteca e os instrumentos avaliativos.

Diante disso, foi imprescindível que cada curso selecionado tivesse completado o processo de avaliação, isto é, participado do Exame Nacional de Cursos e recebido a visita para Avaliação das Condições de Oferta, mesmo que os Coordenadores de Colegiado não estivessem de posse, por quaisquer motivos, do Relatório Final contendo os conceitos e as recomendações<sup>63</sup>.

Assim, a abordagem inicial feita aos Coordenadores de Curso teve um caráter aproximativo, já que envolveu aspectos cujas respostas poderiam ser obtidas junto à SESu: número de membros de cada Comissão de Visita e sua titulação.

Quanto ao número de membros que compunha cada Comissão de Avaliação, as respostas foram praticamente unânimes: dois por Comissão. E embora não tenha sido encontrada na legislação e nos atos normativos a fixação desse quantitativo, a única exceção surgida - curso de Medicina, que contou com três membros - pode ser atribuída ao número de unidades e cursos envolvidos (disciplinas básicas e

---

<sup>63</sup> Os conceitos finais estão disponibilizados na página do MEC, exceto os do curso de Letras.

profissionalizantes, abrangendo o Instituto de Biologia, o Instituto de Ciências da Saúde, o Instituto de Saúde Coletiva e os hospitais e ambulatórios-escola).

Tudo indica que a prática de constituir comissões, inclusive verificadoras, vem do antigo Conselho Federal de Educação, certamente pela necessidade não só de descentralizar suas atribuições – e assim acelerar o andamento dos processos - mas de assegurar a participação de especialistas em diferentes áreas do conhecimento, cujas IES e/ou cursos estivessem sob sua análise. No caso específico das Comissões de Avaliação *in loco*, sua origem pode ser buscada no Parecer CFE 3 492/77, donde advieram as Resoluções de 16 a 19 do mesmo ano, fonte de todo o instrumental de avaliação, conforme poderá ser observado na leitura do Apêndice F – Biblioteca como Requisito para Curso de Graduação: Indicadores. No entanto, um fator de estranhamento aqui deve ser novamente levantado por conta das especificidades que envolvem a avaliação da biblioteca: embora a Resolução CFE 1/93 já citada, em seu artigo 19, parágrafo 3º, preveja que a Comissão Verificadora poderá solicitar à SESu/MEC o auxílio de especialistas para análise das instalações físicas da biblioteca [...]” – contrariamente ao que determinava a Resolução CFE 16/77<sup>64</sup> - nenhuma das Comissões que avaliou os cursos da UFBA contou com um profissional ou docente de Biblioteconomia. Este fato parece ter influenciado negativamente e diretamente na possibilidade de revelar o verdadeiro desempenho da biblioteca no curso.

Quanto à titulação dos membros designados para compor as Comissões, a maioria constituída de doutores revela coerência com o que preconiza a Portaria MEC 879/97: “docentes de alto nível de formação acadêmica, com experiência profissional e de reconhecida atuação no ensino de graduação”.

A recepção às diferentes Comissões do MEC é preparada pelo Diretor da unidade de ensino, juntamente com o Coordenador do Curso a ser avaliado, a este incumbindo dedicar-se em tempo integral ao acompanhamento e atendimento às referidas Comissões. Além da disponibilização de documentos e informações aos visitantes, normalmente lhes é destinada uma sala, equipada com micro-computador para que o trabalho seja desenvolvido em caráter reservado. Durante os dois dias de duração da visita, os avaliadores também realizam reuniões com os docentes e com os alunos - cada grupo de per si – e visitam as instalações gerais, os laboratórios –

quando é o caso - e as bibliotecas. É neste último estágio que os bibliotecários atuam: por solicitação dos Coordenadores do curso, levantam informações e preparam o acesso às coleções de livros e periódicos.

Conhecidas as providências preparatórias, buscou-se analisar como cada Comissão trabalhou em relação à biblioteca. O que se percebeu, pelo seu *modus operandi*, foi que, mesmo de posse das informações previamente solicitadas, todas fizeram a verificação da biblioteca *in loco*, como que cotejando as informações e dados fornecidos pela IES com as suas próprias observações. Quanto ao envolvimento dos Colegiados com cada Comissão, tem-se que sete das visitas foram acompanhadas pelos respectivos Coordenadores e bibliotecários; em outras duas, o Diretor esteve presente, sendo que houve um caso em que somente o Diretor e o bibliotecário acompanharam os visitantes; e mais duas visitas em que estiveram só o Diretor em uma e só o bibliotecário em outra.

À primeira vista, a presença constante do bibliotecário poderia sugerir a existência de uma integração entre docentes e técnicos; na prática, esta integração parece ter outras características:

- a falta de conhecimento específico e de prática no uso da biblioteca por parte dos docentes, que poderiam ser compensadas com a presença do bibliotecário para a prestação de esclarecimentos às Comissões de Visita;
- constituir-se numa formalidade episódica e circunstancial, já que uma biblioteca pressupõe a existência de um bibliotecário.

Considera-se, pois, que a aparente integração acima referida pode ser confirmada se forem considerados os depoimentos de três docentes e igual número de bibliotecários. Ao opinar sobre “política de atualização de acervo”, os docentes referem-se à necessidade de participar mais ativamente na definição dos critérios de seleção bibliográfica e na indicação de obras para aquisição, por deterem o conhecimento necessário para tal. Já os outros abordam a necessidade de maior interação com os professores, visando ao bom desempenho do curso e de maior presença dos docentes na biblioteca (“o professor não frequenta a biblioteca” afirma um dos entrevistados). Tudo indica que a expectativa em relação à interação docente-bibliotecário (ou colegiado- biblioteca) é que, certamente, ela promoveria

---

<sup>64</sup> “A verificação das instalações para atividades didático-pedagógicas, incluindo bibliotecas e laboratórios, será sempre levada

uso mais intenso dos recursos informacionais não só por parte dos professores, mas também dos alunos, devido à influência que aqueles exercem sobre estes. Além disso, acredita-se em outro benefício, qual seja, a voz e o voto do docente nas decisões da unidade quanto aos provimentos necessários à biblioteca. Daí pode-se concluir que não é comum a interação professor-bibliotecário.

Ainda para ratificar a caracterização da integração docentes-bibliotecários como “aparente e episódica”, tem-se o exemplo do modo de preparação da visita, onde os Colegiados solicitaram a 6 dos 10 bibliotecários providências como (a) de levantamento dos dados e informações a serem passados às Comissões do MEC e (b) localização das bibliografias alvo de interesse dos avaliadores, elementos que deveriam fazer parte das demandas rotineiras da administração das unidades de ensino. Completando o quadro, parece significativo ainda registrar o fato de 3 não terem participado da preparação e 1 não ter sido sequer avisado da visita. Em contraposição à esta falta de integração, Fonseca (1988, p. 121) afirmava já nos anos 80 que “todos os problemas de nossa época exigem soluções interdisciplinares e não unidisciplinares”.

Com prazo determinado de dois dias determinados para a verificação *in loco*, as Comissões dedicaram em média 60 minutos para conhecer as respectivas bibliotecas, segundo os 12 Coordenadores de Colegiado entrevistados. Este dado praticamente coincide com o dos bibliotecários, em cuja opinião as visitas das Comissões duraram aproximadamente 55 minutos por biblioteca. Esse tempo médio, visto isoladamente, não oferece nenhum subsídio para demonstrar maior ou menor ocupação das Comissões na observação da situação encontrada nas bibliotecas, se não for associado a outros fatores. Assim, ele pode ser considerado suficiente, por exemplo, face à carência de descrição dos indicadores (abrangência) e ao desconhecimento de especificidades biblioteconômicas, por parte dos membros das Comissões, fatos que limitam as possibilidades de indagações e questionamentos. No entanto, esse mesmo tempo poderia ser considerado insuficiente, caso os indicadores – ou objetos de avaliação - a serem observados estivessem devidamente descritos, de modo a balizar a análise dos serviços e produtos da biblioteca.

---

a efeito por professores da mesma área de ensino”(art. 7º, § 7º).

Já a abordagem inicial na entrevista aos bibliotecários teve-se a identificar o quanto de participação tiveram no processo de Avaliação das Condições de Oferta, desde o conhecimento dos instrumentos do MEC, até a preparação e o acompanhamento à visita.

Vencida essa etapa, procurou-se analisar o conteúdo e o processo da avaliação sob dois pontos de vista:

- dos Coordenadores de Curso (Apêndice H), quanto a) ao seu entendimento sobre os focos ou indicadores de avaliação e b) à sua opinião sobre a função da biblioteca no curso de graduação;
- dos bibliotecários (Apêndice G), quanto à sua opinião a) sobre a validade e/ou adequação dos indicadores estabelecidos para avaliar a biblioteca; b) sobre a visão das Comissões Verificadoras em relação aos itens a serem avaliados; c) e sobre a função da biblioteca no curso de graduação.

A expectativa posta nos Coordenadores de Colegiado de Curso era que seu entendimento sobre os indicadores do MEC chegasse ao ponto de identificar a adequação – ou não – dos instrumentos de avaliação para a busca de respostas que revelassem o desempenho da biblioteca em cada curso. E mais, que pudessem mesmo induzir os membros das Comissões a aprofundar a averiguação dos focos de avaliação. Nenhuma dessas duas expectativas referentes aos docentes (Coordenadores de Colegiado e membros das Comissões de Visita) foi correspondida e o motivo, como já dito anteriormente, liga-se à falta de conhecimentos específicos sobre o tema. Já em relação aos bibliotecários, a expectativa também foi frustrada, uma vez que faltou-lhes uma compreensão mais ampla sobre as potencialidades da biblioteca e dos instrumentos avaliativos, bem como sobre as limitações que estes apresentam.

Segundo o Roteiro Prévio (Anexo A), os itens a serem verificados dizem respeito à descrição da infra-estrutura administrativa e técnica da biblioteca (horário de funcionamento; informatização do acervo; informatização do sistemas de consulta; informatização do sistema de empréstimo; política de atualização do acervo; participação em redes; equipamentos; pessoal técnico; salas especiais; videoteca; relação de títulos e indicação do número de exemplares dos livros; periódicos disponíveis); e a bases de dados, não estando claro se este último item

se refere a serviços bibliotecários, uma vez que está compreendido no item Instalações Especiais.

O Questionário (Anexo B), por sua vez, de uso exclusivo das Comissões de Avaliação, apresenta indicadores diferentes de um curso para outro, fato que evidencia a diferença de tratamento que as Comissões dão aos itens que devem retratar a biblioteca, conforme demonstram também a Figura 8 e o Parecer CES 1 070/99, ambos já citados.

As respostas dos Coordenadores e dos bibliotecários à indagação referente ao foco de interesse das Comissões de Visita demonstraram que elas concentraram sua atenção, prioritariamente, nos livros e periódicos, genericamente aqui chamados de “acervo”. Isto é verdadeiro e procedente. Quanto aos livros, no entanto, esse interesse não promoveu os desdobramentos desejáveis, que podem ser traduzidos em quantitativo por assunto, pertinência da bibliografia básica ao curso, relação quantidade de exemplares por aluno e por título, atualização e utilização da coleção, obras de referência existentes (inclusive em CD-ROM), acessibilidade do acervo. Ainda com relação a livros, não foi demonstrada nenhuma preocupação em conferir o registro patrimonial, elemento que comprova a propriedade da coleção e evita incorreções e fraudes nas informações que devem ser prestadas ao MEC. Quanto aos periódicos, a ênfase referiu-se aos períodos cobertos pelas coleções (visando averiguar a existência de lacunas), à quantidade de títulos nacionais e estrangeiros, à atualização da coleção e à sua pertinência ao curso. Seja registrado, no entanto, que um aspecto relevante não foi verificado: o uso da coleção, elemento que retrata a utilidade ou ociosidade dos títulos e é básico para avaliação dos serviços de atendimento ao usuário e para as políticas de seleção e aquisição. Com menos ênfase foram verificadas as dependências físicas e as possibilidades de busca automatizada da informação.

Em seguimento à análise do instrumental e do processo de avaliação, serão comentados os indicadores aplicados pelo MEC, a partir de três aspectos:

- função da biblioteca universitária, portanto, considerando concepções teóricas;
- entendimento dos Coordenadores sobre o significado de cada um dos itens;
- atuação dos membros das Comissões do MEC durante o processo de visita.

Pelo modo como foi formulada, a entrevista destinada aos bibliotecários não previa identificar sua visão sobre o processo avaliativo – e sim a validade dos

indicadores, a visão das Comissões sobre os itens avaliados e a função da biblioteca no curso, no entanto, seus depoimentos permitiram perceber seu entendimento sobre a avaliação.

Sobre o item **horário de funcionamento**, primeiro do Roteiro Prévio, convém esclarecer, preliminarmente, que não há um horário-padrão para funcionamento das bibliotecas na UFBA. Variando de uma unidade para outra, do mesmo modo que algumas fecham em horário de almoço, outras permanecem abertas. Há ainda casos em que o horário de fato difere do horário oficial. Com isto se quer dizer que, a rigor, o horário de funcionamento da biblioteca universitária não deve se constituir numa medida meramente administrativa, conforme sugerem as respostas dos Coordenadores, que o relacionam apenas ao funcionamento e às condições da unidade de ensino e da instituição, principalmente nos aspectos de zeladoria e vigilância. Mas há aspectos preponderantes que devem ser levados em conta e que de certa forma foram abordados por um dos informantes: o “horário desejável”, no sentido de “melhorar o atendimento”. Na prática, sabe-se que o funcionamento da biblioteca no mesmo horário de funcionamento do curso pode ser um fator restritivo ao estudante que, normalmente, chega à unidade para assistir às aulas, sobrando-lhe pouco tempo nos intervalos. Restaria, teoricamente, o horário de almoço que, em geral, torna-se insuficiente para consulta pelos seguintes motivos: a) o número de funcionários fica reduzido, uma vez que também se retiram para o almoço; b) o estudante não pode se demorar, em geral por trabalhar, ficando sua relação com a biblioteca limitada ao empréstimo que, por sua vez, enfrenta outros tipos de problemas, conforme será tratado mais adiante.

Além dessas questões de ordem prática, o horário de funcionamento deve estar relacionado às condições do empréstimo e da consulta. Isto significa considerar que numa biblioteca em que a relação exemplares por alunos e por título seja baixa - dado que se não for baseado em nenhum padrão pré-existente<sup>65</sup>, é indicado pela observação do dia-a-dia, pela lista de reserva e pela estatística – o horário deve ser elástico para permitir mais tempo de consulta. Associado a esta medida, poderá ser estabelecido um tempo-padrão de consulta (por exemplo, uma hora e meia a duas horas por volume de maior demanda), visando assegurar maior

---

<sup>65</sup> Algumas Comissões de Especialistas, através dos seus ‘Padrões’, estabelecem quantitativos, por exemplo, de 1 exemplar/15 alunos, como é o caso de Administração, ou 1 exemplar de livro-texto/20 alunos, como é o caso de Matemática, e 1 exemplar/6 alunos, como é o caso de Jornalismo.

rotatividade ao material. O que se pôde observar pelas respostas dos Coordenadores e pelo que propõem os Instrumentos e as Comissões de Avaliação do MEC é que este item – horário de funcionamento – é tratado como um fato isolado da dinâmica da biblioteca.

Quanto à opinião dos bibliotecários, nada de novo foi acrescentado, principalmente porque o assunto se reporta a um desejo antigo de usuários das bibliotecas da UFBA e de alguns segmentos da administração e envolve questões polêmicas, como as que seguem:

- a) ampliação do horário de atendimento, incluindo abertura aos sábados ou mesmo nos fins de semana;
- b) segurança nos *campi*;
- c) quantidade insuficiente de pessoal para o atendimento;
- d) necessidade de um estudo de demanda real, de modo a não se investir numa solução sem as devidas condições e, assim, evitar tentativas frustradas, conforme ocorreu em uma unidade da UFBA, ao abrir aos sábados: diante da baixa frequência registrada, em pouco tempo a decisão foi revogada pelo Diretor.

A **informatização do acervo**, num sentido restrito, significa a ação de cadastrar em meio eletrônico uma determinada coleção ou conjunto de coleções. Dentro deste prisma, pode-se considerar que o entendimento dos Coordenadores a respeito foi compatível com a pergunta e com a pretensão do MEC, uma vez que a tônica das respostas está associada à disponibilidade de determinada obra e ao acesso a bibliografias por computador. No entanto, considerá-la somente por este aspecto pode implicar dois tipos de redução:

1. do ponto de vista dos gestores universitários, ela deixa de ser significativa, na medida que isto não explica, por exemplo, o nível de informatização, isto é, quanto do acervo não está cadastrado<sup>66</sup> e assim que parcela se encontra indisponível para o usuário; qual o percentual cadastrado do acervo ativo e processado em moldes tradicionais; se estão em máquina os registros das áreas temáticas consideradas prioritárias para os cursos (bibliografias básicas); se o *software* adotado integra as funções da biblioteca, o que se constitui num fator de localização imediata e de conhecimento do *status* das obras, isto é, se em

---

<sup>66</sup> Segundo depoimento de um bibliotecário setorial da UFBA, ainda não há uma política definida para processamento do acervo retrospectivo.

processo de aquisição, em preparo técnico, já disponíveis para circulação, emprestadas, reservadas etc;

2. do ponto de vista dos usuários – docentes e estudantes – impede que explorem os recursos existentes, por exemplo, bibliografia sobre determinado assunto ou assuntos e relação de uma obra com outras áreas temáticas. O desenvolvimento dessa habilidade de explorar recursos informacionais resultaria na qualificação da demanda e, conseqüentemente, na qualificação da oferta, em decorrência do próprio nível de exigência dos usuários. Mas há outro aspecto a considerar: o acesso a documentos por assunto, tipo de pesquisa pouco explorado pelo usuário por ser mais complexo, demanda orientação e prática, ações que deveriam ser estimuladas e promovidas pelo serviço de referência. É sabido que usuários autônomos no uso da biblioteca receberam treinamento específico para este fim.

Deste modo, conceber a informatização do acervo apenas como a possibilidade de saber sobre a disponibilidade ou não de uma obra - resposta facilmente fornecida pelo sistema de empréstimo – além de revelar desconhecimento, não justificaria o investimento feito. Esclareça-se, para efeito deste contexto, que um catálogo, como indicador de existência e localização de uma obra (quer apresentado por meio de fichas ou meio eletrônico) constitui-se no produto resultante do processamento técnico das obras e tem a função de indicar a existência ou não de determinada obra naquele acervo, sua localização e seu *status* (caso o *software* de gerenciamento seja integrado), sendo fator essencial, mas não único para propiciar os benefícios resultantes do processo de informatização.

Os dois argumentos acima encontram eco na UFBA, uma vez que:

- a) o nível de informatização ainda é baixo<sup>67</sup> e o processamento técnico, moroso e excessivamente centralizado;
- b) não se tem conhecimento exato e atualizado do percentual de acervo não processado e não cadastrado;
- c) a procura da biblioteca para pesquisa não é relevante, segundo depoimento dos bibliotecários;

---

<sup>67</sup> Dos cerca de 180.000 títulos existentes no acervo de 540.000 volumes, informa a direção da Biblioteca Central (fev./2001) que menos de 50% se encontram cadastrados na base de dados bibliográficos da Universidade, dado considerado baixo, já que o processo de informatização efetiva data de 1997.

- d) a baixa frequência dos professores e do pessoal da pós-graduação às bibliotecas restringe a demanda mais ao empréstimo e ao uso do espaço, fatores que não induzem à qualificação da oferta;
- e) os bibliotecários, em número insuficiente e/ou pouco capacitados na função de referência, limitam sua ação a atividades de rotina administrativa e a atendimento ao serviço de empréstimo.

Cumprindo observar que as alíneas *c* e *d*, acima, podem constituir-se em objeto de uma nova pesquisa, visando identificar as causas dessa ausência dos docentes e pesquisadores nas bibliotecas da UFBA.

Já a **informatização do sistema de consulta**, segundo os bibliotecários, foi considerada sinônimo de informatização do acervo, pela maioria dos Coordenadores, e associado à possibilidade de consulta à base de dados bibliográficos da UFBA pelos membros das Comissões. No primeiro caso, pode-se considerar que os Coordenadores de Curso em parte têm razão, já que a informatização da consulta se origina da informatização do acervo, embora a ela não se restrinja. Entretanto, cabe acrescentar que esse processo compreende consulta sobre a existência, localização e acesso a determinada obra, e não somente se está disponível, como interpretaram alguns, que é uma função do sistema de empréstimo. Então, o que precisaria ser entendido, quanto à confirmação da existência e à localização de uma obra, é que esta informação, num sistema automatizado, depende do nível de informatização do acervo, constituindo-se no ponto focal da consulta.

A informatização da consulta, num sentido mais amplo, supõe também número e localização de pontos de rede racionalmente determinados, segundo *layout* e padrões técnicos específicos, visando propiciar aos usuários acesso fácil e simultâneo a informações e documentos residentes e não residentes. Supõe ainda a interatividade do *software*, que deve ter características amigáveis para assegurar e/ou promover o desenvolvimento da autonomia do usuário e um processo eficiente e eficaz de transferência de informação. O *software* também deve ser capaz de produzir informações gerenciais (relatórios) sobre o que a ALA designa “produtos” da biblioteca, como por exemplo: proporção de questões de referência atendidas, com indicação de assuntos preferenciais e quantidades; consulta negativa, isto é, itens, assuntos e quantidade não atendidos; obras em circulação, também com indicação

de assuntos preferenciais e quantidade. Este conjunto de informações, acrescido de outras, tem por objetivo detectar, conforme sugerem a ALA e Lancaster, o grau de satisfação do usuário e seu nível de desenvolvimento a partir dos recursos da biblioteca, subsidiando assim o processo decisório do desenvolvimento de coleções, o planejamento dos serviços e produtos e a sua avaliação.

Há ainda três outros aspectos a serem considerados na informatização da consulta, também intimamente relacionados à informatização do acervo:

- a) as condições de acesso a bases de dados em CD-ROM e *on-line* nacionais e estrangeiras, especializadas e de caráter geral; quanto às primeiras – especializadas por área – são encontráveis nos *sites* de organismos que desenvolvem pesquisa e nos serviços de bases de dados internacionais; quanto às segundas – gerais – remetem também a obras especializadas (livros, artigos, teses), mas reúnem diversas áreas, como é o caso dos próprios catálogos *on-line* de bibliotecas universitárias e nacionais; do *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, da Fapesp/Bireme, sobre periódicos brasileiros); do Prossiga (informação e comunicação para pesquisa, isto é, produção científica brasileira e bibliotecas virtuais temáticas e de pesquisadores brasileiros, bases de dados, entre outros recursos); do *Web of Science* (banco de dados americano, de uso regulamentado no Brasil via parceria Capes/Fapesp, que reúne referências extraídas de mais de 8 400 periódicos sobre todas as áreas do conhecimento, hoje acessado via Portal de Periódicos); e do Portal de Periódicos (iniciativa e coordenação da Capes);
- b) a possibilidade de participação em serviços cooperativos, como a rede Bibliodata (rede de catalogação cooperativa, FGV), Teses Brasileiras (banco referencial mantido pelo IBICT), Bireme (Centro Latino-americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, OPS/OMS) e o CCN (base de dados referente às coleções de periódicos existentes em bibliotecas brasileiras, coordenada pelo IBICT, principal ferramenta para a comutação bibliográfica nacional);
- c) a possibilidade de participação em redes de serviços, como o Comut (serviço de comutação bibliográfica, coordenado pelo IBICT).

Vale registrar que estes aspectos da informatização da consulta não foram abordados em sua totalidade nem pelos Coordenadores, nem pelos bibliotecários,

além de não constarem da maioria dos Instrumentos Orientadores e Operacionais elaborados pelas Comissões de Especialistas do MEC. Na realidade, esses Instrumentos insinuam uma certa abrangência dos indicadores, mas não a fomentam, nem do ponto de vista conceitual – de modo a constar como descrição de cada item, por exemplo –, nem do ponto de vista prático, já que as Comissões de Visitas não são treinadas, pelo que se depreende, para averiguar os indicadores de biblioteca com a abrangência que daria visibilidade ao desempenho da biblioteca no curso. Em relação à falta de detalhamento dos itens (indicadores) apresentados por ocasião da entrevista, convém assinalar que os dois grupos de informantes teceram poucos comentários a respeito, fato que pode levar à conclusão de que também eles não tinham claros os objetivos daqueles itens.

A **informatização do sistema de empréstimo**, em que pese constituir o serviço mais elementar e comum da biblioteca, suscitou, no máximo, mais do que dúvidas e dubiedades, nuances sobre questões terminológicas, sendo entendido por 7 dos 12 Coordenadores como sinônimo de informatização do acervo. Segundo os bibliotecários, as Comissões não revelaram nenhum interesse sobre o tema.

Conceitualmente, o empréstimo automatizado concerne ao processo de consulta em máquina, visando à certificação da disponibilidade de determinada(s) obra(s) e à possibilidade de cedê-la(s) ao usuário por tempo pré-fixado. Mas uma faceta que o usuário deveria conhecer a respeito da relação empréstimo/informatização do acervo é que o fato de uma obra não constar do catálogo informatizado não significa que não exista na biblioteca; e, no caso de existir e não estar disponível para empréstimo, ela poder ser obtida pelo sistema de consulta, para uso na sede. Reitera-se aqui a importância da adoção de um *software* com funções integradas (uma vez que é esta peculiaridade que informa o *status* das obras) e de um elevado nível de informatização da coleção.

Embora na formulação do item conste a expressão “informatização do sistema de empréstimo”, um aspecto não foi explicitado: a administração do serviço (horário de funcionamento, regulamento, quantidade de funcionários e de exemplares disponíveis para circulação, entre outros fatores). No entanto, cabe registrar que a formulação encontrada nos instrumentos sobre a “facilidade” oferecida pelo sistema poderia sugerir que as Comissões estariam interessadas em identificar os aspectos acima mencionados. Objetivamente, a esta possibilidade não

correspondeu nenhuma indagação sobre existência e teor de um regulamento que, na prática, existe, mas cuja aplicação tem sido problemática ao longo dos anos, tanto pelas características operacionais do empréstimo na UFBA – ainda manual – quanto pela forma burocrática como é interpretado pelos bibliotecários.

O item **política de atualização do acervo**, embora de compreensão bastante diversificada entre os Coordenadores, suscitou visões convergentes para o âmago das preocupações dos docentes: o acervo, elemento central da biblioteca universitária.

Convém deixar claro desde logo que, mesmo com as possibilidades tecnológicas atuais de acessar informações e documentos a distância, a biblioteca universitária não prescinde de contar, manter e desenvolver coleções residentes fortes<sup>68</sup>. Tarapanoff, Klaes e Cormier (1998) fazem prospecções muito plausíveis sobre o uso de bibliotecas virtuais em universidades, no lugar das tradicionais; mas não desconhecem que sempre haverá, em algum lugar, uma biblioteca – tipo *main library* – que centralizará as coleções físicas a serem disponibilizadas de forma digital ou por outros serviços cooperativos. Fácil vislumbrar, no entanto, que um empreendimento dessa natureza e envergadura implica altos investimentos e uma decisão política forte, no âmbito governamental. Assim, supondo tratar-se de uma realidade distante para a maioria das IES brasileiras, sejam considerados imprescindíveis, para o contexto deste trabalho, os seguintes elementos como critérios para o desenvolvimento de coleções: atualização do acervo, pertinência do conteúdo às diferentes disciplinas e quantidade de exemplares por título e por aluno. A “política de desenvolvimento de coleções”, esta sim, resultaria de um processo mais amplo – não abordado nem pelas Comissões, nem pelos Coordenadores, nem pelos bibliotecários. Caracterizada pela associação de um conjunto de princípios, critérios e normas, a política de desenvolvimento de coleções rege o planejamento e a execução a) da seleção e da aquisição bibliográficas, através das modalidades compra, doação e permuta; b) do descarte (ou desbaste da coleção); c) da avaliação; e d) da conservação dos materiais quanto à sua integridade física.

Para tanto, a “política de atualização” pretendida pelo MEC deveria estar alinhada a outros elementos importantes da “política de desenvolvimento de

---

<sup>68</sup> No caso da UFBA, o que se discute, sob a liderança da Biblioteca Central, é a necessidade de unificar bibliotecas, medida que resultaria em fortalecer coleções, otimizar serviços e racionalizar recursos.

coleções”, como a quantidade de acervo - a ser definida considerando as características do curso, a necessidade de títulos por disciplina, de exemplares por título e por aluno; os tipos de material, idiomas, idade da coleção, entre outros. Na proposição do MEC, “atualização” deveria também dizer respeito aos critérios referentes a:

- incorporação de novas edições e de novos títulos de livros;
- manutenção das coleções correntes de periódicos e de outras publicações seriadas;
- distribuição de recursos condizente com as peculiaridades do curso, como é o caso, dentre os cursos em foco, de Letras e Direito, cuja ferramenta de trabalho é o livro;
- celebração de convênios<sup>69</sup>.

No entanto, pode-se inferir, pelas respostas dos dois grupos de informantes e pela falta de questionamentos por parte dos membros da Comissões de Visita, que o item não foi abordado com a abrangência acima indicada, uma vez que os comentários dos Coordenadores estão associados mais a questões pontuais do que à “atualização” como um dos critérios do processo de seleção e aquisição bibliográfica. Para exemplificar, merecem destaque as opiniões dos informantes quanto a aspectos não abordados:

- à necessidade de participação dos docentes nos critérios e na indicação sobre o que deve ser adquirido, com reiterados depoimentos de que só os professores têm condição de opinar e decidir a respeito de bibliografia (visão compartilhada por docentes e bibliotecários);
- às verbas, considerando três perspectivas a) como contrapartida da UFBA para complementar os recursos oriundos do Tesouro e da CAPES; b) aquelas originadas de convênios e sobre as quais não há um efetivo controle institucional, a ponto de constituir-se em procedimento comum os materiais bibliográficos adquiridos nessas condições não serem incorporados ao patrimônio da Universidade; c) criação de um fundo para aquisição bibliográfica, a partir de um percentual pré-fixado sobre os recursos ingressados por força de convênios e projetos (visão dos bibliotecários).

---

<sup>69</sup> Os convênios de participação em redes cooperativas (como Bibliodata, CCN, Teses Brasileiras, Bireme) e em redes de serviços (como o Comut) devem ser incluídos na política de atualização do acervo porque viabilizam o acesso a informações e a documentos não residentes.

Outro item abordado - **participação em redes** - entendido pela maioria dos informantes como a conexão a outras bibliotecas/bases/redes, revelou familiaridade com a linguagem disseminada na era da Internet. Cabe registrar, no entanto, que os informantes – Coordenadores de Colegiado e bibliotecários - não especificaram os tipos de rede – se cooperativas de serviço ou de pesquisa – embora ambos tenham associado a expressão “participação em redes” a serviços avançados, otimizados, enfim, a um tipo de recurso que favorece a atualização e o acesso a informações especializadas.

Distinguir a função dessas redes – serviço ou pesquisa –, dentro de um processo de avaliação, revelaria um conhecimento sobre os benefícios de cada uma, respectivamente para o processamento do acervo e para o atendimento ao usuário. O conhecimento dessas vantagens ampliaria as possibilidades de exploração de recursos informacionais, melhorando sensivelmente a qualificação da oferta. Em consequência, a médio e longo prazos, haveria também qualificação da demanda, criando-se, assim, um ciclo permanente de influência recíproca.

Do ponto de vista dos bibliotecários, percebeu-se um certo desconhecimento tanto na distinção entre os tipos de redes, como no uso desses recursos, o que pode ser atribuído a diversos fatores, dentre eles:

- a) demanda pouco qualificada não promove oferta qualificada (a demanda dos estudantes de graduação é pobre se comparada à da pesquisa); e
- b) deficiências na formação dos bibliotecários para as funções de referência, como foi explicitado por um dos informantes (“não me sinto capacitada para o serviço de referência”). Essas funções podem ser traduzidas pelo conhecimento de fontes primárias, secundárias e terciárias, pela familiaridade no seu manuseio, pela prática na elaboração de estratégias de busca, pelo conhecimento instrumental de língua inglesa e pela cultura geral, só para citar os principais requisitos do bibliotecário de referência.

Por outro lado, considere-se também que os serviços e produtos disponíveis na UFBA, na condição de recursos informacionais, além de terem baixo índice de utilização pelos bibliotecários, não são divulgados sistematicamente, nem constituem objeto de treinamento do usuário.

O item **equipamentos** está relacionado prioritariamente a computadores e acessórios e a laboratórios de informática, na visão de 7 dos 12 Coordenadores, e

de 5 das 13 Comissões, segundo os bibliotecários entrevistados. Também está associado, com menor frequência, a equipamentos audiovisuais, a condições gerais de funcionamento, isto é, mobiliário, sala de consulta, sistema de fichários, codificação e disposição do acervo, além de computadores. Somente um dos Coordenadores de Colegiado associou o item a todos os recursos de informática disponíveis não só na unidade mas também no CPD, na Biblioteca Central, no núcleo de pesquisa da sua respectiva unidade, o que sugere uma idéia de compartilhamento de recursos (proposta de grande racionalidade administrativa, embora de difícil implementação, segundo Romcy de Carvalho, 1999).

Ainda que o propósito da entrevista com os bibliotecários tenha sido conhecer a atuação e a visão das Comissões, como dito anteriormente, foi possível depreender sua opinião sobre cada item, o que representou grande auxílio na análise do material coletado. Assim, no que se refere a equipamentos, foi observada uma unanimidade de opinião tanto em relação à insuficiência de equipamentos de informática nas bibliotecas da UFBA, quanto a respectiva assistência. Também os informantes foram unânimes quanto à falta de equipamentos de reprografia para uso exclusivo das bibliotecas e aos problemas com os equipamentos de comunicação, como linhas de telefone e fax, também para uso exclusivo. Outro ponto levantado foi a falta de climatização adequada, visando ao conforto dos usuários e funcionários e à conservação do material.

Quanto ao item **pessoal técnico**, pela própria formulação dada no Roteiro Prévio, seria auto-explicativo, não oferecendo margem de dúvidas sobre sua proposta. Merece destaque, no entanto, que 9 Coordenadores associaram-no ao “bibliotecário e pessoal de apoio”, o que significa dizer que não fizeram distinção entre técnicos (bibliotecários) e auxiliares (apoio). As outras respostas registradas oferecem pouca variação em relação àquelas nove: uma se refere a todo pessoal que atua na biblioteca, exceto o bibliotecário; uma considera só o bibliotecário; uma está associada, mais que ao bibliotecário e ao auxiliar, a outros profissionais como por exemplo, de restauração e especializados em lidar com o público (*sic*).

A visão dos docentes sobre o item “pessoal técnico”, desprovida da caracterização por função, pode estar associada a três questões: a) ao seu já citado desconhecimento sobre especificidades relativas à biblioteca; b) à pouca diferença que os técnicos (bibliotecários) e os auxiliares (apoio) demonstram, tanto em

habilidades, quanto em atitudes no desenvolvimento do seu trabalho; c) a uma questão cultural reinante na academia, na qual os recursos humanos são divididos em duas categorias: docentes e técnico-administrativos, sendo que os últimos são, de modo geral, vistos indistintamente como apoio. A possibilidade de que esta suposição seja correta remete, certamente, à necessidade a) de melhor capacitação dos recursos humanos, b) de um planejamento que dê novo dimensionamento às equipes e /ou nova distribuição do pessoal de biblioteca, c) de uma melhor definição de funções e atribuições e d) de maior envolvimento dos docentes com a biblioteca; e) de acesso à progressão e outros benefícios por titulação, restritos aos docentes

Já do ponto de vista dos bibliotecários, o mesmo item suscitou pouca curiosidade das Comissões. À exceção de um membro que indagou sobre a quantidade de bibliotecários e auxiliares, a nenhum outro bibliotecário foram solicitadas informações sobre relação quantitativa auxiliar/bibliotecário, nível de escolaridade do pessoal de apoio, nível de capacitação dos bibliotecários, sua participação em colegiados, existência de Comissão de Biblioteca, entre outros itens reveladores da atuação do bibliotecário e do auxiliar, bem como do nível de incentivo e de exigência da Universidade em relação a seu pessoal.

Seria de se esperar, num ambiente acadêmico, que a tônica da preocupação tanto das Comissões, quanto dos Coordenadores e dos próprios bibliotecários, fosse com a qualificação do pessoal – já vista e inferida como deficitária -associada à relação auxiliar/bibliotecário, na perspectiva de demonstrar, teoricamente, as condições de funcionamento e de desempenho da biblioteca. Ao contrário, o item não ocupou as Comissões nem durante as visitas, nem no preenchimento do Questionário, uma vez que este – como os demais instrumentos – não especifica nada além de “Pessoal técnico-administrativo adequado”, “Pessoal técnico de apoio”, “Qualificação técnica dos servidores”, revelando que as funções do pessoal técnico (bibliotecários) e do pessoal administrativo (apoio) também não são definidas para as Comissões de Especialistas de Ensino.

Destaque-se, na oportunidade, que esse desempenho das bibliotecas e de seu pessoal, aquém das necessidades e expectativas da Universidade, revela a fragilidade da política de recursos humanos da Instituição quanto à promoção de oportunidades de aperfeiçoamento dos seus técnicos. Situação comum também em outras IES brasileiras, denunciada por diversos autores no curso deste trabalho, no

Nordeste ficou evidenciada no documento-base do 1º Seminário de Bibliotecas Universitárias da Região: do total das bibliotecas setoriais analisadas, “em 73,5% (64 bibliotecas), os profissionais não têm qualquer aperfeiçoamento” (SANTANA, 1993, p.17). Certamente, esse quadro não deve ter sido revertido nestes sete anos, face à cultura reinante em relação às bibliotecas, à falta de iniciativa dos bibliotecários quanto à auto-educação, às limitações impostas pelos baixos salários, ao reduzido número de oportunidades de aperfeiçoamento oferecido pela Instituição e também ao sucateamento que as universidades públicas vêm sofrendo por conta das políticas restritivas do Governo em relação ao ensino superior público. Recente estudo - *Perfil dos bibliotecários da Universidade Federal da Bahia* - realizado como conclusão do curso de especialização *Gestão Universitária e Qualidade em Serviços*, promovido pela UFBA, comprova a manutenção da defasagem no que se refere à educação continuada; dos 67 bibliotecários<sup>70</sup> informantes:

[...] com relação aos cursos realizados nos últimos três anos, 23,88% fizeram três cursos, 16,42% fizeram apenas um, 14,93% fizeram dois cursos, 7,46% fizeram cinco cursos, 4,48% fizeram nove cursos, 1,49% fizeram quatro cursos e 31,34% não fizeram nenhum curso no período. (ALMEIDA; FERREIRA, 2000, f. 27).

Esclareça-se ainda que quase 70% dos cursos referenciados inserem-se na área de informática, sendo apenas 3% na área de gestão e o mesmo percentual para curso de inglês.

Sobre quantitativo de pessoal, cabe mencionar estudo desenvolvido na Biblioteca Central (SANTANA e outros, 1991), abordado no item 4.2, que propõe padrão para o dimensionamento do quadro de recursos humanos por biblioteca. Este padrão foi definido a partir das seguintes variáveis: usuários potenciais, usuários inscritos, acervo de livros, movimento da consulta e do empréstimo e frequência. E foi pautado em metodologia desenvolvida para categorizar as bibliotecas segundo o porte (pequena, média e grande). A cada porte correspondeu uma equipe, com especificação das atribuições dos componentes por categoria funcional.

Tema tratado na literatura nacional desde a década de 60, a capacitação dos bibliotecários merece destaque, pois contar com pessoal capacitado e motivado

---

<sup>70</sup> Segundo informação constante dessa mesma pesquisa, o número total de bibliotecários da UFBA

constitui-se em pré-condição para o funcionamento harmônico e a dinamização de qualquer organização. Premissa constante na Teoria da Administração desde a Escola das Relações Humanas, de Elton Mayo e Kurt Lewin (citado por CHIAVENATO, 1994, p. 24), esta concepção do papel dos recursos humanos vem tomando corpo, a ponto de sua efetiva interação no ambiente organizacional transformá-los em elementos integrantes do que hoje se designa o capital intelectual da organização, isto é, a sinergia resultante do seu capital humano e seu capital estrutural<sup>71</sup> (EDVINSSON; MALONE, 1998, p. 2).

No caso da UFBA, os dados das entrevistas com bibliotecários e a análise de suas respostas mostraram lacunas e mesmo superficialidade no trato de itens tanto de caráter técnico, quanto conceitual, revelando deficiências na sua capacitação. Esse quadro - em paralelo ao foco da pesquisa, mas nem por isto menos importante - faz emergir questões relevantes que podem ser sintetizadas, conforme segue:

- a) quantidade reduzida de bibliotecários da UFBA com titulação de pós-graduação; segundo Almeida e Ferreira (2000, f. 23), dos 67 bibliotecários entrevistados, 20 (29,85%) têm especialização, um tem mestrado e nenhum, doutorado;
- b) pouca oferta de oportunidades de educação continuada, decorrente da (falta de) política de recursos humanos da Universidade e de poucas iniciativas do único curso de Biblioteconomia existente no Estado da Bahia, também da UFBA<sup>72</sup>;
- c) falta de incentivo funcional aos técnicos por titulação - tratamento diferente daquele adotado com os docentes - tema também afeto à política de recursos humanos.

Quanto às **salas especiais**, 8 Coordenadores compreendem que o item se refere a salas para leitura e estudo em grupo e/ou individual, sendo que, destes, 5 acrescentam ainda a destinação para uso de equipamentos eletrônicos, para audiovisuais, para laboratório de informática, para videoteca, e 1 considera também a possibilidade de sala para deficientes; 1 se refere a todas as instalações da unidade; 1 se refere não a salas mas a espaços individualizados; 1 o associa exclusivamente ao uso de equipamentos eletrônicos. Segundo a observação dos

---

atuando no Sistema de Bibliotecas é de oitenta e seis.

<sup>71</sup> Capital humano: competências individuais, atitudes, agilidade intelectual; capital estrutural: relações com clientes, inovações, processos e práticas da organização, mais todos os itens que terão impacto no futuro.

<sup>72</sup> Em 1999, a autora propôs ao Departamento de Biblioteconomia a criação de dois cursos de especialização em caráter regular, sendo um em Bibliotecas Universitárias e Especializadas e outro em Bibliotecas Públicas e Escolares.

bibliotecários, o item não suscitou nenhum interesse das Comissões, exceto para 1 membro que quis conhecer o laboratório de informática.

Para os bibliotecários, 10 das 13 Comissões se ativeram aos detalhes propostos pelo instrumento operacional “Questionário” – salas para leitura individual e para grupo - embora o item tenha sido analisado sem base em qualquer padrão<sup>73</sup>. É bem verdade que a inexistência de padrões brasileiros pode levar à adoção de padrões estrangeiros e, mesmo não sendo uma solução ideal, deve servir como ponto de partida para uma avaliação consistente, evitando assim a utilização de medidas aleatórias. Atribuir à sala de leitura individual e para grupo uma classificação “satisfatório” ou “insatisfatório” – com base na observação sobre o atendimento ou não da demanda - não revela a relação do item com as características do curso, com a quantidade de alunos e de acervo disponível para circulação (exemplares por aluno), com a inserção da biblioteca na unidade de ensino. Isto porque, conforme argumentação anteriormente apresentada, uma avaliação desprovida de parâmetros objetivos remete a observações e conclusões subjetivas.

Sobre o item **videoteca**, 10 dos 12 Coordenadores entrevistados associaram-no à coleção de vídeos existentes, sendo que, destes, 1 considerou necessário saber sobre a informatização dessa coleção e 1 sobre a existência ou não da coleção; 1 considerou que se refere a um serviço a ser oferecido pela biblioteca, que promove o aluguel de vídeos, em vez de colecioná-los. A idéia de alugar em vez de colecionar pode se apresentar como uma solução que assegure variedade, mas supõe a existência regular de recursos financeiros, o que a torna de difícil execução no serviço público. Os informantes do grupo bibliotecários não teceram comentários porque o item não despertou nenhuma indagação por parte de 5 membros das Comissões, tendo o interesse dos outros se manifestado no sentido de ver o acervo existente.

A rigor, uma videoteca se constitui numa das coleções do que em Biblioteconomia se designa “materiais especiais” e que requer, a exemplo do que ocorre com livros e artigos de periódicos, o processamento técnico de suas peças – fitas de vídeo -, de modo a serem facilmente armazenadas e localizadas. Pelas características, esse material pressupõe a existência de equipamento para sua

---

<sup>73</sup> A exemplo de “metro quadrado por aluno de graduação” (com variações, de um país para outro, de 10 a 40% do total de alunos matriculados) ou de “assento por alunos (com variações também de 1 assento por 3 a 10 alunos de tempo parcial) (CARVALHO, 1981, p. 29-34).

utilização e de condições especiais para armazenamento, assim como outros da mesma categoria, como CD-ROM, filmes, micro-formas, fitas K-7. Como os demais, este item foi tratado de forma isolada, o que não ocorreria caso fizesse parte do item “política de desenvolvimento de coleções”.

O item **títulos de periódicos disponíveis**, na visão de 8 Coordenadores, corresponde ao que existe para consulta, sendo que 1 o associa à suficiência ou não, a ser título corrente ou não; 2 o associam aos principais, mais importantes títulos para o curso; 1 o associa aos periódicos assinados (correntes). Na concepção dos bibliotecários, as Comissões têm entendimento similar ao dos Coordenadores: títulos correntes nacionais e estrangeiros, títulos relevantes da área, lacunas nas coleções. À exceção do curso de Medicina (segundo depoimento do Coordenador do respectivo Colegiado), os alunos de graduação não consultam periódicos, principalmente estrangeiros, em decorrência da barreira lingüística. Deste modo, pode-se supor que o item “títulos de periódicos disponíveis” suscita a atenção das Comissões de Visita pelo fato de serem constituídas por professores pesquisadores.

Já sobre **títulos de livros e números de exemplares**, 7 Coordenadores associaram o item à obra e ao número de exemplares disponíveis e, destes, 3 se referem ao atendimento ou não da demanda; 2 se referem ao número de alunos por exemplar; 1 se refere ao que existe e está disponível para uso; 1 considera que são os títulos da coleção geral. Segundo os bibliotecários, o interesse das Comissões coincidiu com o dos Coordenadores de Colegiado, acrescido do exame das estantes, tanto em relação a livros quanto a periódicos.

Os dois itens analisados anteriormente – periódicos e livros -, apresentam *a priori* uma questão de ordem prática: identificação do material bibliográfico existente, face ao que determinam os Instrumentos Orientadores de cada Comissão de Especialistas. Mesmo tendo em mente que os docentes e o pessoal da pós-graduação, segundo já registrado anteriormente, pouco freqüentam as bibliotecas da UFBA, as coleções de periódicos são fundamentais para eles, de modo que deve haver uma coleção forte na Instituição. No caso dos livros, que dizem respeito diretamente à graduação, a biblioteca universitária não pode prescindir de coleções residentes, principalmente das bibliografias básicas dos diferentes cursos. No entanto, do ponto de vista do planejamento institucional e da gestão das bibliotecas, hão que ser ressaltados outros aspectos:

- no primeiro caso – planejamento institucional – enfoca-se a questão dos custos e dos recursos que envolvem o acervo, principalmente no que diz respeito à sua aquisição por compra. A SESu vem fazendo investimentos direcionados aos livros, enquanto a Capes ocupa-se dos periódicos. Sem entrar no mérito sobre a suficiência ou não desses recursos, sobre os problemas que envolvem sua aplicação, sobre a completeza ou falhas existentes no acervo e suas causas, vale lembrar que as Comissões de Especialistas, para efeito de análise do quesito “periódico”, deveriam requerer uma avaliação das coleções existentes (sua pertinência, sua atualização, quantidade de títulos representativos da área, suas lacunas e estudo de uso). Os dados estatísticos disponíveis relativos ao uso, aliados à observação, revelam que grande parte das coleções de periódicos da UFBA é ociosa, o que implica: a) para os docentes, a perda de oportunidade de atualização; b) para a Universidade, o desperdício do dinheiro público; e c) a possibilidade de suspensão do acesso ao Portal de Periódicos, iniciativa da Capes, em decorrência do baixo índice de uso;
- no segundo caso – gestão das bibliotecas – além do estudo proposto sobre os periódicos visando a uma aquisição mais eficiente, outro ponto a ser levantado pelas Comissões de Especialistas de Ensino seria a promoção do uso desses periódicos, isto é, como é disseminada a informação, razão de todos os investimentos que se faz numa biblioteca e, contraditoriamente, seu problema mais crucial.

Este estado de coisas remete às formulações de Lancaster (1996) e da ALA (2000) sobre avaliação de biblioteca: a) conhecer a opinião do usuário, seu grau de satisfação, b) acompanhar o desempenho desse usuário como medida para avaliar o impacto (*outcomes*) que a biblioteca, seu acervo, seus serviços, exercem sobre ele, e c) conhecer também o nível de eficiência da biblioteca, pela proporção das demandas atendidas. Embora a proposição relativa a impacto (*outcomes*) seja de difícil execução, deve estar no horizonte de uma pesquisa institucional.

Enquadrada também no aspecto “gestão das bibliotecas”, a situação dos livros em relação aos periódicos é diferente: há uma demanda real, objetiva e pré-determinada no âmbito da graduação, que percorre uma escala de diversos problemas, assim caracterizados: (des)atualização das bibliografias básicas, número de exemplares por título e por aluno, tempo gasto entre a solicitação de compra de

determinado título e seu ingresso na circulação, só para citar os mais impactantes no desempenho da biblioteca. Estes itens, se analisados pelo MEC sob os enfoques aqui propostos – planejamento institucional e gestão das bibliotecas – ofereceriam uma dimensão mais realista da situação.

O décimo terceiro e último item - **qualidade da catalogação** - no entendimento de 4 dos Coordenadores de Colegiado, corresponde à facilitação da consulta, da busca; para 3, não tem significado; 1 o trata como sinônimo de referência bibliográfica; 1, como sinônimo de classificação; 1 o associa ao tipo de catalogação (não ficando claro o que significa isto); 1, à qualidade do acervo em relação aos programas do curso e 1, à arrumação por autor, título e assunto.

Conceitualmente, a formulação do item se refere às condições técnicas de descrição do acervo, visando à consistência dos catálogos, quer em fichas, quer eletrônicos. Assim, o destaque para este item decorre do seu significado para a acessibilidade da informação e dos documentos, uma vez que a função dos catálogos é exatamente “localizar” determinada obra. Fácil supor, por conseguinte, a importância de se averiguar a “qualidade da catalogação” – aqui designada consistência – pois é esta atividade técnica que, ao descrever um documento e seu conteúdo, determina os meios de acessá-lo e recuperá-lo, preferentemente mediante o emprego de normas e padrões internacionais.

Os resultados referentes ao entendimento do item “qualidade da catalogação” - nenhum significado (três casos), significados equivocados (quatro casos) e visão reduzida do item (cinco casos) - pode ser considerado compreensível porque originário de docentes que não conhecem as funções, as características e as técnicas de catalogação, mas comprometedor na medida que deixa de revelar aspectos fundamentais do papel e do funcionamento da biblioteca.

O mesmo pode ser dito sobre os membros das Comissões de Visita que, segundo informação dos bibliotecários, não formularam nenhuma pergunta a respeito, em que pese a existência de aspectos a serem observados, para efeito da avaliação, nos *sites* sobre Autorização e sobre Pedido de Reconhecimento, como é o caso do código adotado para a catalogação do acervo, com alternativas para a primeira edição (“CCAA1”), segunda (“CCAA2”) ou “Outros” (Anexo C).

O conteúdo daqueles formulários – Autorização e Reconhecimento - sugere que tanto as Comissões de Especialistas de Ensino, quanto as Comissões de Avaliação,

deveriam saber a razão da presença das alternativas referentes ao código da catalogação, uma vez que a escolha de tal ou qual indica: a) se a biblioteca tem condição ou não de descrever seus registros em MARC21 - formato para intercâmbio de registros bibliográficos, desenvolvido pela LC – e com isto de participar de redes de catalogação cooperativa; b) que o uso do MARC (e a decorrente possibilidade de compartilhamento da catalogação, como critério técnico) opera principalmente em quatro direções: 1ª, padronização internacional, facilitando a importação e exportação de registros com qualidade; 2ª, racionalização e agilização do trabalho de processamento técnico; 3ª, reconhecimento da confiabilidade e fortalecimento das bases cooperativas nacionais - no caso, Biblioteca Nacional e FGV - e mesmo internacionais - como a *Library of Congress*, nos Estados Unidos; 4ª, fomento do Controle Bibliográfico Universal.

A partir do elenco supra de treze itens, procurou-se também conhecer a opinião dos Coordenadores de Colegiado sobre a representatividade que esses itens possuem para demonstrar o papel da biblioteca no desempenho do curso. Dos 12 docentes informantes, 6 consideraram-nos representativos, sendo que, na opinião dos bibliotecários, o mesmo número considera-os insuficientes.

Logo a seguir, buscou-se saber se algum item deveria ser retirado do elenco, ao que 9 dos 12 Coordenadores responderam que não excluíam nenhum, coincidindo com a opinião de 8 dos 10 bibliotecários.

Sobre a possibilidade de inclusão de novos itens, 10 dos 12 Coordenadores de Curso acrescentariam outros pontos a serem avaliados, tais como, estatística sobre atendimento, contribuição dos docentes na seleção bibliográfica e no incentivo ao uso da biblioteca, divulgação de acervo e de serviços, interação com o modelo pedagógico do curso, capacitação do pessoal. Quanto aos bibliotecários, 9 dos 10 também incluiriam novos, quais sejam: motivo de freqüência à biblioteca; atualização do acervo e política de descarte (item já contemplado no Roteiro Prévio, sob a denominação “política de atualização de acervo”); funcionamento dos serviços, estatística, condições financeiras, reciclagem, quantidade e horário de pessoal, processo de aquisição, meios de demonstrar a realidade da biblioteca, estes todos demonstrando uma certa expansão à proposta dos instrumentos do MEC.

Numa primeira abordagem, o que se observa sobre a representatividade ou não dos itens postos para avaliação da biblioteca universitária é que o mesmo número de

Coordenadores (6) e de bibliotecários (6) tem opiniões opostas. Este fato, mesmo que decorrente prioritariamente da diferença de formação teórica entre os docentes e os bibliotecários, também pode denotar um desequilíbrio de forças, pouca interação entre docentes e técnicos, visões díspares do mesmo objeto e sobre o qual seria necessária a convergência e o consenso na busca de resultados exitosos.

As sugestões dos docentes quanto a itens a serem acrescidos ao elenco oferecido correspondem a carências das bibliotecas da UFBA, podendo ser interpretadas e sumarizadas conforme segue:

- pouca participação dos docentes no planejamento dos serviços da biblioteca;
- pouca divulgação do acervo e de outros recursos informacionais, bem como dos serviços existentes;
- necessidade de participação da biblioteca no planejamento pedagógico, de modo a se inteirar dos métodos de ensino e assim dar melhor suporte ao curso;
- necessidade de melhor capacitação do pessoal de biblioteca, visando oferecer atendimento e serviços de qualidade e pertinentes às demandas.

Da mesma forma, as sugestões dos bibliotecários também revelam antigas carências das bibliotecas:

- políticas para atualização de acervo e para descarte<sup>74</sup>;
- condições favoráveis para funcionamento dos serviços;
- levantamento sistemático e consistente sobre do funcionamento das bibliotecas, por meio de dados estatísticos e outras informações gerenciais, visando ao melhor planejamento e avaliação;
- disponibilidade de recursos financeiros, independentemente das dotações do Tesouro;
- atualização e capacitação do pessoal e revisão das condições de trabalho (dimensionamento de equipes e horário);
- processo de aquisição excessivamente trabalhoso para as bibliotecas, moroso e ineficaz para os usuários, em decorrência das condições técnicas carentes de melhoria e dos prazos exíguos estabelecidos pelo MEC;
- inexistência de informações gerenciais que revelem a verdadeira situação das bibliotecas.

---

<sup>74</sup> O Sistema de Bibliotecas da UFBA dispõe de um documento de orientação para descarte, intitulado *Política de descarte e/ou retirada de documentos das coleções das bibliotecas da UFBA*, autoria de Gilda Ieda Sento Sé de Carvalho, Maria das Graças Miranda Ribeiro e Sônia Chagas Vieira, elaborado em 1995.

Outras duas questões apresentadas aos docentes visaram obter sua opinião sobre o “ser” e o “dever ser” da biblioteca, isto é, quais os aspectos em que a biblioteca tem e deveria ter relação com o desempenho do curso. Com formulações diferentes, o depoimento de 12 informantes pode ser traduzido por “uso do acervo mediante empréstimo e consulta” como interface biblioteca/curso. Esta unanimidade revela, de um lado, uma realidade condizente com a função da biblioteca universitária, cujo papel é centrado e desenvolvido a partir de acervo; de outro, mostra-se reducionista, na medida que restringe sua ação ao empréstimo e à consulta, em detrimento de outros serviços e recursos informacionais úteis e necessários ao ensino de graduação e ao desenvolvimento da autonomia do usuário, na solução de seus problemas e necessidades de informação.

Igualmente os bibliotecários foram quase unânimes (9 de 10) sobre este “ser” da biblioteca, indicando explicitamente o empréstimo; e ainda que um tenha se referido à aquisição, esta pode ser entendida como um pré-requisito para o primeiro (empréstimo). Desses 9 informantes citados, 3 incluem também a consulta na sede e, destes, somente um extrapola para outros serviços, apontando a normalização de TCC e o treinamento de calouros como funções da biblioteca.

Ao serem inquiridos sobre o “dever ser” da biblioteca, ambos os grupos de informantes demonstram sua visão ideal. Do ponto de vista dos docentes, suas respostas se referem basicamente a quatro aspectos:

- maior envolvimento do professor;
- participação do bibliotecário em instância colegiada da unidade e funcionamento da Comissão de Biblioteca, visando assegurar a interação dos dois segmentos no planejamento acadêmico;
- disseminação antecipada de bibliografias e disponibilidade de outros materiais complementares à formação acadêmica
- eficiência do pessoal para assegurar a qualidade do empréstimo.

Do ponto de vista dos bibliotecários, suas respostas podem ser sumarizadas também em quatro necessidades principais:

- maior envolvimento do professor;
- capacitação do bibliotecário em serviços de referência;
- atualização do acervo;
- melhor informatização da biblioteca.

Essas proposições tiveram origem em problemas considerados crônicos, principalmente para algumas das bibliotecas selecionadas: a) o baixo índice de frequência do professor à biblioteca, por considerá-la desatualizada; b) sistema de empréstimo ainda manual, má qualidade do atendimento e excessivo tempo necessário para reservar livro, prazo que pode chegar até a seis meses. Este último assunto relaciona-se tanto ao nível de informatização, quanto à qualificação do pessoal, mas também está associado ao reduzido número de exemplares por título e por aluno, ao horário de funcionamento da biblioteca, à baixa capacidade de ocupação simultânea (número de assentos), só para lembrar alguns dos pontos tratados quando se falou sobre análise relacional dos indicadores.

Merece registro a coincidência de opiniões dos dois grupos sobre a necessidade de maior participação do docente e do bibliotecário, respectivamente, na biblioteca e em instâncias colegiadas da unidade – por exemplo, congregação, departamentos. A participação em maior escala constitui ponto-chave para a promoção do desenvolvimento da biblioteca, principalmente se for levada em conta a convicção de cada grupo sobre a importância de um forte investimento para o mesmo fim, qual seja, a eficiência e eficácia do serviço. Esta visão convergente de docentes e técnicos parece traduzir uma das convicções de Isnaia Santana, reiteradamente dita, sobre os destinos da biblioteca universitária, seu planejamento e a provisão de seus recursos segundo os objetivos acadêmicos: “a biblioteca é assunto de professor”, isto é, ela não pode ser assunto da exclusiva responsabilidade dos bibliotecários, como vem ocorrendo até o momento na UFBA e em outras universidades brasileiras.

Alicerçada no princípio do planejamento global e integrado, onde cada parte é elemento integrante do todo, o assento do bibliotecário dirigente nos conselhos superiores da instituição configura uma reivindicação da categoria, já levantada desde os anos 70 por Maria Luísa Monteiro da Cunha, passando pelo PNBUS nos 80 e, no caso da UFBA, pela Biblioteca Central nos anos 90. Reforçando ainda a relevância dessa interação, Gelfand (1968, p. 146) é mais exigente ao indicar como primordial, para a efetividade da biblioteca, a responsabilidade direta da comunidade universitária, representada pelo reitor, pelo bibliotecário dirigente e pelo governo.

É interessante evidenciar que aqui se percebem contribuições objetivas, importantes e pertinentes dos docentes, o que confirma a necessidade sentida pelos dois grupos de informantes de maior participação do professor na vida da biblioteca

e demonstra também a consciência que o docente tem do seu papel, sintetizada pelo depoimento de um deles que diz “quem conhece o curso é o colegiado”. Por outro lado, a interação idealizada docente-bibliotecário e colegiado-biblioteca certamente ampliaria o conhecimento dos primeiros sobre as especificidades da biblioteca e dos segundos, sobre demandas reais e potenciais do respectivo curso.

Finalizando a sondagem sobre o ponto de vista dos Coordenadores de Colegiado acerca do processo de avaliação dos cursos de graduação, foram postas questões sobre o peso atribuído à variável biblioteca na dimensão “Instalações”. As respostas revelaram unanimidade no desconhecimento, embora um dos docentes soubesse apenas que o peso atribuído à biblioteca, no seu curso, é o mesmo atribuído à dimensão Qualificação do Corpo Docente.

O Apêndice I apresenta a variável biblioteca segundo os critérios das diferentes Comissões de Ensino, o que significa dizer por curso, considerando as três dimensões avaliadas, quais sejam, Qualificação do Corpo Docente, Organização Didático-Pedagógica e Instalações. Seja lembrado, no entanto, que na dimensão “Instalações” a biblioteca, ao lado de laboratórios e instalações físicas, compõe o resultado final da Avaliação das Condições de Oferta.

Associando-se o conteúdo do Apêndice I (Peso da Variável Biblioteca no Resultado Final da Avaliação das Condições [...]), ao Apêndice F (Biblioteca como Requisito para Curso de Graduação: Indicadores) e às Figuras 5 (Critérios para Atribuição dos Conceitos Finais por Curso: alguns exemplos) e 6 (Comparativo dos Indicadores da Variável Biblioteca [...]), é possível depreender a diferença de tratamento que a variável recebe de uma Comissão para outra. É também visível a prioridade atribuída ao item acervo, de forma quase excludente em relação a serviços e produtos, embora sejam estes os elementos que asseguram a otimização e a dinâmica da sua organização e do seu uso.

#### 6.4 CONCLUSÕES PARCIAIS

É possível concluir, a vista dos objetivos desta pesquisa, que a Avaliação das Condições de Oferta dos cursos de graduação, levada a efeito em 13 cursos da UFBA pelo MEC, em todo o ano de 1997 até fevereiro de 2000, obteve êxito parcial face ao que o Ministério propõe. Isto porque, do lado exitoso, pode-se considerar

como fator favorável a própria inclusão da biblioteca como uma das variáveis a ser avaliada no contexto do curso, o que veio dar visibilidade formal ao setor. Diz-se formal porque, desde a extinção do PNB e o esvaziamento do órgão que o substituiu - o SDBib – as bibliotecas não gozavam de uma atenção específica, de caráter global, por parte do Governo<sup>75</sup>. Do lado do insucesso, suas causas e resultados encontram eco no princípio defendido por Watkins (citado por CARVALHO, 1981, p. 18) de que quanto maior for o investimento em educação, maior será a necessidade da existência e aplicação de padrões. Com isto se quer dizer que o sucateamento das universidades públicas, em geral, e a falta de indicadores e padrões de desempenho da biblioteca, em particular (pelo menos equivalentes aos estabelecidos para as dimensões Qualificação do Corpo Docente e Organização Didático-Pedagógica) – revelam fragilidades das políticas governamentais.

O pouco êxito também pode ser explicado pela visão de autores como Briquet de Lemos, Etelvina Lima e Antonio Miranda, já citados, de que a presença da biblioteca universitária - face ao estado deficitário, quase crônico, em que ela se encontra, de modo geral - parece decorrer mais do cumprimento de exigências legais, do que da convicção de que ela é um fator fundamental para o desenvolvimento do ensino e da pesquisa, no ambiente acadêmico.

Outro aspecto restritivo ao sucesso da Avaliação das Condições de Oferta pode ser creditado à falta de conhecimentos específicos sobre biblioteca e suas potencialidades, por parte dos membros das Comissões do MEC e dos Coordenadores de Colegiado, e à pouca expansão dada pelos bibliotecários aos indicadores para avaliar a biblioteca, fatores que determinam, respectivamente, demanda e oferta de qualidade indesejável.

Mais do que resultados objetivos que a pesquisa de campo tenha revelado, faz-se necessário retomar questões de fundo, abordadas no capítulo 3, e que envolvem e sustentam as visíveis fragilidades de atuação da biblioteca universitária:

- o estudante brasileiro, seja do 1º, do 2º ou do 3º grau, como a população em geral, historicamente pouco ou nada conviveram – como ainda não convivem – com a cultura letrada. O problema atribuído ao estudante é o mesmo do docente e do bibliotecário: falta de familiaridade e de acesso aos meios formais de

---

<sup>75</sup> Diz-se 'de caráter global' porque, em setores pontuais como acervo, o Governo Federal vem fazendo aportes

informação - o jornal, a revista, o livro e, atualmente, a Internet - ao longo das suas vidas.

A cultura ágrafa nacional, de raízes coloniais, tratada por Kátia de Carvalho (1999, p. 58), ainda tem repercussões na sociedade como um todo, e na academia, em particular, embora não se possa negar os efeitos da globalização sobre a circulação mais rápida e de maior volume de informação. Se não ocorrem soluções de curto prazo para incrementar o amplo acesso e uso da informação e do conhecimento registrado – pela implicação que isso demanda em termos de processos educacionais a largas camadas da população de excluídos – há que ser reconhecida a existência de um estado latente de alerta da sociedade, em geral, e a sensibilização e iniciativas dos setores produtivos, em particular, na busca de alternativas que possam reverter o atual quadro em que se encontra o País.

Mesmo considerando que hoje o acesso às bibliotecas e aos registros escritos, impressos ou digitais, esteja teoricamente facilitado pelo tipo de tecnologia empregada em sua armazenagem e recuperação, como dito no item 3.2, na prática pressupõe o requisito de saber ler.

Este é o destino final do fenômeno da informação: criar conhecimento modificador e inovador do indivíduo e do seu contexto.

*Aldo de Albuquerque Barreto*

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este último capítulo retoma, de forma panorâmica, o percurso que enfocou o desempenho da biblioteca universitária nos processos avaliativos implementados pelo Ministério de Educação, tendo como contexto a gênese e a evolução da biblioteca ao longo da história da humanidade e, como fundamento teórico, as questões relativas à sua avaliação e à sua inserção no ambiente acadêmico.

Recapitulando sinteticamente a história da biblioteca, iniciada em Tebas, no Egito, passando pela Antigüidade, pelo medievo – quando surgem as universidades – e Idade Moderna, até chegar à biblioteca virtual, o que se vê – sem nenhuma idealização, como quer Edson Nery da Fonseca - é a biblioteca presente no processo evolutivo da humanidade, não como um fim em si mesma, “como parece pensar uma certa mentalidade *biblioteconomizante* [grifo da autora]” [...] mas atuando na perspectiva de que o “fim da biblioteca é a formação, a informação e a recreação do povo” (FONSECA, 1988, p. 121).

Ainda no campo histórico-conceitual, ao abordar a biblioteca universitária no cenário nacional, observa-se que a sua trajetória reflete a própria história da educação e do ensino na País: elitista, elitizante, portanto, dissociada da busca de melhor qualidade de vida para a Nação. Esta é a razão pela qual é possível ainda aplicar ao caso brasileiro uma das convicções declaradas no Seminário Regional para o Desenvolvimento das Bibliotecas Universitárias na América Latina, realizado sob os auspícios da Unesco em 1962, em Mendoza (Argentina), constantes do livro de Gelfand (1968, p. 19): as universidades serão o que são suas bibliotecas.

Não desfrutando, assim, de uma história exitosa, os setores educação e cultura não conseguiram - salvo honrosas exceções e, muitas vezes, graças a um esforço hercúleo para mínimos resultados – prover o País de bibliotecas e de

sistemas de bibliotecas eficientes, eficazes e efetivos. Não por acaso - e certamente consciente de que o Brasil consegue integrar, concomitantemente, fases que vão do neolítico aos avanços científicos e tecnológicos do século XXI - em janeiro deste ano Ottaviano De Fiore, atual Secretário do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura, numa alusão às deficiências educacionais e culturais brasileiras, escreveu o artigo intitulado “Como tornar o Brasil uma nação letrada?” ( DE FIORE, 2001).

As referidas deficiências, auscultando o que diz De Fiore (2001, p. 28), levam a que se alinhe e coteje a situação das bibliotecas, em geral, e das bibliotecas universitárias, em particular, à dos países mais avançados:

[...] entre os fatores decisivos para a criação de uma nação justa, rica e culta – a democracia igualitária e meritocrática que desejamos construir – encontra-se a capacitação do povo para o uso da informação escrita. Ou seja, a familiaridade da população com o livro, o jornal, a revista e o computador, os quatro instrumentos básicos da sociedade da informação,

donde se pode concluir que os centros mais produtivos e criativos na área das ciências, das letras e das artes são os que oferecem os mais adequados e aparelhados sistemas de biblioteca e de informação.

Traçado o quadro anterior, que retrata sumariamente as fragilidades da estrutura sociopoliticacultural em que se plantou o setor educacional no Brasil, considerou-se também o cenário dos últimos 40 anos – e especialmente o último decêndio – marcado por mudanças radicais e velozes em todos os setores do ser e estar da humanidade no planeta, mudanças estas associadas à evolução científico-tecnológica das condições que o homem dispõe para se informar e se comunicar.

A demanda por informação e conhecimento, bem como as condições de sua geração, organização, acesso e uso, têm ocupado e afetado o setor produtivo de todos os países, a partir da convicção de que o binômio informação-conhecimento constitui fator indispensável para a autonomia das nações e para o bem-estar da humanidade.

Neste sentido, há um consenso em torno da visão de que a educação superior, bem como o setor produtivo em geral, não podem prescindir de uma forte infra-estrutura informacional, como meio de assegurar sua inserção na “sociedade da informação e do conhecimento”.

O Governo Federal certamente movido, de um lado, pelo cenário internacional, e de outro, por diversos segmentos da sociedade brasileira, é levado a buscar meios de recuperar e qualificar o ensino superior no País. Esses meios se consubstanciaram, inicialmente, nas discussões sobre avaliação e, logo a seguir, na implantação de processos avaliativos. Pioneiramente ocorrida no âmbito da CAPES em 1975, a cultura da avaliação expandiu-se, dez anos depois, para a instituição universitária como um todo.

Nessa perspectiva da avaliação institucional e no bojo das propostas e ações do MEC, a biblioteca é destacada desde 1977 como uma das variáveis do elenco de itens a serem considerados no âmbito dos cursos de graduação, embora só a partir do Decreto 2 026/96 sua atuação passe a ser analisada visando ao desempenho do curso.

Paralelamente ao registro e à análise das iniciativas promovidas pelo MEC, são ressaltadas concepções teóricas e a natureza prática da avaliação, segundo as visões de Belloni, Trindade e Gasparetto, fundadas em três aspectos inter-relacionados:

- a) avaliação como um ramo da pesquisa, objetivando medir a qualidade de determinado programa;
- b) avaliação como meio de promover, através da coleta de dados, a decisão sobre qual ou quais estratégias oferecem maiores possibilidades de se chegar aos resultados esperados;
- c) a avaliação como subsídio da administração para indicar o(s) melhor(es) nicho(s) para a alocação de recursos (LANCASTER, 1996, p. 1).

No que concerne à biblioteca e ao concordar com Lancaster (1996, p. 1) de que aquilo que se espera de uma biblioteca é que ela produza “certos resultados na comunidade atendida”, fica fácil depreender que o funcionamento da biblioteca voltado para esses objetivos deve considerar os recursos informacionais (adequados e devidamente organizados) e os recursos humanos capacitados para atuar, conforme concebe Ortega y Gasset (1967, p. 91): “*En esta dimensión de su ofício imagino el futuro bibliotecário como un filtro que se interpone entre el torrente de libros y el hombre*”. Aludindo a Jorge Luiz Borges, Fonseca coroa aquela concepção de Ortega y Gasset como os “versos imorredouros” do poeta: “*ordenar bibliotecas*

*es ejercer, de un modo silencioso y modesto, el arte de la crítica*” (citado por FONSECA, 1988, p. 103).

Deste modo, pode-se dizer que as iniciativas do MEC referentes à avaliação institucional, no âmbito geral, e dos cursos universitários, especificamente, representadas pelos atos legais e normativos do Governo, se alicerçam no princípio de que a avaliação deve assegurar a expansão da oferta, com alto nível de qualidade (BRASIL. Ministério da Educação, 2000, p. 8).

Não obstante as ações governamentais voltadas para a avaliação da educação superior tenham um caráter de regularidade e de mobilização do setor a partir da aplicação da legislação de 1995, o arcabouço teórico que fundamentou o presente estudo confirma o pressuposto de que o MEC ainda não dispõe de uma base teórica e de uma metodologia específica, própria, para avaliar a biblioteca universitária, no mesmo nível de exigência apresentado em relação às outras duas dimensões avaliadas, quais sejam, a Qualificação do Corpo Docente e a Organização Didático-Pedagógica.

Com base nisso, foram estabelecidos os dois objetivos deste trabalho, sendo um, conhecer a base teórica que as Comissões de Especialistas do Ministério utilizaram para estabelecer os indicadores referentes à variável biblioteca; e o outro, averiguar empiricamente a adequação desses indicadores para revelar o papel da biblioteca no desempenho do curso de graduação.

Em que pese a inclusão da biblioteca na proposta do Ministério, percebeu-se que a prática desses processos avaliativos, especialmente na modalidade Avaliação das Condições de Oferta, apresenta as seguintes fragilidades a serem superadas:

- as exigências básicas e comuns às diferentes Comissões de Ensino por área carecem de uma certa “uniformidade e concordância”, segundo consta no Parecer 1 070 já citado (BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior, 1999, f. 1);
- os indicadores estabelecidos para a variável biblioteca necessitam de melhor definição de sua abrangência, visando a evidenciar o seu desempenho, a inter-relação das suas funções, as técnicas e tecnologias empregadas para organização e recuperação da informação, o grau de satisfação o usuário, os serviços e produtos de informação oferecidos;

- inexistência de indicadores e padrões de desempenho que possam ser tomados como parâmetros para revelar o verdadeiro estágio de desenvolvimento em que a biblioteca se encontra;
- os indicadores aplicados à variável biblioteca permitem que ela seja analisada e diagnosticada, como quer Lancaster, só que de forma segmentada e incompleta, solução indesejável por não ensejar uma visão global e sistêmica da sua atuação;
- ausência do profissional bibliotecário do processo de avaliação.

Já em relação aos cursos avaliados, a pesquisa de campo revelou a seguinte situação, segundo opinião dos Coordenadores de Colegiado e dos bibliotecários das unidades sede desses cursos:

- desconhecimento da existência e/ou da aplicabilidade dos instrumentos elaborados e disponibilizados pelo MEC que, embora não sejam completos, oferecem subsídios para o planejamento e a gestão da biblioteca universitária;
- diferentes interpretações decorrentes das definições insuficientes dos itens a avaliar e do fato de que os docentes integrantes das Comissões de Visita desconhecem os princípios biblioteconômicos que regem as funções, as técnicas e os serviços e produtos da biblioteca universitária;
- desarticulação entre colegiado e biblioteca na maioria dos cursos avaliados, situação evidenciada pelo processo de preparação da visita da Comissão de Avaliação;
- baixo índice de associação entre os itens avaliados e pouca expansão do seu significado, por parte dos bibliotecários. A expectativa da pesquisadora em relação a estes profissionais era de que seus conhecimentos teóricos e sua vivência nas bibliotecas promovessem uma maior compreensão dos instrumentos e do processo de avaliação.

Outro aspecto problemático detectado foi a inexistência de instrumentos próprios para a Avaliação das Condições de Oferta, a qual vem sendo realizada mediante o emprego da documentação aplicada aos processos de Autorização e de Reconhecimento de cursos. Em verdade, considerou-se que não reside aí o cerne da questão, uma vez que o aproveitamento de instrumentos de uma modalidade de avaliação para outra poderia muito bem constituir-se num fator de homogeneidade de critérios, em atendimento ao que reclama o Parecer CES 1 070/99, do Conselho

Nacional de Educação. O problema central parece estar relacionado ao fato de que estes instrumentos apresentam insuficiências que não permitem a obtenção de informações que retratem o papel e a contribuição da biblioteca para o desempenho dos cursos.

As insuficiências percebidas no instrumental de avaliação dizem respeito aos seguintes aspectos:

- a) inadequação para o fim a que se propõe na Avaliação das Condições de Oferta, por não demonstrar a contribuição da biblioteca para o desempenho do curso ao qual ela dá suporte;
- b) falta de descrição da abrangência e conseqüente compreensão limitada de cada indicador, por parte das Comissões de Especialistas e de Visita, dos Coordenadores e dos bibliotecários;
- c) necessidade de introduzir outros indicadores a serem avaliados - opinião do usuário e comparação com congêneres, por exemplo -, mediante a consolidação das propostas dos autores adotados como suporte a esta pesquisa, entre eles M. A. Gelfand, a ALA e F. W. Lancaster (item 4.2), visando a se obter um visão sistêmica da biblioteca.

As conclusões e argumentações sobre os aspectos problemáticos do item biblioteca no processo de Avaliação das Condições de Oferta – reiteradas vezes apontadas neste estudo e que certamente atingem também as outras modalidades de avaliação -, constituem-se em questões objetivas, portanto teórica e tecnicamente passíveis de solução. Mas há uma questão de fundo, conceitual, lastreando o problema, enraizada na própria formação cultural brasileira: a biblioteca universitária está sendo tratada - porque assim concebida pelo Governo, pelos docentes e pelos bibliotecários - como uma instalação da universidade e não como uma função acadêmico-pedagógica.

Por outro lado, os depoimentos dos membros das Comissões de Visita, dos Coordenadores de Colegiado e mesmo dos bibliotecários – os primeiros centrados no acervo e os dois últimos considerando o empréstimo e a consulta como a maior relação da biblioteca com o curso - podem sugerir mais outra conclusão: trata-se de bibliotecas passivas, que não se antecipam à demanda, não exploram seu potencial, configurado nos recursos informacionais locais e não residentes. Com isto e por isto, pode-se dizer que elas estão dissociadas do planejamento institucional, do projeto

pedagógico e do planejamento das atividades didáticas das respectivas unidades de ensino – e vice-versa. E o que é mais grave, constata-se que as bibliotecas não participam, de forma mais ampla, dos processos de transmissão de informação e de geração de conhecimentos.

Barreto (1999, f. 2) fundamenta as conclusões acima indicadas, ao afirmar que

o repositório de informação representa um estoque potencial de conhecimento, e a sua existência é imprescindível para que se realize a transferência de informação. Contudo, por ser estático, o estoque não produz, por si só, qualquer conhecimento. As informações armazenadas em bases de dados, bibliotecas, arquivos ou museus possuem a capacidade potencial de produzir conhecimento, o que só se efetiva a partir de uma ação de comunicação mutuamente consentida entre a fonte (os estoques) e o receptor.

O que se pode depreender dessas duas conclusões a respeito das bibliotecas da UFBA – biblioteca espaço e biblioteca passiva - é a compatibilidade entre elas, a sua convergência, a sua relação de reciprocidade; mas também há que se considerar que:

- a) embora a ação da biblioteca universitária seja centrada na coleção física, fato que a orienta para as questões de espaço, hoje é vital que ela se capacite também para o uso sistemático dos serviços e produtos mediatizados pelas tecnologias eletrônicas;
- b) sua missão não se restringe a rastrear, organizar e disseminar a informação, mas a dar suporte, direta e intensivamente, para a geração de informações e conhecimentos;
- c) a biblioteca não esgota as necessidades informacionais de uma instituição, devendo, portanto, integrar uma rede de informações, segundo propõem Tarapanoff e outros (1998).

Diante do exposto, descortina-se que a reversão daquelas formas de atuação – biblioteca espaço e biblioteca passiva - e a implementação das três prospecções acima depende de mudança de mentalidade e de reformas institucionais, requerendo um investimento maciço, por parte da comunidade acadêmica, em relação às seguintes iniciativas:

- a) capacitar os recursos humanos das bibliotecas, mediante a implantação e/ou facilitação do acesso a cursos de pós graduação *lato* e *stricto sensu*, e da

- promoção de condições de atualização permanente, tanto específica, quanto em cultura geral;
- b) criar e/ou fortalecer sistemas locais de bibliotecas universitárias, de modo que atuem integrada e harmonicamente, visando aos objetivos institucionais.;
  - c) congregar esforços visando a um sistema nacional de bibliotecas universitárias, a exemplo do PNB, em níveis compatíveis com demandas qualificadas e com elevados padrões de serviços e produtos informacionais; tal sistema seria assistido por um colegiado consultivo, formado por ampla representação de interesse da área acadêmica e em posição hierárquica que facilite a tomada de decisão, o poder de coordenação e o planejamento das políticas de captação e compartilhamento de recursos – humanos, materiais, orçamentário-financeiros, técnicos e tecnológicos – necessários e capazes de alavancar o setor biblioteca na universidade brasileira;
  - d) oferecer sistematicamente aos cursos de graduação e pós-graduação, e aos grupos de pesquisa, treinamentos específicos visando a desenvolver a autonomia dos usuários (estudantes e docentes) no uso dos recursos informacionais;
  - e) promover gestões, junto às instâncias competentes das IES e do MEC, visando a inclusão da temática Biblioteca e Leitura nos cursos de formação de professores (2º e 3º graus). Por oportuno, seja lembrado o papel de agente multiplicador do docente, principalmente nos níveis do ensino fundamental e do 2º grau, tendo em vista o elevado contingente de crianças e adolescentes por ele influenciado.

Sobre a capacitação profissional, Edson Nery da Fonseca (1988, p. 102) é enfático ao afirmar que

com apenas um curso de graduação, o bibliotecário não pode ir além da execução de serviços técnicos de bibliotecas. Somente a pós-graduação tem condições de desenvolver um pensamento crítico e analítico, indispensável tanto ao planejador, como ao professor e ao pesquisador [...].

Identificado um caminho de solução pela voz do ilustre mestre, é em Rubens Borba de Moraes, por ele citado, que se pode buscar o complemento à questão, quanto ao seu aspecto institucional, em conferência proferida em 1943:

Uma biblioteca não resolve o problema [...] Do que necessitamos é de um sistema de bibliotecas trabalhando em conjunto [...]

cooperando. Estradas de ferro construídas a esmo nada adiantam para os transportes de um país. O que é útil é uma rede ferroviária (citado por FONSECA, 1988, p. 112).

Retomando a possibilidade de reversão do quadro de passividade e compreensão equivocada do papel da biblioteca na academia, busca-se em Chastinet (1990) projeções feitas sobre o PNBU, caso se mantivesse atuante. Mesmo que se lhes atribuam um certo saudosismo e uma dose de frustração – na medida que aludem o futuro de um projeto que deixou frutos mas não se consolidou – aquelas projeções, a seguir apresentadas, historicamente têm procedência e respaldam conclusões desta pesquisa:

- a) consolidação do entendimento da ‘questão biblioteca’ no cenário nacional;
- b) viabilidade da ação coordenadora do MEC na promoção do desenvolvimento das bibliotecas universitárias;
- c) necessidade de estabelecer mecanismos formais e regulares de atuação junto à direção das universidades;
- d) abertura de espaço para a ação conjunto de pesquisadores/docentes da área de Biblioteconomia e Ciência da Informação e profissionais responsáveis pela gerência das bibliotecas universitárias;
- e) demonstração de que o desenvolvimento das bibliotecas universitárias repousa no trabalho cooperativo e em mecanismos de intercâmbio;
- f) possibilidade de configuração de um Sistema Nacional de Bibliotecas de Ensino Superior. (GARCIA, 1991, f. 26)

Com base nesse ideário e considerando a realidade atual – mais de dez anos sem PNBU – a autora deste estudo considera que a sugestão de se fortalecer uma associação operando na mesma linha de atuação da *Association of College and Research Libraries*, da ALA, seria adequada e da maior importância como foro de integração dessas bibliotecas e de promoção de estudos para o setor, tanto pela função que teria, quanto pelos seguintes fatores:

- a) já existe um foro associativo no País, com atuação relevante, a CBBU;
- b) as atuais políticas governamentais evitam abrigar funções que onerem o Estado, de modo que aguardar iniciativas nessa direção, por parte do Governo, seria uma expectativa vã;
- c) já há no setor uma massa crítica capaz de propor e gerir modelos de bibliotecas e de sistemas adequados à nova realidade acadêmica, no que diz respeito às

demandas informacionais, às novas tecnologias, ao trabalho cooperativo e ao que elas podem proporcionar em termos de comunicabilidade.

No entanto, convém desde logo esclarecer que a sugestão de fortalecer uma associação não exclui a busca de uma instância governamental responsável pela formulação de políticas de sustentação e desenvolvimento do setor biblioteca, conforme sugerido nos parágrafos anteriores; ao contrário, o trabalho competente e independente de uma associação poderá desempenhar uma ação profícua junto ao Governo, a exemplo da Andifes, quando propôs o Paiub ao Governo Federal.

Quanto aos instrumentos de avaliação elaborados pelas Comissões de Especialistas de Ensino do MEC e objeto de análise neste trabalho, foram considerados inadequados e incompletos, tendo-se que sua aplicação não revelou o desempenho da biblioteca no curso. A impossibilidade de tais instrumentos fornecerem ao MEC e às IES um retrato real da contribuição das bibliotecas para os cursos, além de confirmar o pressuposto desta pesquisa, sugere a necessidade de desdobramentos deste estudo. Concebe-se que um futura pesquisa será direcionada para o desenvolvimento de um modelo e o estabelecimento de uma metodologia específica, voltados para avaliar e planejar a gestão das bibliotecas, segundo as peculiaridades da Universidade Federal da Bahia, alicerçando-se nos cânones universais defendidos principalmente pela ALA e por Lancaster<sup>76</sup>.

Como modelo de metodologia, certamente será útil tanto para o Ministério da Educação - especificamente para as diferentes áreas de atuação das Comissões de Especialistas - quanto para outras universidades brasileiras, e ainda para a CBBU que, na condição de associação especializada, poderá promover a realização de estudos que levem, se não a um modelo brasileiro, a um elenco básico de princípios, diretrizes e indicadores de desempenho que favoreçam a elaboração de padrões nacionais, a partir de metodologia específica.

Considerando ainda uma das conclusões periféricas deste estudo, emerge a possibilidade de mais uma pesquisa: os docentes, na sua grande maioria, não freqüentam as bibliotecas das suas respectivas unidades de ensino (ALMEIDA; FERREIRA, 2000, p. 31). Este fato provoca de imediato algumas indagações: como se atualizam os professores da UFBA? Que estratégias de busca estabelecem para levantar conteúdos? Quais são as fontes que consultam para suas pesquisas? Qual

o papel das bibliotecas neste contexto? Estas questões motivaram a Biblioteca Anísio Teixeira (Faculdade de Educação/UBA) a implementar pesquisa interdepartamental, envolvendo aquela Faculdade e o Instituto de Ciência da Informação<sup>77</sup>.

Ainda que a afirmação acima - sobre a baixa freqüência de docentes - mereça ser confirmada, já que não há uma base consistente de informações gerenciais sobre as bibliotecas<sup>78</sup> -, há um elemento que parece corroborá-la: a freqüência registrada nas Audiências Públicas sobre as bibliotecas da UFBA, promovidas pela Administração Central, em 1999. Realizadas em nove sessões e cobrindo oito segmentos<sup>79</sup>, o evento contou apenas com 186 participantes, sendo 84 docentes (dos 1691 registrados pelo Setor de Informações Estatísticas da UFBA<sup>80</sup>), 80 bibliotecários da Instituição, 18 bibliotecários de outras IES e 4 estudantes, entre graduação e pós-graduação.

Não freqüentar as bibliotecas pode significar que o seu desempenho não satisfaça às necessidades dos docentes, ou que estes não percebam a (in)existência de serviços/produtos, mesmo arcando com o ônus financeiro que sua atualização requer. Por outro lado, também pode revelar que: a) ainda não houve uma iniciativa institucional, voltada para o planejamento, provimento e acompanhamento regulares da gestão do Sistema de Bibliotecas, de forma integrada ao planejamento global da Universidade, aos projetos pedagógicos e aos planos de atividades didáticas; b) não há uma ação pró-ativa das bibliotecas, no sentido de se antecipar ou mesmo formular demandas, nem a promoção sistemática do uso e do acesso aos recursos informacionais.

Estudar os dados estatísticos coletados pelas bibliotecas, pelo que se pôde depreender neste estudo, constituirá um novo problema a ser enfrentado devido à falta de consistência que apresentam, segundo informação verbal da Biblioteca Central, prestada em fevereiro de 2001. Este fato tem dificultado o uso de informações para a tomada de decisão e reflete a necessidade - há muito

---

<sup>76</sup> A intenção de pesquisa concebida para o doutorado é o desenvolvimento de um modelo de metodologia para avaliação do desempenho de bibliotecas universitárias no processo de transferência da informação.

<sup>77</sup> A referida pesquisa já se encontra cadastrada no CNPq.

<sup>78</sup> Informação verbal da Diretora em colhida em fevereiro de 2001.

<sup>79</sup> Pesquisadores, coordenadores de cursos de pós-graduação e tutores de PET, chefes de departamentos e coordenadores de cursos de graduação, bibliotecários da UFBA, bibliotecários e outras IES, estudantes de graduação e de pós-graduação, e diretores de unidade/órgão.

diagnosticada – de criação de um banco de informações gerenciais que, além de fornecer dados para subsidiar decisões ligadas ao planejamento e à gestão, propicie a formulação de indicadores de desempenho e de padrões de qualidade. Tais informações revelariam não só o verdadeiro *status* dessas bibliotecas universitárias, como também poderiam ser utilizados em ações que buscassem a “melhoria da qualidade e da produtividade” (CHASTINET, 1991).

Por oportuno, cabe parafrasear mais uma vez o antropólogo Luiz Eduardo Soares quando discorre sobre a necessidades de informações qualificadas, no propósito de estabelecer e implementar diagnósticos e políticas. Atendidas essas demandas, num contexto de planejamento institucional, de projetos pedagógicos e de vontade política comprometida com uma universidade de qualidade – cuja missão seja voltada para a autonomia e bem-estar do País – certamente a biblioteca universitária estará extrapolando suas funções – de coletar, organizar e dar amplo acesso à informação – para integrar-se a uma rede capaz de inseri-la como partícipe dos processos de transferência de informação e de geração de conhecimentos.

\*\*\*

---

<sup>80</sup> Informação verbal da Chefe, colhida em outubro de 2001.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Vera Lélia. **Avaliação institucional universitária I: resumo de apostila**. Salvador: [ s.n.], 2000. 18 f.

\_\_\_\_\_. **O futuro foi há um instante: as bibliotecas da UFBA na berlinda**. Salvador, 2000. 54 f. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Universitária e Qualidade em Serviços) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

\_\_\_\_\_. **Os processos de auto-avaliação da Universidade Federal da Bahia**. Salvador, 2000. 14 f. Trabalho apresentado à disciplina Avaliação Institucional II, do Curso de Especialização em Gestão Universitária e Qualidade em Serviços.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de . **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2000. 112 p.

ALMEIDA, Maria da Graça Gomes; FERREIRA, Valdinéia Barreto. **Perfil dos bibliotecários da Universidade Federal da Bahia: impacto das novas tecnologias da informação**. 2000. 50 f. Monografia (Curso de Especialização em Gestão Universitária e Qualidade em Serviços) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

ALMEIDA, Rômulo. Conferência de abertura. In: CICLO DE ESTUDOS DA COMISSÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E ESCOLARES, 1, 1985, Vitória-ES. **Anais ...** Brasília: CBBPE, 1986. 223 p.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Association of College and Research Libraries. **Standards for college libraries**. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/guides/college.html>>. Acesso em: 30 maio 2000.

ANDRADE, Diva C. Bibliotecas universitárias de ciências sociais e humanas. **Rev. Esc. Bibliotecon. Univ. Fed. Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 91-107, mar. 1984.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1989. 288 p.

\_\_\_\_\_; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1993. 395 p.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA. **Programas de Pós-Graduação : informações gerais sobre os cursos e docentes/doutores de Ciência da Informação no Brasil (1999)**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <[www.alternex.com.br/~aldoibct/CursoCi.htm](http://www.alternex.com.br/~aldoibct/CursoCi.htm)>. Acesso em: 2 mar. 2001.

BARBOSA, Alice Príncipe. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1978. 245 p. (Coleção Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação).

BARRETO, Aldo de Albuquerque. Os destinos da ciência da informação: entre o cristal e a chama. **DataGramZero – Rev. Ci. Inf.**, n. 0, dez., 1999. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez99/F\\_I\\_aut.htm](http://www.dgz.org.br/dez99/F_I_aut.htm)> Acesso em: 2 mar. 2000.

\_\_\_\_\_. Uma elegante esperança. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 7-9. jan./abr. 1995. Editorial.

BELLONI, Isaura. A função social da avaliação institucional. **Avaliação**, Campinas, v. 3, n. 34, p. 37-50, dez. 1998.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. Parecer nº 518, de 9 de novembro de 1992. [Autorização e funcionamento de IES]. **Documenta**, Brasília, n. 383, nov. 1992.

\_\_\_\_\_. Parecer nº 3.492, de 14 de dezembro de 1977. [Autorizações, docentes, reconhecimentos, planos de cursos, necessidades sociais]. **Documenta**, Brasília, n. 205, fev. 1977.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1, de 4 de fevereiro de 1993. Fixa normas para autorização de funcionamento de Instituições Isoladas de Ensino Superior, de Curso de Graduação e aumento de vagas em cursos existentes e dá outras providências. **Documenta**, Brasília, n. 386, fev. 1993.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 16, de 26 de dezembro de 1977. Fixa normas de autorização para funcionamento de cursos superiores... **Documenta**, Brasília, n. 205, dez. 1977.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 17, de 26 de dezembro de 1977. Fixa normas para aprovação de planos de cursos ... **Documenta**, Brasília, n. 205, dez. 1977.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 18, de 26 de dezembro de 1977. Fixa normas para autorização de cursos ... **Documenta**, Brasília, n. 205, dez. 1977.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 18, de 26 de dezembro de 1977. Fixa normas para autorização de cursos ... **Documenta**, Brasília, n. 205, dez. 1977.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 19, de 26 de dezembro de 1977. Fixa normas para reconhecimento de cursos superiores de graduação. **Documenta**, Brasília, n. 205, dez. 1977.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Ensino Superior. Parecer nº 1.070, de 23 de novembro de 1999. Critérios para autorização e reconhecimento de cursos de Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/Sesu/cursos>>. Acesso em: 11 maio. 2001.

BRASIL. Decreto nº 359, de 9 de dezembro de 1991. Regulamenta o artigo 47 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 10 maio 2000.

BRASIL. Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996. Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 maio 2000.

BRASIL. Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos art. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2000.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, a classificação e as atribuições das entidades mantenedoras de instituições de ensino superior, bem como a organização acadêmica dessas instituições.. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 13 jun. 2000.

BRASIL. Decreto nº 3.860, de 9 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências. Disponível em: <[www.abmes.org.br](http://www.abmes.org.br)>. Acesso em: 21 maio 2000.

BRASIL. Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968. Reestrutura a Universidade Federal da Bahia e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 25 maio 2000.

BRASIL. Decreto nº 98.964, de 16 de fevereiro de 1990. Institui o Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 19 maio 2000.

BRASIL. Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969. Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2000.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse estatística da educação superior 2000**. Brasília, 2001. Disponível em: <[http://www.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior\\_superior-2000.pdf](http://www.inep.gov.br/download/censo/2000/Superior_superior-2000.pdf)> Acesso em: 11 out. 2001

\_\_\_\_\_. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Padronização dos instrumentos para avaliação das condições de ensino**: versão preliminar. Brasília, 2001. 29 f. Versão recebida por *e-mail* .

BRASIL. Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 18 jul. 2000.

BRASIL. Lei n. 5540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>> Acesso em: 25 jun. 2000.

BRASIL. Lei n. 9131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 10 abr. 2002.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 6 maio 2002.

BRASIL. Medida Provisória nº 1.126, de 26 de setembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 11 fev. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 287, de 24 de abril de 1986. Aprova o Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – PNBu. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília-DF, 28 abr. 1986, Seção I, p. 6050-6052.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 302, de 7 de abril de 1998. Normatiza os procedimentos de avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br/>> Acesso em: 11 fev. 2001.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 288, de 24 de abril de 1986. Cria o Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias. **Documenta**, Brasília, n. 305, maio 1986.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 180, de 23 de fevereiro de 1996. Constitui Comissão Especial visando criação e reconhecimento de universidades. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília-DF, 27 fev. 1996, Seção I, p. 3203.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 181, de 23 de fevereiro de 1996. Normas para autorização de cursos e habilitações. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 9 fev. 2001.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 302, de 7 de abril de 1998. Normatiza o procedimento de avaliação do desempenho individual das instituições de ensino superior. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 9 fev. 2001

\_\_\_\_\_. Portaria nº 637, de 13 de maio de 1997 Dispõe sobre o credenciamento de universidades. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 9 fev. 2001

\_\_\_\_\_. Portaria nº 640, de 13 de maio de 1997 Dispõe sobre o credenciamento de faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 9 fev. 2001

\_\_\_\_\_. Portaria nº 641, de 13 de maio de 1997 Dispõe sobre a autorização de novos cursos em faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores em funcionamento. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 9 fev. 2001.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 877, de 30 de julho de 1997. Procedimentos para reconhecimento de cursos, habilitações de nível superior e sua renovação. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2001.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 879, de 30 de julho de 1997. Dispõe sobre critérios para constituição das comissões de especialistas. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2001

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Superior. **Avaliação das condições de oferta.** [Brasília, 199-]. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/Sesu/ofertas.shtm#o%20que%20e>>. Acesso em: 29 out. 2001.

\_\_\_\_\_. **Avaliação das condições de oferta de cursos de graduação; relatório síntese – 1998.** Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Avaliação das condições de oferta de cursos de graduação; relatório síntese – 1999.** Brasília, 1999. 108p.

\_\_\_\_\_. **Enfrentar e vencer desafios: educação superior.** Brasília: 2000. 39 p.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de bibliotecas universitárias:** portaria ministerial nº 287 de 24/04/86. Brasília, 1986. 13 f. (Doc Plan/86-001).

\_\_\_\_\_. Portaria nº 55, de 28 de abril de 1986. Aprova o Regimento Interno do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 abr. 1986, Seção I, p. 6224.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 1.647, de 28 de junho de 2000. Dispõe sobre a constituição das comissões e procedimentos de avaliação e verificação de cursos superiores. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2001.

\_\_\_\_\_. Portaria 2.297, de 8 de novembro de 1999. Dispõe sobre a constituição de comissões e procedimentos de avaliação e verificação de cursos superiores. Disponível em: <<http://prolei.cibec.inep.gov.br>>. Acesso em: 11 fev. 2001.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria Nacional de Educação Superior. Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias; BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; BRASIL. Conselho Nacional de Pesquisa. **Análise de rotinas e dados em bibliotecas universitárias visando a automação de suas funções.** Brasília, 1991. 340 p.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **As cinco leis da biblioteconomia e o exercício profissional**. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bitl/mluiza/index.htm>> Acesso em: 30 ago. 2000.

CARVALHO, Kátia de et al. **Travessia das letras**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1999. 145 p.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. Cooperação bibliotecária e compartilhamento de recursos. In: \_\_\_\_\_. **Compartilhamento de recursos e acesso à informação no Brasil**: um estudo nas áreas de química e engenharia química. 1999. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília. p. 21-40.

\_\_\_\_\_. **Estabelecimento de padrões para bibliotecas universitárias**. [Fortaleza]: Edições UFC; [Brasília]: ABDF, 1981. 71 p.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas e padrões para o planejamento e a avaliação de bibliotecas universitárias**. Brasília: SESu; Capes; CNPq; Finep, 1995. 159 p.

\_\_\_\_\_. **Re: Avaliação de Biblioteca** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <[nlubisco@ufba.br](mailto:nlubisco@ufba.br)> em 3 de out. 2001.

CHASTINET, Yone. **A criação do Programa Nacional de Bibliotecas Universitárias – PROBIB e a implementação do I Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias – I PNB**: 1986-1989. Brasília: SESu/PNBU, 1990. 59p.

\_\_\_\_\_. Participação da comunidade na implantação do Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 6, Belém-PA, 1989. **Anais...** Belém: [s.n.], 1989. p. 38-47

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração**: teoria, processo e prática. 2.ed. São Paulo: Makron Books, 1994. 522 p.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 295 p.

CUNHA, Maria Luísa Monteiro da. Tema 5: bibliotecas universitárias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 7, 1973, Belém. **Anais ...** Rio de Janeiro: IBBD, 1977. p. 229-250

DE FIORE, Ottaviano. Como tornar o Brasil uma nação letrada? **D. O. Leitura**, Brasília, p. 27-35, jan. 2001.

DIAS, Antonio Caetano. Biblioteca universitária: sua integração ao processo de desenvolvimento. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 31, p. 47-53, 1967.

DIAS, Antonio Caetano et al. A primeira escola de Biblioteconomia do Brasil. In: **Os 80 anos da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRIO; Escola de Biblioteconomia, 1991. 48p. p.5-6.

DIAS, Eduardo José Wense. Padrões para pessoal nas bibliotecas universitárias brasileiras. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 335-339, set./dez. 1994. Trabalho apresentado no 7º Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Rio de Janeiro, 1991, v.1, p.14-31.

DIAS, Maria Matilde Kronka. **Biblioteca universitária: protótipo e experimento para caracterização e avaliação.** 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DIAZ BORDENAVE, Juan; PEREIRA, Adair Martins. A biblioteca como instrumento de ensino aprendizagem. In: \_\_\_\_\_. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** 12. ed. Petrópolis: Vozes, 1991. cap. 11, p. 255-265

DODEBEI, Vera Lúcia et al. Bibliotecas universitárias brasileiras: uma reflexão sobre seus modelos. In: CICLO DE ESTUDOS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6, Rio de Janeiro, 1998. **Anais ...** Rio de Janeiro: UFRJ, SIBI,1998. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/sibi/bibliotecaeletronica.html>>. Acesso em: 02 maio 2000.

DRUCKER, Peter. O futuro já chegou. **Exame**, São Paulo, p. 112-126, 22 mar. 2000.

DURHAM, Eunice; SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Avaliação do ensino superior.** São Paulo: EDUSP, 1992. 207 p.

EDVINSSON, Leif; MALONE, Michael S. **Capital intelectual.** São Paulo: Makron Books, 1998. 214 p.

ENCICLOPÉDIA Abril. São Paulo: Abril Cultural, 1971. v. 2 e 12.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira [1975]. 1517 p.

FERREIRA, Gilda Pires. **A biblioteca universitária em perspectiva sistêmica.** Recife: UFPE, 1977. 39 p. Convênio Ministério de Educação e Cultura/DAU.

FERREIRA, Lusimar Silva. **Bibliotecas universitárias brasileiras: análise de estruturas centralizadas e descentralizadas.** São Paulo: Pioneira; [Brasília]: INL, 1980. 118 p.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. A modernidade das cinco leis de Ranganathan. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 186-191, set./dez. 1992.

FONSECA, Edson Nery da. **Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil.** [S.l.: s.n., 1984?]. p.95-124 Separata de: Revista do Livro, n.5, mar. 1957.

\_\_\_\_\_. **Ser ou não ser bibliotecário e outros manifestos contra a rotina.** Brasília: ABDF, 1988. 260 p.

FRANÇA, Júnia Lessa et al. **Manual para normalização de publicações técnico-científicas**. 4. ed. rev. e aum. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. 213 p.

FREITAS, Joseania Miranda. **A história da Biblioteca Infantil Monteiro Lobato: entrelaçamento de personagens e instituição**. 2001. 288 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Orientador Luís Henrique Dias Tavares.

GALVÃO, Ana Maria Mattos et al. Metodologia para análise dos relatórios das bibliotecas do sistema de bibliotecas da UFGRS. In: Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 10., 1998, Fortaleza. **Anais ...** Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD.

GALVÃO, Derblay. Plano nacional de bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 5., 1987, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Biblioteca Central da UFRGS, 1987. 2 v.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 46-52, jan./abr. 1998.

GASPARETTO, Agenor. Avaliação institucional: um processo doloroso de mudança: a experiência da UESC, Ilhéus, Bahia. In: VERHINE, Robert E. (Org.). **Experiências de avaliação institucional em universidades brasileiras**. Salvador: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, 2000. 123 p. Textos apresentados durante o XIV Encontro de Pesquisa educacional do Nordeste: Avaliação Institucional, Salvador, 16 a 18 jun. 1999.

GARCIA, Maria Lúcia Andrade. **Plano nacional de bibliotecas universitárias: planejamento e permanência**. [Brasília: Finep], 1991. 42 f.

GELFAND, M. A. **University libraries for developing countries**. Paris: UNESCO, 1968. 157 p. (UNESCO Manuals for Libraries, 14)

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 107 p.

GOLDHOR, Herbert. **Pesquisa científica em biblioteconomia e documentação**. Trad. de Leila Novaes. Revisão e edição de Abner Lellis Corrêa Vicentini. Brasília: VIPA, 1973. 221 p. (Visão da Informática pura e Aplicada, 3)

GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Novos modos de conhecer: os recursos da Internet para uso das bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., 1998, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD

GORMAN, Michael. Five new laws of librarianship. **American Libraries**, sep. 1995.

GUERRA, Martha de Oliveira; CASTRO, Nancy Campos de. **Como fazer um projeto de pesquisa**. Juiz de Fora: EDUJF, 1994. 53 p.

HEEMANN, Vivian; COSTA, Marília Damiani; MATIAS, Márcio. As bibliotecas universitárias e seus paradigmas: a missão, o ensino, a pesquisa, os custos, o pessoal. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9., 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR; PC, 1996. 3 disquetes, 31/2 pol. Word for Windows.

O IMPACTO da tecnologia da informação sobre o desenvolvimento nacional. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 23, n. 1, 158 p., jan./abr. 1994. Edição comemorativa dos 40 anos do IBICT (1954-1994). Índice da Ciência da Informação 1972-1993.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador nacional de alfabetismo funcional**: um diagnóstico para a inclusão social pela educação. São Paulo, 2001. 23p.

JORNAL DO MEC. Brasília, v. 13, n. 2. abr. 2000. 16p.

JULIATTO, Clemente Ivo. Pensando na biblioteca universitária. **Educ. Bras.** Brasília, v. 10, n. 21, 2. sem. 1988. p. 105-123.

KLAES, Rejane Raffo; PFITSCHER, Eloisa Futuro. Bibliotecas universitárias: e agora? In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9., 1996, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR; PUC, 1996. 3 disquetes, 31/2 pol. Word for Windows.

KRIEGER, Eduardo Moacyr. **[Aula inaugural da Universidade Federal da Bahia]**. Salvador, 2001. Apontamentos. O autor é Presidente da Academia Brasileira de Ciências.

KRZYZANOWSKI, Rosaly Favero. **Análise comparativa de padrões propostos pelo SIBI/USP e os existentes internacionalmente, em relação a recursos humanos**. [São Paulo: USP], 1993. 12f.

\_\_\_\_\_. A modernização da biblioteca universitária para a sua interação adequada à universidade na "era da informação". In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9., 1996, Curitiba.. **Anais**. Curitiba: UFPR; PUC, 1996. 3 disquetes, 31/2 pol. Word for Windows.

LANCASTER, F. W. **Avaliação de serviços de bibliotecas**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996. 356 p.

LARA, José Jacinto. A universidade no Brasil: século XIX. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, Unisinos, v. 29, n. 135, p. 21-30, nov./dez. 1993.

LEMOS, Antonio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. (Org.). **Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. p. 347-366

\_\_\_\_\_; MACEDO, Vera Amália Amarante. Posição da biblioteca na organização operacional da universidade. **Rev. Esc. Bibliotecon. Univ. Fed. Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 40-51, mar. 1975.

LIMA, Etelvina. **A biblioteca no ensino superior**. Brasília: ABDF, 1978. 23 p. Convênio Capes/ABDF. Trabalho apresentado no VIII CBBB, Brasília, 1975.

\_\_\_\_\_. **Estrutura organizacional da biblioteca universitária da Universidade Federal de Minas Gerais**: um estudo de centralização e descentralização. 1974. 75 p. Tese (Professor Titular) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **Catálogo coletivo das bibliotecas acadêmicas da Bahia**: projeto. Salvador, 1998. 6 f. Não publicado.

\_\_\_\_\_. **Catálogo coletivo de bibliotecas acadêmicas da Bahia**: contribuição à política de aquisição da UFBA, através da implementação de trabalho cooperativo interinstitucional. Salvador, 2000. 4 f. Não publicado.

\_\_\_\_\_. **A prática epistemológica no ambiente do renascimento**: antecedentes e a revolução científica. Salvador, 1999. 12 f. Trabalho apresentado à disciplina Cultura Científico-tecnológica no Ocidente, do Mestrado em Informação Estratégica, Instituto de Ciência da Informação/UFBA. Não publicado.

\_\_\_\_\_. **Setor de bibliotecas do Estado da Bahia**: subsídios a um planejamento governamental. 3. ed. rev. Salvador, 1993. Não paginado. Edição apostilada. Não publicado.

\_\_\_\_\_. **Tipificação de biblioteca segundo as variáveis função, acervo e público**. Salvador, 2001. Não publicado. Material didático. Atualização da versão de 1993.

\_\_\_\_\_; BRANDÃO, Lídia M. B. (Org.). **Informação & informática**. Salvador: EDUFBA, 2000. 307 p.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 232 p.

LUZ, Graça Maria Simões. **Bibliotecas universitárias: um modelo de avaliação de desempenho**. 1989. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

MACIEL, Alba Costa. **Instrumentos para gerenciamento de bibliotecas**. Niterói: EDUFF, 1995. 66 p.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**. São Paulo: Anhembi, 1957. 549 p.

MEDEIROS, Nirvanda Lima; HALLA, Leonor Dantas. **A Biblioteca Central da UFBA**: criação e evolução. Salvador, 1991. 7 f.

MENEZES, Luiz Octávio Cardoso de. **O formalismo no ensino superior brasileiro**. 1979. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

MERCADANTE, Leila. **Análise de modelos organizacionais de bibliotecas universitárias nacionais**. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, 1990. 82 p. (SESu/PNBU/Doc.Pet/90-07).

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 107 p. (Primeiros Passos, 94).

MILANI JÚNIOR, Angelo. **Base conceitual para implantação de um sistema de inteligência competitiva na BRASPETRO**. 1998. 83 f. Monografia (Diplôme d'Études Approfondies) - Université d'Aix Marseille, Marseille.

MILCZEWSKI, Marion. **Estructura de la biblioteca universitaria en America Latina**. Washington: Union Panamericana, 1967. 48 p. (Estudios bibliotecarios, 10)

MIRANDA, Antonio. **Biblioteca universitária no Brasil: reflexões sobre a problemática**. Brasília: CAPES/DAU/MEC, 1978. 36 p. Trabalho apresentado no I Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, Niterói, 23 a 29 de julho de 1978.

\_\_\_\_\_. **Bibliotecas dos cursos de pós-graduação em educação no Brasil: estudo comparado**. Brasília: CAPES, 1977. 94 p.

MODELO flexível para um sistema nacional de bibliotecas escolares. Trad. de Walda de Andrade Antunes. Brasília: Comissão Brasileira de Bibliotecas Públicas e Escolares, 1985. 283 p.

MONTE-MÓR, Janice; BOTELHO, Marcos. O controle bibliográfico universal, o depósito legal e a Fundação Getúlio Vargas. **R. Adm. Públ.**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 21, n. 1, p. 106-118, jan./mar. 1987.

MUELLER, Susana P. M. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de funções e papéis da biblioteca. **Rev. Esc. Bibliotecon. Univ. Fed. Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 7-54, mar. 1984.

OLIVEIRA, Nirlei Maria. **Avaliação do planejamento das bibliotecas universitárias brasileiras**. 1999. 156 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

ORTEGA Y GASSET, José. **Misión del bibliotecario y otros ensayos afines**. 2.ed. Madrid: Revista del Occidente, 1967.

PALHARINI, Francisco de Assis (Relator). **PAIUB 2000 – trajetória da qualidade**. [S.l: s.n.], 1999. 18 f. Versão aperfeiçoada do documento aprovado pelo Comitê Assessor do PAIUB em 8 de novembro de 1999.

PASQUARELLI, Maria Luiza Rigo. **Procedimentos para busca e uso da informação**: capacitação do aluno de graduação. Brasília: Thesaurus, 1996. 86 p.

\_\_\_\_\_; KRZYZANOWSKI, R. F. **Estudo comparativo dos padrões internacionais com estudo de estrutura organizacional das bibliotecas da USP**. São Paulo, 1989. 10 f. Mimeografado

PEQUENO dicionário enciclopédico Koogan Larousse. Rio de Janeiro: Larousse do Brasil, 1979. 1634 p.

PEREIRA, Isailda Britto. **As bibliotecas públicas municipais da Bahia em questão**. 1992. 44 f. Monografia (Especialização em Planejamento do Ensino) - Faculdade de Educação da Bahia, Salvador.

PEREZ, Dolores Rodrigues; PUERARI, Ely Bezerra de Miranda; MELLO, Paula Maria Abrantes Cotta de. Estudo de caracterização das bibliotecas da UFRJ: desenvolvimento de uma metodologia. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 7., Rio de Janeiro, 1991. **Anais ...**Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 1992. v. 2, p. 454-478.

PESSOA, Epiácio. **No Ministério da Justiça**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959. p. 547-597 (Obras completas de Epiácio Pessoa, 5). Microfilme adquirido junto à Biblioteca Nacional e revelação pela Empresa Gráfica da Bahia

PFROMM NETTO, Samuel. A biblioteca como instrumento da tecnologia educacional. **Ver. Esc. Bibliotecon. Univ. Fed. Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, p. 19-32, mar. 1975.

PIMENTEL, Carlos Eduardo. A biblioteca universitária e o sistema educacional. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9., Curitiba, 1996. **Anais ...** Curitiba, UFPR; PUC, 1996. Disquetes 31/2 pol. Word for Windows.

PROBE. Programa Biblioteca Eletrônica. Disponível em: <<http://www.probe.br/historico.html>> Acesso em: 09 nov. 2000.

RAMOS, Maria Etelvina Madalozzo; BERTHOLINO, Maria Luzia Fernandes; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Gestão de qualidade em bibliotecas universitárias: em busca de indicadores de desempenho. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 10., Fortaleza, 1998. **Anais ...** Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD

RECOMENDAÇÃO da UNESCO sobre normalização internacional das estatísticas relativas a bibliotecas. **Rev. Bras. Bibliotecon. Doc.**, São Paulo, v. 11, n. 1/2, p. 76-82, jan./jun. 1978.

ROBREDO, Jaime; CUNHA, Murilo B. da. **Documentação hoje e amanhã**: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação. São Paulo: Global, 1994. 400 p.

SÁ, Elisabeth Schneider de (Coord.). **Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais**. 5. ed. rev. e ampl. Patrópolis-RJ: Vozes, 2000. 189 p.

SANTANA, Isnaia Veiga. **Análise da situação das bibliotecas universitárias do Nordeste**. Salvador: Biblioteca Central da UFBA, 1993. 81 f. Documento-base do 1º Seminário de Bibliotecas Universitárias do Nordeste, Salvador, 16 a 19 agosto de 1993.

\_\_\_\_\_. Biblioteca universitária e transferência da informação: problemas e perspectivas. **Ci. Inf.**, v. 18, n. 1, p. 35-44, jan./jun. 1989.

\_\_\_\_\_. **Observações**. Salvador: 2001. [3 f.] Parecer sobre a versão desta dissertação, apresentada à pré-banca em 30/3/2001

\_\_\_\_\_. O papel da biblioteca no contexto ensino-aprendizagem. **Rev. Baiana Enf.**, Salvador, v. 6, n. 2, out. 1993.

\_\_\_\_\_; FREITAS, Marly Magalhães de; GOMES, Henriette Ferreira. Avaliação das necessidades de pessoal do Sistema de Bibliotecas da UFBA: uma proposta metodológica. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE BIBLIOTECAS UNIVERISTÁRIAS, 7., Rio de Janeiro, 1991. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ/SIBI, 1992. v. 2, p. 430-453.

\_\_\_\_\_. **Estudo da situação dos recursos humanos do Sistema de Bibliotecas da UFBA**: proposta de dimensionamento. Salvador: Universidade Federal da Bahia/Biblioteca Central, 1991. 38 f.

SAVIANO, Dermeval. Concepção de dissertação de mestrado centrada na idéia de monografia de base. **Educ. Bras.**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 159-161, 2.sem.1991.

SCHLÖGEL, Elayne Margareth; ANJOS, Liane dos. Consórcio de bibliotecas universitárias e de pesquisa paranaenses: sugestão de metodologia para sua criação. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIA, 10., Fortaleza, 1998. **Anais...** Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD

SCHROEDER, Orlando Borges. **Renovação do ensino superior**. Florianópolis: Imprensa Universitária Federal de Santa Catarina, 1969, 245 p.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 3. ed. Campinas-SP: Papyrus, 1991. 115 p.

TARAPANOFF, Kira. A biblioteca universitária vista como uma organização social. In: **ESTUDOS avançados em biblioteconomia e ciência da informação**. Brasília: ABDF, 1982. v. 1, cap. 3, p. 73-92.

\_\_\_\_\_. Objetivos da biblioteca universitária. **Rev. Latinoam. Doc.**, v. 1, n. 1, p. 13-17, ene./jun. 1981.

\_\_\_\_\_. KLAES, Rejane Raffo; CORMIER, Patrícia Maria Jeanne. Biblioteca universitária e contexto acadêmico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS

UNIVERSITÁRIAS, 10., Fortaleza, 1998. **Anais...** Fortaleza: Tec Treina, 1998. 1 CD.

\_\_\_\_\_; SUAIDEN, Emir. Planejamento estratégico de bibliotecas públicas no Brasil: histórico, crise e perspectivas. **R. Bibliotecon. Brasília**, v. 19, n. 2, p. 137-165, jul./dez. 1995.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e mundo moderno**. São Paulo: Nacional, 1969. 245 p. (Cultura, Sociedade, Educação, 12)

TRINDADE, Hélgio. Projeto de avaliação institucional da ANDIFES. **Revista: Educación Superior y Sociedad**, Caracas, Centro Regional para la Educación Superior en América Latina y Caribe, v. 5, n. 1 y 2, 1994. p. 7-29.

UNESCO Statistical yearbook 2000. Disponível em: <<http://www.unesco.org>> Acesso em: 27 jan. 2001.

UNESCO. **UNISIST**: informe del estudio sobre la posibilidad de establecer un sistema mundial de información científica. Montevideo, 1971. 176 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **A biblioteconomia na Bahia**: 40 anos de atividades. Salvador: Escola de Biblioteconomia, 1982.

\_\_\_\_\_. **Catálogo geral 1966**. Salvador: Departamento Cultural da Reitoria, 1966. p. 64-65.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. **Memorial de Medicina**. Textos e Luiz Fernando Macedo Costa e Thales de Azevedo. Salvador: Companhia de Seguros Aliança da Bahia, 1983. p. Apresentação (sem numeração)

VERGUEIRO, Waldomiro. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Polis; APB, 1989. 96 p. (Coleção Palavra-chave, 1)

\_\_\_\_\_; BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Indicadores de qualidade em bibliotecas universitárias em face da globalização de informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18., São Luís, 1997. **Anais ...** São Luís: Associação Profissional dos Bibliotecários do Estado do Maranhão; COLLECTA, 1997. Disquetes 31/2 pol. Word for Windows.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Telma de. Definição de indicadores de qualidade: a visão dos administradores e clientes de bibliotecas universitárias. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 27-40, jan./jun. 2001.

VIANNA, Maria José Gomes Monteiro; PAULO, Maria de Lourdes Mussi; QUEIROZ, Valéria Marques de; ROHEM, Vanda Pires. A biblioteca e sua relação com o contexto acadêmico. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 9., Curitiba, 1996. **Anais...** Curitiba, UFPR; PUC, 1996. Disquetes 31/2 pol. Word for Windows.

XIMENES, D. de A. **Detalhando conversa...** [mensagem pessoal] Mensagem recebida por <nlubisco@ufba.br> em 7 de jul. 2000.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – PNBU: Macrofunções, Diretrizes, Ações e Resultados

MACROFUNÇÕES	DIRETRIZES	AÇÕES	TOTAL	PARCIAL	NULA
1 – PLANEJAMENTO					
Organizacional	<p>I – Estabelecer e/ou fortalecer uma estrutura de sistema de biblioteca e documentação em cada universidade ... visando assegurar a eficiência dos serviços de informação para o usuário.</p> <p>II – Estimular a definição de padrões de desempenho da biblioteca universitária, de modo a orientar seu planejamento, organização, desenvolvimento e avaliação, e garantir a qualidade de suas ações.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Instituir no MEC um órgão que coordene a formulação de políticas e programas para as bibliotecas universitárias;</li> <li>2. Estimular a criação e/ou fortalecimento do sistema de bibliotecas e documentação de cada universidade, tendo um órgão central para coordená-lo em nível institucional e representá-lo em nível nacional.</li> <li>3. Definir dados estatísticos a serem coletados, visando a elaboração de indicadores de estudos comparativos;</li> <li>4. Operacionalizar sua coleta sistemática;</li> <li>5. Realizar estudos que não necessitem de coleta rotineira de dados estatísticos para avaliar o desempenho da biblioteca;</li> <li>6. Estabelecer padrões para o funcionamento da biblioteca.</li> </ol>		X  X  X	X
Financeiro	<p>III – Dotar as bibliotecas universitárias de recursos financeiros necessários à prestação de serviços de informação compatíveis com a demanda da comunidade acadêmica.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>7. Incluir a biblioteca universitária como centro de custos no planejamento orçamentário;</li> <li>8. Estabelecer percentual no orçamento visando o desenvolvimento da coleção e a prestação dos serviços;</li> <li>9. Definir critérios para a elaboração de orçamento das bibliotecas universitárias com participação da comunidade;</li> <li>10. Dar condições para que a biblioteca gerencie as dotações orçamentárias e os recursos financeiros externos;</li> <li>11. Estabelecer tetos orçamentários para materiais bibliográficos estrangeiros;</li> <li>12. Propor cotas de importação, Segundo tetos estabelecidos;</li> </ol>	X       X	X   X	X

Recursos Humanos	IV – Dotar as instituições de condições para formar e qualificar pessoal para as bibliotecas.	13. Criar mecanismos para captação de recursos externos.			
		14. Proporcionar aperfeiçoamento contínuo para pessoal profissional e de apoio; 15. Estabelecer padrões para composição de quadro funcional;		X	X
		16. Determinar critérios para seleção de pessoal; 17. Estudar a reestruturação da carreira; 18. Promover estudos visando a criação de cursos de especialização para técnicos de biblioteca universitária; 19. Desenvolver programas de estudo visando a otimização de técnicas; 20. Estabelecer programas de cooperação técnica voltado para o desenvolvimento do sistema.	X  X	X	X X
Recursos Físicos	V – Dotar as bibliotecas universitárias de estrutura física adequada às condições de conforto e Segurança para as coleções, os usuários e os funcionários.	21. Estabelecer critérios para construção, reestruturação e modernização das bibliotecas universitárias.		X	
2 – FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES	VI – Favorecer a formulação de políticas institucionais de formação, desenvolvimento e conservação de coleções  VII – Estimular o estabelecimento do programas	22. Elaborar instrumentos básicos e definir padrões; 23. Definir diretrizes e modelos básicos para estruturação dos processos de seleção e aquisição, com a participação dos usuários; 24. Elaborar instrumentos da avaliação do uso de coleções;	X  X	X	
		25. Desenvolver programas de fomento no âmbito do MEC articulando-os com agências de C&T. 26. Estabelecer catálogo central do acervo das bibliotecas e centros de documentação visando o estudo e		X X	

	de aquisição cooperativa e planejada.	<p>implantação da aquisição planejada;</p> <p>27. Promover atualização e desenvolvimento da lista de periódicos CAPES/FINEP;</p> <p>28. Definir e implantar política de aquisição cooperativa e planejada de periódicos;</p> <p>29. Elaborar bibliografias mínimas por curso;</p> <p>30. Definir política para armazenagem, controle e divulgação de teses e demais documentos gerados pela IES</p>	X	X	X
3 – PROCESSAMENTO TÉCNICO DO DOCUMENTOS	VIII – Assegurar a adoção de padrões, normas e metodologias para tratamento dos documentos, visando racionalizar procedimentos e facilitar intercâmbio.	<p>31. Definir padrões, normas e metodologias para catalogação bibliográficas e cabeçalhos de assuntos;</p> <p>32. Estimular as unidades isoladas de ensino a compatibilizar os seus procedimentos técnicos, possibilitando sua integração a programas cooperativos.</p>	X	X	
4 – AUTOMAÇÃO DE BIBLIOTECAS	IX – Estimular a automação de procedimentos técnicos e administrativos, visando facilitar o atendimento ao usuário.	<p>33. Desenvolver uma rede de intercâmbios de dados bibliográficos e documentários, para viabilizar serviços de catalogação cooperativo, empréstimo, comutação bibliográfica etc;</p> <p>34. Manter centro referencial de informação sobre automação de bibliotecas;</p> <p>35. Estimular o desenvolvimento de <i>softwares</i> integrados para automação de todas as funções da biblioteca;</p> <p>36. Apoiar a adoção do formato de intercâmbio CALCO.</p>	X	X  X	
5 – USUÁRIOS E SERVIÇOS	<p>X – Assegurar o desenvolvimento e divulgação de métodos e técnicas que facilitem o levantamento das necessidades de informação, visando garantir o uso adequado dos acervos, produtos e serviços.</p> <p>XI – Assegurar o planejamento</p>	<p>37. Divulgar metodologias de levantamento de necessidades de informação e estudos de usuários;</p> <p>38. Desenvolver programas de educação de usuários e elaborar materiais instrucionais;</p> <p>39. Oferecer programas de capacitação em metodologia de pesquisa documentária em colaboração com cursos de graduação e pós-graduação.</p> <p>Intermediação de serviços:</p>			X  X

	e oferta de serviços de informação, segundo os diversos seguimentos de usuários.	40. Promover treinamento sobre fontes de informação 41. Estabelecer acordos com produtores e intermediários de serviços de informação 42. Divulgar produtos e serviços Geração de serviços 43. planejar e oferecer serviços a partir do acervo de documentos primários e secundários 44. assegurar o acesso a documentação primária através do fortalecimento do programa COMUT			X X X X X
6 – ATIVIDADES COOPERATIVAS	XII – Estimular a participação das bibliotecas universitárias em atividades cooperativas	45. Integrar cada biblioteca em programas cooperativos; 46. Criar veículo comum de divulgação.		X	X

FONTE: BRASIL. MEC. SESu. Plano Nacional de Bibliotecas Universitárias (PNBU). Brasília, 1986. (DocPlan/86-001)  
GARCIA, 1991, p. 27-28

APÊNDICE B – Avaliação dos Cursos e Instituições de Ensino Superior, segundo o Decreto 2 026/96

AÇÕES	RESPONSÁVEL	DIMENSÃO/ABRANGÊNCIA	INDICADORES	ORIGEM/RELAÇÕES	INSTRUMENTOS
1. Análise dos indicadores de desempenho global do sistema nacional de ensino superior	SEDIAE – Seção de Avaliação e Informação Educacional/ MEC	Região e Unidade da Federação, conforme área do conhecimento e tipo/natureza das instituições	Taxas de escolarização bruta e líquida Taxas de disponibilidade e de utilização de vagas para ingresso Taxas de evasão e de produtividade Tempo médio para conclusão dos cursos Índices de qualificação do corpo docente Relação média alunos por docente Tamanho médio das turmas Participação da despesa com ensino superior nas despesas públicas com educação Despesas públicas por aluno no ensino superior público Despesa por aluno em relação ao PIB por habitante nos sistemas público e privado Proporção da despesa pública		
2. Avaliação do desempenho individual da IES	IES SESu/Comissões de Especialistas INEP CAPES SEDIAE	Ensino, pesquisa e extensão	Administração geral Administração acadêmica Administração social Produção científica, cultural e tecnológica	Auto-avaliação – IES  Avaliação dos Cursos Resultados do ENC  Avaliação da pós-grad. Análise dos indicadores de desempenho global	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Orientações e parâmetros da SESu</li> <li>▪ Visita <i>in loco</i></li> <li>▪ Relatórios fornecidos pelo INEP à SESU</li> </ul>

3. Avaliação do ensino de graduação por curso/Avaliação das Condições de Oferta	SESu/Comissões de Especialistas e Comissões de Avaliação <i>in loco</i>	Qualificação do Corpo Docente	<p>Titulação acadêmica  Regime de trabalho  Publicações científicas nos últimos três anos  Experiência de magistério superior  Experiência profissional não-acadêmica  Qualificação e regime de trabalho do coordenador do Curso  Relação professor/aluno  Plano de cargos e salários</p>	Resultado do ENC	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Padrões e bibliografia</li> <li>▪ Roteiro de coleta de dados prévia à visita</li> <li>▪ Questionário usado pela Comissão de Avaliação</li> <li>▪ Relatório final da SESu</li> </ul>
		Organização Didático-Pedagógica	<p>Missão da instituição  Objetivos do curso  Perfil do profissional pretendido  Distribuição da carga horária segundo o currículo  Habilitações  Alterações curriculares  Práticas pedagógicas inovadoras  Procedimentos formais de avaliação  Estágio supervisionado  Ementários  Bibliografia</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>▪</li> </ul>
		Instalações Gerais	<p>Espaço físico segundo alunos, docentes  Condições de manutenção e conservação  Planos de expansão</p>		

		Especiais	Laboratórios, auditórios, oficinas Equipamentos de informática, nº para pesquisa, ensino, acesso a redes de informações Plano de modernização de laboratórios e informatização		
		Biblioteca	Nº de títulos e exemplares, periódicos Espaço físico para leitura Formas de catalogação do acervo Acesso a redes de informação Qualificação técnica do pessoal Plano de atualização do acervo		
4. Avaliação dos programas de mestrado e doutorado	CAPES				

Fonte: Decreto 2 026/96

## APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista com Coordenadores de Colegiado de Curso

UFBA/ICI

Programa de Pós-graduação/ Mestrado em Informação Estratégica

Mestranda: Nídia Maria Lienert Lubisco

Campo de pesquisa: UFBA – Curso: \_\_\_\_\_

Coordenador: Prof(a): \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

.....

### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto a **biblioteca universitária** no processo de avaliação dos cursos de graduação pelo MEC.

Tem dois objetivos: 1) conhecer a base teórica utilizada pelo MEC para estabelecer os indicadores referentes à variável biblioteca; 2) analisar a adequação desses indicadores para demonstrar o papel que ela tem para o desempenho do curso.

### ORIENTAÇÕES

- Apresentar o mapa dos conceitos do Provão (ENC) e da Avaliação das Condições de Oferta (ACO).
- Confirmar a visita da Comissão da Avaliação (mês e ano)
- Confirmar recebimento do Relatório Final encaminhado pela SESu, contendo os conceitos finais de cada dimensão avaliada e as recomendações.

ENTREVISTA
------------

- 1) Com quantos membros contava a Comissão de Avaliação?
- 2) Qual a titulação de cada qual?
- 3) Como trabalharam em relação à biblioteca:  
Foram conhecê-la *in loco*? \_\_\_\_ Ou só solicitaram informações a respeito? \_\_\_\_  
  
*In loco*: A sós \_\_\_\_ Acompanhados \_\_\_\_ Neste caso, por quem?  
Coordr. Colegiado \_\_ Bibliotecário \_\_\_\_ Diretor \_\_\_\_ Outro \_\_\_\_
- 4) Quanto tempo levaram visitando a biblioteca? (ou indagando sobre ela)?  
\_\_\_\_\_

- 5) O que quiseram olhar/verificar?
- 6) Qual o entendimento que você tem sobre cada um dos itens avaliados, relacionados a seguir/o que cada um lhe sugere/o que lhe parece que a Comissão de Especialistas quis dizer com eles:
  - 6.1 - horário de funcionamento
  - 6.2 - informatização do acervo
  - 6.3 - Informatização do sistema de consulta
  - 6.4 - informatização do sistema de empréstimo
  - 6.5 - política de atualização do acervo
  - 6.6 - participação em redes
  - 6.7 - equipamentos
  - 6.8 - pessoal técnico
  - 6.9 - salas especiais
  - 6.10 - videoteca
  - 6.11 - títulos dos periódicos disponíveis
  - 6.12 - títulos de livros e no. de exemplares
  - 6.13 - qualidade da catalogação
- 7) Esses itens são suficientes para avaliar o papel da biblioteca dentro do curso, isto é, para revelar se ela contribui ou não para o desempenho do curso? ( = quesito 7 dos Bibliotecários)
- 8) Você excluiria algum item? Qual? ( = quesito 8 dos bibliotecários)
- 9) Você acrescentaria algum? Qual? ( = quesito 9 dos bibliotecários)
- 10) Sabe qual o peso que a biblioteca tem na Avaliação das Condições de Oferta?
- 11) Você concorda? Acha que deveria valer mais? Ou menos? Porque?
- 12) Em que aspecto(s) a biblioteca tem relação com o desempenho do curso de graduação? ( = quesito 3 dos bibliotecários)
- 13) Em que aspecto(s) ela deve contribuir para que o curso de graduação apresente um bom desempenho? ( = quesito 4 dos bibliotecários)

## APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com Bibliotecários

UFBA/ICI

Programa de Pós-graduação/ Mestrado em Informação Estratégica

Mestranda: Nídia Maria Lienert Lubisco

Campo de pesquisa: UFBA – Unidade de ensino: \_\_\_\_\_

Bibliotecário: – Bel(a): \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_

.....

### INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objeto a biblioteca universitária no processo de avaliação dos cursos de graduação pelo MEC.

Tem dois objetivos: 1) conhecer a base teórica utilizada pelo MEC para estabelecer os indicadores referentes à variável biblioteca; 2) analisar a adequação desses indicadores para demonstrar o papel que ela tem para o desempenho do curso.

### ORIENTAÇÕES

- Apresentar o mapa dos conceitos do Provão (ENC) e da Avaliação das Condições de Oferta (ACO). Saber se tinha conhecimento.

ENTREVISTA
------------

- 1) Você conhecia os Instrumentos de Avaliação? S \_\_\_\_ Ñ \_\_\_\_  
 No caso dos Padrões, conheceu: antes da Visita: \_\_\_\_\_  
 Por ocasião da Visita: \_\_\_\_\_
  
- 2) a – houve preparação o para a Visita de Avaliação? S \_\_\_\_ Ñ \_\_\_\_  
 b – como se deu a preparação (através de que providências)  
 c – caso sim, por iniciativa de quem? Diretor \_\_\_\_ Coordenador \_\_\_\_  
 d – você acompanhou a Comissão durante a Visita? S \_\_\_\_ Ñ \_\_\_\_ Mais alguém da Unidade: \_\_\_\_\_  
 e – quanto tempo a Comissão permaneceu na biblioteca? \_\_\_\_\_  
 f – o que a Comissão quis olhar/verificar?
  
- 3) Em que aspecto(s) a biblioteca tem relação com o desempenho do curso?  
 OU Qual o papel da BU no desempenho do curso? (= quesito 12 dos Coordenadores)

4) Em que aspecto(s) a BU deve contribuir para que o curso de graduação tenha um bom desempenho? (= quesito 13 dos Coordenadores)

5) Qual a atitude da Comissão quanto aos itens do Roteiro Prévio [extraídos do Roteiro Prévio, exceto Qualidade da Catalogação]:

- 5.1 – horário de funcionamento
- 5.2 – informatização do acervo
- 5.3 – informatização do sistema de consulta
- 5.4 – informatização do sistema de empréstimo
- 5.5 – política de atualização do acervo
- 5.6 – participação em redes
- 5.7 – equipamentos
- 5.8 – pessoal técnico
- 5.9 – salas especiais
- 5.10 – videoteca
- 5.11 – títulos de periódicos disponíveis
- 5.12 – títulos de livros e no. de exemplares
- 5.13 – Qualidade da catalogação

6) A Comissão examinou? Como? [Itens extraídos de orientações para Autorização (2) e para Reconhecimento (2); de Questionários de ACO (2); de Padrões (5); dos Roteiros disponíveis, exceto 9.5 Registro patrimonial, que não aparece em nenhum instrumento]:

6.1 - bibliografia básica e complementar (adequação aos programas e por disciplina, suficiência face à demanda, no. de títulos e de exemplares e exemplares por aluno, estado de conservação, lacunas na coleção)

6.2 - periódicos nacionais e estrangeiros (quantos dos indicados, quantos correntes, quantos indexados) [indexação de artigos, kardex/SECS/ Peripuc]

6.3 - estatísticas [de circulação: empréstimo e consulta, tb. assuntos; solicitações não atendidas: questões de referência atendidas e não atendidas]

6.4 - qualidade da catalogação [ uso do catálogo de autoridades de autor e assunto = consistência dos índices de acesso; catalogação cooperativa = uso do formato de intercâmbio MARC; Base UFBA e catálogo de fichas]

6.5 - [ registro patrimonial/local = controle de propriedade]

6.6 - informatização do acervo [ nível de informatização = percentual cadastrado e não cadastrado; tempo entre aquisição e disponibilização do material, no. de máquinas; total de pessoas; produtividade diária por pessoa]

6.7 - sistemas de consulta e de empréstimo [ nível de informatização = os 2 sistemas funcionam e integrados?; formas de acesso ao acervo; sistema de facilidades: reserva, empréstimo especial etc; regulamento; rede local; no. pontos de rede para acesso a Internet]

6.8 - participação em redes [cooperativas: CCN, Bireme, Teses Brasileiras, Base UFBA, OCLC (internacional) e Bibliodata; de serviços: Comut; informação especializada: Prossiga, Scielo, WoS]

6.9 - Política ou plano de atualização do acervo (integração curso-biblioteca; participação do professor; verbas destinadas [ % da Instituição; periodicidade da compra, critérios]

6.10 - Pessoal (quantidade, qualificação) [quantidade por função]

6.11 – Equipamentos

6.12 – Reprografia

6.13 - Horário de funcionamento

6.14 - Espaço físico (em m<sup>2</sup>; individual, grupo, leitura; salas especiais; ventilação e iluminação; capacidade de uso simultâneo [qual o padrão a alunos/assento?]

7) Qual sua opinião sobre estes itens avaliados pelo MEC: são suficientes para revelar o papel da biblioteca no desempenho do curso? S \_\_\_ Ñ \_\_\_ (= quesito 7 dos Coordenadores)

8) Você excluiria algum item? Qual? (= quesito 8 dos Coordenadores)

9) Você acrescentaria algum? Qual? (= quesito 9 dos Coordenadores)

.....

APÊNDICE E – Conceitos Atribuídos aos Cursos de Graduação da UFBA segundo o ENC e a Avaliação das Condições de Oferta

ÁREA	CURSO	EXAME NACIONAL DE CURSOS					AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA									
		1996	1997	1998	1999	2000	1997/98			1999			2000			
							QCD	ODP	I	QCD	ODP	I	QCD	ODP	I	
I	Eng. Civ.	B	C	E	C	C	CB	CB	CB	-	-	-	-	-	-	
	Eng. Ele.	-	-	C	B	A	-	-	-	CB	CR	CB	-	-	-	
	Eng. Mec.	-	-	-	C	C				CR	CI	CI	-	-	-	
	Eng. Qui.	-	A	A	A	A	CMB	CB	CB	-	-	-	-	-	-	
	Mat.	Bel.	-	-	C	A	A	-	-	-	CB	CR	CMB	-	-	-
		Lic.	-	-	-	-	-	-	-	-	CB	CB	CMB	-	-	-
II	Med.	-	-	-	B	C	-	-	-	-	-	-	CR	CB	CB	
	Mev.	-	E	E	D	D	CB	CR	CR	-	-	-	-	-	-	
	Odo.	-	E	E	D	B	CB	CB	CB	-	-	-	-	-	-	
III	Adm.	E	A	D	B	A	CB	CMB	CB	-	-	-	-	-	-	
	Dir.	E	E	E	A	A	CR	CI	CI	-	-	-	-	-	-	
	Eco	-	-	-	E	A	-	-	-	CMB	CB	CMB	-	-	-	
	Jor.	-	-	D	C	B	-	-	-	CMB	CMB	CI	-	-	-	
IV	Let.	-	-	E	C	B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

FONTE: [www.inep.gov.br/enc](http://www.inep.gov.br/enc)  
[www.mec.gov.br/sesu/ofertas.shtm](http://www.mec.gov.br/sesu/ofertas.shtm)

Legenda:

QCD = Qualificação do Corpo Docente; ODP = Organização Didático-pedagógica; I = Instalações  
 CMB = Condições Muito Boas; CB = Condições Boas; CR = Condições regulares; CI = Condições Insuficientes

APÊNDICE F - Biblioteca como Requisito para Curso de Graduação: Indicadores

ATO LEGAL	EMENTA	LOCALIZAÇÃO	INDICADOR(ES)	OBSERVAÇÃO
1901	[Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior]	Art. 258-281	"Haverá em cada estabelecimento uma biblioteca [...]" [Define: tipo de acervo, condições de uso horário, tipo de organização e controle do acervo, competências do pessoal, apoio e zeladoria]	
Resolução CFE, nº 16/77	Fixa normas de autorização para o funcionamento de cursos superiores de graduação que tenham currículos mínimos fixados pelo CFE.	Art. 5º, § 5º  Art. 7º, § 7º	"A comprovação de recursos materiais compreenderá a de salas de aula, biblioteca, laboratório [...]"  "A verificação das instalações por atividades didático-pedagógicas, inclusive biblioteca e laboratórios [...]"	Não se aplica às universidades (Art. 1º, § 2º).
Resolução CFE, nº 17/77	Fixa normas para aprovação de planos de cursos com fundamento no artigo 18 da Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968.	Art. 6º, §§ 1º a 3º	"Por ocasião da análise do Plano do Curso serão levados em conta os elementos [...] quanto a instalações e equipamentos [...]"  "[...] incluíra também análise [...] dos recursos qualitativa e quantitativa adequados à natureza do curso [...]"	O item biblioteca parece estar subentendido neste artigo.
Resolução CFE, nº 18/77.	Fixa normas para autorização de cursos com fundamento no art. 2º, § 1º, do Decreto-lei 464 de 11 de fevereiro de 1969.	Art. 2º, e  Art. 9º, a-d, §§ 1º - 3º	"Recursos bibliográficos capazes de oferecer o apoio necessário às atividades programadas"  Biblioteca selecionada e atualizada para estudos e pesquisas bibliográficas relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão [...]  <ul style="list-style-type: none"> <li>• periódicos especializados;</li> <li>• 3.000 títulos: <ul style="list-style-type: none"> <li>- obras fundamentais (nacionais ou estrangeiras)</li> <li>- obras específicas (currículo pleno)</li> <li>- obras de consulta geral e específica para busca bibliográfica</li> </ul> </li> </ul>	Não se aplica aos cursos de alto padrão.

		<p>Art. 10º, a-e, §§ 1º - 3º</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- obras de cultura geral, humanística, científica ou técnica (complementar à formação individual e profissional)</li> <li>- livros-texto (uso freqüente) com número de exemplares capazes de atender 10 consultas simultâneas</li> <li>- acervo registrado, classificado e catalogado por pessoal técnico habilitado e responsável</li> <li>- total de títulos pode ser superior a 3.000, segundo a natureza do curso</li> <li>• Áreas compatíveis com função: <ul style="list-style-type: none"> <li>- depósito do acervo</li> <li>- salas leituras</li> <li>- administração</li> <li>- serviços especializados</li> </ul> </li> <li>• Catálogos de livros e de periódicos</li> <li>• Pessoal técnico qualificado, pessoal auxiliar e administrativo</li> <li>• Equipamento para leitura, ampliação e reprodução de textos</li> <li>• Plano de funcionamento: <ul style="list-style-type: none"> <li>- condições de uso do acervo</li> <li>- sistema de compra</li> <li>- sistema de consulta</li> <li>- horário que abranja 3 turnos/dia</li> <li>- sistema de elaboração e divulgação de levantamentos bibliográficos, de últimas aquisições (livros e periódicos)</li> </ul> </li> </ul>	
--	--	--------------------------------------	---	--

Resolução CFE, nº 19/77	Fixa normas para reconhecimento de cursos superiores de graduação	Art. 2º, § 5º  Art. 4º (avaliação e sanções pelo não cumprimento dos indicadores)	A Comissão Verificadora levantará aspectos do funcionamento da instituição e do curso.  Ampliação das instalações e equipamentos e do acervo bibliográfico e documental...	Aplica-se a curso novo
Decreto 359/91	Regulamenta o artigo 47 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências [trata do aumento de vagas]	Art. 7º, II	[Parecer sobre os seguintes aspectos;]  - a comprovada disponibilidade de recursos humanos e financeiros [...] qualificação do corpo docente e dos dirigentes, instalações adequadas e capacidade de [...]	O item biblioteca parece estar subentendido neste artigo.
Resolução CFE, nº 1/93	Fixa normas para autorização de funcionamento de Instituições Isoladas de Ensino Superior de Cursos de Graduação e aumento de vagas...	Art. 16, IV  Art. 16, VII  Art. 16, XII, § 3º  Art. 17, V (considera projetos de melhor qualidade)	Ementário das disciplinas do currículo pleno com indicação da bibliografia básica  Biblioteca: - organização - acervo de livros (títulos e volumes) - periódicos especializados (assinaturas correntes) - área física - plano de expansão - formas de utilização  Cronograma de expansão do acervo bibliográfico  Recursos bibliográficos existentes	Aplica-se a novos cursos (Art. 1º)  Quando houver mais de um pedido para a mesma região  Aplica-se ao relatório da Comissão Verificadora

		Art. 20, § 2º (verificação)  Art. 20, § 3º	Biblioteca específica...	A Comissão Verificadora poderá solicitar à SESu/MEC o auxílio de especialistas, para análise das instalações físicas da biblioteca [...]
Portaria MEC 181/96	... a necessidade de adequar as normas da Resolução 1/93 do extinto CFE aos novos procedimentos de autorização para funcionamento de cursos superiores de graduação ...	Art. 3º (Projeto) IV, g  Art. 4º, d (indicadores de qualidade que devem constar do projeto)	Biblioteca: - organização - acervo de livros - periódicos especializados (assinaturas correntes) - área física - plano de expansão - formas de utilização  Acervo bibliográfico disponível ou previsto Grau de informatização de biblioteca	Aplica-se a cursos novos de estabelecimentos isolados de ensino superior
Decreto 2.026/96	Estabelece procedimentos para o processo de avaliação dos cursos e instituições de ensino superior	Art. 5º, V (avaliação dos cursos de graduação)	Biblioteca: - acervo de livros e periódicos - regime de funcionamento - modernização do serviço - adequação ambiental	Aplica-se a cursos já existentes
Portaria MEC 640/97	Dispõe sobre o credenciamento de faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores.	Art. 2º (projeto) IV, b  i	Ementário das disciplinas do currículo pleno e bibliografia básica Biblioteca: - organização	Aplica-se a novas instituições

			<ul style="list-style-type: none"> <li>- acervo de livros</li> <li>- periódicos especializados</li> <li>- recursos e meios informatizados</li> <li>- área física</li> <li>- plano de expansão</li> <li>- formas de utilização</li> </ul>	
Portaria MEC 641/97	Dispõe sobre autorização de novos cursos em faculdades integradas, faculdades, instituições superiores ou escolas superiores em funcionamento.	Art. 2º, II,  I	<p>Ementário das disciplinas do currículo pleno e bibliografia básica</p> <p>Biblioteca:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- organização</li> <li>- acervo de livros</li> <li>- periódicos especializados</li> <li>- assinaturas correntes</li> <li>- recursos e meios informatizados</li> <li>- área física</li> <li>- plano de expansão</li> <li>- formas de utilização</li> </ul>	
Portaria MEC 877/97	...definir procedimentos para o reconhecimento de cursos/habilitações de nível superior e sua renovação ...	Art. 1º § 3º, VIII	<p>Biblioteca:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- organização</li> <li>- acervo de livros</li> <li>- periódicos especializados</li> <li>- assinaturas correntes</li> <li>- recursos e meios informatizados</li> <li>- área física</li> <li>- formas de utilização</li> </ul>	Aplica-se a cursos em funcionamento há 2 ou 3 anos.

FONTE: Atos legais e normativos citados.

APÊNDICE G – Avaliação *in loco* segundo os Bibliotecários: Mapeamento das Entrevistas

QUESTÃO	FREQÜÊNCIA	RESPOSTA
1. Conhecimento dos instrumentos de avaliação	10	Não conheciam, exceto 2 que conheciam o roteiro prévio
2. Visita		
a) Preparação	7 3	Foram preparados, sendo que 1 pouco antes de ocorrer Não, sendo que 1 considerou a visita informal porque não foi notificado
b) Como se deu a preparação	3 3 2 1 1	Preparação de relatório com base no Roteiro Prévio Só receberam aviso da visita Levantamento da bibliografia, incluindo quantidade de exemplares por título Atendimento à solicitação do diretor da unidade, enviando informações Não foi notificado da visita
c) Iniciativa de quem	5 4 1	Diretor da unidade Coordenador do colegiado Não pôde responder por não ter sido notificado da visita
d) Se o bibliotecário acompanhou a visita	9 1	Sim Não, acompanhou à distância por não ter sido notificado da visita
e) Tempo de permanência da Comissão de Avaliação na biblioteca	10	Média de 55 minutos
f) O que a Comissão quis examinar	4 3 1 1 1	Não declaram nenhum interesse específico, sendo conduzidos para ver instalações e acervo Base da Dados UFBA, sendo que 1 incluiu idade da coleção, 1 folheou livros, 1, instalações físicas e iluminação Existência de bases de dados em CD-ROM [não o uso] Acervo de algumas disciplinas e número de exemplares/aluno Não soube responder
3. Relação da biblioteca com o desempenho do curso	9	Empréstimo, sendo que 3 incluem consulta e 1 inclui normalização de TCC, treinamento de calouros e aquisição], observando esta restrição a

	1	dois fatores: o pessoal de pós-graduação não usa a biblioteca e os docentes pouco usam]. Aquisição
4. Como a biblioteca deve contribuir para o bom desempenho do curso	3 2 1 1 1 1 1	Maior interação entre professor e biblioteca, sendo que 2 especificam diretor e colegiado O bibliotecário saber usar bases de dados e atuar como bibliotecário de referência Ampliar o conteúdo da sala de aula pelo incentivo do professor O que já vem fazendo: empréstimo, normalização e treinamento de calouros Automatizar os serviços Atualização do acervo e oferecer mais equipamentos de informática Não sabe como
5. Atitude da Comissão em relação aos itens do Roteiro Prévio ▪ horário de funcionamento	6 3 1	Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente Indagaram sobre horário de abertura e fechamento, sendo que 1 quis saber se há algum intervalo Não comentou, nem perguntou.
▪ Informatização do acervo	5 3 2	Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente Perguntaram sobre a possibilidade de consultar a Base de Dados UFBA, sendo que 1 quis saber quantos títulos e quantos exemplares ela em registrados Quiseram saber somente se o acervo estava informatizado

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Informatização da consulta</li> </ul>	<p>5 3 2</p>	<p>Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente</p> <p>Perguntaram sobre a possibilidade de consultar a Base de Dados UFBA, sendo que 1 quis saber quantos títulos e quantos exemplares ela têm registrados</p> <p>Quiseram saber somente se o acervo estava informatizado</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Informatização do empréstimo</li> </ul>	<p>8 2</p>	<p>Não fizeram perguntas</p> <p>Indagaram se estava em funcionamento</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Política de atualização do acervo</li> </ul>	<p>3 3 2 2</p>	<p>Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente</p> <p>Indagaram sobre o processo de funcionamento, sendo que 1 perguntou se os professores participam</p> <p>Quiseram saber sobre verbas, sendo que 1 sobre o processo</p> <p>Não fizeram perguntas</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação em redes</li> </ul>	<p>4 1 1 1 1 1 1</p>	<p>Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente</p> <p>Indagou sobre quais bases acessa e se acessa o COMUT</p> <p>Solicitou para entrar na Base UFBA</p> <p>Solicitou informações sobre o <i>software</i> OrtoDocs</p> <p>Considerou a pergunta associada à pesquisa e não à graduação</p> <p>Não demonstrou interesse sobre o item</p> <p>Não lembra se houve interesse pelo item</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipamentos</li> </ul>	<p>5 4 1</p>	<p>Associaram a equipamentos de informática, sendo que 1 especificou micros para alunos e 1, número de pontos</p> <p>Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente</p> <p>Olhou os existentes, sem comentários</p>

▪ Pessoal técnico	5	Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente, sendo que 1 destacou a qualificação
	4	Não fizeram nenhuma pergunta
	1	Quis saber quantidade de bibliotecários e de auxiliares
▪ Salas especiais	6	Não perguntaram, sendo que 3 visitaram toda a área
	2	Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente
	1	Perguntou sobre e visitou o laboratório de informática
	1	Não comentou nada
▪ Videoteca	5	Não perguntaram nada
	2	Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente
	1	Não perguntou e viu que existe
	1	Fez perguntas sobre e quis ver o acervo
	1	Considerou que não se aplica ao curso
▪ Títulos de periódicos disponíveis	5	Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente
	1	Indagou sobre quantidade de títulos correntes nacionais e estrangeiros
	1	Quis ver toda a coleção e saber a Quantidade de assinaturas
	1	Quis saber dos títulos existentes a completeza e as lacunas
	1	Quis examinar as estantes
	1	Quis saber o total da coleção em listagem
▪ Títulos de livros e número de exemplares	5	Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente
	1	Quis saber quantidade de exemplares/título
	1	Quis saber o total de títulos e de exemplares/aluno
	1	Quis ver alguns títulos, como amostragem
	1	Quis examinar as estantes
	1	Quis saber o total da coleção em listagem

▪ Qualidade da catalogação	10	Não demonstraram nenhum interesse
6. A Comissão examinou os seguintes itens [extraídos dos manuais de Autorização (2) e de Reconhecimento (2), dos Questionários de ACO (2), de Padrões(5), dos Roteiros Prévios]		
▪ Bibliografia básica e complementar	3 2 1 1 1 1 1	Não examinaram as obras, sendo que 1 fez perguntas genéricas Examinaram Foco nos livros da especialidade do professor avaliador Base UFBA e idade da coleção Não perguntou mas olhou Demonstrou pouco interesse Nenhum interesse
▪ Periódicos nacionais e estrangeiros	4 2 1 1 1 1	Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente Não perguntaram, nem quiseram ver Só ver a estante Número de periódicos indexados Se atendem a demanda, se estão bem armazenados, se são correntes, forma de aquisição Não soube responder
▪ Estatística	10	Nenhuma pergunta
▪ Qualidade da catalogação	10	Não perguntaram, sendo que 2 associaram à Base Bibliográfica da UFBA
▪ Registro patrimonial [não consta de nenhum instrumento]	10	Não perguntaram

▪ Informatização do acervo	6 2 2	Não perguntaram Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente Indagaram sobre o estágio de informatização, sendo que 1 solicitou consulta por vários pontos de acesso
▪ Informatização do sistema de consulta e de empréstimo	5 3 2	Não perguntaram Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente Indagaram sobre condições (da consulta) e número de dias (do empréstimo)
▪ Participação em redes	5 3 1 1	Não fizeram indagação, pois haviam recebido a informação previamente Não perguntaram COMUT Não sabe
▪ Política de atualização do acervo	10	Poucos questionamentos. Levantaram questões sobre verbas e necessidade de participação dos docentes na seleção
▪ Pessoal	9 1	Nenhuma pergunta ou comentário Indagou sobre quantidade de bibliotecários e auxiliares
▪ Equipamentos	10	Haviam recebido informação previamente. Não houve demonstração de interesse específico.
▪ Reprografia	10	Não suscitou interesse
▪ Horário de funcionamento	9 1	Horário de funcionamento da unidade Horário desejável
▪ Espaço físico	10	Observaram o ambiente sem comentários.
7. Itens são suficientes	6 4	Não, sendo que 1 considera teóricos Sim

8. Excluiria algum item	8 2	Não Não responderam
9. Acrescentaria algum item	2 1 1 1 1 1 1 1 1	Motivo de frequência à biblioteca Atualização do acervo e política de descarte Funcionamento dos serviços e estatísticas [não questionaram nada, não sabem perguntar] Condições financeiras e reciclagem do pessoal [os técnicos não têm as mesmas oportunidades dos docentes] Estatística de uso do acervo Quantidade de pessoal, horário e processo de aquisição Meio de conhecer mais a realidade da biblioteca Resposta inadequada

APÊNDICE H – Avaliação *in loco* segundo os Coordenadores de Curso: Mapeamento das Entrevistas

QUESTÃO	FREQÜÊNCIA	RESPOSTA
1. Número de membros de cada Comissão de Avaliação por curso	11 1	2 membros por Comissão 3 membros por Comissão
2. Titulação dos membros das Comissões de Avaliação	22 1 2	Doutores Livre docente Mestres
3. Acompanhamento às Comissões de Avaliação	7 2 1 1 1	Coordenador e bibliotecário Diretor, coordenador e bibliotecário Diretor e bibliotecário Coordenador Bibliotecário
4. Tempo de visita à biblioteca	9 3	Média de 60 minutos Não souberam responder
5. Foco de atenção da visita	10 1 1	Acervo, sendo que 3 incluem busca automatizada, 3 incluem instalações, 2 incluem empréstimo Não respondeu Não soube responder
6. Entendimento do Coordenador sobre itens avaliados:		
▪ Horário de funcionamento	9 1 1 1	Horário real de funcionamento Horário desejável de funcionamento Horário das aulas Resposta inadequada
▪ Informatização do acervo	9 3	Acesso a bibliografias por computador Acesso à base local, agilização da organização e localização do acervo
▪ Informatização do sistema de consulta	9 1 1 1	Sinônimo de informatização do acervo Localização de obra disponível por terminal Acesso mais rápido Acesso por assunto
▪ Informatização do sistema de empréstimo	9 2 1	Sinônimo de informatização do acervo Empréstimo <i>on-line</i> , sendo que um inclui sistema anti-furto e um inclui serviços de cópia e de <i>e-mail</i> Reserva de material via rede

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Política de atualização do acervo</li> </ul>	<p>3 1 3 1 1 2 1</p>	<p>Participação do professor na indicação para compra, sendo que um inclui verbas para atualização Esforço da unidade e da biblioteca para aquisição Sinônimo de política de renovação do acervo, sendo que um inclui investimento da Universidade e 2, revisão do acervo Parcerias para suplementar carências Desatualização do acervo, pouco ingresso de livros novos Sinônimo de processo de compra, sendo que um inclui controle do que é efetivamente comprado Controle das baixas e indicação de substituições</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Participação em redes</li> </ul>	<p>5 2 2 1 1 1</p>	<p>Conexão com outras bibliotecas/bases/redes, sendo que um inclui o COMUT Uso da internet, sendo que um inclui o COMUT Bases especializadas em saúde ??? Apoio à atualização Não soube responder Não respondeu</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equipamento</li> </ul>	<p>7 4 1</p>	<p>Computadores, acessórios, laboratórios de informática, sendo que 5 incluem audiovisual, um associa a biblioteca-modelo, um inclui existência de fontes Condições gerais de funcionamento (computadores, mobiliário, salas, fichários, códigos de disposição do acervo), sendo que um considera condições civilizadas de ter o serviço/uso/preservação Recursos de informática não só da unidade, mas do CPD, da Biblioteca Central e da pesquisa</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pessoal Técnico</li> </ul>	<p>9 1 1 1</p>	<p>Bibliotecário e pessoal de apoio Todo pessoal que atua na biblioteca, exceto o bibliotecário Bibliotecário Bibliotecário, pessoal de apoio e outros profissionais (restauração, relações públicas)</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Salas especiais</li> </ul>	<p>8 1</p>	<p>Sala para leitura e/ou estudo em grupo e individual, sendo que 5 incluem uso de equipamentos eletrônicos, laboratórios de informática, videoteca, salas para deficientes Todas instalações da unidade</p>

	2 1	Espaços individualizados para usuário Exclusivas para equipamento eletrônico
▪ Videoteca	10 1 1	Coleção de vídeos existentes, sendo que 1 inclui <i>status</i> de informatização e 1, existência ou não da coleção Serviço que aluga vídeos Não se relaciona ao curso
▪ Títulos de periódicos disponíveis	8 2 1 1	O que existe para consulta, sendo que 1 inclui critério de suficiência ou não, títulos correntes ou não Principais títulos do curso Periódicos assinados Pertinência ao curso
▪ Títulos de livros e números de exemplares	7 2 1 1 1	Obras e números de exemplares disponíveis, sendo que 3 incluem atendimento ou não à demanda Número de alunos por exemplar Pertinência ao curso Coleção geral Livros por disciplina e número de exemplares
▪ Qualidade da catalogação	4 3 1 1 1 1 1	Facilitação da consulta Não tem significado Sinônimo de referência bibliográfica Sinônimo de globalização Tipo da catalogação Qualidade do acervo em relação ao curso Arrumação por autor, título e assunto
7. Os itens acima são suficientes para revelar o desempenho da biblioteca universitária no curso	6 4 1 1	Sim, sendo que 2 consideram bem representativos Não, sendo 1 pelo fato de a comissão de avaliação não considerar as coleções departamentais e especiais como acervo da biblioteca universitária Sim para curso novo, não para curso antigo Não respondeu
8. Excluiria algum item	9 3	Não, sendo que 1 talvez excluísse a videoteca Não responderam
9. Acrescentaria algum item	4	Estatísticas sobre atendimento (o que atende, o que falta para poder redimensionar)

	1 1 1 1 1 1 1 1	Contribuição dos docentes Serviços de divulgação da biblioteca e de livros novos Coleções especiais e departamentais disponíveis Não tem vivência para opinar Interação da biblioteca com o modelo pedagógico do curso Pessoal (capacidade e capacitação) Entrevista da Comissão Não
10. Relação da biblioteca universitária com o desempenho do curso	12	Uso do acervo (empréstimo e consulta)
11. Como a biblioteca pode contribuir para o bom desempenho do curso	4  2  1 2  2 1	Sendo pró-ativa, se antecipando em disseminar bibliografias, sendo que 1 inclui atrair o professor por ser agente multiplicador junto aos alunos e aproximar-se dos alunos Aproximar-se do professor, sendo que 1 inclui participação do bibliotecário nos colegiados e 1, o funcionamento da Comissão de biblioteca Contribuir para o desempenho do curso é papel do professor e não da biblioteca Oferta de materiais de interesse específico (por exemplo, filmes sobre construções e <i>softwares</i> de engenharia); livros para os cursos de letras proporcionalmente aos produtos para laboratórios de outras áreas Eficiência do pessoal para assegurar a Qualidade do empréstimo Não respondeu
12. O coordenador do colegiado sabe o peso da biblioteca na avaliação das condições de oferta	11 1	Não Sabe que é igual à Qualificação do Corpo Docente
13. Concorde com o peso atribuído à biblioteca	11 1	Não responderam por desconhecer o peso Não respondeu

FONTE: Entrevistas com os Coordenadores de Colegiado dos Cursos da UFBA selecionados para a pesquisa de campo, aplicadas em 2000.

APÊNDICE I - Peso da Variável Biblioteca no Resultado Final da Avaliação das Condições de Oferta, face às outras dimensões avaliadas, por curso: alguns exemplos

CURSOS	INSTALAÇÕES	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA (ODP)	QUALIFICAÇÃO CORPO DOCENTE (QCD)
Engenharia	Avaliação Global das Instalações: Biblioteca: peso 2 Infra-estrutura física: peso 1 Equipamentos e materiais: peso 2	Avaliação Global da ODP: Concepção, controle de estrutura curricular: peso 6 Administração académica do curso: peso 1	Avaliação Global da QCD: Formação académica e profissional: peso 4 Dedicação ao curso: peso 2 Política de qualificação: peso 1 Plano de carreira: peso 1 Produção académica e profissional: peso 2
Medicina	Avaliação Global das Instalações: Área básica: 1,5; Lab. Anatomia: 1,0; Lab. De Histologia: 0,5; Lab. De Embriologia: 0,5; Lab. Bioquímica: 1,0; Lab. Biofísica: 0,5; Lab. De Fisiologia: 1,0; Lab. Farmacologia: 1,0; Lab. Parasitologia: 1,0; Lab. Microbiologia: 1,0; Lab. Patologia: 1,0; Lab. Imunologia: 1,0; Lab. Técnica Cirúrgica: 1,0; Biotério: 0,5; Hospital-Escola (Aspecto Qualitativo): 12,0; Hospital-Escola (Aspecto Quantitativo): 4,0; Serviço Clínica Médica: 1,5; Serviço Cirurgia: 1,5; Serviço Pediatria: 1,5; Serviço Ginecol/Obstetrícia: 1,5; Biblioteca: 5,5	Organização Curricular: 5,0 Internato: 2,0 Fixação do interno: 2,0 Organização do internato: 2,0 Política de qualificação académica e técnica administrativa: 3,0 Política de apoio e desenvolvimento disc.: 1,0 Extensão: 2,0 Residência médica: 2,0	Titulação: Área básica: 3,0 Área profissional: 3,0 Profissional não doc.: 1,0 Adequação form/disc: 2,0 Dedicação ao curso: 5,0 Produção científica: 2,0 Atividades Empresariais: 0,5 Tempo de exercício profissional: 0,5 Relação aluno/docente: 1,5 Progressão funcional, plano carreira: 0,5 Perfil/coordenador: 0,5 Atividades extra-classe: 0,5
Medicina veterinária	Infra-estrutura: peso 0,35 Instalações, equipamentos: 40% Instalações, equipamentos complementares: 15% Biblioteca: 35%  Apoio técnico e administrativo: 10%	Projeto académico: peso 0,25	Recursos humanos: peso 0,4

Administração	À cada conceito dos diferentes quesitos há uma descrição. O resultado da avaliação compreende 20 itens (dentre eles Biblioteca) e exige no mínimo conceito “C” para: Egressos/Perfil e Habilidades; Nível de Qualificação do Corpo Docente; Projeto Pedagógico; Auto-avaliação; Envolvimento com a comunidade. “O conceito global será atribuído, em primeira análise, pela MODA dos conceitos atribuídos em todos os itens avaliados” (p. 20 Relatório Técnico)		
Direito	Infra-estrutura: 30%	Organização didático-pedagógica: 35%	Corpo docente: 35%
Economia	<p>“Instalações”:</p> <p>Gerais: 25%</p> <p>Especiais: 15%</p> <p>Equipamentos e Laboratório de informática: 15%</p> <p>Homepage: 10%</p> <p>Biblioteca: Acervo: 25%</p> <p>Condição funcionamento: 10%</p>	<p>Organização curricular: 30%</p> <p>Qualidade progr + bibliogr.: 10%</p> <p>Pesquisa e produção científica: 15%</p> <p>Alunos/turma: 15%</p> <p>Atividades corpo docente: 10%</p> <p>Monografia graduação: 10%</p> <p>Organização acadêmico-administrativa: 10%</p>	<p>Titulação acadêmica: 20%</p> <p>Percentual com especialização complementar: 5%</p> <p>Produção científica: 10%</p> <p>Percentual docentes atuaram eventos: 5%</p> <p>Critério progressão: 5%</p> <p>Dedicação: 15%</p> <p>Coordenação(qualificação e regime trabalho): 10%</p> <p>Prog. Valoriz.: 10%</p> <p>Experiência magistério: 5%</p> <p>Relação aluno/docente: 5%</p> <p>Tempo docência no curso: 10%</p>
Jornalismo	<p>Avaliação Global das Instalações:</p> <p>Gerais: 20%</p> <p>Específicas: 40%</p>	<p>Dedicação ao curso: 15%</p> <p>Titulação não técnica: 10%</p> <p>Titulação técnica: 10%</p>	<p>Estrutura curricular: 50%</p> <p>Pesquisa e produção: 15%</p> <p>Atividade permanente – produção jornal:</p>

	Bibliotecas: 40%	Formação espec.: 5% Pós-graduação: 5% Produção científica: 5% Especialização complementar: 5% Critérios progressão: 5% Qualif. e reg. trabalho – coordenador: 5% Atividade extraclasse: 5% Progressão capacit.: 5% Experiência profissional: 10% Produção jornal: 5% Experiência magistério: 5% Relação aluno/docente: 5%	15% Número aluno/turma teórica: 10% Número aluno/turma profiss.: 10%
Letras	Autorização: Biblioteca: 20 Infra-estrutura: 10  Reconhecimento: Biblioteca: 15 Infra-estrutura: 10	Projeto pedagógico: 20 Plano de estágio discente: 5  Projeto pedagógico: 15 Estágio discente: 5 Acompanhamento disc.: 5	Política qualificação docente: 7 Participação doc. IES: 3 Dedicção e reg. trabalho: 10 Perfil corpo docente: 15 Adequação form/disciplina: 5 Perfil coordenador: 5 Política qualificação docente: 7 Perfil corpo docente: 10 Adequação form/disciplina: 6 Qualificação coordenação: 6 Dedicção e reg. trabalho: 10 Estabilidade corpo docente: 5 Pesquisa e produção doc.: 8

FONTE: Questionário das Comissões de Visita [Modelos de relatório final por curso] (<http://www.mec.gov.br/sesu/avaliacao/instrumental.shtml>)

## ANEXOS

## ANEXO A – Roteiro Prévio[ item Biblioteca]: Exemplo

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR - SESU**  
**Departamento de Política do Ensino Superior**

## Informações e Requisitos para a Avaliação das Condições de Oferta dos Cursos de Economia

- I) O instrumento de avaliação das condições de oferta dos cursos de Economia foi elaborado em ACCESS 97 e contém os indicadores que serão utilizados no processo de avaliação. Além das informações exigidas neste modelo de relatório, a IES poderá acrescentar outras informações que julgar pertinentes para a análise dos indicadores, pela Comissão de Avaliação.
- 11) Nos dias da visita da Comissão de Avaliação, a Instituição deverá colocar à disposição uma sala com microcomputador que tenha instalado o programa ACCESS 97, da Microsoft.
- IU) A Instituição deverá permitir a inspeção de todas as instalações utilizadas pelo curso de Economia e possibilitar entrevistas com a direção, a coordenação de curso e corpos docente e discente.

### **Modelo de relatório a ser elaborado pela IES e apresentado na ocasião da visita da Comissão de Avaliação das Condições de Oferta**

Dados da Mantenedora:

Denominação:

Município-sede:

Estado:

C.G.C:

Dependência administrativa: (federal, estadual, municipal ou particular)

Dados da Mantida:

Denominação:

Município-sede:

Estado:

Região:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Telefones:

*e-mail:*

*home page:*

Ato de credenciamento, quando existir: (portaria, Decreto etc.)

#### **Dados do Curso**

Denominação do curso:

- 4) cronograma das atividades complementares (monitoria, extensão, estágio, iniciação científica etc.), com detalhamento e distribuição da carga horária;
- 5) descrição do núcleo (centro, setor, coordenação etc.) de apoio, fomento e acompanhamento da pesquisa (quando houver);
- 6) cópias dos veículos de divulgação da produção dos docentes e discentes do curso (revistas, jornais etc., da própria IES) ;
- 7) programa de iniciação científica (quando houver);
- 8) programa de monitoria (quando houver);
- 9) programa de apoio à participação discente em eventos científicos (quando houver);
- 10) regulamento da monografia de final de curso (quando houver) e cópias de monografias, do último ano;
- II)regimentos, resoluções, portarias ou outros documentos que contenham as normas de funcionamento dos órgãos colegiados e da coordenação de curso (quando houver);
- 12) descrição dos procedimentos de auto avaliação do curso (avaliação de desempenho dos docentes etc.) (quando houver).

### **Instalações**

#### Apresentar

- 1) descrição do espaço físico destinado ao curso de Economia (salas de aula, auditório, salas e gabinetes dos docentes, salas da coordenação, salas para núcleos de pesquisa e extensão, salas de estudos para alunos, sanitários, cantina, áreas de circulação, de lazer etc.);
- 2) descrição das instalações especiais (laboratórios de informática: computadores, *softwares*, redes de comunicação e bases de dados etc.);
- 3) recursos audiovisuais (TV, videocassete, retroprojeter, projetor de slides, datashow, projetor multimídia); 4) *home page* com informações sobre o curso de Economia (quando houver); 5) descrição da infra-estrutura administrativa e técnica da biblioteca (horário de funcionamento, informatização do acervo e dos sistemas de consulta e empréstimos, política de atualização do acervo, participação em redes, equipamentos, pessoal técnico, salas especiais, videoteca etc.);
- 6) relação de títulos e indicação do número de exemplares de livros e periódicos da área de Economia disponíveis no acervo da biblioteca.

<http://www.mec.gov.br/sesu/ftp/Avaliacao/1999/economia.rtf>

## ANEXO B – Questionário das Comissões de Visita [item Biblioteca]: Exemplos

	<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR</b> Departamento de Política do Ensino Superior	<b>AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DOS CURSOS NA ÁREA DE ENGENHARIA - 1999</b>

### Instalações

#### BIBLIOTECA (Espaço físico e serviços de biblioteca)

Itens	Conceituação
1 Existência de espaço físico para leitura e trabalho individual e em grupo	D
2 Existência de infra-estrutura para reprodução de informações	D
3 Catalogação do acervo nas normas dos serviços bibliográficos	D
4 Acesso a redes	D
5 Forma de acesso ao acervo e empréstimo (horários etc.)	D
6 Qualificação técnica dos servidores	D
7 Atualização do acervo	D
8 Avaliação do acervo quanto aos objetivos do curso	D

VNT = Soma das notas dos itens de 1 a 8      VNT = 0  
 VNT(máx) = 8 x 4 = 32

A	B	C	D
4	3	2	0

#### Atribuição do conceito

CMB = VNT  $\geq$  85% de VNT(máx)  
 CB = 85% de VNT(máx) < VNT  $\geq$  65% de VNT(máx)  
 CR = 65% de VNT(máx) < VNT  $\geq$  45% de VNT(máx)  
 CI = VNT < 45% de VNT(máx)

Conceito. D

 <b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR</b> Departamento de Política do Ensino Superior	<b>AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DOS CURSOS DE MEDICINA - 1999</b>

**20 - SERVIÇO DE GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA (1,5)**

Itens		( S / N / I )
1	Espaço físico	N
2	Coordenação médica	N
3	Equipamentos	N
4	Pessoal técnico	N
5	Condições de funcionamento	N

A - atendimento satisfatório a todos os itens

B - existência de todos e atendimento satisfatório a pelo menos 4 itens

C - existência de todos e atendimento satisfatório a pelo menos 3 itens

D - atendimento satisfatório a menos de 3 itens

Conceito:

**21 - BIBLIOTECA (5,5)**

Itens		( S / N / I )
1	Títulos de livros para as diversas disciplinas (*)	N
2	Nº de periódicos científicos indexados (**)	N
3	Informalização e existência de rede interligada a BIREME, LILACS ou MEDLINE	N
4	Facilidade de acesso a periódicos indexados disponibilizados pela Internet	N
5	Espaço físico para leitura e trabalho em grupo	N
6	Pessoal técnico de apoio	N
7	Turnos de funcionamento	N
8	Sistema de empréstimo	N

(\*) Considera-se satisfatório a existência de pelo menos 01 exemplar para cada 20 alunos

(\*\*) Considera-se satisfatório a assinatura de pelo menos 50 títulos de periódicos indexados

A - atendimento satisfatório a todos os itens

B - existência de todos e atendimento satisfatório a pelo menos 7 itens

C - existência de todos e atendimento satisfatório a pelo menos 6 itens

D - atendimento satisfatório a menos de 6 itens

Conceito:

	<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR</b> Departamento de Política do Ensino Superior	<b>AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DOS CURSOS NA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO - 1999</b>
---	--	---

### Instalações

#### **ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO CURSO (LIVROS)**

Conceito será atribuído conforme os critérios abaixo:

- A - Mais de 1.600 títulos sendo 50% editados a partir de 1990.
- B - De 1.300 a 1.600 títulos sendo 50% editados a partir de 1990.
- C - De 1.000 até 1.300 títulos sendo 50% editados a partir de 1990.
- D - Menos de 1.000 títulos sendo 50% editados a partir de 1990.

Conceito:

#### **ACERVO BIBLIOGRÁFICO DO CURSO (PERIÓDICOS)**

Conceito será atribuído conforme os critérios abaixo:

- A - Mais de 30 periódicos
- B - De 20 até 29 periódicos
- C - De 10 até 19 periódicos
- D - Menos de 9 periódicos

Conceito:

#### **ACERVO DE FITAS DE VÍDEO DO CAMPO DA ADMINISTRAÇÃO**

Conceito será atribuído conforme os critérios abaixo:

- A - Mais de 200 fitas vídeos
- B - De 150 até 199 fitas vídeos.
- C - De 100 até 149 fitas vídeos.
- D - Menos de 99 fitas vídeos.

Conceito:

#### **Nº DE COMPUTADORES EXCLUSIVOS PARA ENSINO E NO MÍNIMO PENTIUM 100, COM 16MB DE MEMÓRIA RAM**

Nº de computadores exclusivos para o ensino

Conceito será atribuído conforme os critérios abaixo:

- A - Maior que 2 h por dia / aluno
- B - Maior ou igual a 1,5 h por dia / aluno
- C - Maior ou igual a 1 h dia / aluno
- D - Menor que 1 h por dia / aluno

$$R = 12 / (n^\circ \text{ alunos} / n^\circ \text{ computadores})$$

$$R = 0,00$$

Conceito:

	<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR</b> Departamento de Política do Ensino Superior	<b>AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DOS CURSOS DE ECONOMIA - 1999</b>

e) Biblioteca central ou setorial: acervo (25%):

Itens	S/N
1 Acervo atualizado com cobertura adequada da bibliografia adotada no curso com ao menos 5000 títulos	N
2 Número suficiente de exemplares para os títulos da bibliografia básica adotada	N
3 Assinaturas atualizadas e permanentes de pelo menos 5 revistas acadêmicas em economia	N
4 Participação em redes como COMUT, BIBLIODATA etc	N

- A - atendimento a todos os itens  
 B - atendimento a 3 itens, incluindo necessariamente os itens 1 e 2  
 C - atendimento somente aos itens 1 e 2  
 D - outras hipóteses

Conceito:

f) Biblioteca central ou setorial: condições de funcionamento e recursos específicos (10%):

Itens	S/N
1 Formas de acesso e horários adequados para os turnos do curso	N
2 Informatização do acervo e dos sistemas de consulta e empréstimo	N
3 Integração do curso com a biblioteca para atualização do acervo	N
4 Sistema de empréstimo de livros, com funcionamento regular e estatística	N
5 Disponibilização das principais bases de dados econômicos nacionais	N
6 Espaço físico adequado para salas de leitura e de trabalhos individuais ou em grupo	N
7 Pessoal técnico-administrativo adequado	N
8 Existência de coleções e assinaturas dos principais jornais e revistas de atualidades econômicas nacionais e regionais	N
9 Existência de coleções de gravações sonoras, de vídeo e multimídia de interesse para o curso com equipamentos adequados para uso dos consulentes	N

- A - atendimento a pelo menos 8 itens  
 B - atendimento a pelo menos 6 itens  
 C - atendimento a pelo menos 4 itens  
 D - atendimento a menos de 4 itens

Conceito:

 <b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> <b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR</b> Departamento de Política do Ensino Superior	<b>AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE OFERTA DOS CURSOS DE JORNALISMO - 1999</b>

c) Biblioteca central ou setorial, observando-se os seguintes itens (40%):

Itens	S/N
1 Horário adequado para os turnos do curso	N
2 Informática do acervo e dos sistemas de consultã e empréstimo	N
3 Participação em redes como COMUT, BIBLIODATA etc	N
4 Integração do curso com a biblioteca para atualização do acervo	N
5 Sistema de empréstimo de livros aos estudantes, com funcionamento regular e estatística	N
6 Acervo atualizado com número mínimo de 10 exemplares de livros sobre jornalismo para cada aluno e, a partir daí, observando-se a proporcionalidade	N
7 Assinaturas atualizadas e permanentes de revistas científicas de jornalismo e áreas afins	N
8 Equipamentos adequados para os usuários	N
9 Espaço físico adequado para salas de leitura e de trabalhos individuais ou em grupo	N
10 Pessoal técnico-administrativo adequado	N
11 Multitêca com coleções e assinaturas dos principais jornais e revistas de atualidades nacionais e regionais bem como coleções de gravações sonoras, em vídeo e multimídia de interesse informativo	N

- A - atendimento a todos os itens  
 B - atendimento a pelo 7 itens  
 C - atendimento a 6 itens  
 D - atendimento a menos de 6 itens

Conceito: **D**

Avaliação Global das Instalações											
<b>Resumo</b>  a) Instalações gerais - 20% <b>D</b> b) Instalações específicas - 40% <b>D</b> c) Biblioteca central ou setorial - 40% <b>D</b>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>A</th> <th>B</th> <th>C</th> <th>D</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>100</td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p><b>Atribuição dos conceitos</b>            CMB - 70% de conceitos A            CB - 70% de conceitos A e B            CR - 70% de conceitos A, B e C            CI - menos de 70% de conceitos A, B e C</p> <p><b>Conceito do grupo Instalações:</b> <b>CI</b></p>	A	B	C	D	%	0	0	0	100	
A	B	C	D	%							
0	0	0	100								

## ANEXO C - Pedido de Autorização [Campo 10 – Biblioteca]: Formulário

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR									
10. BIBLIOTECA									
ACERVO									
ÁREA	LIVROS				PERIÓDICOS POR TÍTULO				
	TÍTULOS	VOLUMES			NACIONAIS		ESTRANGE		
Ciências Agrárias									
Ciências Biológicas									
Ciências da Saúde									
Ciências Exatas e da Terra									
Ciências Humanas									
Ciências Sociais Aplicadas									
Engenharias									
Linguística, Letras e Artes									
TOTAL									
ACERVO									
VOLUME ANUAL DE ATUALIZAÇÃO			EQUIPE RESPONSÁVEL (EXCETO VIGILÂNCIA E LIMPEZA)			ACESSO AO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO		VIDEOTECA	
COMPRA	DOAÇÃO	PERMUTA	BIBLIOTECÁRIOS	OUTROS		ABERTO	FECHADO	QTDE TÍTUL	
DISPOSIÇÃO DO ACERVO			TIPO DE CATALOGAÇÃO			FORMAS DE EMPRÉSTIMO			
CDU	CDD	OUTRO	CCAAR2	CCAAR1	OUTRO	ABERTO A COMUN.		FECHADO A COM	
EMPRÉSTIMO DE MAT. DE REFERÊNCIA		FACILIDADE PARA RESERVA DE MATERIAL BIBLIOTEC.			FACILIDADE PARA REPRODUÇÃO DE MATERIAL BIBLIOTEC.				
SIM	NÃO	INFORMATIZADA	MANUAL	NÃO TEM	NA BIBLIOTECA		NO PRÉDIO		NÃO TEM
DESCREVER O NÍVEL ATUAL DE INFORMATIZAÇÃO									
DESCREVER AS FACILIDADES PARA ACESSO À INFORMAÇÕES (BASES DE DADOS, INTERNET)									
ESPAÇO FÍSICO E FUNCIONAMENTO									
ESPAÇO FÍSICO				HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO					
TIPO DO ESPAÇO		ÁREA EM M <sup>2</sup>		MANHÃ		TARDE		NOITE	
				INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM	INÍCIO	FIM
Salas individuais de estudo									
Salas para leitura e trabalhos em grupo									
Destinado aos serviços de biblioteca									
PLANO DE ATUALIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E DO ACERVO									

#### ANEXO D – Cronologia de Atos Normativos e Atos Legais

Compreende uma relação dos atos governamentais que fundamentaram a pesquisa, em ordem hierárquica e cronológica por tipo, estando todos eles indicados no item Referências (f. 228-242) e tendo como propósito fornecer uma visão de conjunto ao leitor.

## ATOS LEGAIS

Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior (PESSOA, 1957)

Lei nº 4 024, de 20 de dezembro de 1961

Lei nº 5 540, de 28 de novembro de 1968

Lei nº 9 131, de 24 de novembro de 1995

Lei nº 9 394, de 20 de dezembro de 1996

Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969

Medida Provisória nº 1 126, de 26 de setembro de 1995

Decreto nº 98 964, de 16 de fevereiro de 1990

Decreto nº 359, de 9 de dezembro de 1991

Decreto nº 2 026, de 10 de outubro de 1996

Decreto nº 2 207, de 15 de abril de 1997

Decreto nº 2 306, de 19 de agosto de 1997

Decreto nº 3 860, de 9 de julho de 2001

## ATOS NORMATIVOS

Portaria MEC nº 287, de 24 de abril de 1986

Portaria MEC nº 288, de 24 de abril de 1986

Portaria SESu nº 55, de 28 de abril de 1986

Portaria MEC nº 180, de 23 de fevereiro de 1996

Portaria MEC nº 181, de 23 de fevereiro de 1996

Portaria MEC nº 637, de 13 de maio de 1997

Portaria MEC nº 640, de 13 de maio de 1997

Portaria MEC nº 641, de 13 de maio de 1997

Portaria MEC nº 877, de 30 de julho de 1997

Portaria MEC nº 879, de 30 de julho de 1997

Portaria MEC nº 302, de 7 de abril de 1998

Portaria SESu nº 2 297, de 8 de novembro de 1999

Portaria SESu nº 1 647, de 28 de junho de 2000

Resolução CFE nº 16, de 26 de dezembro de 1977

Resolução CFE nº 17, de 26 de dezembro de 1977

Resolução CFE nº 18, de 26 de dezembro de 1977

Resolução CFE nº 19, de 26 de dezembro de 1977

Resolução CFE nº 1, de 4 de fevereiro de 1993

Parecer CFE nº 3 492, de 14 de dezembro de 1977.

Parecer CFE nº 518, de 9 de novembro de 1992.

Parecer CES nº 1 070, de 23 de novembro de 1999.

\*\*\*

## **Autorização para Reprodução por Programas de Comutação Bibliográfica**

LUBISCO, Nídia Maria Lienert. **A biblioteca universitária no processo de avaliação das condições de oferta dos cursos de graduação pelo MEC: o caso da UFBA.** 2001. 279 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

Autorizo a reprodução deste trabalho para fins de comutação bibliográfica, com citação da fonte.

Salvador, 27 de fevereiro de 2002.

NÍDIA MARIA LIENERT LUBISCO

**Contato:** Nídia M. L. Lubisco

Universidade Federal da  
Instituto de Ciência da Informação  
Salvador – Bahia

[nlubisco@ufba.br](mailto:nlubisco@ufba.br) e [nidialubisco@yahoo.com.br](mailto:nidialubisco@yahoo.com.br) – tel.: (71) 9144-9174